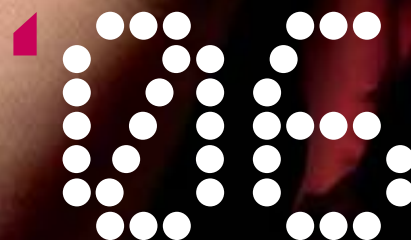


RELATÓRIO E CONTAS
VOLUME I

Millennium
bcp



SÍNTESE DE INDICADORES

Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Activo total	79.259	76.850	71.320	3,1%
Crédito a clientes (líquido)	56.660	52.696	48.687	7,5%
Recursos totais de clientes	57.239	56.135	51.390	2,0%
Situação líquida e Passivos subordinados	7.775	7.208	6.990	7,9%
Margem financeira	1.405,8	1.291,6	1.164,8	8,8%
Produto bancário	2.703,7	2.402,9	2.242,4	12,5%
Custos operacionais	1.543,7	1.555,7	1.624,5	-0,8%
Imparidade				
Do crédito (líq. de recuperações)	127,6	23,0	107,1	--
De outros riscos	35,4	56,0	87,4	-36,8%
Impostos sobre lucros	164,7	119,0	47,6	38,4%
Interesses minoritários	52,0	39,0	0,4	33,4%
Resultado recorrente	780,3	610,2	528,2	27,9%
Resultado de operações não recorrentes	(0,4)	143,3	78,3	--
Lucro líquido atribuível ao Banco	779,9	753,5	606,5	3,5%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	20,6%	24,1%	24,0%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) recorrente	20,8%	19,5%	21,0%	
Resultados antes de imposto e interesses minoritários / Capitais próprios médios	25,5%	28,3%	25,0%	
Produto bancário / Activo líquido médio	3,5%	3,2%	2,9%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	1,0%	1,0%	0,8%	
Resultados antes de imposto e interesses minoritários / Activo líquido médio	1,3%	1,2%	0,9%	
Crédito vencido a mais de 90 dias / Crédito total	0,8%	0,8%	0,8%	
Crédito com incumprimento / Crédito total	1,1%	1,1%	1,1%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq.	-1,1%	-1,4%	-1,4%	
Imparidade para crédito / Crédito vencido a mais de 90 dias	287,0%	301,6%	325,4%	
Rácio de solvabilidade – Banco de Portugal				
Tier I	7,3%	7,4%	8,1%	
Total	11,9%	12,9%	11,9%	
Capitalização bolsista (acções ordinárias)	10.112	8.361	6.156	
Resultado líquido recorrente por acção (euros)				
Básico	0,20	0,18	0,16	
Diluído	0,20	0,16	0,14	
Valores de mercado por acção (euros)				
Máximo	2,88	2,39	2,19	
Mínimo	2,14	1,88	1,66	
Fecho	2,80	2,33	1,89	
Sucursais				
Portugal	864	909	1.008	-5,0%
Estrangeiro	614	642	632	-4,4%
Colaboradores				
Portugal	10.876	11.510	12.487	-5,5%
Estrangeiro	8.449	8.138	8.079	3,8%

Nota: Informação em base comparável. Exclui os impactos das subsidiárias alienadas e das operações de natureza não recorrente.



MENSAGEM DO PRESIDENTE



I. Decorridos quase dois anos desde que me foi confiada a responsabilidade de liderar o nosso Banco, entendo ser este o momento oportuno para vos descrever as principais concretizações que marcaram este tempo, especialmente rico na vida da Instituição. Este foi um período ao longo do qual a actividade do Millennium bcp cresceu de forma sustentada, em simultâneo com importantes transformações ao nível organizacional e no modelo de governo da Sociedade, culminando com a afirmação de uma nova identidade multidoméstica, reforçada pelo alinhamento estratégico e operativo, bem como pela uniformização da marca Millennium nas operações internacionais. Estamos agora, por conseguinte, bem preparados para a próxima etapa de ganho de dimensão e reforço da capacidade competitiva do Banco nos países em que estamos presentes.

II. As prioridades estratégicas do Banco reflectiram-se na prossecução das metas definidas no Programa Millennium, iniciado no final de 2003 e com o qual se definiram objectivos concretos e ambiciosos, tendo resultado na implementação de um conjunto alargado de medidas, que permitiram atingir patamares superiores de rentabilidade. O sucesso deste programa, expresso no elevado grau de concretização atingido em anos anteriores, levou a que os objectivos financeiros inicialmente estabelecidos tivessem sido revistos em alta, reforçando assim o compromisso com novas metas a serem alcançadas até ao final de 2008: um crescimento médio anual das receitas de dois dígitos; um rácio de eficiência em Portugal inferior a 50%; um custo do risco não superior a 30 pontos base ao longo do ciclo económico; um crescimento médio anual dos resultados por acção de 20%; um ROE entre 17 e 20% para as operações internacionais e a preservação de um rácio de capital *core tier I* superior a 5,5%.

III. Os principais indicadores relativos ao exercício de 2006 demonstram, novamente, que as metas assumidas estão a ser cumpridas ou, inclusivamente, superadas. Com efeito, os resultados líquidos consolidados atingiram 780 milhões de euros neste exercício, o maior resultado de sempre do Banco, proporcionando uma rentabilidade dos capitais próprios de 20,6%. Em base comparável, excluindo o impacto das operações de natureza não recorrente, os resultados líquidos do Grupo registaram um incremento de 27,9% face a 2005, evidenciando o desempenho favorável dos proveitos, nomeadamente, da margem financeira, das comissões e dos resultados em operações financeiras, bem como a redução dos custos operacionais. Este desempenho reflecte a dinâmica notável da actividade comercial ao longo do exercício, tendo-se revelado determinante o excelente desempenho da Banca de Retalho em Portugal, além do excelente crescimento de 51% da contribuição líquida, em base recorrente, das operações internacionais, com destaque para as actividades desenvolvidas na Polónia, Grécia e Moçambique. Os indicadores patrimoniais comprovam a qualidade da carteira de crédito e o elevado grau de cobertura dos riscos de crédito, bem como a adequação dos níveis de solvabilidade.



IV. Em 2006, foi adoptado um novo modelo de governo corporativo, baseado no modelo dualista que constitui a referência internacional neste domínio, assegurando uma clara separação dos poderes de gestão e supervisão, e a sua articulação com um sistema interno de controlo e equilíbrio entre os diferentes órgãos sociais. A definição do novo modelo teve subjacente um conjunto de princípios fundamentais, nomeadamente, a equidade, a protecção dos direitos de todos os Accionistas, a transparência, a divulgação de informação e o alinhamento do desempenho dos decisores com os interesses dos *Stakeholders*. A gestão da Sociedade compete ao Conselho de Administração Executivo, o qual é composto por membros profissionais, com dedicação exclusiva e total autonomia. Ao Conselho Geral e de Supervisão, com maioria de membros independentes, estão atribuídas funções de acompanhamento, fiscalização, supervisão e aconselhamento, apoiando-se em Comissões especializadas, nas quais se integram membros peritos. Este modelo vem reforçar e complementar as alterações que tinham sido introduzidas logo em Março de 2005, através das quais se tinha corporizado uma estrutura interna assente em Comitês de Coordenação Executiva e Comissões Societárias, orientada por princípios de gestão que privilegiam a capacidade de decisão e a responsabilização pelos resultados obtidos.

V. Ao longo do último exercício, o Millennium bcp afirmou, de forma inequívoca, o compromisso com os mercados onde já estava presente (Portugal, Polónia, Grécia, Moçambique, Turquia e Estados Unidos da América), ou onde pretendeu alargar a sua presença (Roménia e Angola), tendo concluído o processo de alienação de operações consideradas não estratégicas em França, Luxemburgo, Canadá e Macau, e ainda o Interbanco em Portugal. Foram dados passos significativos para a reafirmação de um Banco com uma identidade supranacional: a aposta em Angola, consubstanciada na ambição de ser líder; o anúncio do lançamento em 2007 de uma operação de raiz na Roménia, com o objectivo de capturar uma quota relevante deste mercado em acelerado crescimento, através de uma rede de balcões enfocada e complementada por uma abordagem especializada; o reforço da posição no capital do Bank Millennium de 50% para 65%; o plano de expansão da rede de balcões na Polónia e na Grécia; a criação de centros de excelência, permitindo a partilha de melhores práticas, o alinhamento de níveis de serviços de excelência e a redução de custos de funcionamento e a conclusão do projecto de centralização da plataforma de *hardware*.

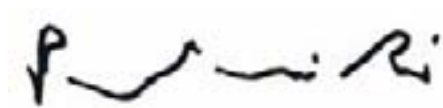
VI. O processo de alinhamento de todas as operações internacionais, realizado em 2006, culminou com a introdução da marca Millennium em todas as operações, permitindo a criação de uma identidade comum e transversal no Grupo, com a resultante visibilidade e valorização da marca, com consequências também na redução de custos, permitindo a captura de sinergias, traduzindo-se ainda numa coordenação mais eficaz das estratégias de *marketing* diversificadas.

VII. A Gestão de Riscos e o Controlo Interno assumiram em 2006 um papel particularmente importante face às alterações regulamentares que se antecipam, nomeadamente, a preparação para a implementação do novo Acordo de Basileia II em Janeiro de 2008, destacando-se a opção do Banco pela metodologia mais avançada na avaliação das exigências de capital em relação à carteira de crédito, adoptando o *IRB Advanced* para riscos de crédito e o *Standardized Approach* para o risco operacional em Portugal, Polónia e Grécia. Destaque ainda em 2006 para o lançamento de um projecto de Controlo Interno extensível a todas as operações internacionais e para a consolidação das actividades do Compliance Officer e do Risk Officer.

VIII. A gestão das pessoas foi reafirmada como uma prioridade, procurando-se criar um melhor lugar para trabalhar, medido pelos índices de motivação e satisfação dos Colaboradores. A concretização desta prioridade assenta na avaliação do desempenho e na recompensa, na mobilidade e gestão de carreiras, na formação e em benefícios sociais. Merecem especial destaque, neste âmbito, (i) o Projecto Everest, pelo qual foi efectuada a definição das competências necessárias para as várias funções-tipo; (ii) os Estágios de Verão, para os jovens qualificados das melhores Faculdades; (iii) o Programa de Gestão de Talentos e (iv) a nomeação do Chief Talent Officer.

IX. Foi ainda efectuada a análise, selecção, decisão e empenho na concretização de operações de natureza transformacional, que contemplem oportunidades de crescimento e criação de valor. O lançamento da Oferta Pública de Aquisição sobre o Banco BPI, em 13 de Março de 2006, constituiu uma decisão natural, oportuna e com reconhecida racionalidade estratégica e financeira, a saber: consolidação do mercado doméstico, reforço da posição de liderança, ganhos de dimensão e criação de valor através da obtenção de sinergias. A combinação resultante dos dois bancos originará uma instituição com dimensão e protagonismo reforçados nos contextos português e internacional, potenciando a obtenção de sinergias significativas, a partilha de melhores práticas e competências e a integração dos planos de expansão internacional, reflectindo-se em acréscimos significativos de eficiência, competitividade e valor. Face aos trâmites e prazos processuais subsequentes, prevê-se que a conclusão desta operação venha a ocorrer no primeiro semestre de 2007.

X. A estratégia do Millennium bcp continuará a assentar na melhoria da rendibilidade, consubstanciada na prossecução da optimização do desempenho operacional, na promoção do crescimento que permita sustentar a independência estratégica e gerar valor adicional, em estrito respeito pela gestão criteriosa do capital, criando valor para além das expectativas dos Accionistas e respeitando os interesses de todos quantos têm relacionamento connosco.

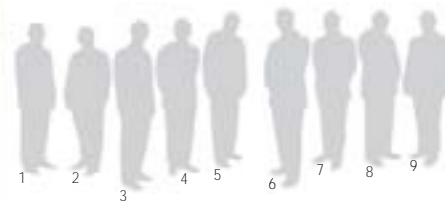


Paulo Teixeira Pinto
Presidente do Conselho de Administração Executivo



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO





1 Boguslaw Kott 2 Francisco de Lacerda
3 António Castro Henriques 4 António Rodrigues
5 Christopher de Beck (Vice-Presidente)
6 Paulo Teixeira Pinto (Presidente) 7 Filipe Pinhal
(Vice-Presidente) 8 Alípio Dias 9 Alexandre Bastos Gomes.



14	Millennium bcp
16	Alterações no Governo Corporativo
24	Estratégia
30	A Identidade Millennium
33	Rede de Distribuição Millennium
34	Colaboradores

O Banco Comercial Português (Millennium bcp) é um caso de sucesso na banca europeia. Criado em 1985, o Millennium bcp é hoje o maior Banco privado em Portugal, com 864 Sucursais, desenvolvendo ainda operações de relevo em mercados internacionais de elevado potencial, dos quais se destacam a Polónia e a Grécia. Detém também operações em Moçambique, Angola, Turquia e Estados Unidos da América. Todas as operações operam sob a marca Millennium. A actividade em Portugal representa 85% dos activos totais, 84% dos recursos totais de clientes, 87% do crédito a clientes e 91% dos resultados líquidos recorrentes.

O Millennium bcp está empenhado na construção de um Banco verdadeiramente multidoméstico, com uma identidade supranacional, enfocado na criação de valor nos mercados seleccionados de acordo com um perfil de risco controlado e elevado potencial de crescimento, tornando-se reconhecido internacionalmente pela excelência e inovação na distribuição de produtos e serviços financeiros.

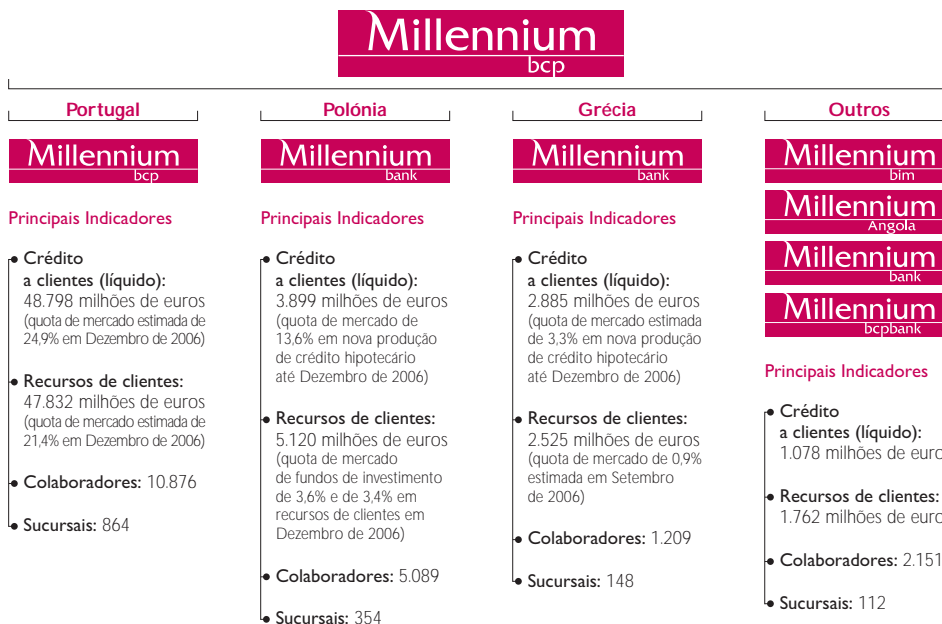
O Millennium bcp oferece uma ampla gama de produtos e serviços, designadamente, produtos de poupança, investimento, crédito imobiliário, crédito ao consumo, banca comercial, leasing, factoring, seguros, banca de investimento, private banking e gestão de activos, entre outros, servindo a sua base de Clientes de forma segmentada. Destaca-se o serviço de banca pela Internet, distinguido a nível europeu pela sua qualidade e inovação: www.millenniumbcp.pt (particulares) e www.millenniumbcp.com (empresas; também disponível em castelhano e inglês).

Desde a sua fundação, o Millennium bcp destaca-se pelo seu dinamismo, inovação, competitividade, elevada rentabilidade e solidez financeira, afirmando-se como líder destacado em várias áreas de negócio financeiro no mercado doméstico e como instituição de referência a nível internacional na distribuição de produtos e serviços financeiros. O BCP apresenta notações de rating de longo prazo elevadas e estáveis: "A1" Moody's / "A" S&P / "A+" Fitch, todos com "Outlook" estável. A capitalização bolsista em 29 de Dezembro de 2006 situava-se em 10,1 mil milhões de euros.

O Millennium bcp tem como objectivo constituir uma referência ao nível da Sustentabilidade, procurando atingir o equilíbrio permanente entre as vertentes económica, social e ambiental.

Estrutura do Grupo

Um Grupo líder focado no negócio de Retalho em Portugal, Polónia e Grécia



ALTERAÇÕES NO GOVERNO CORPORATIVO

O Millennium bcp, consciente de que a confiança na instituição é um requisito fundamental para que se consigam atingir os objectivos definidos, prosseguiu o esforço de melhoria contínua na forma de organização da Sociedade e de criação de mecanismos de fiscalização e controlo que permitam reforçar a sua credibilidade e solidez e aprovou, em 2006, um novo modelo de governo da Sociedade.

Tendo presente as alterações da legislação portuguesa nesta matéria e com base nas melhores práticas de governo societário, o Conselho de Administração Executivo apresentou, na Assembleia Geral Anual, uma proposta de revisão do contrato de Sociedade. O novo modelo de governo dualista adoptado incorpora os principais critérios de avaliação do Bom Governo Societário – equidade, transparência, alinhamento interno e responsabilização – e adopta as práticas que permitem alcançar os objectivos dos melhores modelos de governo societário – separação de funções, especialização da supervisão, controlo financeiro e de gestão, controlo de risco, minimização do conflito de interesses e orientação para a Sustentabilidade.

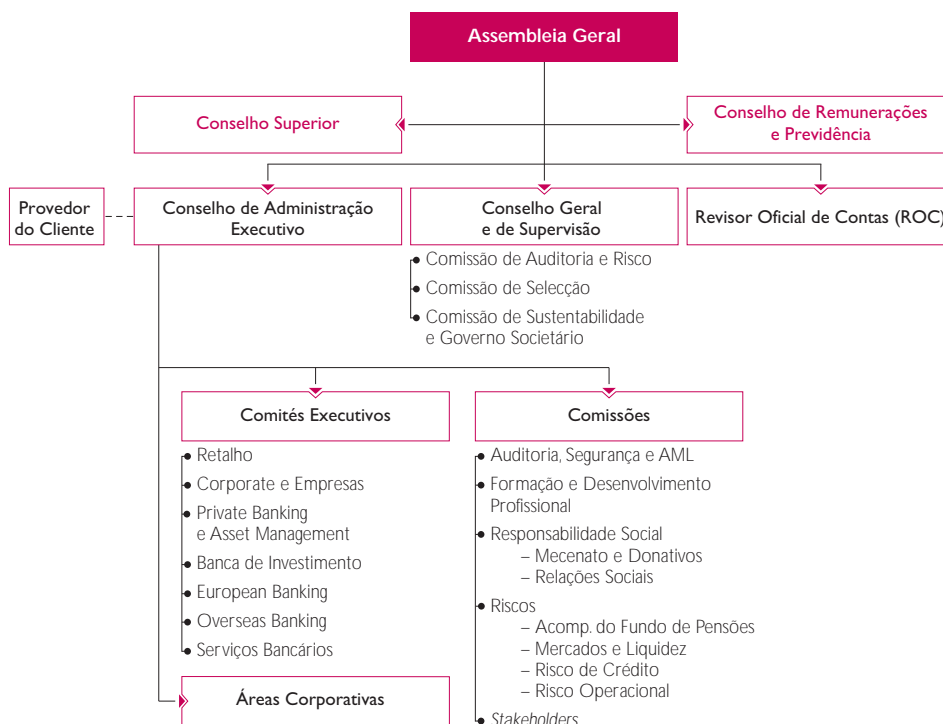
■ Critérios principais em que se baseia o Modelo de Governo Corporativo do Millennium bcp

Equidade	Assegurar a protecção dos direitos de todos os Accionistas, sem esquecer os restantes <i>Stakeholders</i> .
Transparência	Fornecer atempadamente aos Accionistas e demais <i>Stakeholders</i> informação adequada, completa e rigorosa (e comparável) sobre o desempenho da empresa.
Alinhamento Interno	Implementar normas, procedimentos e incentivos na empresa que assegurem o alinhamento do desempenho dos decisores com os interesses dos <i>Stakeholders</i> .
Responsabilização	Garantir a devida responsabilização dos decisores.

Este modelo organizativo cumpre os requisitos definidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e pela Recomendação 2005/162/CE da União Europeia e os critérios nucleares de outras fontes internacionais, como o *Combined Code* e o *Sarbanes Oxley Act*.

Modelo de Governo Dualista

Foi aprovado, na Assembleia Geral Anual, um modelo dualista, que assegura a separação de poderes: gestão executiva, supervisão, e o sistema interno de controlo e equilíbrio entre esses poderes.



Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão máximo da Sociedade e representa a universalidade dos Accionistas, competindo-lhe eleger e destituir a sua própria Mesa, os Membros dos Órgãos de Administração, Supervisão e Fiscalização, o Auditor Externo, aprovar a alteração do contrato de Sociedade, deliberar sobre o relatório e contas e as propostas de aplicação de resultados, sobre as matérias que lhe sejam submetidas a pedido dos Órgãos de Administração e Fiscalização e, em geral, deliberar sobre todas as matérias que lhe sejam especialmente atribuídas pela Lei ou pelo contrato de Sociedade, ou que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da Sociedade.

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada, destacando-se neste caso as deliberações sobre alteração do contrato de Sociedade que devem ser aprovadas por dois terços ou três quartos dos votos emitidos tudo conforme artigo 21.º do dito contrato.

Conselho Superior

Este corpo social, eleito em Assembleia Geral, é exclusivamente composto por Accionistas do Banco. Ao Conselho Superior é cometido o especial acompanhamento da vida social, incumbindo-lhe, mediante parecer prévio, pronunciar-se sobre os mais relevantes aspectos da actividade do Banco e do Grupo, nomeadamente, sobre: política geral de gestão; plano de actividades; orçamentos e planos de investimentos anuais; pedido de convocação de Assembleia Geral e propostas ou relatórios a



submeter a esta; relatório de gestão e contas anuais; extensões ou reduções importantes da actividade da Sociedade e modificações importantes na organização da empresa; mudança de sede; aumentos de capital social e projectos de cisão, fusão e transformação da Sociedade.

Conselho Geral e de Supervisão

O Conselho Geral e de Supervisão é o órgão ao qual compete a supervisão da Sociedade em geral e, em particular, a fiscalização da actividade do Conselho de Administração Executivo e do Revisor Oficial de Contas. O Conselho Geral e de Supervisão é composto por membros em número superior ao do Conselho de Administração Executivo e com maioria de independentes, entendendo-se como tal pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade. O Conselho Geral e de Supervisão tem 11 membros efectivos e 4 suplentes, todos não executivos, sendo qualificados como Independentes 7 dos seus membros. O Presidente do Conselho de Administração Executivo deverá participar nas reuniões do Conselho Geral e de Supervisão, sem direito de voto.

O Conselho Geral e de Supervisão acompanha, fiscaliza, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração Executivo e delibera, nomeadamente, nas seguintes matérias: revisão e parecer sobre Relatório de Gestão e Contas; políticas e sistemas de Controlo Interno; política de Gestão de Riscos; política de *Compliance*; independência do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos; competências e composição do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo do Banco e das empresas subsidiárias; parecer sobre a designação dos membros dos órgãos e corpos sociais do Banco e das empresas subsidiárias; políticas de Sustentabilidade e políticas de Governo da Sociedade. Compete também ao Conselho Geral e de Supervisão emitir voto anual de confiança nos Membros dos Órgãos de Administração, substituir em caso de falta ou impedimento membros do Conselho de Administração Executivo e convocar a Assembleia Geral quando entenda conveniente. O Conselho Geral e de Supervisão é assessorado por três Comissões especializadas, compostas por alguns dos seus Membros Peritos em cada uma das áreas da respectiva especialidade.

O Conselho Geral e de Supervisão dispõe de instalações e estrutura de apoio próprias que integram 9 Colaboradores em regime de exclusividade de funções.

Para informação mais detalhada sobre a actividade prosseguida pelo Conselho Geral e de Supervisão, remete-se para o respectivo relatório de actividade, a submeter à Assembleia Geral Anual de 2007, incluído no volume II do Relatório e Contas.

Comissões Especializadas e respectivas funções

O Conselho Geral e de Supervisão tem capacidade para nomear Comissões, que o coadjuvarão no exercício das respectivas funções. Sem prejuízo de outras que entenda instituir, o Conselho Geral e de Supervisão nomeará obrigatoriamente uma Comissão de Auditoria e Risco, uma Comissão de Selecção e uma Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário.

As Comissões terão a composição que em cada momento for determinada pelo Conselho Geral e de Supervisão, incluindo obrigatoriamente pelo menos dois Membros Conselheiros efectivos, que exercerão as funções de Presidente e Vice-Presidente. Para além dos Membros Conselheiros, poderão ainda integrar as mesmas Membros Peritos, cuja nomeação se justifique em consequência do contributo que, em função da respectiva formação académica e experiência profissional, possam trazer ao bom funcionamento e desempenho de cada Comissão, devendo estes últimos celebrar com a Sociedade contrato de perito, a outorgar pelo Conselho Geral e de Supervisão.



Comissão de Auditoria e Risco

Sendo o Banco Comercial Português uma sociedade com acções admitidas à cotação, a Lei impõe que seja delegada numa Comissão a responsabilidade pelo desempenho das funções de fiscalização das matérias financeiras, devendo esta comissão integrar pelo menos um membro independente com curso superior adequado ao exercício das funções e conhecimentos de auditoria e contabilidade. Esta Comissão foi nomeada na primeira reunião do Conselho Geral e de Supervisão, tendo adoptado a denominação de Comissão de Auditoria e Risco.

A Comissão de Auditoria e Risco coadjuva e aconselha o Conselho Geral e de Supervisão em matérias relativas ao Relatório de Gestão e Contas do Exercício, aos Sistemas de Controlo Interno, à política de Gestão de Riscos, à política de *compliance*, independência do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos.

Competem à Comissão de Auditoria e Risco as funções referidas nos n.º 5 e 6 do artigo 432.º e nas alíneas f) a o) do artigo 441.º do Código das Sociedades Comerciais e ainda todas as matérias que lhe forem submetidas pelo Presidente do Conselho Geral e de Supervisão ou por deliberação do Conselho Geral e de Supervisão.

À **Comissão de Selecção** compete emitir parecer sobre as competências necessárias à composição do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo e sobre o preenchimento de eventuais vagas ocorridas neste último. Poderá ainda emitir parecer sobre as listas de órgãos e corpos sociais no contexto de preparação das assembleias gerais electivas e, quando solicitado, emitir parecer sobre o voto anual de confiança nos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização.

Compete à **Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário** propor as linhas gerais da política de governo societário do Banco, apoiando e supervisionando o Conselho de Administração Executivo na sua execução, bem como propor a definição da estratégia de desenvolvimento sustentado e responsabilidade social da actividade da Sociedade, no respeitante à criação e reforço das condições para o seu crescimento sustentado, nas vertentes económica, ambiental e social.

Conselho de Administração Executivo

O Conselho de Administração Executivo exerce poderes de administração da Sociedade e, de acordo com o modelo de governo dualista adoptado pelo Banco, apenas integra membros executivos, competindo-lhe os mais amplos poderes de gestão e representação da Sociedade. O Conselho de Administração Executivo é eleito em Assembleia Geral e o mandato actualmente em curso é de 2005/2007.

No que respeita à organização interna da Sociedade e à estrutura de decisão, importa referir a existência de um conjunto de Comitês e Comissões que, para além dos Administradores a quem tenha sido cometido o especial acompanhamento das matérias do âmbito de actuação dos mesmos, integram ainda os Colaboradores do Banco ou do Grupo primeiros responsáveis pelas respectivas áreas. Este modelo organizacional foi implementado em 2005 e baseia-se numa estrutura assente em Comitês de Coordenação Executiva e Comissões Societárias, orientada por princípios de gestão que privilegiem a capacidade de decisão e responsabilização pelos resultados atingidos.

Comitês Executivos

Existem 7 Comitês Executivos: Retail; Corporate e Empresas; Private Banking e Asset Management; Banca de Investimento; European Banking; Overseas Banking; e Serviços Bancários. O objectivo dos Comitês Executivos é facilitar a articulação das decisões de gestão corrente, envolvendo a Direcção de topo das unidades integradas em cada uma das Áreas de Negócio e na Unidade de Serviços Bancários, com a missão de alinhar perspectivas e suportar a tomada de decisões de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo.



Comissões

As Comissões Societárias acompanham e monitorizam as actividades do Banco em diversas áreas de intervenção: Auditoria, Segurança e Anti-Money Laundering (AML), Formação e Desenvolvimento Profissional; Responsabilidade Social; Riscos.

Foi constituída a Comissão de *Stakeholders*, órgão consultivo do Conselho de Administração Executivo e de relacionamento com os principais *Stakeholders*, composta por representantes de Accionistas, Trabalhadores, Consumidores, Fornecedores e por convite a individualidades de mérito e prestígio reconhecidos.

Provedor do Cliente

O Provedor do Cliente é uma entidade independente que tem por missão a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos Clientes do Millennium bcp que se lhe dirijam, recomendando a adopção ou alteração de práticas ou procedimentos.

A sua actuação está disciplinada pelo Regulamento do Provedor do Cliente, que pauta os procedimentos pelos princípios da imparcialidade, celeridade, gratuidade e confidencialidade. A figura do Provedor do Cliente está adequadamente divulgada no portal do Millennium bcp no *link* do Provedor, no qual se presta informação, designadamente, do modo como devem ser deduzidas as reclamações ou queixas, tendo-se acesso directo ao Regulamento.

Em 2006, o cargo de Provedor do Cliente continuou a ser desempenhado pelo Sr. Dr. Eduardo Consiglieri Pedroso, pessoa com reconhecida competência e larga experiência na actividade bancária, sem vínculo laboral ao Banco Comercial Português ou a sociedade ou instituição por este controlada. Dispõe de gabinete e estruturas de funcionamento próprias, com três Colaboradores em exclusividade.

Revisor Oficial de Contas (ROC)

No modelo dualista adoptado pelo Banco Comercial Português, compete ao Revisor Oficial de Contas (ROC), designadamente, verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos, a exactidão dos documentos de prestação de contas, as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, devendo elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora.

O ROC é eleito pelos Accionistas em Assembleia Geral por mandatos de três anos, sendo o mandato em curso de 2005/2007. A função é desempenhada pela sociedade KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Vitor Ribeirinho, sendo Suplente Ana Cristina Soares Valente Dourado.

Conselho de Remunerações e Previdência

Este Conselho fixa a remuneração do Conselho de Administração Executivo e aprova a política orientadora dessa mesma remuneração. Esta política foi, exaustivamente, divulgada no relatório do Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2005, e será, na Assembleia Geral que aprovar as contas de 2007, submetida à apreciação dos Accionistas. Este Conselho é composto por Accionistas eleitos em Assembleia Geral, sendo o mandato em curso de 2005/2007, e tem a seguinte composição:

Presidente: António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves
Vogais: João Alberto Ferreira Pinto Basto
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Política de Remuneração do Conselho de Administração Executivo

De acordo com as melhores práticas, foi estabelecido que o Conselho de Remunerações e Previdência, órgão que emana da Assembleia Geral, fixa as Remunerações para os membros do Conselho de Administração Executivo. Todos os membros do Conselho de Remunerações e Previdência são Accionistas.

No final do exercício de 2005, o Conselho de Remunerações e Previdência aprovou a política de remuneração em vigor, que foi levada ao conhecimento dos Senhores Accionistas por ter sido incluída no Relatório do Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2005.

Os componentes da remuneração total são:

- Remuneração Anual Fixa: o Conselho de Remunerações e Previdência, com base em *benchmarks* internacionais, fixa a remuneração do Presidente, variando as dos Vice-Presidentes entre 85% e 60%, e as dos vogais entre 60% e 40%, ambas em função da do Presidente;
- Remuneração Anual Variável: até 350% da Remuneração Anual Fixa (depende do cumprimento de objectivos fixados);
- Remuneração Plurianual Variável: até 250% da Remuneração Anual Fixa (depende do cumprimento de objectivos de médio prazo definidos para a remuneração anual variável).

A Remuneração Variável é função do desempenho do Banco face a *benchmark* nos seguintes indicadores:

- Rendibilidade Total para o Accionista;
- Rendibilidade do Capital Próprio;
- Rácio de Eficiência;
- Crescimento das Receitas e Resultado Líquido.

Para além desta componente comum, é efectuada uma avaliação individual que incorpora o desempenho das áreas de negócio geridas, face ao ano anterior, sendo igualmente feita uma avaliação qualitativa da capacidade de liderança e do contributo para a imagem e representação do Banco.

Pelo exercício das respectivas funções, os membros do Conselho de Administração Executivo não recebem compensações adicionais às que são comunicadas pelo Banco.

Regime de reforma

Nos termos do deliberado pelo Conselho de Remunerações e Previdência, têm direito a complemento de reforma os membros do Conselho de Administração Executivo com carreira contributiva principal em Portugal, que atinjam 65 anos de idade ou completem 30 anos de actividade profissional ou que fiquem em situação de invalidez permanente para o trabalho.

O Banco Comercial Português apresenta o Relatório de Governo da Sociedade no Volume II do Relatório e Contas.





Avaliação Independente da Heidrick & Struggles

Em seguida transcreve-se o quadro indicativo da avaliação independente elaborada pela Heidrick & Struggles ao Modelo de Governo do Grupo BCP, tendo em consideração o cumprimento das Boas Práticas Internacionais, nomeadamente o Estilo de Governo, a Composição dos seus respectivos Órgãos de Governo e o Nível de Transparência na Comunicação e Compromisso com os princípios e Boas Práticas de *Corporate Governance*.

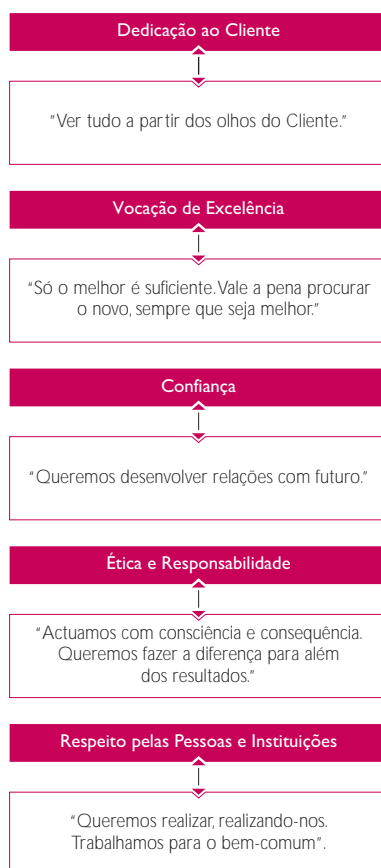
Estrutura	A estrutura do Modelo de Governo do Grupo BCP é Dualista.
Compromisso com o <i>Corporate Governance</i>	Aparece claramente comunicado o compromisso do Grupo BCP com os princípios e boas práticas do <i>Corporate Governance</i> nacionais e internacionais.
Número de Comitês ao serviço do Conselho (função de Supervisão)	O número de Comitês com funções de supervisão dos órgãos de governo do Grupo BCP são 4, onde estão incluídas as funções do Conselho de Remunerações e Previdência, Comissão de Auditoria e Risco, Comissão de Selecção e Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário. Esta estrutura de Comitês de suporte transforma o Modelo de Governo do Grupo BCP numa boa prática internacional.
Presença de Membros não Executivos Independentes no Órgão de Supervisão	O Conselho Geral e de Supervisão do Grupo BCP tem mais de 50% dos seus membros independentes. Este estatuto de independência pode ser verificado em função dos critérios da CMVM, do <i>Combined Code</i> inglês, das recomendações da União Europeia e do <i>Sarbanes Oxley</i> . Uma vez mais esta política faz do Modelo de Governo do Grupo BCP uma boa prática internacional.
Presença de Membros Estrangeiros nos Órgãos de Governo	A existência de mais de dois membros estrangeiros nos órgãos de supervisão do Grupo BCP reforçam a classificação do seu Modelo de Governo como uma boa prática internacional, e em simultâneo facilitam a adaptação e o contributo multicultural, reforçando a aposta de expansão internacional do Grupo.
Presidência de todos os Comitês de Suporte à Função de Supervisão	Todos os Comitês de suporte à função de supervisão são presididos por Membros Não Executivos, como é recomendado pelas boas práticas internacionais.
Presença de Membros Não Executivos Independentes nos Comitês de Suporte da Função de Supervisão	Em todos os Comitês de suporte à função de supervisão do Modelo de Governo do Grupo BCP pode verificar-se a presença de Membros Não Executivos Independentes (conforme recomendado para uma boa prática internacional em <i>Corporate Governance</i>). Adicionalmente, todos eles são constituídos exclusivamente por Membros Não Executivos, o que reforça a classificação do Modelo de Governo do Grupo como uma boa prática internacional.

Estão claramente identificados todos os Membros Não Executivos Independentes do Órgão e Supervisão?	Sim.
Está claramente comunicado o número de reuniões dos Órgãos de Supervisão, Gestão e os seus Comités de Suporte?	Sim.
É feita a divulgação da idade de cada Membro dos Órgãos de Supervisão e de Gestão?	Sim.
É comunicado o início e o fim de mandato de cada Membro Executivo e não Executivo?	Sim.
Estão identificadas as principais posições executivas?	Sim.
Estão identificadas as posições dos Membros noutros Órgãos Sociais?	Sim.
É comunicado o número de acções do Grupo que possui cada um dos membros do CGS e do CAE?	Sim.
É claramente explicado o modelo de compensação dos Membros do Conselho de Administração Executivo?	Sim.
É feita a divulgação entre a remuneração dos Membros Executivos e Não Executivos?	Sim.
É feita a divulgação individual da remuneração de cada membro do CGS e do CAE?	Não, mas está claramente explicada a razão porque não é feita esta divulgação.
Está claramente identificada e comunicada a lista dos Membros de cada um dos Comités de suporte à Função de Supervisão?	Sim.

De acordo com a Heidrick & Struggles, o Millennium bcp obteve uma classificação de 97% no modelo de avaliação de *Corporate Governance*, sendo a primeira vez que um Banco português entrou no segmento Q3 (o segmento com as melhores classificações), passando a ser considerado uma das melhores instituições financeiras europeias nesta matéria.



Valores



Visão, Aspiração, Prioridades de Actuação e Valores da Empresa

O Millennium bcp pretende afirmar-se como um Banco verdadeiramente multidoméstico, com uma identidade supranacional, enfocado na criação de valor nos mercados seleccionados de acordo com um perfil de risco controlado e elevado potencial de crescimento, tornando-se reconhecido internacionalmente pela excelência e inovação na distribuição de produtos e serviços financeiros.

O aprofundamento do programa de refundação foi erigido, desde 2004, como a prioridade de actuação do Grupo, tendo sido reafirmados os seguintes compromissos estratégicos:

- Curto prazo: materializar na plenitude os compromissos de rentabilidade e crescimento assumidos no Programa Millennium – um programa integrado conducente à melhoria da rentabilidade consolidada e ao fortalecimento dos capitais próprios e valor do Banco até 2006;
- Médio prazo: concretizar um Banco verdadeiramente multidoméstico, através de crescimento rentável e captura de sinergias nos três mercados principais;
- Longo prazo: sustentar a independência estratégica, procurando superar as expectativas dos Accionistas quanto à criação de valor e respeitando as relações com todos os *Stakeholders*.

Perseguir a excelência em termos de eficiência, serviço ao Cliente e inovação e procurar oportunidades de crescimento disponíveis que acrescentem valor e em estrito respeito pela disciplina de capital, são os novos desafios que se deparam ao Millennium bcp. Para consolidar e alavancar as suas vantagens competitivas, o Grupo estabeleceu como prioridades de actuação comuns a toda a organização:

- Inovação das propostas de valor (crescimento em receitas e recursos);
- Excelência operativa (nível de serviço: melhoria sustentada da eficiência);
- Crescimento em todos os negócios estratégicos (base para independência estratégica);
- Agilidade da organização (orientada ao desempenho);
- Gestão eficiente do capital (enfoque nos negócios estratégicos, gestão do risco).

Princípios-base da estratégia do Millennium bcp

A estratégia do Millennium bcp norteia-se pelos seguintes princípios-base:

- Gestão criteriosa dos fundos próprios, tendo em vista a optimização da sua alocação, consubstanciada no reforço do enfoque nos mercados prioritários e na gestão criteriosa dos riscos e garantindo a sua adequação face às exigências prudenciais e de mercado;

- Melhoria da rentabilidade, consubstanciada na prossecução da optimização da *performance* operacional, através da maximização da *performance* operacional do negócio actual, com especial relevo para o Programa Millennium, e para iniciativas de aproveitamento de oportunidades de melhoria da eficiência, através do redimensionamento do quadro de Colaboradores, racionalização e realocação dos recursos, reengenharia de processos e aumento dos níveis de produtividade de forma sustentada; da preparação para a eventual integração do Banco BPI, S.A. (Banco BPI ou BPI) na sequência da Oferta Pública de Aquisição de acções representativas do capital social do Banco BPI, S.A., lançada a 13 de Março de 2006; e da continuação da optimização das operações na Polónia e na Grécia;
- Promoção do crescimento, através do reforço da presença em outros mercados (Polónia e Grécia) e do desenvolvimento de opções de crescimento em novas áreas ou nichos de mercado de forma oportunística (Angola e Roménia).

Disciplina na Gestão do Capital

Em 2006, foram realizadas operações importantes de alienação ou redução de exposição em activos não estratégicos.

Em Janeiro de 2006, concluiu-se a alienação da participação de 50,001% no capital social do Interbanco, S.A., transacção anunciada em 4 de Agosto de 2005. O adquirente foi o Santander Consumer Finance, S.A., entidade nomeada pela SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., no âmbito do exercício de um direito de preferência. O preço de venda daquela participação foi de 110 milhões de euros. A mais-valia decorrente desta alienação foi de 82 milhões de euros, a que correspondeu um impacto positivo de 20 pontos base no rácio *core tier I*.

Em Julho de 2006, o Banco Comercial Português concretizou a alienação de 80,1% do capital da Banque BCP França e Luxemburgo à instituição financeira francesa Groupe Caisses d'Epargne, pelo preço global de 120 milhões de euros, mantendo o Banco Comercial Português uma participação de 19,9% em cada uma das instituições. Entraram também em vigor os acordos de cooperação com a entidade adquirente, com vista a prosseguir a prestação de serviços bancários no âmbito das remessas financeiras provenientes daqueles dois mercados. A mais-valia decorrente desta alienação foi de 41 milhões de euros, a que corresponde um impacto positivo de 13 pontos base no rácio *core tier I*.

Em Agosto de 2006, o Banco Comercial Português celebrou um acordo com a instituição financeira canadiana BMO Financial Group (ex-Bank of Montreal) para alienação de 100% do capital do bcpbank Canada. Esta alienação foi concluída em Dezembro de 2006, pelo valor de 41 milhões de dólares canadianos, cerca de 27 milhões de euros. A transacção gerou uma mais-valia, antes de impostos, de 8 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 3 pontos base em *core tier I*.

Em Novembro de 2006, foi celebrado um acordo entre o Banco Comercial Português e o Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português e a EDP – Energias de Portugal, tendo em vista a alienação da totalidade da participação do Millennium bcp, representativas de 23,062% do capital social da ONI SGPS, pelo valor de 3 euros. Considerando o valor a que tais participações se encontravam já registadas nos livros do Banco e do Fundo de Pensões, destas alienações não decorre impacto nas respectivas conta de resultados e situação patrimonial. Adicionalmente, o Banco Comercial Português acordou ceder à EDP os créditos sobre o Grupo ONI. Considerando o valor contabilístico,



líquido de provisões, a que tais créditos se encontravam registados, desta cedência não decorre qualquer impacto na conta de resultados do Banco.

A par destas medidas foi ainda realizada uma operação de securitização de crédito hipotecário Magellan Mortgages No4 no montante de 1.500 milhões de euros, cuja colocação internacional decorreu com notável sucesso. Destaca-se também a operação de securitização de crédito hipotecário de 600 milhões de euros do Millennium bank na Grécia, a primeira operação desta natureza efectuada por uma subsidiária de um banco Português.

Melhoria da Rendibilidade

A consolidação da posição de liderança em Portugal integra-se num plano mais vasto conducente à melhoria sustentada da rendibilidade consolidada – Programa de Refundação Millennium, através de um conjunto de iniciativas orientadas à dinamização do negócio, para a melhoria dos indicadores de retenção de Clientes, para uma definição mais rigorosa do *pricing* e para a optimização do modelo de distribuição multicanal. As principais iniciativas incluídas no Programa Millennium, com o objectivo de aumentar a rendibilidade, são as seguintes:

- Na Área de Retalho, os programas “Mais Prestige” – reforço da posição no segmento *Affluent* através da dinamização das vendas e da proposta de valor, e “M3” – reforço da relação com o Cliente e aumento da produtividade na venda;
- Na Área de Corporate e Empresas – incremento das receitas e redução dos custos através da dinamização das vendas e da optimização das margens;
- Gestão optimizada do “*Pricing/Ofer*ta” – visando racionalizar a oferta em todos os produtos, melhorando a proposta de valor e rendibilidade.

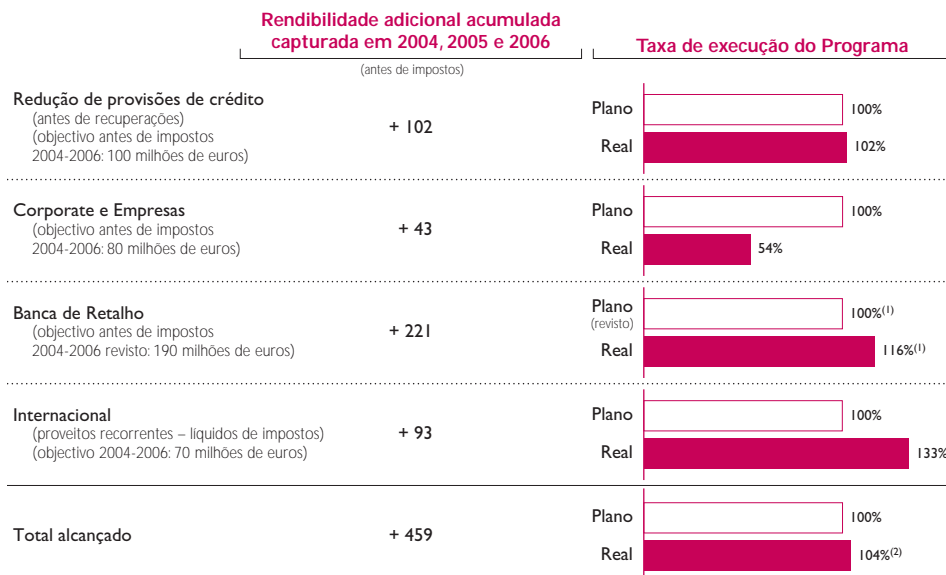
Foram também adoptadas as seguintes iniciativas em termos de optimização de custos:

- Na Área de Processos Corporativos – objectivo de redução em 30% dos custos de estrutura;
- Na Área Operacional – simplificação dos processos, reduzindo custos e simultaneamente optimizando os níveis de serviço através da identificação de programas que visam uma verdadeira transformação operacional;
- Enfoque na gestão de risco de crédito, introduzindo melhorias nos *workflows* de crédito, sistemas de alerta, sistemas de rating, colaterais e processo de recuperação de crédito.

O objectivo do Programa Millennium, anunciado em 2003 para o período de 2004 a 2006, consistia em aumentar os resultados líquidos em 310 milhões de euros através do aumento das receitas nos segmentos de Retalho e Corporate e Empresas, redução das provisões de crédito e aumento da rentabilidade das operações internacionais. No início de 2006, e face aos bons resultados obtidos até 2005 no segmento de Retalho, o objectivo decorrente do Programa Millennium foi revisto em alta, consistindo em capturar cerca de 100 milhões de euros de receitas adicionais em 2007, relativamente aos objectivos iniciais de 2006. Os objectivos de aumento das receitas do Retalho foram também revistos em alta em cerca de 65 milhões de euros face ao objectivo inicial para 2006.

Grau de execução do Programa Millennium

Milhões de euros



(1) Taxa de execução face ao novo objectivo (antes de imposto) de 190 milhões de euros em 2006.

(2) Face ao objectivo acumulado revisito para final de 2006 de 440 milhões de euros (antes de imposto).

Os objectivos de aumento da rendibilidade foram excedidos em 4% e 22% acima do objectivo inicial, impulsionados pelos excelentes resultados obtidos no Retalho e na área internacional, verificando-se o cumprimento dos exigentes objectivos de redução do custo do risco de crédito. Estas três áreas compensaram, em larga medida, as redes Corporate e Empresas, que ficaram aquém do esperado, e onde as condicionantes concorrenciais de mercado e o enquadramento macroeconómico limitaram o crescimento das receitas.

No Retalho, os objectivos de crescimento de receitas foram superados, registando um grau de cumprimento de 116% (177% face ao objectivo inicial), atingindo 221 milhões de euros, na sequência do enfoque e sistematização das melhorias introduzidas pelas iniciativas do Programa Millennium, nomeadamente, o "M3", o Programa "Prestige", a gestão optimizada do "Pricing/Oferita" os Planos de Contactos Obrigatórios e iniciativas de reforço comercial e de relacionamento. Salienta-se a evolução do Mass Market, que contribuiu com 56% deste valor, com 124 milhões de euros para o crescimento das receitas, significativamente acima dos objectivos, tendo os segmentos Prestige e Negócios atingido plenamente as expectativas, adicionando 47 milhões e 50 milhões de euros, respectivamente, verificando-se um grau de cumprimento de 119% e 100%.

Os resultados das iniciativas na área do crédito e recuperações registam um grau de cumprimento de 102%, representando uma evolução favorável do custo do risco de crédito de 48 p.b. do saldo da carteira em 2006.

Por último, no âmbito das iniciativas de melhoria da rendibilidade, o Millennium bcp prosseguiu a optimização das operações na Polónia e na Grécia. Na Polónia, os principais objectivos consistem: na optimização da eficácia comercial do Retalho e no desenvolvimento da força de vendas *Affluent* e *Corporate*, aumentando o *cross-selling*; na sustentação da posição de *category killer* em crédito imobiliário; e na criação de uma unidade de crédito ao consumo. Na Grécia, os principais objectivos passam pelo alargamento da oferta de produtos, reestruturação da presença nos segmentos de





Negócios e Private Banking e pelo desenvolvimento de um *corporate desk*. A área internacional excedeu os objectivos propostos, registando um cumprimento de 133% e um acréscimo de 93 milhões de euros de proveitos recorrentes, líquidos de imposto.

Os resultados obtidos nas operações internacionais confirmam a concretização da ambição de criação de um Banco multidoméstico, baseado nas vantagens competitivas do Millennium bcp e dos diferentes segmentos em que opera, na capacidade de adaptação de modelos de negócio às diferentes realidades locais, aproveitando as competências de cada país e partilhando as melhores práticas, na sua experiência em desenvolver operações em economias em convergência para o euro, nas suas fortes capacidades de inovação e renovação, bem como na continua procura de superar os *benchmarks* mais adequados e ambiciosos para cada país, segmento ou área de suporte.

Para além das iniciativas compreendidas no Programa Millennium, iniciaram-se os trabalhos de preparação para a eventual integração do Banco BPI, em caso de sucesso da Oferta Pública de Aquisição.

O lançamento do anúncio preliminar de uma Oferta Pública Geral de Aquisição de acções representativas do capital social do Banco BPI, S.A., no dia 13 de Março de 2006, que se enquadra no segundo princípio base da estratégia definida e prosseguida pelo Millennium bcp, de melhoria da rentabilidade, constituiu uma decisão natural, oportuna e com evidente racionalidade estratégica e financeira: consolidação do mercado doméstico, reforço da posição de liderança, ganhos de dimensão e criação de valor através da obtenção de sinergias. A combinação resultante dos dois bancos irá originar uma instituição com dimensão e protagonismo reforçados nos contextos português e internacional, potenciando a obtenção de sinergias significativas, a partilha de melhores práticas e competências e a integração dos planos de expansão internacional, reflectindo-se em acréscimos de eficiência e competitividade. A integração do Banco BPI estimulará a inovação das propostas comerciais e a melhoria dos níveis de serviço prestado aos Clientes e criará novas oportunidades e desafios para os Colaboradores das duas instituições, em virtude da maior escala e diversidade das operações.

Promoção do Crescimento

A agenda estratégica de 2006 incluiu um conjunto de iniciativas orientadas para promover o crescimento, que podem ser enquadradas em duas categorias: reforçar a presença nos diversos mercados onde o Grupo opera e desenvolver opções de crescimento em novas áreas ou nichos de mercado de forma oportunística.

Na primeira categoria, inclui-se a expansão da rede de balcões na Polónia e na Grécia. Na Polónia, a abertura de novos balcões irá coincidir com a implementação de um novo modelo de distribuição e de segmentação do negócio. Na Grécia, irá manter-se uma forte concentração da rede de balcões em Atenas e Tessalónica, devendo as aberturas de novos balcões focar-se em áreas com cobertura limitada pelo Novabank. Os novos balcões deverão incrementar significativamente os resultados a partir de 2009. O objectivo último consiste no reforço das operações na Polónia e na Grécia através da captura exhaustiva do potencial dos programas em curso de optimização da rentabilidade e da abertura de 180 balcões na Polónia e 128 na Grécia, até 2008. A aspiração de atingir relevância nestes dois mercados, Polónia e Grécia, está relacionada com a captura de uma parcela acrescida do crescimento futuro destes mercados, procurando situar estas operações no top 5 e/ou atingir 10% de quota de mercado a médio prazo.

Em Novembro de 2006, lançou-se uma Oferta Pública de Aquisição parcial de até 135.869.073 acções do Millennium bank, S.A., da Polónia, correspondentes a 16% do respectivo capital social, ao preço de 7,30 zlotis por acção. Em Dezembro, foi concluída esta Oferta Pública de Aquisição, tendo sido adquiridas

131.701.722 acções, representando 15,51% do capital e direitos de voto, ao preço de 7,30 zlotis por acção, a que corresponde o contra-valor total de 253,2 milhões de euros. O Banco Comercial Português elevou, assim, a sua participação para 556.325.794 acções, correspondentes a 65,51% do capital e direitos de voto.

Na segunda categoria, inclui-se o anúncio do lançamento em 2007 de uma operação de raiz na Roménia, a fim de capturar uma quota relevante num mercado de acelerado crescimento através de uma rede de balcões focada, complementada por uma abordagem de especialista; o desenvolvimento das operações em Angola através de um projecto de abertura de Sucursais para capturar o elevado potencial de crescimento do mercado e a ambição de ser líder em Angola; e o desenvolvimento e internacionalização do Banco de investimento.

No que respeita a esta última dimensão, a ambição passa pela criação de um Banco de Investimento multidoméstico, actuando de forma independente face às unidades de negócio de Retail e Corporate e Empresas, desenvolvendo uma estratégia própria enquadrada numa cultura mais empreendedora e internacional. A Visão assenta nas seguintes vertentes: presença internacional localizada (Portugal, Polónia, Grécia, Angola e outros mercados Millennium), ser a primeira escolha dos Clientes, ser uma referência para talentos e ser um membro forte do Grupo, com um contributo relevante para os resultados do Grupo. Ao nível do Posicionamento Estratégico, as principais mensagens consistem na exploração do *franchise* existente em Portugal, enfocando em oportunidades específicas; em alavancar o relacionamento existente e criar capacidade de originação e execução na Polónia, Grécia e Angola; e a nível internacional, em alavancar o relacionamento com bancos e empresas para entrada nos respectivos mercados de implantação e possibilitar a Clientes portugueses uma porta de entrada para mercados onde o Millennium bcp esteja presente.

Uma palavra para o processo de mudança de marca das operações internacionais, traduzido na efectivação da harmonização da imagem das operações internacionais com a do Millennium bcp, a nível de identidade, nome e logótipo. Os objectivos do alinhamento das operações internacionais prendem-se com tirar partido das sinergias internacionais, aumentando a força da marca a nível mundial, reduzindo os custos associados a campanhas de *marketing* e permitindo a coordenação das estratégias de *marketing*.

Objectivos financeiros

Na sequência da estratégia anunciada, o Millennium bcp anunciou os seguintes objectivos financeiros, que o Banco se comprometeu a alcançar até ao final de 2008:

Objectivos financeiros 2005-2008	Descrição
Crescimento	Crescimento médio anual das receitas de dois dígitos.
Eficiência em custos	Rácio de eficiência inferior a 50% em 2008; IPC-2% (Portugal). Custo do risco não superior a 30 p.b. ao longo do ciclo económico.
Rendibilidade	20% de crescimento médio anual de resultados por acção (2005-2008). ROE entre 17 e 20% para as operações internacionais em 2008.
Disciplina de capital	Mínimo de 5,5% para o rácio de capital <i>core tier I</i> .



A IDENTIDADE MILLENNIUM

A afirmação da marca Millennium

O processo de mudança de marca de todas as operações do Grupo foi concluído em 2006, prosseguindo no espírito da Refundação e constituindo uma peça significativa na criação de um Banco multidoméstico. A introdução da marca Millennium em todas as operações permitirá não apenas criar uma identidade transversal no Grupo, com a conseqüente visibilidade e valorização da marca, como também deverá conduzir à redução de custos, à captura de sinergias internacionais, e traduzir-se na melhor coordenação das estratégias de *marketing*.

Ao longo do ano, e à semelhança do processo que o Millennium bcp começou em Portugal em 2003, as diferentes operações internacionais iniciaram o processo de harmonização da imagem, a nível de identidade, nome e logótipo. O Bank Millennium na Polónia, o Novabank na Grécia e o BankEuropa na Turquia foram transformados em Millennium bank. Em Moçambique, o BIM adoptou a marca Millennium bim. Nos Estados Unidos da América, o bcpbank transformou-se em Millennium bcpbank e o Banque Privée BCP mudou para Millennium Banque Privée. Foi também estabelecido um novo Banco em Angola já com a nova marca.

Todos os Bancos adoptaram, nas diversas línguas, o lema do grupo “A vida inspira-nos”.



Angola



EUA



Na Polónia, o processo de mudança de marca teve início em Janeiro de 2006 e envolveu a renovação das Sucursais e ATM, a mudança de identidade gráfica (logótipo e assinatura), a substituição da sinalética, estacionário, *merchandising* e *templates*, a renovação do sítio na Internet, a comunicação a *Stakeholders*, culminando na conferência de imprensa de anúncio do processo de mudança de marca nas operações internacionais, seguida de campanhas publicitárias multi-meios. Após o processo de mudança de marca, os resultados foram bastante positivos, tendo-se assistido a um crescimento da notoriedade da marca. O processo de alinhamento da marca foi anunciado na Grécia em Novembro de 2006 e concluído em Dezembro, compreendendo a mudança da identidade gráfica, a comunicação a *Stakeholders*, a renovação de Sucursais e ATM (que se estendeu por Janeiro de 2007), a renovação da Internet, Intranet e *Newsletter*, e a renovação da TV interna: Millennium TV.

Durante o ano, foi anunciada a expansão da rede Millennium na Polónia em 158 balcões, objectivo posteriormente revisto para 180 balcões, e 110 balcões na Grécia entre 2006 e 2008, representando um acréscimo da rede de distribuição em 48% e 90%, respectivamente. A significativa expansão da rede contribuirá não apenas para o crescimento do grupo e a melhoria dos resultados em 2009, mas também para reforçar a importância e a abrangência da marca Millennium no mundo e em especial nestes países, reafirmando o compromisso do Millennium bcp com os mercados prioritários.



Grécia



Moçambique



Em Angola, o processo de mudança de marca foi apresentado em Abril de 2006 e a sua operacionalização consistiu na inauguração do Banco, com a presença conjunta dos Primeiros-Ministros de Portugal e Angola. Foi anunciado um plano de expansão com abertura de balcões, num total de 20 até ao final de 2007. Para além do desenvolvimento de acções de comunicação, foi lançado um sítio na Internet e foram lançados cartões de débito com a nova imagem.

Em Moçambique, a operacionalização do processo de mudança de marca, anunciado em Maio de 2006, apoiou-se no desenvolvimento de acções de comunicação de elevada visibilidade. Os resultados destas acções foram bastante positivos, tendo sido obtida a liderança em número de notícias publicadas e uma resposta positiva de Clientes, parceiros e meios de comunicação social.

No final do terceiro trimestre de 2006, o bcpbank adoptou também a marca Millennium e a assinatura "A Vida Inspira-nos". Coincidindo com a introdução da nova marca, foi implementado um novo plano de desenvolvimento a médio prazo para o mercado norte-americano. O Millennium bcpbank pretende reforçar as suas plataformas organizacionais e de serviço de forma a preparar-se para o futuro.



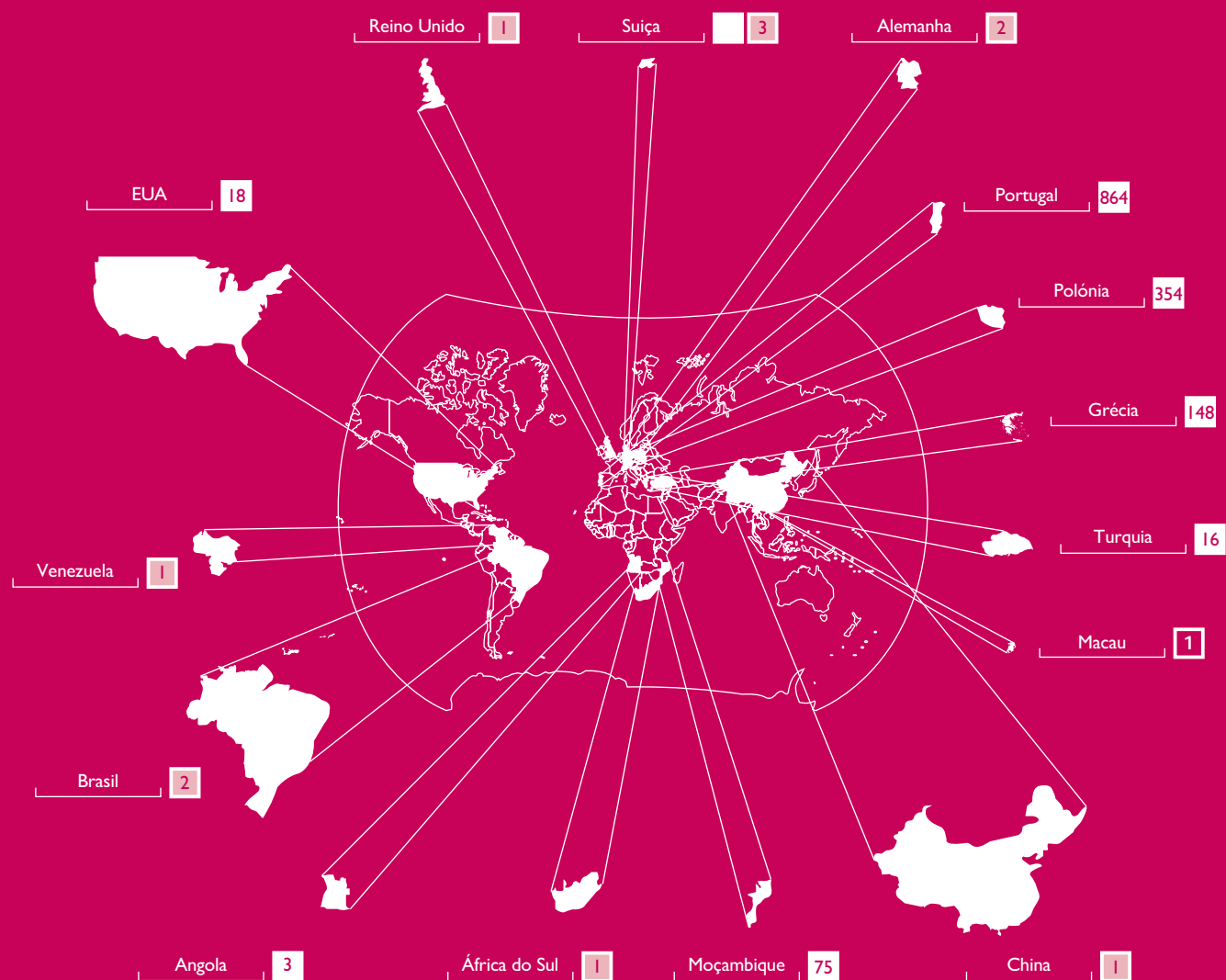
Polónia



Portugal



REDE DE DISTRIBUIÇÃO MILLENNIUM



- Bancos (N.º Sucursais)
- Escritórios de representação
- Sucursais



COLABORADORES

Em 2006, o Millennium bcp atingiu 19.325 Colaboradores. Portugal mantém o maior peso no Grupo, representando 56% do total. A área internacional representa já 44% do número de Colaboradores, que atingiram 8.449 no final do ano.

Colaboradores

	2006	2005	Var. % 06/05
Retalho	6.649	6.794	-2,1%
Corporate e Empresas	933	1.061	-12,1%
Private Banking & Asset Management	388	365	6,3%
Banca de Investimento	200	208	-3,8%
Serviços Bancários	1.811	1.882	-3,8%
Áreas Corporativas	895	1.200	-25,4%
Total Doméstico	10.876	11.510	-5,5%
Bank Millennium	5.089	4.484	13,5%
Millennium bank na Grécia	1.209	1.065	13,5%
Millennium bank na Turquia	315	260	21,2%
Banque BCP França	-	555	-
Banque BCP Luxemburgo	-	58	-
European Banking	6.613	6.422	3,0%
Millennium bcpbank	254	190	33,7%
Millennium bim	1.511	1.376	9,8%
Banco Millennium Angola	71	38	86,8%
bcpbank Canada	-	112	-
Overseas Banking	1.836	1.716	7,0%
Total Internacional	8.449	8.138	3,8%
Total Colaboradores	19.325	19.648	-1,6%

O número de Colaboradores em Portugal atingiu os 10.876, no final de 2006, apresentando uma redução de 5,5% e reflectindo a evolução da rede de balcões, onde se continuou a eliminar sobreposições, bem como as melhorias de eficiência conseguidas nos vários projectos e iniciativas a nível transformacional, no âmbito do Projecto de Melhoria de Eficiência Operativa.

Globalmente, o número de Colaboradores das diversas redes em Portugal registou uma ligeira redução ao longo do ano, representando 75% do total de Colaboradores domésticos. Os Serviços Bancários, com 1.811 Colaboradores, e as Áreas Corporativas, com 895 Colaboradores, continuaram a reduzir o peso na estrutura. É de salientar o impacto do projecto na área de processos corporativos, contribuindo para a redução de 25% do quadro de Colaboradores nas Áreas Corporativas.

A área internacional continuou a aumentar o seu peso no total dos Colaboradores do Grupo, em grande parte fruto do crescimento na Polónia, Grécia e Turquia, verificando-se uma crescente importância do segmento European Banking, apesar da alienação das actividades na França e Luxemburgo.

Na Polónia, o crescimento do número de Colaboradores, que atingiu os 5.089 no final de 2006, resulta fundamentalmente do crescimento da rede de balcões e da forte expansão da actividade. O mesmo se verifica no Millennium bank na Grécia, registando uma subida de 13,5% no número de Colaboradores para 1.209.

No segmento Overseas Banking, destaca-se o aumento da presença em Angola com o lançamento do Banco Millennium Angola em Abril, bem como o crescimento da operação em Moçambique que, a par do crescimento da sua actividade, consolidou pela primeira vez a Seguradora Internacional de Moçambique. O total de Colaboradores do segmento subiu 7%, tendo o início de operações em Angola e a expansão em Moçambique mais do que compensado a alienação da operação do bcpbank Canada.

A gestão das pessoas foi eleita como uma prioridade, procurando criar um bom lugar para trabalhar, patente na motivação e satisfação dos Colaboradores. A concretização desta prioridade assenta na avaliação do desempenho e na recompensa, na mobilidade e gestão de carreiras, na formação e em benefícios sociais.

De salientar o Projecto Everest, segundo o qual foi efectuada a definição das competências necessárias para as várias funções-tipo; e os Estágios de Verão, com o objectivo de atrair jovens talentos com potencial para o projecto do Banco. Paralelamente, foi efectuada uma aposta no desenvolvimento de talentos através do Programa de Gestão de Talentos (*High Flyers/HIPOs Talent*), tendo sido nomeado um Chief Talent Officer.

No final do ano, foi ainda lançado o Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais (mobilidade voluntária dos serviços centrais para áreas comerciais). O Banco implementou ainda a filosofia de rotação bidireccional, consistindo na identificação das pessoas mais adequadas para cada função, independentemente do país de origem.

O Banco Comercial Português continuará, como é seu apanágio desde a sua fundação, a gerir as pessoas através das hierarquias, convicto que são estes os responsáveis últimos pela satisfação, motivação, carreira e desenvolvimento profissional das equipas que lideram e que a gestão de pessoas é uma responsabilidade não passível de ser delegada em áreas centrais – não existe uma área de Recursos Humanos no Grupo. As hierarquias, tal como os Colaboradores, são apoiadas por áreas administrativas de pessoal, de formação e desenvolvimento de carreiras, pelo Chief Talent Officer, pelos patronos, pelo Conselho de Administração Executivo e pelo seu Presidente.

A gestão das pessoas está desenvolvida no Relatório de Sustentabilidade (Volume III do Relatório e Contas).



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E COMPETITIVO

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E COMPETITIVO

O ano 2006 caracterizou-se pela expansão vigorosa da actividade económica mundial, pelo desempenho favorável da generalidade dos mercados de capitais e pela manutenção de um clima propício à actividade bancária, coincidindo com a preparação da adaptação às profundas alterações do enquadramento regulamentar que se avizinham.

Economia Internacional

O crescimento económico mundial foi robusto em 2006, prolongando a trajectória de recuperação observada desde 2003, apesar do agravamento dos custos de financiamento e da subida generalizada do preço das matérias-primas. De acordo com as estimativas do FMI, o PIB mundial terá aumentado mais de 5% em 2006.

Produto Interno Bruto

Taxa de variação anual real do PIB em p.p.



Assistiu-se a uma recomposição nas contribuições para o crescimento do PIB mundial, com um maior peso da área do Euro, cujo crescimento do PIB foi de 2,8%, mais 1,4 p.p. do que no ano anterior, por contrapartida de uma maior moderação da contribuição da economia norte-americana, com o crescimento anual do PIB a situar-se ao nível do ano anterior (3,2%). As economias em desenvolvimento mantiveram um elevado dinamismo, destacando-se, em particular, a robustez da actividade na China e na Índia e a aceleração da convergência dos países da Europa de Leste.

No segundo semestre de 2006, intensificaram-se os indícios de abrandamento da economia norte-americana, como resultado do impacto da política monetária mais restritiva, em especial no mercado imobiliário, enquanto na área do Euro o crescimento da procura interna acelerou. A consolidação da

retoma económica mundial e a persistência de preços elevados das principais matérias-primas, com maior expressão no caso dos metais e da energia, reflectiram-se num aumento das pressões inflacionistas, sobretudo ao nível do preço dos bens.

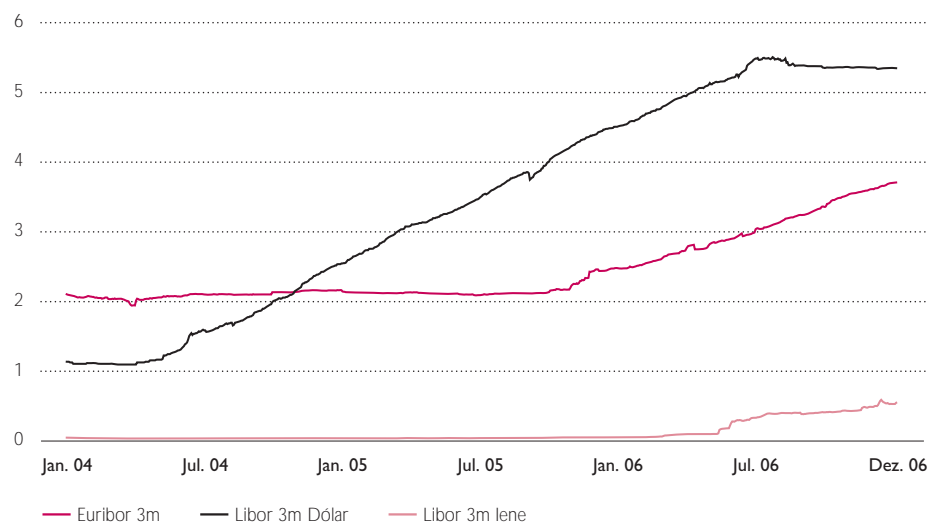
Situação Monetária Internacional

A sustentabilidade da retoma económica mundial e o fim dos riscos deflacionistas levaram a que os principais bancos centrais “normalizassem” o pendor da política monetária, com reflexo, na primeira metade do ano, num elevado grau de sincronização nas decisões de aumento das taxas de juro oficiais. No segundo semestre, o abrandamento da economia norte-americana e a redução do preço do petróleo possibilitaram uma pausa no ciclo de aumento de taxas de juro nos EUA, o que fez com que os diferenciais de taxas de juro americanas e europeias se reduzissem substancialmente. No conjunto de 2006, a taxa de juro oficial do BCE aumentou 125 p.b., de 2,25% no final de 2005 para 3,50% no final de 2006. Nos EUA, o aumento da taxa de juro oficial foi de 100 p.b. para 5,25%, com o último aumento a ter lugar no Verão.

A intensificação dos indícios de abrandamento da economia norte-americana ao longo do segundo semestre gerou a expectativa de redução das taxas de juro a prazo, com um forte impacto no sentido da descida nas taxas de juro dos prazos mais longos. Desta forma, o nível médio das taxas de juro persistiu historicamente baixo, contribuindo favoravelmente para um clima de confiança na generalidade dos mercados de capitais.

■ Evolução das taxas de juro 3 meses

Valores diários em p.p.



A abundância de liquidez na economia mundial, em virtude de vários anos de políticas monetárias acomodáticas e de elevados níveis de poupança, com origem nas economias asiáticas e nos países exportadores de petróleo, constituiu um suporte importante à evolução dos activos de maior risco. As estratégias de *carry trade* (financiamento em moedas com baixas taxas de juro para aplicação em activos de maior retorno e risco) foram especialmente utilizadas, contribuindo para a depreciação de



moedas com baixas taxas de juro, como o iene japonês e o franco suíço. O dólar revelou-se muito estável ao longo de 2006, apesar da persistência de um défice comercial elevado, tendo-se depreciado significativamente apenas no final do ano, em especial contra as moedas europeias.

As baixas taxas de juro e a abundância de liquidez, a melhoria dos mais importantes indicadores económicos dos mercados emergentes – fruto da prossecução de políticas económicas mais equilibradas, do ciclo favorável das matérias-primas e da redução e reestruturação da dívida externa – e a boa condição financeira das empresas, foram determinantes para a rápida recuperação do preço dos activos com maior risco, que se verificou após períodos de maior turbulência nos mercados financeiros globais (Maio e Novembro), e para o dinamismo do mercado de capitais, com numerosas operações de fusões e aquisições, de capital de risco e de emissão de dívida.

■ Evolução dos Mercados de Acções

(Índice 100=Dez. 98, moeda local)



Por sua vez, o aumento gradual das taxas de juro, a recuperação económica global e o bom desempenho dos mercados de capitais constituíram um enquadramento propício para o desenrolar da actividade bancária, em especial na área do Euro. Os volumes de crédito concedido aumentaram expressivamente, em virtude do aumento da confiança das famílias, da melhoria dos resultados das empresas, da procura de financiamento para despesas de investimento e da diminuição dos rácios de incumprimento de crédito.

Assistiu-se a operações de consolidação doméstica e de expansão para países afins, nomeadamente, para mercados com maior potencial de crescimento, sobressaindo os países que fazem fronteira com a área do Euro, países da Europa de Leste e Turquia. A um nível mais global, é de salientar o crescente interesse de entidades bancárias norte-americanas no mercado Europeu e a gradual abertura do mercado bancário chinês a não residentes.

O contexto favorável para a actividade bancária coincidiu com um período de preparação para as profundas alterações regulamentares no sector, que poderão ter um impacto significativo na actividade nos próximos anos. Entre estas destacam-se: a nova Directiva de Requisitos de Capital, implementada em Junho deste ano e que complementa o enquadramento associado a Basileia II, criando incentivos para o aumento da eficiência, através da actualização e reconversão dos sistemas de gestão de risco e da alteração nos requisitos de capital para diferentes segmentos do mercado; a Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros, que tem por objectivo reforçar a concorrência entre prestadores de serviços financeiros e aumentar a protecção dos investidores; o Livro Branco da Comissão, apontando as orientações estratégicas para os serviços financeiros para o período 2005-2010, e que incluem: uma melhoria da regulação/harmonização e a consolidação de legislação; o aumento da concorrência na prestação de serviços financeiros ao nível do retalho e dos fundos de investimento; e procedimentos que facilitam operações bancárias transfronteiriças, reforçando a integração dos mercados financeiros e bancários a um nível europeu. Merece também destaque a eventual revisão do Fundo de Garantias de Depósitos, da Directiva de Crédito ao Consumo e Pagamento de Serviços e a criação de uma Área Única Europeia de Pagamentos, em 2008.

Economia Portuguesa

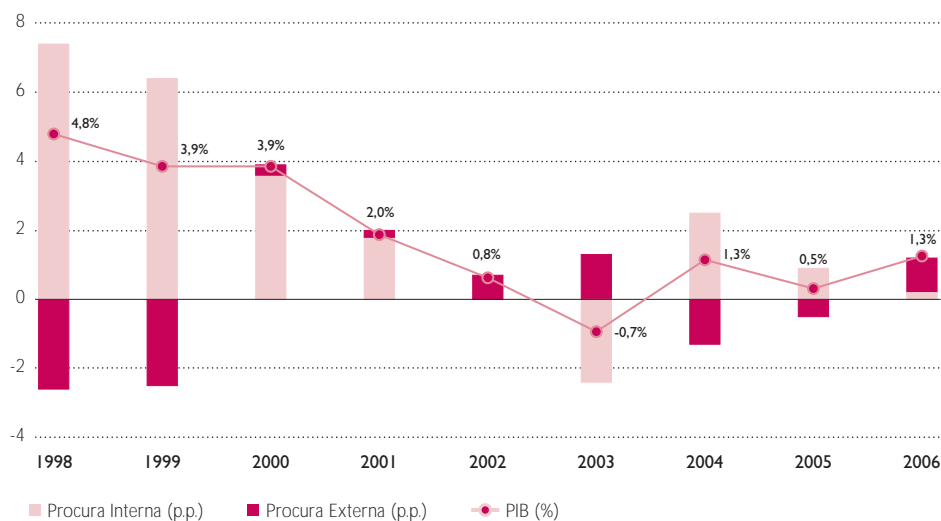
A economia portuguesa apresentou uma trajectória de gradual recuperação, sustentada na procura externa, num processo gradual de adaptação aos desafios da globalização e às restrições condicionantes da União Monetária. O crescimento do PIB terá sido cerca de 1p.p. superior ao de 2005.

A reanimação da actividade económica na área do Euro foi o principal factor impulsionador do crescimento do PIB em Portugal. O crescimento anual das exportações foi superior a 8%, com alguma recuperação de quota de mercado e simultaneamente com a penetração em novos mercados, compreendendo uma desejável diversificação geográfica dos mercados de destino das exportações portuguesas. Observou-se uma crescente importância das exportações com destino aos continentes Africano e Americano. Em paralelo com esta diversificação da base geográfica, assistiu-se igualmente a um reforço das exportações de produtos de maior valor acrescentado. Por outro lado, a moderação da procura interna, com um contributo quase nulo para o crescimento anual do PIB, decorreu da fraqueza do consumo e da retracção do investimento. A melhoria do mercado de trabalho, consubstanciada no aumento médio de 0,7% do emprego em 2006, e a extensão do prazo de alguns produtos de crédito, permitindo um menor esforço associado ao endividamento, acomodaram parcialmente o impacto negativo do aumento do serviço da dívida em resultado da subida das taxas de juro. Não obstante, em 2006, a taxa de poupança das famílias deverá ter-se novamente reduzido, mas de forma menos acentuada do que nos anos anteriores. O objectivo de consolidação orçamental, no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento, teve reflexo, pela primeira vez em vários anos, numa redução do consumo público real.



Produto Interno Bruto em Portugal

(Taxa de variação real do PIB e contributos da procura externa e interna para o crescimento em p.p.)



A incerteza quanto à sustentabilidade da retoma, a adaptação ao aumento da concorrência internacional e a inexistência de folga orçamental têm condicionado a despesa de investimento. A despesa em construção, em particular, terá apresentado uma acentuada redução (cerca de 6,2% face a 2005), o que reflecte a diminuição da actividade no segmento das obras públicas e no segmento dos edifícios residenciais. O perfil intra-anual da despesa de investimento sugere uma gradual recuperação noutras componentes do investimento empresarial, pese embora algumas alterações regulamentares, nomeadamente, com implicações na componente de material de transporte, tenham originado alguma volatilidade no comportamento destes agregados.

O crescimento das exportações, a moderação da procura interna e a recuperação dos termos de troca, em especial na segunda metade do ano, com a redução do preço do petróleo, permitiram uma atenuação do défice externo. Este mantém-se, todavia, em níveis elevados (8,5% do PIB), revelador de uma situação de desequilíbrio e de vulnerabilidade da economia portuguesa face ao exterior. A taxa de inflação média anual ter-se-á situado em 3,1%, mais 0,8 p.p. do que em 2005. Esta variação reflecte o impacto de alterações de impostos indirectos no início do ano e a evolução do preço do petróleo nos mercados internacionais. A variação do preço dos serviços foi muito semelhante à registada em 2005.

Tal como noutros mercados, o mercado Accionista português registou uma expressiva valorização em 2006 (perto de 30%), tendo beneficiado com o clima global favorável, com as operações de privatização realizadas no segundo semestre, com o anúncio de operações públicas de aquisição envolvendo algumas das principais empresas com maior peso que constituem o principal índice Accionista português e, ainda, efeitos colaterais da reestruturação do sector energético em Espanha. O diferencial de taxa de juro de dívida pública a 10 anos face à Alemanha não apresentou alterações de relevo, permanecendo em cerca de 15 p.b.

Sistema Financeiro Português

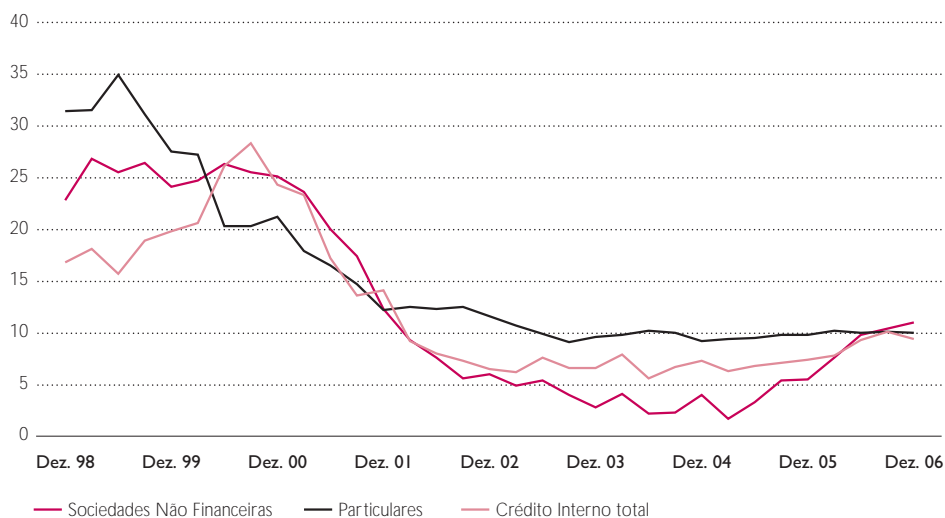
A actividade bancária em Portugal continuou a evidenciar um desempenho favorável, consubstanciado na expansão robusta do crédito a clientes, em contínuas melhorias de eficiência e na redução do peso do crédito em incumprimento. Dada a dificuldade de geração da poupança interna, manteve-se a divergência entre o crescimento do crédito e a captação de recursos de clientes, suprida essencialmente através do

recurso ao mercado monetário interbancário, da emissão de dívida e de operações de securitização. A forte concorrência no sector, doméstica e externa, reflectiu-se no estreitamento das margens das operações activas, com particular acuidade no segmento do crédito à habitação.

O crédito concedido ao sector privado expandiu-se cerca de 10%. Face a 2005, nota-se uma maior uniformidade no dinamismo dos diferentes segmentos. No caso do crédito a empresas, o aumento da procura resultou, sobretudo, de processos de reestruturação empresarial ou de alteração do perfil da dívida, com fraco recurso ao crédito para fins de investimento empresarial.

■ Agregados de Crédito Interno

(Taxas de variação anual ajustadas de operações de titularização em p.p.)



De realçar, também, o maior peso da actividade internacional nos resultados dos principais grupos bancários portugueses. As operações internacionais dos bancos Portugueses assumem maior expressão na Polónia, Grécia, Angola e Moçambique. Nestes países, tem-se verificado uma expansão da actividade económica substancialmente superior à registada em Portugal e um aumento da penetração dos serviços bancários, destacando-se nas economias europeias o elevado dinamismo do crédito à habitação. O crescimento do PIB, na Polónia, foi de 5,8% em 2006, enquanto, na Grécia, ter-se-á situado em 4,2%. Em Moçambique, o PIB aumentou cerca de 8%, tendo desacelerado relativamente ao ano anterior. O PIB em Angola expandiu-se cerca de 15% em 2006.

Finalmente, e a acrescer às alterações regulamentares a nível mundial e europeu, destacam-se algumas alterações legislativas específicas mais restritivas para a actividade bancária doméstica, nomeadamente, as alterações das condições no crédito à habitação, com regras específicas para o arredondamento das taxas de juro, o aumento do valor de garantia do cheque e os novos procedimentos quanto às respectivas datas-valor, disponibilidade de cheques e transferências.

Em 2006, o FMI realizou a avaliação de Portugal ao abrigo do "Programa de Avaliação de Estabilidade do Sistema Financeiro", que constitui um instrumento importante na missão do Fundo de monitorizar os sistemas financeiros e respectivas práticas de regulamentação e supervisão, tendo concluído que o sistema financeiro português é sólido, com adequados níveis de capitalização, boa rentabilidade e baixo nível de crédito vencido.



ANÁLISE POR ÁREAS DE NEGÓCIO

46	Análise por Áreas de Negócio
47	Banca de Retalho
53	Corporate e Empresas
57	Private Banking e Asset Management
63	Banca de Investimento
67	European Banking
74	Overseas Banking
80	Serviços Bancários
83	Áreas Corporativas
85	Millenniumbcp Fortis

ANÁLISE POR ÁREAS DE NEGÓCIO

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

Actividade dos segmentos de negócio em 2006

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios.

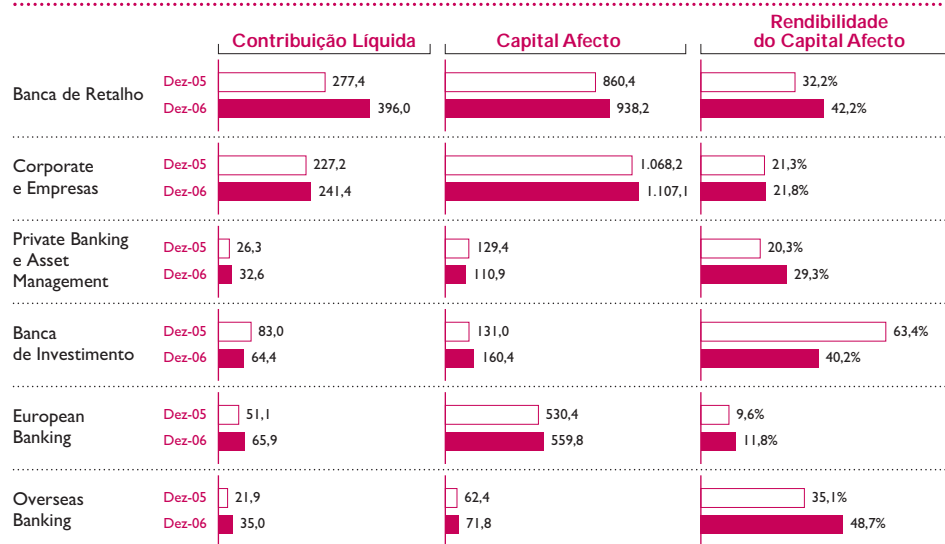
As rubricas do balanço de cada subsidiária e unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando critérios regulamentares de solvabilidade. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

As contribuições líquidas de cada segmento incorporam todos os impactos dos movimentos de fundos descritos anteriormente e reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos relacionados com a realocação de capitais.

A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Millennium bcp. Para efeitos desta análise, as operações de natureza não recorrente foram expurgadas de cada uma das rubricas e em cada um dos segmentos.

Rendibilidade do Capital Afecto

Milhões de euros



Exclui as subsidiárias alienadas (Banque BCP França e Luxemburgo no European Banking e Banco Comercial de Macau e bcpbank Canada no Overseas Banking).

A Banca de Retalho em Portugal é a área de negócios mais expressiva na actividade do Millennium bcp, quer em termos de volume de negócios, quer ao nível da contribuição líquida. A actividade da Banca de Retalho pretende satisfazer as necessidades e expectativas financeiras de Clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes Retalho, e de Clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um Gestor de Cliente dedicado, designados Clientes Prestige e Negócios. A rede de Sucursais e os canais de banca à distância funcionam também como pontos de distribuição dos produtos e serviços do Millennium bcp.

	Milhões de euros		
	2006	2005	Var. % 06/05
Demonstração de resultados			
Margem financeira	881,0	758,9	16,1%
Outros proveitos líquidos	438,0	401,9	9,0%
	1.319,1	1.160,8	13,6%
Custos operacionais	713,9	746,8	-4,4%
Imparidade e provisões	59,0	31,4	88,0%
Contribuição antes de impostos	546,2	382,6	42,8%
Impostos	150,2	105,2	42,8%
Contribuição líquida	396,0	277,4	42,8%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	938	860	9,0%
Rendibilidade do capital afecto	42,2%	32,2%	--
Riscos ponderados	19.573	17.836	9,7%
Rácio de eficiência	54,1%	64,3%	--
Crédito a clientes	26.840	23.667	13,4%
Recursos totais de clientes	32.574	31.330	4,0%

O desempenho positivo da Banca de Retalho em Portugal traduziu-se no aumento da contribuição líquida que ascendeu a 396,0 milhões de euros em 2006, um aumento de 42,8% face aos 277,4 milhões de euros apurados em 2005, beneficiando do elevado grau de execução do Programa Millennium alcançado no final de 2006 (116%), o qual visa a implementação de iniciativas com o objectivo de aumentar os proveitos líquidos deste segmento de negócio. O crescimento da contribuição líquida impulsionou a evolução da rendibilidade do capital afecto que se situou em 42,2%, em 31 de Dezembro de 2006, comparando com 32,2%, em 31 de Dezembro de 2005.

A preservação das taxas de intermediação financeira e o aumento do volume de negócios, tanto ao nível dos recursos, como do crédito a clientes, em especial o aumento do crédito à habitação em 16,4%, entre 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2006, influenciaram o aumento da margem financeira, em 16,1% face a 2005, para 881,0 milhões de euros em 2006.





O reforço da proposta de valor no segmento de Clientes *Affluent* e a melhoria dos indicadores de *cross-selling* no segmento *Mass Market* traduziram-se num aumento do nível de comissionamento, influenciando a evolução dos outros proveitos líquidos, que registaram um acréscimo de 9,0% entre 2005 e 2006. O incremento dos proveitos, a par da redução dos custos operacionais, suportada pelo impacto favorável do redimensionamento do quadro de Colaboradores, traduziu-se numa melhoria do rácio de eficiência em cerca de 10 p.p., ao evoluir de 64,3%, em 2005, para 54,1%, em 2006.

Em 2006, as principais prioridades estratégicas da Banca de Retalho centraram-se em torno de quatro vectores, nomeadamente, a consolidação do modelo de marca única “Millennium bcp” para os diversos segmentos, o aumento da vinculação dos Clientes ao Banco, a melhoria do rácio de eficiência e o aumento sustentado da rentabilidade da Banca de Retalho.

Com vista a materializar a estratégia definida, foi desenvolvido um plano de acção comercial, fraccionando-se o ano em nove ciclos comerciais. As iniciativas que foram desenvolvidas ao longo desses ciclos tiveram como propósito principal – sem descurar os objectivos definidos para as diversas variáveis de negócio – alcançar resultados expressivos e sólidos nos vectores estratégicos definidos para 2006.

De entre as iniciativas desenvolvidas com vista à consolidação da marca “Millennium bcp” como a principal referência do negócio de Banca de Retalho em Portugal, destaca-se, para além do desenvolvimento de competências comerciais das equipas através dum abrangente programa de formação, a realização de nove campanhas, com particular ênfase para o crédito à habitação, para as campanhas de captação de recursos e para as iniciativas com vista a aprofundar o relacionamento com determinados segmentos, nomeadamente, a campanha “Cliente Aplauso” – segmento de Negócios – “Cliente Frequente” e “Jovem com Asas” – segmento 18 a 26 anos – e ainda campanhas de Cartões American Express e seguros de saúde Médis.

A actuação comercial com o propósito de reforçar a vinculação dos Clientes ao Banco teve como principais alavancas a formação das equipas, o reforço da pró-actividade comercial por via do estabelecimento de um detalhado plano de contactos, que permitiu que quase todos os Clientes do Banco fossem contactados com a periodicidade considerada adequada ao seu perfil, tendo em vista o aumento do *cross-selling* e *up selling*, e ainda um forte enfoque no crescimento do crédito à habitação.

A actuação ao nível da melhoria do rácio de eficiência foi desenvolvida quer na vertente aumento de receitas, quer na vertente redução de custos. No que se refere às receitas, o resultado foi obtido por via do incremento de consumos, do aumento do número de produtos detidos por Cliente e pela revisão selectiva do preço dos diversos produtos e serviços. No que se refere à redução de custos, é de destacar a adequação do quadro de pessoal das Sucursais às necessidades de cada praça, a migração de transacções para canais automáticos, a reengenharia e centralização operativa de processos que suportam o negócio e o redimensionamento da rede de Sucursais.

O incremento da rentabilidade da Banca de Retalho foi materializado nos compromissos assumidos ao nível do Programa Millennium, tendo os objectivos definidos neste programa sido superados em todos os segmentos, com particular destaque no que se refere ao segmento *Mass Market*, pela evolução consistente dos resultados obtidos nos volumes de negócios com o desenrolar do Programa “M3”. O índice de *cross-selling* registou uma evolução muito significativa, atingindo os 3,96 produtos

por Cliente. As metas fixadas para o Retalho, no âmbito do Programa Millennium, foram largamente excedidas: para um objectivo de crescimento das receitas de 190 milhões de euros, entre 2003 e 2006, o Retalho conseguiu atingir 221 milhões de euros.

A envolvente competitiva do negócio da Banca de Retalho em Portugal pautou-se por uma forte concorrência ao nível das principais variáveis de negócio, com especial agressividade no crédito à habitação e na captação de recursos. Os Bancos estrangeiros a operar em Portugal desenvolveram estratégias de preço suportadas em elevadas ambições de conquista de volume e quota de mercado, com impacto relevante ao nível da evolução da margem financeira dos principais bancos do sistema.

Aspecto importante a destacar foi a crescente complexidade do enquadramento normativo introduzida pelas autoridades de supervisão, nomeadamente, em aspectos críticos para a Banca de Retalho, como as alterações regulamentares introduzidas ao nível da abertura de contas de depósitos à ordem, à comercialização de Fundos de Investimento e à realização de vendas não presenciais.

Registe-se também a crescente tendência para utilização de uma abordagem multicanal, complementando a interlocução com as equipas comerciais das Sucursais com a utilização dos denominados canais de Banca Directa, nomeadamente, Internet, Mobile Banking e Banca Telefónica.

Para os canais de Banca Directa – que suportam a preferência dos Clientes, sobretudo por via da conveniência e disponibilidade –, o ano 2006 consubstanciou a consolidação da estratégia de conquista de novos utilizadores e do aumento do negócio através de uma oferta de produtos e serviços complementar à proposta de valor das Sucursais. O crescimento da utilização regular destes canais foi superior a 25%, sendo de destacar que, no âmbito dos inquéritos de qualidade realizados a utilizadores do portal Internet, 94% referiram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço.

Segmento *Mass Market*

Em 2006, o Millennium bcp definiu como vectores estratégicos para o segmento de *Mass Market* a consolidação da relação comercial através do reforço de acções pró-activas no âmbito do plano de contactos obrigatório, a dinamização da oferta de pacotes de produtos e também a dinamização da captação de novos Clientes através de acções específicas ao longo do ano, nomeadamente, com ofertas de valor específicas para jovens, dinamização dos acordos comerciais, alargamento da base de Clientes por via da captação dos agregados familiares e do desenvolvimento de ofertas apelativas e competitivas.

O contacto com a base de Clientes foi alargado com a oferta *inbound*, aproveitando os contactos por iniciativa do Cliente para propor uma oferta adequada e oportuna, potenciando desta forma as vendas na sucursal.

No segmento de *Mass Market*, os jovens assumiram um papel de destaque na estratégia do Banco. Assim, a oferta de valor para este segmento foi complementada com a acção comercial “Jovens com Asas”, em Outubro, com o objectivo de estreitar a relação entre o Millennium bcp e os jovens através de uma oferta apelativa e fortemente distintiva face à concorrência. O Millennium bcp assumiu assim um compromisso com os jovens, garantindo resposta às principais necessidades financeiras



deste segmento – financiamento do primeiro carro, primeira casa ou computador. O Millennium bcp vai estender ao longo de 2007 um plano de acção continuado de acções comerciais com vista a estreitar o relacionamento com o segmento jovem.

Assumindo-se claramente como “Banco da Família”, o Millennium bcp lançou em 2006 uma vantagem especial com o objectivo de potenciar o envolvimento dos agregados familiares e a relação “Pais-Filhos”. Filhos de Clientes do Banco beneficiam do relacionamento dos pais com o Banco, sendo-lhes atribuídas condições preferenciais no crédito à habitação e pessoal. Ao conceder este benefício, o Millennium bcp tem como objectivo aumentar a sua capacidade de captação de Clientes jovens e estimular a retenção dos pais.

Dois anos e meio após o seu lançamento, a “Solução Cliente Frequente” – oferta de um conjunto de produtos e serviços – continua a corresponder às expectativas dos Clientes. Indicadores como o número de Clientes em carteira – 260.000 – e o aumento do indicador de *cross-selling* comprovam que estes Clientes estão mais envolvidos com o Banco e mais satisfeitos, reforçando desta forma a relação de primeiro Banco com o Millennium bcp.

Para os Jovens com idade inferior a 26 anos, a Solução assume a designação “Seleccção Sub 26” e apresenta, para além de todos os benefícios que caracterizam o “Cliente Frequente”, condições mais favoráveis e flexíveis, particularmente no acesso ao “Crédito Universitário”.

Indicadores como o grau de satisfação global com o Banco comprovam a evolução muito positiva da posição do Millennium bcp como primeiro Banco e o aumento do *cross-selling*.

Em 2007, o Millennium bcp irá prosseguir a sua estratégia de abordagem do segmento, sustentada na dinamização do Programa “M3”, enquanto pilar da estratégia comercial pró-activa, e da redução da carga administrativa nas Sucursais, dando especial atenção ao papel da Internet como canal de distribuição.

O Millennium bcp pretende continuar a centrar as suas atenções na captação de novos Clientes, no aprofundamento das relações comerciais com a actual base de Clientes e no crédito à habitação.

Segmento Affluent/Prestige

Tratando-se do segmento que inclui Clientes particulares do Retalho com mais elevado património financeiro e que geram rendibilidades unitárias mais elevadas, a concorrência é particularmente agressiva, assistindo-se ao lançamento de estratégias dirigidas aos Clientes deste segmento.

A estratégia do Millennium bcp assenta na melhoria continua da proposta de valor do Banco para este segmento, ao nível da oferta de produtos e serviços disponíveis, das competências técnicas e comportamentais dos Gestores de Cliente, da forma de planear e organizar a sua actividade comercial e das ferramentas de suporte à sua actividade diária.

Registaram-se melhorias significativas ao nível da oferta específica do segmento, com o Programa “Cliente Prestige”, com o lançamento dos “Cartões Prestige” de débito e de crédito versão “milhas aéreas” e do acesso, através da Internet, a fundos de investimento das melhores sociedades gestoras internacionais.

Foram efectuadas acções de formação que abrangeram a totalidade dos Gestores de Cliente assim como todos os responsáveis de Sucursais de gestão personalizada, através do “Programa Mais

Prestige”, que abarca o planeamento da actividade comercial, técnicas e venda, utilização das ferramentas de suporte à actividade do gestor e formação para o aconselhamento financeiro.

Foi alargado a todos os Gestores de Cliente e colocado em prática o “Plano de Contactos Obrigatórios”, estabelecendo um número mínimo e tipologia de contactos/ano/por Cliente. Através do acompanhamento e monitorização diária dos contactos efectuados, evoluiu-se para a concretização deste objectivo para níveis superiores a 90%, o que em muito contribuiu para o aumento do nível de satisfação dos Clientes e com o Gestor de Cliente em particular.

Foi disponibilizada uma nova versão do “Dossier Prestige” que permite ao Gestor de Cliente ter uma visão da distribuição do património financeiro dos Clientes por classe de risco, que passou a estar associada a uma ferramenta de perfilagem. A conjugação destas duas funcionalidades permite a execução de um diagnóstico financeiro aos Clientes Prestige, por forma a adequar a alocação do seu património ao perfil de investidor, horizonte temporal e objectivos pessoais de cada Cliente. O nível de utilização desta funcionalidade por parte dos agentes comerciais tem vindo a superar as expectativas mais optimistas.

Em 2007, o Banco irá prosseguir a sua estratégia de abordagem ao segmento, procurando:

- Prosseguir com o crescimento sustentado do segmento Prestige em número de Clientes, enfocando na captação, volume e rentabilidade;
- Clarificar/posicionar as vantagens da oferta “Cliente Prestige”, distinguindo argumentários e elementos de comunicação nas Sucursais Prestige;
- Consolidar o “Programa Mais Prestige”, nomeadamente, aumentar a intensidade e a qualidade da relação com os Clientes e reduzir a carga administrativa dos gestores, disponibilizando mais tempo para a actividade comercial pró-activa;
- Criar os meios que permitam certificar as qualificações do Gestor/Consultor Prestige;
- Optimizar a gestão de encarteiramento e automatizar os modelos de dinamização comercial suportada na atribuição de crédito pré-aprovado.

Segmento Negócios

O segmento Negócios caracteriza-se pela existência de muitos operadores no mercado, tendo recentemente aparecido novos concorrentes com reconhecidas competências no segmento. Os Clientes continuam a diversificar o número de bancos com quem trabalham, fazendo consultas alargadas para todos os produtos de maior valor no seu negócio. Verifica-se um crescente esmagamento de margens e comissões.

O Millennium bcp posiciona-se no segmento Negócios como um Banco universal, atento às necessidades dos Clientes, com uma oferta abrangente e um nível de serviço que se pretende de excelência. Através de um modelo misto de Gestores de Clientes e acompanhamento em Sucursais de Retalho, o Banco apresenta-se como a primeira referência em termos de notoriedade no segmento. O recente lançamento da iniciativa “Cliente Aplauso”, com distinção por parte do Millennium bcp



dos Empresários que investem na sustentabilidade dos seus negócios, contribuiu para elevar ainda mais o reconhecimento da marca Millennium como sinónimo de serviço bancário de excelência para negócios e empresários. O corolário desta actuação tem sido a liderança em termos de captação da primeira relação bancária com os Clientes de bom risco.

Além da campanha “Invista, Chegue Mais Alto”, o Banco esteve ligado a iniciativas de promoção do empreendedorismo e ao lançamento de programas desenhados para servir alguns sectores de actividade, através de produtos dedicados, complementados com um aconselhamento profissional.

O arranque da automatização de aprovação e renovação de limites de crédito permitiu reduzir o tempo de análise dos projectos de investimento dos Clientes, podendo estes aproveitar todas as oportunidades de aumentar o valor do seu negócio, com o apoio do Banco.

Em 2007, o Millennium bcp pretende continuar a centrar as suas atenções na captação de novos Clientes, nomeadamente, apoiando a fase de lançamento de novos negócios, e no aprofundamento das relações comerciais com os Clientes, particularmente no apoio à sua tesouraria e através de produtos inovadores.

O “Cliente Aplauso” continuará a ser o programa de maior notoriedade do segmento, pretendendo aumentar o leque de benefícios especialmente pensados para assegurar a sustentabilidade futura dos negócios, razão de ser do programa.



O segmento de Corporate e Empresas é constituído pelas redes de Corporate e Empresas bem como pelas plataformas de crédito especializado, Factoring, Leasing, Renting e a área de Recuperação de Crédito. A actividade do Millennium bcp no segmento em Portugal é conduzida através da Rede Empresas, especializada na resposta às necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendido entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, e da Rede Corporate, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado. Desde o início de 2006, integram também este segmento o negócio de International Corporate Banking, transferido da rede de Private Banking, e a actividade da Direcção Internacional do Banco.

Milhões de euros

	2006	2005	Var. % 06/05
Demonstração de resultados			
Margem financeira	323,7	299,6	8,0%
Outros proveitos líquidos	132,4	143,9	-8,0%
	456,1	443,6	2,8%
Custos operacionais	101,0	108,8	-7,1%
Imparidade e provisões	22,1	21,4	3,3%
Contribuição antes de impostos	332,9	313,4	6,2%
Impostos	91,6	86,2	6,2%
Contribuição líquida	241,4	227,2	6,2%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.107	1.068	3,6%
Rendibilidade do capital afecto	21,8%	21,3%	--
Riscos ponderados	22.307	21.835	2,2%
Rácio de eficiência	22,2%	24,5%	--
Crédito a clientes	16.734	15.939	5,0%
Recursos totais de clientes	8.216	10.805	-24,0%

A evolução da contribuição líquida da área de negócios de Corporate e Empresas, que totalizou 241,4 milhões de euros em 2006 (+6,2%), e a gestão criteriosa do capital determinaram a melhoria da rendibilidade do capital afecto para 21,8% em 31 de Dezembro de 2006.

Apesar da forte competitividade que caracteriza este segmento de negócio, a margem financeira cresceu 8,0% entre 2005 e 2006, suportada por uma gestão eficiente dos *spreads* e pelo aumento do crédito concedido (+5,0%), não obstante ter sido condicionada pelo menor nível de depósitos de clientes, influenciado pela volatilidade associada aos depósitos captados de Grandes Empresas e de Clientes Institucionais.

A evolução dos recursos totais de clientes foi ainda afectada pela transformação de débitos titulados em outros activos mobiliários de carteiras de Clientes Institucionais.

Os outros proveitos líquidos registaram uma quebra de 8,0% face a 2005, determinados pelo menor volume de comissões, limitando o grau de execução do Programa Millennium, que se situou em 54% em 2006.



A evolução favorável da margem financeira, a manutenção dos níveis de dotações por perdas de imparidade de crédito face ao ano anterior e a redução dos custos operacionais, beneficiando do redimensionamento do quadro de Colaboradores, traduziu-se numa melhoria do rácio de eficiência para 22,2% em 2006, face aos 24,5% apurados em 2005.

A principal linha orientadora da actividade da Área de Corporate e Empresas passou, em 2006, pela prestação aos Clientes de um serviço de qualidade, através de um acompanhamento personalizado, actuando de forma pró-activa na criação de instrumentos que permitam otimizar a relação comercial, com o objectivo de maximização do respectivo valor criado e do nível de satisfação dos Clientes. Manteve-se o enfoque na dinamização da utilização pelos Clientes dos canais automáticos e na diversificação de financiamentos através de soluções de leasing, renting e factoring. No que respeita à área internacional, procedeu-se à criação de serviços especializados de apoio aos Clientes, conservando-se a aposta na recuperação de crédito e na captação de novos Clientes.

Com vista à concretização destas linhas orientadoras, foi realizado um conjunto alargado de acções. Ao nível da promoção da actividade, destacam-se: a renovação da comunicação com o mercado sobre a oferta de valor do Millennium bcp; a participação em eventos de apoio à internacionalização das empresas portuguesas; a intensificação de contactos com Organismos Governamentais, designadamente, o IAPMEI, tendo em vista a disponibilização de soluções conjuntas para apoio à actividade das PME; a manutenção da cooperação com as câmaras de comércio de alguns países com os quais Portugal apresenta maiores trocas comerciais; a intensificação da utilização das funcionalidades disponíveis no portal de empresas de "Serviço de Pagamento a Fornecedores"; e a continuação do enfoque na oferta para devedores do Sector Público Administrativo através da "Solução Município".

Destaca-se também a disponibilização de novos produtos e serviços de valor acrescentado inovadores para empresas, salientando-se o início da comercialização do serviço "Agregação de Comissões e Portes", do serviço de cobranças electrónicas em Espanha, do "Millennium Trade Solutions", do "Carro Fácil" e "Serviço de Legalização de Viaturas", no âmbito da oferta de leasing automóvel, e o lançamento de linha de crédito para financiamentos com garantia mútua.

Foram também conduzidas diversas acções estruturantes, entre as quais se salientam: o lançamento de um sistema de apoio à acção comercial designado por *commercial toolkit*; a integração do renting na área de leasing, assegurando-se, de raiz, o reforço de uma abordagem comercial conjunta junto de todas as redes, agora também no âmbito do negócio automóvel, lançando as bases para a reformulação da oferta automóvel; certificação de qualidade do processo de factoring, financiamento automóvel e de leasing mobiliário e o início de igual certificação para o processo de leasing imobiliário e crédito protocolado; e o início da certificação do processo de recuperação de crédito – Retalho, o qual resultará na consolidação, optimização e harmonização dos procedimentos e no desejável reforço da performance da actividade de recuperação de crédito.

Corporate e Empresas

Em 2006, o Millennium bcp continuou a posicionar-se como líder de mercado nos segmentos de Corporate e Empresas, promovendo uma imagem de Banco inovador, com uma oferta completa de produtos bancários tradicionais, completada com financiamentos especializados e serviços de valor acrescentado, tendo por objectivo a disponibilização de soluções adequadas às necessidades dos Clientes, no quadro do estabelecimento, com cada Cliente, de uma verdadeira relação de parceria.

Em 2007, pretende-se continuar a incentivar o crescimento da rede, pela utilização crescente de metodologias orientadas pelo aprofundamento dos critérios de optimização do capital, apoiado pelo re-

forço de uma oferta global de produtos e serviços e por instrumentos poderosos de apoio à acção comercial, onde se insere a consolidação da utilização do *commercial toolkit*, alicerçado na manutenção de um nível de serviço de excelência, permitindo, desta forma, otimizar e diferenciar a oferta de valor ao Cliente e a remuneração dos Accionistas.

Factoring

O factoring vem assumindo, nos últimos anos, uma importância cada vez maior para as empresas enquanto instrumento complementar de financiamento, tendo associado o serviço de gestão e cobrança de documentos e uma eventual cobertura de risco dos créditos. O crescimento deste mercado tem contribuído para o desenvolvimento, no Millennium bcp, de produtos cada vez mais adequados aos respectivos segmentos e nichos de mercado, adaptando a oferta, de forma constante e sistemática, às necessidades e expectativas dos Clientes. Esta é, aliás, uma estratégia que se pretende distintiva num mercado onde o factor preço está sob grande pressão.

Tendo por objectivo a satisfação das necessidades cada vez mais específicas dos Clientes, será prosseguida a divulgação da oferta de factoring, em especial junto de Clientes da rede de Retalho, a melhoria das funcionalidades disponíveis no portal de empresas e a consolidação da carteira de produtos através da oferta alargada de cobertura de risco em operações de factoring domésticas e internacionais, sendo expectável manter o crescimento de dois dígitos.

Leasing

Continua a registar-se um elevado dinamismo e concorrência no leasing, abrangendo todos os produtos e segmentos, induzindo uma crescente pressão sobre os preços praticados. A estratégia, em 2006, assentou na concentração dos negócios em Clientes de melhor risco e no financiamento de imóveis e de equipamentos com mercados secundários activos. O crescimento sustentado da actividade de leasing permitiu a consolidação da liderança do Millennium bcp, resultado da capacidade de diferenciação da oferta, do alargamento e adequação dos produtos disponibilizados e da continuada aposta na qualidade dos serviços.

Perspectiva-se para 2007 um crescimento mais moderado do negócio, seguindo a tendência do sector, mantendo-se como objectivo a sustentação das actuais quotas de mercado. A consolidação da unidade de negócio de crédito especializado e o desenvolvimento dos vectores estratégicos referidos constituirão as principais preocupações para o próximo ano, com destaque para o reforço da oferta no âmbito do automóvel, a obtenção de sinergias pela integração plena do renting e sua maior dinamização junto da rede de Retalho, além do estudo de soluções para a oferta da locação operacional de equipamentos.

Direcção Internacional

A estratégia adoptada em 2006 passou por segregar claramente funções comerciais de funções de suporte técnico e de controlo, e incutir pró-actividade e dinamismo às equipas responsáveis pela captação de negócio internacional. Para concretizar esta estratégia, procedeu-se à reestruturação da Direcção, criando duas áreas distintas de negócio: uma área vocacionada para o relacionamento com Instituições Financeiras, ocupando-se do movimento transaccional e de custódia institucional, e uma área especializada no acompanhamento da internacionalização e do desenvolvimento da actividade de comércio externo dos Clientes, apoiando as redes comerciais do Banco.

Dentro desta perspectiva, salienta-se a criação do "Millennium Trade Solutions", centro de competências especializado para apoio às necessidades das empresas, no âmbito da sua actividade internacional.



Nesta nova área, destacam-se: a negociação de linhas de crédito e de emissão de garantias bancárias; a apresentação dos produtos *cash management* e factoring internacional; a informação a Clientes sobre mercados externos para efeitos de investimento e de operações de *trade finance*; e a participação em missões empresariais de detecção e exploração de oportunidades de negócio em mercados externos. De realçar, igualmente, a dinamização da actividade da sucursal *offshore* de Macau e do escritório de representação na China, plataforma para canalizar para aquela região negócio dos mercados multidomésticos. O controlo de custos e o acompanhamento dos proveitos gerados foram uma preocupação constante da Direcção Internacional, promovendo a melhoria da informação de gestão e um rigoroso controlo orçamental.

O Millennium bcp assegurou mais uma vez a liderança na actividade de custódia em Portugal, sendo ainda de salientar a distinção como “Best Sub-Custodian Bank in Portugal – 2006” atribuída pela revista *Global Finance* – e a certificação dos processos de “Gestão de Custódia Institucional” e de “Tomada e Cedência de Títulos” pelo Bureau Veritas Certification, no âmbito do projecto “Quality System Certification” pelos standards do ISO 9001:2000.

Dos objectivos para 2007, destacam-se a implementação de uma oferta multidoméstica de serviços, envolvendo todas as operações do Millennium bcp nos vários mercados de actuação, o aumento da quota nos mercados multidomésticos, nos produtos de comércio externo e de Custódia Institucional, e a continuação de redução de custos e de controlo de risco operacional, por implementação de automatismos, em projectos transversais ao Banco relativos ao negócio internacional.

Recuperação de Crédito

Em 2006, procedeu-se à reestruturação da Direcção, tendo como principais objectivos uma maior adequação da estrutura orgânica às necessidades da actividade de recuperação de crédito, a racionalização dos recursos envolvidos e a obtenção de níveis acrescidos de eficácia e eficiência. As alterações introduzidas procuraram adequar a actividade para uma gestão *on going* dos processos, abandonando progressivamente a óptica de *task force*, promover a especialização das unidades em função da natureza dos Clientes e dos produtos, e sua autonomização, e o reforço da relação com as redes comerciais. Estas alterações permitiram a simplificação da estrutura e a redução material do número de Colaboradores, com a consequente optimização de processos e economia de custos.

Tendo em vista o aumento da eficácia, assistiu-se em 2006 a um maior aprofundamento da articulação entre a Direcção de Recuperação de Crédito e as diversas redes comerciais, com o reforço do cruzamento e actualização de informações relevantes. Introduziram-se ainda diversas melhorias nos mecanismos de detecção de situações de potencial agravamento de incumprimento, relacionados com os processos de Recuperação de Crédito, e na sua divulgação, tendo em vista a detecção antecipada de situações de risco, a sua prioritização e a melhoria da eficácia da recuperação. Iniciou-se também a adaptação dos aplicativos existentes às exigências decorrentes do processo de implementação de Basileia II.

Em 2007, em sintonia com a evolução das necessidades do Banco e da adaptação aos novos critérios resultantes de Basileia II, a Direcção de Recuperação de Crédito enfocará a sua actividade no acompanhamento e gestão dos Clientes em incumprimento, designadamente, através de acções que visem a minimização do risco de perda económica associada à carteira de crédito do Banco.



PRIVATE BANKING E ASSET MANAGEMENT

A actividade de Private Banking e Asset Management é assegurada pela rede Private Banking em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de private banking de direito suíço, pelo ActivoBank7, um banco *online* de serviço global, especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento de longo prazo, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento. No início de 2006, o negócio de International Corporate Banking deixou de integrar este segmento, sendo transferido para o segmento de Corporate e Empresas.

	Milhões de euros		
	2006	2005	Var.% 06/05
Demonstração de resultados			
Margem financeira	42,1	42,7	-1,4%
Outros proveitos líquidos	65,9	55,2	19,4%
	108,0	97,9	10,3%
Custos operacionais	64,1	68,1	-6,0%
Imparidade e provisões	3,2	0,1	--
Contribuição antes de impostos	40,8	29,6	37,5%
Impostos	8,2	3,3	145,2%
Contribuição líquida	32,6	26,3	23,8%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	111	129	-14,3%
Rendibilidade do capital afecto	29,3%	20,3%	--
Riscos ponderados	2.306	2.233	3,3%
Rácio de eficiência	59,3%	69,6%	--
Crédito a clientes	2.600	2.454	6,0%
Activos sob gestão	15.484	14.554	6,4%

O efeito conjugado do aumento da contribuição líquida do segmento de Private Banking e Asset Management (+23,8%), cifrando-se nos 32,6 milhões de euros em 2006 (26,3 milhões de euros em 2005), e da gestão criteriosa do capital afecto a esta área de negócio, contribuíram para a melhoria da rendibilidade do capital afecto de 20,3% para 29,3%, entre 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2006.

O rácio de eficiência apresentou uma melhoria, ao evoluir de 69,6% em 2005 para 59,3% em 2006, beneficiando da redução dos custos operacionais e do incremento dos proveitos obtidos, nomeadamente, das comissões e outros proveitos, relacionados com o maior volume de activos sob gestão.

Os activos sob gestão elevaram-se a 15.484 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, um aumento de 6,4% face a 31 de Dezembro de 2005, impulsionados pela evolução dos fundos de investimento. O crédito concedido cifrou-se em 2.600 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006 (2.454 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005), beneficiando da expansão da actividade do Millennium Banque Privée e não obstante a limitação de exposições a riscos de mercado assumida pelo Grupo.



Millennium bcp private bankers

Os objectivos estratégicos definidos para a área de Private Banking apontam para um assinalável reforço da quota de mercado e para a duplicação de resultados no horizonte de três anos, tendo por base uma organização ágil e flexível, enfocada nos Clientes e na criação de valor para o Banco e que valoriza e motiva os seus Colaboradores. O plano de acção para a concretização desta estratégia passa por:

- Reforço da captação de Clientes;
- Melhoria e adaptação contínua da oferta;
- Aperfeiçoamento do aconselhamento financeiro prestado;
- Simplificação de processos e desenvolvimento de ferramentas que permitam dedicar mais tempo à acção comercial, melhorando a sua eficácia.

A importância da dinamização da captação de Clientes materializou-se na criação de uma unidade específica para o efeito, com o objectivo de identificar os Clientes potenciais a serem abordados pelas Unidades de Private Banking, com dois pólos, um no Porto e outro em Lisboa. Simultaneamente, estão a ser desenvolvidos esforços na utilização de promotores nos mercados externos igualmente com o objectivo diversificar e expandir a base de Clientes-alvo.

A gestão da oferta tem sido assegurada pela Wealth Management Unit (WMU), com a diversificação das alternativas de investimento através de fundos de investimento, do reforço da dinâmica de colocação de estruturados e suporte às necessidades de investimento de segmentos específicos de Clientes. Esta unidade passou igualmente a integrar uma equipa reforçada de Especialistas de Investimento, responsáveis por apoiar de forma sistematizada os private bankers na preparação de propostas de investimento adaptadas às necessidades específicas de Clientes, que deu prioridade à contínua introdução de novos produtos de terceiros, nas áreas de acções e de alternativas à gestão de produtos próprios, nomeadamente, carteiras de gestão discricionária de retorno absoluto e ao desenvolvimento de uma ampla gama de produtos estruturados, inclusivé em arquitectura aberta. Para o efeito, desenvolveram-se ferramentas que simplificam e conferem mais eficácia ao processo de aconselhamento. Em áreas fora da actuação bancária, designadamente no domínio da assessoria fiscal, utilizaram-se entidades externas.

Aperfeiçoaram-se políticas de contactos de segmentos de Clientes assentes num sistema que permite o registo e acompanhamento das interações. Foi criada uma *newsletter* mensal de acompanhamento dos mercados e de alocação de activos.

Em 2006, foram ajustados os níveis de delegação de competências e aperfeiçoou-se o sistema de incentivos da área de negócio, ligando mais directamente a remuneração variável aos contributos positivos para a criação de valor de cada Colaborador. Através do programa CREA (Crescimento, Rentabilidade, Enfoque e Aconselhamento) procurou-se criar um espírito de compromisso de todos no reforço da posição no mercado e desenvolvimento do negócio.

A envolvente competitiva do negócio doméstico permaneceu adversa, condicionada pelo reduzido dinamismo da economia portuguesa e pela agressividade das propostas dos *players* de nicho. Não obstante, o esforço de captação permitiu expandir em 2% a base de Clientes do negócio doméstico e atingir um expressivo crescimento de volumes, tanto ao nível do crédito, como dos activos sob gestão.

A vertente internacional do negócio encontra-se condicionada pelas alterações regulamentares ocorridas e por sinais da necessidade de ir para além de um modelo ainda demasiado assente no mercado lusófono. Neste contexto, e não obstante a redução significativa de custos, os resultados operacionais desta área ficaram aquém do esperado e decresceram face ao ano anterior.

Os objectivos estabelecidos para 2007 visam a prossecução de um continuado desenvolvimento e dinamismo do negócio doméstico, sendo esperado que a Unidade de Captação tenha um impacto ainda mais positivo na aquisição de novos Clientes. A crescente aplicação dos novos modelos de gestão e aconselhamento contribuirão, de forma segura, para a melhoria da margem dos activos sob gestão. Na vertente internacional, um renovado esforço de captação e abordagem de novas geografias constitui a chave para permitir um crescimento sustentado dos activos e do contributo para os resultados.

Millennium Banque Privée

O Millennium Banque Privée, uma plataforma de private banking constituída na Suíça em 2003, desempenha um papel importante na área de negócio de Private Banking e Asset Management. Todas as suas actividades são centradas nos Clientes, sendo prestados serviços de elevada qualidade, baseados na confiança e na discrição e apoiados numa equipa com excelentes qualificações e competências a todos os níveis da organização. O Millennium Banque Privée valoriza a inovação e o enfoque no desempenho.

Em 2006, graças à boa evolução na aquisição de Clientes nos mercados-alvo, o Millennium Banque Privée reforçou a sua base de activos, a sua organização e a rentabilidade. Os bons resultados alcançados nos mercados-alvo foram conseguidos através do reforço das equipas bancárias, em particular no que respeita aos gestores de relação, à consultoria de investimento e ao *trading*, reforçando as capacidades na aquisição de Clientes e no serviço aos Clientes, com ênfase na selecção de produtos e na inovação. O ano 2006 foi ainda marcado pela melhoria da plataforma informática, permitindo o aperfeiçoamento da informação de gestão do negócio.

O sucesso destes desenvolvimentos, combinado com regras de *compliance* rígidas, eficiência organizacional, controlo rígido dos custos e a ênfase na melhoria constante das soluções de investimento relacionadas com os Clientes permitiu ao Millennium Banque Privée atingir resultados significativos em 2006.

O Millennium Banque Privée registou em 2006 uma evolução muito favorável do resultado líquido face ao ano anterior, resultante de um forte crescimento da sua actividade, que se traduziu na evolução da margem financeira e das comissões, essencialmente de corretagem e de mercado primário, não obstante o aumento verificado nos custos de transformação associado ao recrutamento de novos Colaboradores.

Millennium Banque Privée

Milhões de euros

	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	791,8	688,8	15,0%
Crédito a clientes	602,1	475,3	26,7%
Recursos de clientes	2.409,2	1.924,9	25,2%
Proveitos	28,1	18,8	49,5%
Custos operacionais	12,5	9,8	27,2%
Resultado líquido	11,8	6,8	73,8%
Colaboradores	55	45	22,2%
Sucursais	1	1	--



O Millennium Banque Privée continuará a procurar crescer nos mercados actuais e irá reforçar a sua presença nas duas novas regiões que passaram a ser cobertas em 2006, Polónia e Brasil. Ao mesmo tempo, o Millennium Banque Privée procurará reforçar as relações com a “diáspora” dos seus principais mercados: Brasil, Grécia, Polónia, Portugal e Turquia. O Millennium Banque Privée deverá igualmente apostar na abordagem a novos mercados, apesar de manter uma estratégia enfocada que lhe assegurará um crescimento futuro dos activos.

Gestão de Fundos de Investimento

O mercado Português de gestão de activos é um mercado aberto, com a crescente presença e a concorrência de todas as grandes casas internacionais. A indústria de fundos nacional é uma indústria consolidada e altamente concorrencial, com níveis de comissionamento similares aos praticados nos mercados mais competitivos da Europa, e apresenta *performances* de investimento e práticas de *compliance* em linha com as melhores práticas internacionais.

A área de asset management do Millennium bcp caracteriza-se há alguns anos pela adopção de uma estratégia de actuação baseada na especialização das estruturas locais, em termos de concepção do produto, controlo da qualidade e suporte comercial, e na subcontratação a especialistas, localizados em Lisboa e Londres, para a execução da sua política de investimentos e para a selecção de produtos para as carteiras de gestão discricionária, mantendo e exercendo o controlo apropriado. Esta estratégia permite capitalizar os seus valores fundamentais: estreita ligação aos canais de distribuição do Millennium bcp; esforço de inovação contínuo; *know how* de gestão de activos nacionais e internacionais; e utilização das melhores práticas internacionais na selecção, gestão, negociação e valorização de activos.

No início de 2006, a Millennium bcp Fundos de Investimento foi distinguida com a atribuição do prémio Diário Económico/Standard & Poor's 2006 para a “Melhor Sociedade Gestora Nacional – Fundos Domésticos”, distinção obtida pela segunda vez nas três edições deste Prémio e do Prémio para a “Melhor Sociedade Gestora de Acções – Fundos Domésticos”.

As políticas de gestão adoptadas em 2006 foram alicerçadas na adequação da proposta de valor às necessidades financeiras e perfil de risco dos investidores, dinamizando junto das redes do Banco, e com especial sucesso, os produtos mais adequados a cada perfil. Foram introduzidas melhorias nas condições de gestão e comercialização dos principais fundos de investimento Millennium e reforçada a oferta de novos produtos, destacando-se a introdução de dois novos fundos PPR e um FEI – Fundo Especial de Investimento no sector imobiliário. Foi dinamizada a oferta de fundos com maior valor acrescentado (fundos de fundos e fundos de acções europeias) e reestruturaram-se as políticas de investimento e os parâmetros de gestão de sete fundos de fundos. Ao nível organizacional, foram criadas duas equipas de consultores de investimento, com a missão de apoiar o esforço comercial de adaptação de produtos de investimento às necessidades específicas de cada segmento de Clientes.

O ano 2006 foi ainda marcado pelo crescimento significativo do volume de negócios dos fundos de investimento imobiliários de subscrição particular. Acompanhando este crescimento, reforçou-se a estrutura comercial e operacional, tendo-se constituído no final do ano uma nova sociedade gestora, a Interfundos, que assumirá a gestão desta importante área de negócio.

A área de gestão de patrimónios do Millennium bcp mostrou grande dinamismo em 2006, baseado numa selecção muito criteriosa dos fundos de investimento que compõem as carteiras e por uma prática de ajustamento mensal das mesmas, face à evolução dos mercados, com resultados bastante positivos na rentabilidade final obtida.

Diferentemente da evolução do sector, que cresceu mais em FEI e fundos de acções nacionais, a Millennium bcp Gestão de Fundos de Investimento registou o seu maior crescimento nas classes de fundos de acções sectoriais e fundos mistos (210% e 88%, respectivamente). Estes resultados são a consequência de uma forte aposta na comercialização de fundos de fundos, em resposta ao crescente interesse pelos Clientes de Retalho por uma exposição progressiva ao segmento Accionista aliado a grande liquidez.

O volume de negócios global da área de asset management cresceu 7,6% em 2006, atingindo os 8.304 milhões de euros. Para estes resultados contribuíram de forma expressiva a evolução verificada na gestão discricionária, bem como a melhoria no *mix* dos fundos subscritos, com maior propensão aos fundos de maior valor acrescentado – fundos de fundos e fundos de acções, e o aumento do volume de negócio gerido nos fundos imobiliários.

Destaca-se o crescimento de 45% na gestão discricionária, para o qual foi determinante o crescimento de 34% do número de carteiras geridas. Os fundos mobiliários domésticos apresentaram uma redução em 2006 de 3,2%, o que compara com um crescimento de 3% para o conjunto do mercado. A quota de mercado fixou-se em 19,6% no final de 2006, equivalente a um volume de activos sob gestão de 5.721 milhões de euros. Os fundos localizados no Luxemburgo registaram um significativo aumento de 18,3% dos volumes sob gestão. De salientar, igualmente, o reforço expressivo do peso dos fundos imobiliários, que registaram um acréscimo anual de 64,6%.

Em 2007, numa filosofia integrada de aproveitamento de sinergias, a área de asset management intensificará o relacionamento com as redes comerciais através de acções de promoção dos negócios de fundos de investimento e gestão discricionária, apostando no contínuo aperfeiçoamento da sua proposta de valor; na progressiva penetração de fundos de maior valor acrescentado nos Clientes; em classes de fundos ainda com uma expressão em Portugal inferior à dos mercados congéneres europeus (fundos de retorno absoluto, fundos de capital garantido e rendimento indexado, fundos especiais de investimento); na diferenciação da oferta de fundos em função da estratégia de segmentação do Millennium bcp, nomeadamente, com a dinamização dos fundos de fundos no segmento *Prestige*; e na dinamização da oferta das soluções de complemento de reforma através de fundos PPR.

ActivoBank7

Mantendo o seu posicionamento de banco *online* de investimentos de serviço completo, o ActivoBank7 centrou a sua estratégia na melhoria constante dos produtos e serviços disponibilizados aos seus Clientes, sempre numa lógica de arquitectura aberta, que lhe permite seleccionar objectivamente e com total independência os produtos e serviços das melhores casas de investimento internacionais. A inovação e a optimização do serviço prestado aos Clientes constituem uma permanente preocupação, com vista à prestação de um serviço de excelência.

Os principais vectores de implementação desta estratégia passaram por captar de forma selectiva novos Clientes, aumentar a penetração no património dos actuais, introduzir uma constante inovação na oferta de produtos de investimento e uma nova família de produtos estruturados e aumentar o peso relativo dos produtos que mais contribuem para a conta de exploração do ActivoBank7 na estrutura do património sob gestão.

Em 2006, o ActivoBank7 festejou o seu 5.º aniversário, promovendo um conjunto de iniciativas de divulgação da instituição e tendo publicado a terceira edição do Guia do Investidor. O ActivoBank7 introduziu mais um serviço inovador no mercado: o ActivoTrader, vocacionado para o segmento de *traders* e que permite ter acesso à melhor informação e às mais completas ferramentas de apoio ao investimento.



No mercado de fundos de investimento internacionais, onde o banco registou um crescimento de 22%, foi reforçada a proposta de valor com a introdução de novas soluções de investimento, destacando-se a introdução no mercado dos fundos Fidelity Multimanager, do fundo de estratégia de investimento "alpha" da Schroders e o lançamento de várias versões do Depósito Activo Mais, associando fundos de investimento a um depósito a prazo, bem como disponibilizados 23 fundos da sociedade Crédit Agricole Asset Management, aumentando assim para 20 as sociedades gestoras com representação na proposta de valor do ActivoBank7.

Promoveu-se, em conjunto com a Skandia, o desenvolvimento de um novo *unit linked*, vocacionado para investimentos de médio-longo prazo com benefícios fiscais, e iniciou-se a disponibilização inovadora de produtos estruturados para Clientes mais conservadores, com base em arquitectura aberta. O ActivoBank7 participou também, de forma muito activa, nas duas operações de privatização realizadas no decurso do ano, sendo *co-leader* na OPV da Galp Energia e na 3.ª fase de privatização da Portucel.

Durante o ano 2006, verificou-se um acréscimo significativo da concorrência das principais instituições financeiras nos principais segmentos de negócio do ActivoBank7: o negócio de bolsa *online* e os fundos de investimento. Tanto no negócio de bolsa como na comercialização de fundos de investimento estrangeiros, o ActivoBank7 assegurou uma quota de mercado significativa, 19,1% no acumulado do ano.

O reforço da relação comercial com os seus Clientes permitiu aumentar o património médio dos Clientes activos em 17,6%, atingindo-se um valor de 43,5 mil euros por Cliente, tendo ainda sido possível crescer 19% em património financeiro. O crescimento dos fundos de investimento e operações de bolsa reflectiu-se num acréscimo significativo da conta de resultados do Banco, com um peso crescente das comissões no produto bancário e os resultados antes de impostos, mais do que duplicaram relativamente ao ano anterior, fruto de uma optimização sistemática ao nível dos custos incorridos.

O resultado líquido registou um forte aumento face a 2005 (+62,6%) como resultado de uma maior eficiência, com os proveitos a aumentarem 18% e os custos operacionais 2,9%, a par do crescimento do volume de negócios. A margem financeira, que representa 40,2% do total de proveitos, registou uma subida de 46,7% face a 2005 e as comissões um aumento de 24,7% em relação ao ano anterior.

ActivoBank7

	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	211.602	190.858	10,9%
Crédito a clientes	29.707	25.544	16,3%
Recursos de clientes	479.535	415.539	15,4%
Proveitos totais	9.351	7.926	18,0%
Custos operacionais	7.054	6.854	2,9%
Resultado líquido	1.422	875	62,6%
Quota de mercado (transacções <i>online</i>)	17,3%	24,7%	--
Colaboradores	61	64	-4,7%

Milhares de euros

Em 2007, o ActivoBank7 manterá o seu posicionamento como Banco de Investimento *online* de serviço completo, assegurando aos seus Clientes uma proposta de valor inovadora e seleccionada, de forma independente, junto das melhores casas de investimento internacional. O crescimento da base de Clientes constituirá um dos vectores básicos de actuação do Banco em 2007, através da implementação de iniciativas inovadoras no mercado interno e analisando o interesse da exportação do modelo de sucesso do Banco para mercados internacionais.

A Área de Negócio de Banca de Investimento desenvolve as actividades nos mercados Accionistas, compreendendo a corretagem e o *equity research*, nos mercados de rendimento fixo, nos produtos de tesouraria, a assessoria financeira e a *corporate finance*, bem como financiamentos especializados nos domínios de *project finance* e de *structured finance*. A Área de Negócio actua numa perspectiva multidoméstica, através da Banca de Investimento e de outras sociedades do Grupo.

Milhões de euros

	2006	2005	Var. % 06/05
Demonstração de resultados			
Margem financeira	(23,3)	0,2	--
Outros proveitos líquidos	166,1	169,3	-1,9%
	142,7	169,5	-15,8%
Custos operacionais	50,0	53,7	-7,0%
Imparidade e provisões	1,9	5,3	-65,0%
Contribuição antes de impostos	90,9	110,4	-17,7%
Impostos	26,5	27,4	-3,6%
Contribuição líquida	64,4	83,0	-22,4%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	160	131	22,4%
Rendibilidade do capital afecto	40,2%	63,4%	--
Riscos ponderados	3.612	2.820	28,1%
Rácio de eficiência	35,0%	31,7%	--
Crédito a clientes	702	499	40,6%

No decurso do terceiro trimestre de 2006, o modelo organizacional da Área de Negócio foi ajustado tendo em vista um maior alinhamento com o posicionamento estratégico pretendido para cada actividade, com uma clara ambição acrescida em termos de alcance geográfico. Em simultâneo com o aproveitamento de oportunidades incrementais no *franchise* já existente em Portugal, o Grupo pretende desenvolver a sua actividade de Banca de Investimento nos restantes mercados prioritários, capitalizando a experiência e competências adquiridas em Portugal e aproveitando a capacidade local de estabelecimento de relações com empresas, organismos públicos e investidores. Nos restantes mercados, a actuação será dirigida essencialmente pelas oportunidades derivadas da expansão dos seus Clientes para outros mercados e do relacionamento com bancos congéneres.

A contribuição líquida da Banca de Investimento totalizou 64,4 milhões de euros em 2006 (83,0 milhões de euros em 2005), determinada fundamentalmente pela evolução da margem financeira, que incorpora os impactos do aumento das taxas de juro no custo do *funding* da carteira de negociação, cujos rendimentos estão relevados em resultados de operações financeiras, e da gradual amortização de produtos estruturados que beneficiavam de um custo financeiro mais favorável.

Os outros proveitos líquidos registaram um ligeiro decréscimo face a 2005, não obstante a tendência favorável registada na segunda metade de 2006, suportada pelos maiores níveis de actividade e de comissões geradas neste período. A redução dos custos operacionais e do esforço de provisiona-



mento entre 2005 e 2006 não foram suficientes para compensar a diminuição dos proveitos. A rentabilidade do capital afecto situou-se em 40,2% e o rácio de eficiência em 35,0%.

O crédito a clientes registou um incremento face a 31 de Dezembro de 2005, fundamentalmente, determinado pelo envolvimento do Millennium bcp investimento como *lead arranger* em importantes operações de *project finance* no quarto trimestre de 2006, em cujo sindicato bancário o Millennium bcp também participou.

A actividade de Banca de Investimento foi condicionada pelo reduzido dinamismo da economia portuguesa, com o concomitante adiamento de decisões de investimento, não obstante a melhoria do clima de actividade nos últimos meses. A Banca de Investimento não deixou, contudo, de marcar presença de destaque em inúmeras operações ocorridas em 2006.

No mercado accionista, a Banca de Investimento manteve uma posição de liderança com uma quota de mercado superior a 10%, apesar da crescente intensificação da concorrência, sendo ilustrativo a este respeito o forte incremento registado no número de membros com acesso directo à negociação, de menos de 20 em 2003 para mais de 60 actualmente, a maioria dos quais grandes bancos estrangeiros com presença global.

Neste domínio, o Banco reforçou as capacidades da intermediação com Clientes particulares, por via da prestação de serviço cada vez mais personalizado, de um relacionamento muito próximo e do reconhecimento de um aumento da suas valências técnicas. É de destacar, neste âmbito, o forte crescimento da actividade de vendas institucionais a Clientes internacionais, permitindo a angariação de importantes Clientes no Reino Unido e na Europa Continental, assim como a manutenção de uma presença relevante junto dos principais investidores institucionais portugueses. Saliente-se a participação nas conferências europeias de empresas de média capitalização, os "*Mid Cap Events*" de Paris e Londres, que permitiram juntar as empresas portuguesas mais importantes deste universo com um total de mais de 150 analistas europeus. A equipa de *research* de acções da Banca de Investimento foi reconhecida internacionalmente pela prestigiada revista "Forbes/Starmine", que atribuiu o prémio de segundo melhor analista de acções, entre 2.700 analistas europeus, em termos de capacidade de previsão de resultados das empresas. Adicionalmente, a especializada revista "AQ Research" atribuiu a dois analistas da Banca de Investimento, os primeiros lugares em termos de previsão de resultados, no quadro das empresas ibéricas.

No capítulo dos produtos de negociação, a Banca de Investimento introduziu diversas inovações no mercado português. No programa de certificados, foram pela primeira vez emitidas e disponibilizadas ao público emissões que permitem investir nos mercados de mercadorias (ouro e petróleo). Também através de certificados, o Banco tornou possível o investimento em índices, por si desenvolvidos, baseados em estratégias de investimento quantitativas – índices *Value and Growth*. Estas emissões não encontram qualquer paralelo em produtos concorrentes presentes no mercado português. Esta ampliação da gama de produtos de investimento possibilitou um assinalável crescimento do negócio, sobretudo na segunda metade do ano, que terá continuidade em 2007. Relativamente ao programa de warrants, a Banca de Investimento manteve a sua actividade, com emissões concentradas em activos portugueses e no índice DAX, distribuída por dois mercados, a Euronext e a PEX.

Na área de mercado de capitais de rendimento fixo, a Banca de Investimento teve uma participação activa na organização e montagem de emissões de empréstimos obrigacionistas, de programas de papel comercial, bem como na emissão e colocação de produtos estruturados. Relativamente à emissão de obrigações, são de destacar as lideranças dos empréstimos obriga-

cionistas para a ANA – Aeroportos e Navegação Aérea (100 milhões de euros), a Espírito Santo Tourism (49,77 milhões de euros) e a Sonae Indústria (50 milhões de euros). A Banca de Investimento foi ainda líder conjunto da única Oferta Pública de Subscrição de Obrigações levada a cabo por uma entidade não financeira, a emissão FC Porto SAD 2009 (15 milhões de euros).

Destacou-se ainda a participação do Banco em diversos sindicatos de emissões internacionais: como *Joint Lead Manager* na emissão da EDP Finance BV (500 milhões de euros), como *Senior Co-Lead* na emissão pela Eureka de acções preferenciais (600 milhões de euros), como *Co-Lead Manager* em várias operações realizadas no mercado internacional, das quais salientamos: UBS (750 milhões de euros), KfW (250 milhões de euros) e Morgan Stanley (3 emissões no total de 4,75 mil milhões de euros). No que respeita a operações para o Millennium bcp, há que destacar as lideranças conjuntas das operações de titularização de crédito hipotecário residencial (RMBS) para o Millennium bcp (Magellan Mortgages No.4, no montante de 1,5 mil milhões de euros) e para o Millennium bank, na Grécia (Kion Mortgages No.1, no montante de 600 milhões de euros). Realce especial para a liderança conjunta de uma emissão de obrigações subordinadas, realizada ao abrigo do Programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN) do Millennium bcp, no montante de 400 milhões de euros e prazo de 10 anos, com *call option* a partir do final do 5.º ano e *step-up* nessa mesma data.

Na organização e montagem de programas de papel comercial, destacam-se os seguintes: REN – Rede Eléctrica Nacional (300 milhões de euros); Grupo Amorim (seis programas no montante total de 270 milhões de euros); Galp Energia (50 milhões de euros); Sociedade Francisco Manuel dos Santos SGPS (52 milhões de euros); PT SGPS (250 milhões de euros); Grupo Teixeira Duarte (2 programas no total de 75 milhões de euros); Solverde (15 milhões de euros); Sonae SGPS (750 milhões de euros) e para o Grupo Barraqueiro (30,5 milhões de euros).

A Banca de Investimento intensificou em 2006 a emissão de produtos estruturados destinados a investidores das redes domésticas e internacionais do Grupo e ainda a investidores institucionais. Para além de estruturas tradicionais, foram também desenvolvidas novas ofertas adaptadas às condições de mercado e interesse dos investidores: Rendimento Crescente, *Cancelable Range Accrual Notes*, *Target Range Accrual Redemption Notes*, Aforro Crescente, Cupão Zero, *Commodity Linked Notes*, *Credit Linked Notes*, a nova família de produtos “TOP”, Rendimento Trimestral Mais, Mega Aforro 7%, Aforro Portugal, estrutura *Outperformance S&P versus Iboxx* e estrutura *Reverse Convertible*.

No negócio de operações de tesouraria, a Banca de Investimento prosseguiu em 2006 a gestão criteriosa dos riscos de taxa de juro, cambial e de liquidez do Grupo. De assinalar os bons resultados obtidos com a venda de produtos de tesouraria, quer na vertente dos produtos *cash* (operações cambiais negociadas *spot* e *forward*, aplicações e financiamentos de curto prazo a taxa fixa), quer os da vertente dos produtos derivados de cobertura de risco de taxa de juro e/ou taxa de câmbio, e *commodities*.

Na área de *corporate finance*, a Banca de Investimento esteve envolvida em negócios relevantes ao longo de 2006, tendo sido responsável pelas assessorias financeiras ao Millennium bcp na alienação do bcpbank Canada, ao Grupo Sonae na cisão da Sonae Indústria, à Maconde na alienação da sua rede de Retalho e ao Grupo Nutrinveste na aquisição da Exoliva. Merecem ainda referência as assessorias financeiras realizadas à EDP, à Parkalgar, ao Grupo Sousa Lima e ao Grupo Inapa.

No início do ano 2006, foram concluídos o *spin-off* da Sonae Indústria SGPS e a Oferta Pública de Aquisição sobre a Efacec Capital SGPS. O ano foi marcado pela obtenção de mandato para a coordenação global conjunta da OPV da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., pela oferta pública



de aquisição sobre a Grupo Soares da Costa e pela Oferta Pública de Aquisição sobre o Banco BPI, S.A. O Banco procedeu ainda à colocação conjunta em *accelerated bookbuilding* de um bloco de acções representativo de 7,95% do capital da Sonaecom detido pela 093X e imputável à EDP. A Banca de Investimento fez também parte dos sindicatos de colocação das duas operações de privatização realizadas em 2006 no mercado de capitais – a OPV da Galp Energia e a 3.ª fase de privatização da Portucel – tendo, em ambos os casos, alcançado uma posição de relevo na distribuição de acções ao Retalho.

Tendo em vista o objectivo de promover, de forma integrada, o negócio de *structured finance* no mercado nacional e internacional, foi criada na Banca de Investimento uma unidade dedicada, uniformizando procedimentos e concentrando competências, e permitido consolidar a presença do Grupo neste mercado. Em 2006, o Banco participou, assim, num conjunto significativo de operações *start-up*, que ascendem a um valor contratado superior a 490 milhões de euros. Destacam-se operações como Colombo's Resort em Porto Santo, a Vivamarinha em Cascais ou a Torrejana para a construção de uma central de biodiesel.

Promoveram-se igualmente operações de *acquisition finance* (incluindo *Management e Leverage Buy Out's*) em sectores de actividade muito variados, tendo atingido um montante superior a 110 milhões de euros. Esta actividade foi também desenvolvida numa perspectiva multidoméstica, tendo a Banca de Investimento participado, para o efeito, em vários sindicatos bancários para um envolvimento superior a 270 milhões de euros, onde se destacam a Lidl (montante total de 1.375 milhões de euros), a Chamartín (520 milhões de euros) e a Sacyr (5.175 milhões de euros para aquisição de 20% da Repsol YPF). A terceira grande linha de orientação da área de *structured finance* passou pela organização e montagem de operações de reestruturação financeira, em Portugal, que ascenderam a cerca de 100 milhões de euros.

A área de *project finance* caracterizou-se em 2006 por uma elevada e acrescida competitividade no mercado e por um estreitamento acentuado das margens. O mercado português esteve aquém das expectativas no que respeita à concretização de negócios financiáveis em *project finance*, designadamente, em Parcerias-Público-Privado. Na actividade da Banca de Investimento no mercado nacional são de destacar, como *Mandated Lead Arranger*: estruturação e tomada firme do financiamento de um conjunto de parques eólicos, promovidos pela Ventominho, no montante de 290 milhões de euros; obtenção do mandato de assessoria financeira da Aenor relativo ao financiamento de facilidades de crédito; contratação das facilidades de crédito do SIRESP para a Rede de Emergência e Segurança de Portugal no montante de 90 milhões de euros; refinanciamento de 806 milhões de euros de uma carteira de 25 parques eólicos detidos pela Pebble – Consultoria e Investimento; refinanciamento de 180 milhões de euros de uma carteira de 11 projectos hídricos detidos pela Pebble Hydro.

A actividade da Banca de Investimento na área de *project finance* em Portugal foi complementada com uma progressiva abertura ao exterior, com o avanço para projectos fora de Portugal, designadamente, na Grécia – *Mandated Lead Arranger* do financiamento no montante de 450 milhões de euros à Thermaiki Odos, a concessionária por 30 anos para a construção, operação e manutenção de um túnel submerso na cidade de Salónica – e na Polónia – *Arranger* do financiamento no montante de 100 milhões de euros à DCT Gdansk, a concessionária por 30 anos, prorrogável, para a construção, operação e manutenção de um terminal de contentores de águas profundas no porto de Gdansk. Estes primeiros projectos de *project finance* no exterior são extremamente importantes enquanto início da materialização da estratégia de internacionalização desta actividade, replicando e transportando para os outros mercados estratégicos do Grupo a experiência acumulada em Portugal no negócio de *project finance*.

O segmento de European Banking engloba as operações desenvolvidas na Polónia, Grécia e Turquia.

	Milhões de euros		
	2006	2005	Var. % 06/05
Demonstração de resultados ⁽¹⁾			
Margem financeira	240,3	149,1	61,1%
Outros proveitos líquidos	208,4	209,2	-0,4%
	448,6	358,3	25,2%
Custos operacionais	337,7	286,8	17,7%
Imparidade e provisões	22,5	6,5	--
Contribuição antes de impostos	88,4	64,9	36,2%
Impostos e interesses minoritários	22,5	13,8	63,0%
Contribuição líquida	65,9	51,1	28,9%
Síntese de indicadores ⁽¹⁾			
Capital afecto	560	530	5,5%
Rendibilidade do capital afecto	11,8%	9,6%	--
Riscos ponderados	6.778	4.985	36,0%
Rácio de eficiência	75,3%	80,1%	--
Crédito a clientes	7.120	4.771	49,2%
Recursos totais de clientes	8.181	7.248	12,9%

(1) Exclui Banque BCP França e Banque BCP Luxemburgo.

Na área de negócio European Banking, a contribuição líquida registou um crescimento positivo de 28,9%, ascendendo a 65,9 milhões de euros em 2006, face aos 51,1 milhões de euros apurados em 2005, determinando a melhoria da rendibilidade do capital afecto, que evoluiu de 9,6% no final de 2005 para 11,8% em 31 de Dezembro de 2006.

O desenvolvimento comercial das operações na Polónia e na Grécia impulsionou a evolução dos proveitos totais obtidos no segmento European Banking, compensando o reforço das dotações por perdas de imparidade do crédito e o aumento dos custos operacionais, influenciados pelo acréscimo da actividade e pelos investimentos efectuados no âmbito dos projectos de processo de mudança de marca e de expansão em curso nestes mercados, permitindo alcançar progressos ao nível da eficiência operativa, com o rácio de eficiência a evoluir de 80,1% em 2005 para 75,3% em 2006.

Em 31 de Dezembro de 2006, o crédito a clientes totalizou 7.120 milhões de euros, evidenciando um crescimento expressivo de 49,2%, face a 31 de Dezembro de 2005, e os recursos totais aumentaram 12,9% no mesmo período, confirmando o potencial de crescimento nestes mercados e os resultados da estratégia de crescimento orgânico empreendida na Polónia e na Grécia, suportada no alargamento da base de Clientes e apoiada no lançamento de produtos e serviços financeiros inovadores, cobrindo as necessidades específicas dos Clientes.





Polónia

Na Polónia, a actividade do Bank Millennium em 2006 continuou a ser enquadrada pelos três pilares que suportam a sua estratégia de médio prazo: conquistar escala e aumentar a rentabilidade do negócio de Retalho, através de crescimento orgânico; tornar-se um especialista em *consumer banking*, adoptando uma abordagem de *category killer* em produtos de crédito seleccionados; e renovar o modelo de negócio para empresas, com o objectivo de melhorar as vendas e a oferta.

Por forma a suportar o crescimento orgânico na banca de Retalho, o Bank Millennium definiu um programa de expansão da rede de Sucursais, compreendendo a abertura e *upgrade* de 160 Sucursais até 2008, objectivo posteriormente revisto para 180 Sucursais. Paralelamente, foi adoptado um novo modelo de Retalho com o objectivo de assegurar uma gestão comum e coordenada dos segmentos de Retalho *Affluent* e pequenos negócios. Uma das principais inovações deste novo modelo consistiu na definição de diferentes tipos de Sucursais, nomeadamente, os novos centros financeiros multi-segmento, estabelecidos em localizações seleccionadas, que desempenharão um papel determinante na remodelação da abordagem ao segmento *Affluent*. Até ao final de 2006, foram abertas 53 Sucursais, das quais 31 resultaram da transformação de Sucursais antigas. Simultaneamente, o Bank Millennium adoptou uma nova identidade e uma nova assinatura "A Vida Inspira-nos", alinhada com o Grupo, com o propósito de ancorar novos valores à marca Millennium.

A actividade na área de Retalho enfocou-se ainda no melhoramento contínuo da eficácia comercial através da "industrialização das vendas". Foram conduzidas várias campanhas, com o objectivo de colocar produtos específicos em Clientes-alvo, através das Sucursais, complementadas com acções de *telemarketing*. Foi dada particular ênfase às acções destinadas a transformar Clientes de produto único, capturados através de canais complementares, em Clientes de Retalho. Em resultado, o rácio de *cross-selling* aumentou de 2,7 produtos para cerca de 3,0 produtos, apesar do aumento significativo do número de Clientes.

2006 representou o primeiro ano de implementação do novo modelo de negócio para o segmento *Affluent*, com resultados bastante encorajadores. De facto, a introdução de produtos de poupança sofisticados, com margens atractivas, a adopção do conceito de arquitectura aberta para fundos mobiliários, a implementação de um novo sistema de incentivos, o programa de formação intensivo e o desenvolvimento de ferramentas sofisticadas para suportar o aconselhamento profissional aos Clientes do segmento *Affluent*, permitiram que este segmento mais que duplicasse as suas receitas.

Beneficiando da evolução positiva do mercado de capitais Polaco e consequente melhoria da performance dos fundos Millennium, o Bank Millennium continuou a promover os fundos mobiliários, tendo os fundos sob gestão mais que duplicado em 2006. Consequentemente, a quota de mercado em fundos mobiliários aumentou, convergindo para o seu valor natural. É de salientar o sucesso do "Super Duet", um produto que combina um depósito a prazo com o investimento em fundos mobiliários.

O Bank Millennium introduziu alterações também no modelo de negócio do segmento de pequenos negócios. As principais alterações consistiram numa melhor organização da força de vendas, simplificação e standardização da oferta de produtos e simplificação do processo de negócio.

2006 foi um ano dedicado ao aumento da penetração de cartões de crédito na base de Clientes Retalho e *Affluent*, tendo o número de cartões de crédito mais que duplicado. De salientar a segmentação operada no negócio de cartões. O Bank Millennium continuou a desenvolver a sua plataforma de *consumer finance*, um dos principais pilares da sua estratégia. No que respeita ao crédito hipotecário, o Banco pretende manter o seu posicionamento e manter uma elevada qualidade da sua carteira. Simultaneamente, o Bank Millennium enfocou-se no aumento da produtividade na rede de Retalho, abrindo centros especializados em crédito à habitação em localizações de elevado potencial e ao mesmo tempo alargando os acordos com *brokers* seleccionados. Em consequência, o Banco duplicou a produção e ganhou quota de mercado. A melhoria dos processos de *back-office* foi também uma prioridade em 2006, tendo em vista a gestão de um volume crescente de aplicações e contratos de forma eficiente, assegurando simultaneamente um adequado nível de serviço.

Relativamente ao negócio de empresas, 2006 foi marcado pela revisão do modelo de distribuição, que resultou na definição de três segmentos: PME, Corporate e Empresas. O principal objectivo da área de Corporate continuou a ser o aumento das receitas baseado na venda sistemática de produtos de valor acrescentado, como instrumentos de tesouraria e gestão de risco, soluções de gestão de liquidez e produtos de *trade finance*, tendo sido, em simultâneo, dada uma particular ênfase à aquisição de Clientes. Neste enquadramento, salienta-se a abertura do *call centre* de tesouraria cuja missão consiste em vender produtos não sofisticados a pequenas e médias empresas. Tal como em anos anteriores, o leasing continuou a ser uma prioridade na área de Corporate banking. O aumento da cooperação entre a Millennium leasing e as redes do Bank Millennium contribuiu significativamente para expandir a nova produção de leasing, permitindo o reforço do posicionamento do Bank Millennium no mercado polaco.

A concorrência no sector bancário manteve-se intensa, conduzindo a uma convergência das margens de intermediação para a média do Euro. O crédito a clientes evidenciou um crescimento assinalável, estimulado pela expansão do crédito imobiliário, apesar das regulações mais restritivas relativamente a empréstimos em moeda estrangeira, estabelecidas pela supervisão bancária Polaca em meados de 2006. Devido às particularidades do crédito à habitação, que permite criar as condições para uma relação de longo prazo com os Clientes, a maioria dos bancos desenvolveu ofertas bastante competitivas, o que resultou num esmagamento dos *spreads*. Os recursos de clientes evidenciaram igualmente um elevado crescimento, impulsionados pela expansão dos fundos mobiliários. Em 2006, assistiu-se a um aumento da importância dos canais alternativos às Sucursais: *brokers* financeiros e portais, entre outros, dado o seu potencial de capturar negócio.

O Bank Millennium apresentou em 2006 um forte crescimento da sua actividade, com o crédito e recursos de clientes a beneficiar do elevado ritmo de crescimento do crédito à habitação e dos fundos de investimento, respectivamente. Tal traduziu-se numa boa performance do resultado líquido recorrente (itens não recorrentes correspondem essencialmente à mais-valia obtida com a venda da participação da PZU em 2005), associado ao crescimento da margem financeira e das comissões de fundos de investimento, de intermediação de títulos e de bancassurance, apesar do aumento verificado nos custos devido, principalmente, ao plano de expansão e ao processo de mudança de marca. Em consequência dos resultados obtidos em 2006, as acções Bank Millennium registaram uma excelente performance na Warsaw Stock Exchange, superando de forma expressiva a evolução do principal índice accionista.



	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	6.445,3	5.782,1	11,5%
Crédito a clientes	3.899,2	2.503,7	55,7%
Recursos de clientes	5.119,5	4.073,7	25,7%
Margem	166,9	123,2	35,5%
Outros proveitos totais	158,3	137,5	15,1%
Custos operacionais	219,9	188,2	16,8%
Resultado líquido recorrente	77,2	53,4	44,4%
Resultado líquido total	77,2	145,5	-47,0%
Colaboradores	5.089	4.484	13,5%
Sucursais *	354	327	8,3%

* Alteração de critério face ao publicado no Relatório e Contas de 2005.

Taxas de câmbio: Balanço 1 euro = 3,8310 zlotys; Demonstração de Resultados 1 euro = 3,8982 zlotys.

Em Abril de 2006, a Moody's aumentou o rating de solidez financeira do Bank Millennium para "D" reconhecendo o aumento recorrente da rentabilidade e a capacidade continuada para cumprir com os objectivos estratégicos. O Bank Millennium foi considerado o "Best Bank" para PME pela Forbes e, pelo segundo ano consecutivo, a Global Finance considerou-o como o "Best Consumer Internet Bank in Poland".

Apesar da rápida convergência do mercado polaco para a média da União Europeia, as oportunidades de crescimento em 2007 continuam associadas ao aumento da penetração dos vários produtos bancários. Neste contexto, o Bank Millennium irá continuar a implementar a sua estratégia de médio e longo prazo com vista a atingir os objectivos estratégicos definidos. Os principais desafios para 2007 consistem na continuação do programa de expansão de Sucursais, na actualização da estratégia de negócio para captação de recursos de clientes, em extrair valor do negócio de cartões, no desenvolvimento do negócio de *cash loans*, na implementação de uma plataforma de crédito *best-in-class* para Empresas, e na melhoria da oferta de serviços financeiros para Corporates.

Grécia

O Millennium bank na Grécia é uma operação bancária criada de raiz no mercado grego em Setembro de 2000. O sucesso do Millennium bank baseia-se numa estratégia pioneira de segmentação de mercado, tendo sido identificadas quatro áreas de negócio (Banca de Retalho, Private Banking, Banca de Negócios e Corporate e Banca de Investimento). Esta abordagem foi combinada com produtos inovadores, serviços de elevada qualidade, tecnologia de ponta e recursos humanos altamente qualificados. Desde a sua criação, o Banco implementou um plano de desenvolvimento agressivo, enfocado no rápido crescimento orgânico e simultaneamente no crescimento das receitas e na criação de valor.

Após ter atingido o seu primeiro ano com resultados positivos em 2005, antecipando os planos iniciais, o Banco entrou em 2006 numa nova era da sua curta história com a refundação como Millennium bank, completamente harmonizado com a identidade do Millennium bcp a nível mundial. As prioridades do Millennium bank em 2006 compreenderam ainda a continuação da expansão geográfica, especialmente fora das maiores cidades, a aquisição de Clientes, um enfoque no *cross-selling*

através da implementação de um programa de sucesso comprovado noutros mercados, capturando uma proporção crescente do mercado de poupança grego, e o desenvolvimento dos negócios de crédito hipotecário e crédito ao consumo.

A conversão da infra-estrutura existente foi acompanhada da continuação da expansão geográfica do Banco, com um crescente enfoque fora das duas principais cidades Gregas, nas quais 63% da rede de Sucursais do Banco está concentrada. Foram abertas 26 novas Sucursais em 2006 (22 Sucursais de Retalho e 4 Unidades de Banca de Negócios), 12 das quais fora das áreas de Ática e Tessalónica. A rede de Sucursais foi aumentada para 148 Sucursais em 31 de Dezembro de 2006 (124 Sucursais de Retalho, 21 Unidades de Banca de Negócios e 3 centros de private banking).

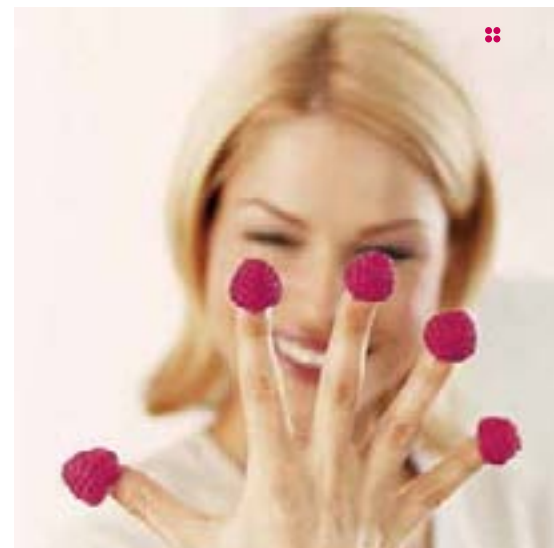
As prioridades do Millennium bank em 2006 foram também direccionadas para o aumento da base de Clientes. O esforço para capturar Clientes envolveu o desenho de ofertas específicas para determinados grupos de clientes, e foi também suportado pela abertura de Sucursais em áreas com reduzido nível de bancarização. Estas medidas foram bem sucedidas, resultando no aumento do número de Clientes em cerca de mais de 47 mil, para um total de 375 mil Clientes no final de 2006.

A aquisição de Clientes foi combinada com os esforços sistemáticos de aumento do *cross-selling*, especialmente através do desenvolvimento do "ContactMaster", um programa enfocado na gestão pró-activa dos níveis de serviço através de uma abordagem integrada multi-canal, tendo em vista aumentar as vendas. A implementação do "ContactMaster", similar aos programas "M3" e "MilleMaster" aplicados às operações de Retalho em Portugal e na Polónia, respectivamente, foi gradual, tendo passado por uma fase piloto nos primeiros meses de 2006 e estendendo-se posteriormente a toda a rede de Sucursais.

O Millennium bank lançou vários produtos inovadores de captação de poupança em 2006, sendo a sua oferta uma das mais competitivas e inovadoras no mercado grego. No que respeita ao crédito hipotecário, e apesar do forte aumento da concorrência, o Millennium bank conseguiu atingir uma quota de mercado em nova produção estimada em 3,3% em 2006, aproveitando a melhoria da proposta de valor e o enfoque em características específicas valorizadas pelos Clientes (protecção contra aumento de taxas de juro, extensão dos prazos dos empréstimos até 40 anos). O negócio de crédito ao consumo evidenciou também uma elevada performance, tendo a campanha para consolidação de créditos sido bem sucedida. A acção comercial foi complementada com uma nova linha telefónica para empréstimos, denominada *fast line*, permitindo a aprovação de pedidos de crédito numa hora, melhorando o serviço ao Cliente e resultando num nível recorde de créditos ao consumo.

Em 2006, destacou-se o anúncio da operação de securitização de crédito hipotecário no montante de 600 milhões de euros, a primeira operação desta natureza efectuada por uma subsidiária de um banco português. A execução da operação foi efectuada em tempo recorde, tendo o Millennium bank beneficiado de um dos mais baixos custos cobrados aos bancos gregos em transacções similares. Esta transacção reforçou a liquidez do Banco, proporcionando financiamento a longo prazo.

A actividade do Millennium bank em 2006 ficou marcada pelo crescimento sustentado do volume de negócios, em particular do crédito a clientes, que se traduziu na evolução positiva dos resultados líquidos recorrentes (excluindo a mais-valia com a venda do BankEuropa em 2005), suportada pelo forte crescimento da margem financeira, apesar do crescimento dos custos de transformação decorrente do plano de expansão.



	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	3.823,9	2.858,4	33,8%
Crédito a clientes	2.885,4	2.081,9	38,6%
Recursos de clientes	2.525,6	2.377,1	6,2%
Margem	98,4	74,5	32,1%
Outros proveitos totais	30,0	44,8	-33,0%
Custos operacionais	95,4	81,3	17,3%
Resultado líquido recorrente	15,1	3,5	333,0%
Resultado líquido total	15,1	16,9	-10,7%
Colaboradores	1.209	1.065	13,5%
Sucursais	148	122	21,3%

O objectivo do Millennium bank para 2007 consiste no aumento da presença em áreas regionais chave, prosseguindo o plano de expansão de Sucursais até 2008. O Banco pretende ainda aumentar a sua base de Clientes e os níveis de *cross-selling*, o que lhe permitirá aumentar as receitas e a rentabilidade. O Banco está ainda comprometido com a manutenção da sua estrutura operacional simplificada (8 Colaboradores por sucursal, o que compara com uma média de 20 no mercado) e em atingir níveis superiores de eficiência operacional através de um rigoroso controlo dos custos.

Turquia

O Millennium bank na Turquia, anteriormente denominado BankEuropa, foi objecto de processo de mudança de marca, o que reforça o compromisso do Banco Comercial Português para com o mercado turco. O Banco, que foi constituído em 2003, com o propósito de abordar o segmento dos particulares *Affluent*, desenvolve a sua actividade baseada numa estratégia diferenciadora, cujos principais pilares são a excelência e conveniência do serviço, a consultoria financeira adequada a cada perfil de Cliente, e o serviço através de gestores de relação dedicados, com ajustamento personalizado de uma vasta gama de produtos e serviços, incluindo serviços financeiros originados por instituições terceiras, de prestígio, internacionais. O Millennium bank baseia a sua proposta de valor na oferta de um serviço de elevada qualidade, personalizado, através de Sucursais especialmente desenhadas, Colaboradores experientes e produtos e serviços específicos para satisfazer as necessidades dos Clientes.

A rede de distribuição expandiu-se com a abertura de quatro novas Sucursais em localizações prestigiadas, situando-se o número total de Sucursais em 16 no final de 2006, concentradas nas três maiores cidades da Turquia (Istambul – incluindo Bursat –, Ankara e Izmir). O Millennium bank aumentou a base de Clientes em 55%. O crédito a clientes, essencialmente impulsionado pelo crédito à habitação, aumentou 64%. Este segmento continua a apresentar boas perspectivas de crescimento, dado que o peso do crédito à habitação no PIB situa-se em cerca de 5,1%. O Banco aumentou os recursos de clientes em cerca de 27% em 2006.

2006 foi marcado pelo lançamento de vários produtos inovadores pelo Millennium bank, nomeadamente, na área do crédito hipotecário (empréstimos indexados a francos suíços, empréstimos hipotecários sem amortização de capital durante um período definido, *office loans*), produtos de investimento (aumentando a oferta de fundos de investimento através de novas parcerias, combinando pacotes incluindo vários tipos de produtos) e banca de conveniência (parceria com programa de cartões líder, lançamento de uma conta *sweeping*, automatização de pagamentos e *Internet banking* sofisticada). Paralelamente, foi adoptada uma estratégia de preços competitiva.

A actividade do Millennium bank, em 2006, caracterizou-se por um forte crescimento dos volumes, especialmente no crédito à habitação e nos depósitos de clientes, que resultou na evolução positiva da margem financeira. O resultado líquido apresentou uma fraca performance face ao período homólogo devido, fundamentalmente, às perdas com coberturas (taxa de juro e moeda estrangeira).

Millennium bank na Turquia

Milhões de euros

	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	549,1	388,1	41,5%
Crédito a clientes	342,6	208,8	64,1%
Recursos de clientes	719,0	565,6	27,1%
Margem	21,4	8,9	141,5%
Outros proveitos totais	-10,2	7,1	-245,1%
Custos operacionais	24,7	21,8	13,1%
Resultado líquido	-15,1	-5,3	-187,1%
Colaboradores	315	260	21,2%
Sucursais	16	12	33,3%

Os objectivos do Millennium bank para 2007 consistem na materialização da expansão do Banco e na melhoria da rentabilidade, através do aprofundamento das relações comerciais com os Clientes e de uma gestão otimizada da *pricing*. O plano de acção estratégico passa por atrair novos Clientes e consolidar o relacionamento com os Clientes existentes, através da introdução de uma oferta de produtos/serviços inovadora e competitiva, no que respeita aos particulares *Affluent*. Relativamente às PME, o plano estratégico consiste na apresentação de produtos aos Clientes *Affluent*, com o objectivo de aumentar as receitas. Paralelamente, o Banco irá concentrar-se em minimizar os custos através de um processo de controlo de custos efectivo.

Roménia

Consubstanciando a prioridade estratégica de promoção do crescimento, está em curso o projecto de lançamento de uma operação *greenfield* na Roménia, com vista à obtenção de uma posição relevante num mercado de elevado crescimento. Está previsto que o Banco seja constituído no início de 2007 e que inicie as suas actividades até ao final do terceiro trimestre.

França e Luxemburgo

O Banco Comercial Português concretizou, em Julho de 2006, a alienação de 80,1% do capital social dos bancos Banque BCP França e Luxemburgo à instituição financeira francesa Groupe Caisses d'Epargne, pelo preço, líquido de custos de transacção, de 109,476 milhões de euros. A transacção gerou uma mais-valia, antes de impostos e líquida de custos de transacção, de 41,3 milhões de euros.

O Banco Comercial Português manterá uma participação de 19,9% em cada uma das instituições, tendo estabelecido acordos de cooperação com a entidade adquirente, com vista a prosseguir a prestação de serviços bancários no âmbito das remessas financeiras provenientes daqueles dois mercados.



O segmento de Overseas Banking compreende toda a actividade prosseguida pelo Grupo fora da Europa, englobando o Millennium bim (Moçambique), o Banco Millennium Angola e o Millennium bcpbank (EUA).

	Milhões de euros		
	2006	2005	Var. % 06/05
Demonstração de resultados ⁽¹⁾			
Margem financeira	73,9	52,0	42,2%
Outros proveitos líquidos	48,1	44,9	7,2%
	121,9	96,8	26,0%
Custos operacionais	82,4	65,3	26,3%
Imparidade e provisões	3,1	5,5	-44,2%
Contribuição antes de impostos	36,5	26,1	40,0%
Impostos e interesses minoritários	1,5	4,2	-64,1%
Contribuição líquida	35,0	21,9	59,9%
Síntese de indicadores ⁽¹⁾			
Capital afecto	72	62	15,1%
Rendibilidade do capital afecto	48,7%	35,1%	--
Riscos ponderados	875	815	7,4%
Rácio de eficiência	67,6%	67,4%	--
Crédito a clientes	742	684	8,4%
Recursos totais de clientes	1.226	1.193	2,8%

(1) Exclui Banco Comercial de Macau e bcpbank Canada.

Na sequência da alienação do Banco Comercial de Macau no final de 2005 e do bcpbank Canada em 2006, a análise do segmento Overseas Banking excluiu estas duas subsidiárias, apresentando-se toda a informação em base comparável.

A contribuição líquida do Overseas Banking registou um crescimento de 59,9%, atingindo os 35,0 milhões de euros em 2006 (21,9 milhões de euros em 2005), tendo o Millennium bim (Moçambique) assumido um papel determinante para esta evolução, através do reforço da margem financeira, que beneficiou do aumento das taxas de juro locais, e do aumento dos outros proveitos líquidos. A rendibilidade do capital afecto ascendeu a 48,7%, em 31 de Dezembro de 2006, evidenciando um incremento face aos 35,1% registados em 31 de Dezembro de 2005. Não obstante o aumento dos custos operacionais, o rácio de eficiência manteve-se estável face a 2005 e situou-se em 67,6% em 2006.

O volume de negócios registou bons níveis de crescimento, também influenciados pelo desempenho do Banco Millennium Angola, tendo o crédito concedido a Clientes aumentado 8,4%, totalizando 742 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2006, e os recursos captados ascendido a 1.226 milhões de euros, registando um crescimento de 2,8% no mesmo período.

Moçambique

O ano 2006 foi marcado pela operação de processo de mudança de marca, que se traduziu na alteração da imagem corporativa do Banco e no lançamento de um conjunto de acções que visaram o

o seu reposicionamento, alinhando-o com a estratégia desenvolvida pelo Millennium bcp em Portugal e nas restantes operações do Grupo. Esta operação representou um marco importante na vida do Banco que, com apenas dez anos, se vinha posicionando indiscutivelmente como o principal protagonista do processo de modernização e consolidação bancária em Moçambique. A adopção da nova marca única Millennium bim em substituição das mais de dez marcas até então activas, corporiza a dimensão real do Banco, e induz a uma melhor percepção do mercado no reconhecimento, quer dos pontos de contacto, quer dos serviços e produtos que o Millennium bim disponibiliza aos seus Clientes.

O Millennium bim consolidou em 2006 a posição de maior Banco moçambicano, tendo sido distinguido pela 3.ª vez consecutiva, como o “Melhor Banco em Moçambique” pela prestigiada publicação The Banker.

Um outro desafio marcante em 2006 consistiu na conversão do Metical, que obrigou o Banco a redobrar esforços para enfrentar, em simultâneo, a concretização plena destes dois exigentes desafios. Um e outro foram executados com grande êxito. O Metical da Nova Família é, hoje, um projecto concluído e estabilizado.

A actividade de Banca de Retalho em Moçambique posiciona-se como o segmento de negócio dominante na actividade do Millennium bim, quer em termos de volume de negócios, quer de resultados. De acordo com o novo modelo comercial implementado, a estratégia de abordagem comercial para o negócio de Retalho foi delineada tendo em consideração a definição de dois segmentos de Clientes prioritários: segmento de Clientes com atendimento personalizado – Clientes *Affluent* e empresas, e segmento de Clientes *Mass Market*.

Para os Clientes particulares, empresas e ENI com património financeiro mais elevado, o Banco está a criar espaços de atendimento especializado com vista a reforçar a qualidade de serviço prestado e a dedicar maior atenção ao seu potencial de negócio. Este programa visa reforçar a posição do Banco no segmento *Affluent*, quer em termos de envolvimento, quer de aumento da base de Clientes, e inclui a atribuição de um Gestor de Cliente, aconselhamento financeiro, crédito em condições especiais e uma oferta permanente e integrada de produtos e serviços adequados às reais necessidades deste segmento.

O Millennium bim posicionou-se em 2006 como o Banco de referência no crédito à habitação em Moçambique, tendo relançado o crédito à habitação com novos atributos e com características únicas no mercado moçambicano. Paralelamente, o Banco regista um crescimento expressivo do crédito pessoal, sendo de destacar o Crédito Nova Vida, que se destina a financiar todas as necessidades pessoais dos Clientes. O Millennium bim é ainda líder no negócio de cartões.

As actividades de Corporate Banking e de Banca de Investimento são desenvolvidas pela Rede Corporate e pela Unidade de Banca de Investimento. A Rede Corporate cobre as necessidades financeiras de Clientes institucionais e grandes empresas, disponibilizando níveis de serviço adequados ao elevado grau de sofisticação dos Clientes e oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado. O Millennium bim apoiou diversos projectos de investimento em 2006, e destacou-se na liderança de sindicatos bancários com impacto na economia moçambicana. Ao nível do envolvimento sectorial, assumem particular destaque alguns financiamentos no sector das telecomunicações, turismo, agro-industrial, comércio e serviços.



A Unidade de Banca de Investimento presta assessoria financeira a empresas e grupos empresariais moçambicanos de diversos sectores de actividade, no âmbito de processos de reestruturação financeira e sectorial, de desenvolvimento estratégico e de análise de risco económico-financeiro. Presta ainda assessoria especializada a promotores de projectos de investimento estruturante, mantendo uma intervenção no financiamento de *project finance*.

O Millennium bim tem vindo, desde a sua fundação, a valorizar a função social como componente fundamental da sua missão, quer através da promoção da qualificação profissional e do desenvolvimento pessoal dos seus Colaboradores, quer do exercício da sua responsabilidade social perante a comunidade em que se insere e de que é parte integrante. Com vista a otimizar e a melhor acompanhar os investimentos que faz nesta área, o Banco lançou o seu próprio programa de responsabilidade social denominado "Mais Moçambique pra Mim". Este programa terá, nos três primeiros anos, a parceria da Fundação Lurdes Mutola e focalizará a sua acção em projectos relacionados com a educação e o desporto infantil.

O Millennium bim apresentou em 2006 um forte crescimento dos volumes de crédito a clientes e dos depósitos de clientes, apenas após a conversão para euros, no processo de consolidação integral das demonstrações financeiras, se verifica uma inversão da variação face ao ano anterior devido à apreciação do euro face ao Metical. O resultado líquido registou uma boa evolução, suportado no forte crescimento da margem financeira, que beneficiou ainda da melhoria da taxa de margem, bem como na evolução favorável das comissões e das recuperações de crédito. A partir de Maio de 2006, a Seguradora Internacional de Moçambique passou a ser consolidada pelo método integral.

Millennium bim

	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	734,5	717,1	2,4%
Crédito a clientes	305,2	283,7	7,6%
Recursos de clientes	586,4	630,9	-7,0%
Margem	54,0	38,3	41,0%
Outros proveitos totais	33,1	29,1	14,0%
Custos operacionais	47,0	46,8	0,3%
Resultado líquido	38,7	15,3	153,0%
Colaboradores *	1.511	1.386	9,0%
Sucursais	75	75	--

* Alteração de critério face ao publicado no Relatório e Contas de 2005. No ano de 2006, estão incluídos os colaboradores da Seguradora Internacional de Moçambique.

Angola

O Banco Millennium Angola, S.A. foi constituído em 3 de Abril de 2006, por transformação da Sucursal Millennium bcp em Banco de direito angolano. Os capitais próprios de constituição ascendiam a 40 milhões de dólares americanos, dos quais 25 milhões respeitam ao capital social integralmente detido pelo Grupo, estando prevista a integração de entidades angolanas na sua estrutura accionista.

A estratégia do Banco Millennium Angola passa pela expansão da base de Clientes particulares, assegurando a manutenção de elevados níveis de satisfação e de fidelização, assente num serviço de superior qualidade e na oferta de produtos financeiros inovadores; pelo desenvolvimento do negócio com empresas e instituições do sector público e privado, através da satisfação das suas necessidades financeiras e do alargamento de acesso a diferentes mercados e recursos que potenciem o

seu crescimento, utilizando exigentes critérios de rigor e de controlo de riscos; pela contribuição para o desenvolvimento do mercado de capitais, pretendendo a sua conversão numa fonte alternativa de financiamento da economia angolana; pela manutenção de elevados níveis de rentabilidade e solidez financeira, assegurando a criação sustentada de valor para os seus Accionistas; e pela valorização dos Colaboradores através da sua formação, incentivo e oferta de perspectivas de carreira. Para a prossecução da estratégia definida, o Banco Millennium Angola baseou-se numa abordagem segmentada ao mercado, tendo sido definidos dois segmentos de Clientes: Empresas e Instituições Públicas e Privadas, e Particulares e Pequenos Negócios.

O baixo nível de bancarização e a simplicidade da oferta de produtos e serviços financeiros representam uma oportunidade para o Banco Millennium Angola acrescentar maior inovação e sofisticação à oferta local. Neste sentido, foi lançado, em meados de 2006, um pacote inovador de apoio à importação e ao desalfandegamento de bens e mercadorias denominado "Importação +" assente numa linha de crédito em moeda local e com taxa de juro indexada à média dos três últimos leilões dos títulos do Banco Nacional de Angola, complementada com a disponibilização de uma gama de serviços relacionada com a importação. Foi ainda lançado, no final do ano, o serviço de Internet, sendo o primeiro *site* a permitir a realização de transacções seguras para as empresas.

Aproveitando a mudança de imagem para Millennium Angola, iniciou-se uma acção de massificação de disponibilização de cartões de débito e de incremento de venda de Terminais de Pagamento Automático. Foram igualmente disponibilizados depósitos a prazo, com diferentes maturidades e níveis de remuneração bastante atractivos, com o objectivo de captar poupança dos particulares e assegurar maior estabilidade dos recursos.

O Banco Millennium Angola pretende estar presente nas principais praças comerciais e urbanas, prevendo que até final de 2007 sejam abertos 17 novos balcões, dos quais 12 em Luanda e os restantes nas outras províncias. Para sustentar o desenvolvimento da actividade, prosseguir-se-á a política de recrutamento de jovens quadros angolanos, aos quais serão dadas acções de formação ajustadas às funções a desempenhar, por forma a assegurar qualidade nos serviços.

O exercício de 2006 caracterizou-se por um crescimento expressivo dos volumes de crédito e depósitos de clientes, o que se traduziu no aumento da margem financeira, apesar da redução das taxas de juro das obrigações do Estado Angolano. O resultado líquido anual foi afectado pelo crescimento dos custos operacionais, relacionado com o redimensionamento da operação.

Millennium Angola*

	Milhões de euros
	2006
Activo total	132,1
Crédito a clientes	54,4
Recursos de clientes	91,1
Margem	3,0
Outros proveitos totais	5,4
Custos operacionais	4,1
Resultado líquido	2,7
Colaboradores	71
Sucursais	3

* O Banco Millennium Angola iniciou a sua actividade em Abril de 2006, com a transformação da sucursal Millennium bcp de Luanda em Banco de direito local.



Estados Unidos da América

O Millennium bcpbank é um Banco global, vocacionado para servir a comunidade portuguesa e luso-descendente, com sede em New Jersey. Oferecendo uma gama completa de produtos e serviços bancários, o Millennium bcpbank materializa a sua proposta de valor através de plataformas de serviço inovadoras e com elevada conveniência, e de serviços de aconselhamento personalizado.

O Millennium bcpbank é líder no segmento de remessas, nomeadamente, através de um serviço de remessas em vigor 24 horas/dia, sete dias/semana com destino a Portugal e ao Brasil, através dos seus canais de distribuição alternativos: *online banking*, centro de contactos e ATM.

Na sua fase de crescimento, em particular entre 2000 e 2005, a estratégia do Millennium bcpbank enfocou-se na expansão da rede de Sucursais. O plano estratégico assentou em duas iniciativas-chave: aumentar os activos e os recursos de Clientes, e abertura de novas Sucursais com o objectivo de atingir massa crítica no domínio da “banca de comunidade”. Esta estratégia de crescimento conduziu a que o Millennium bcpbank chegasse ao final de 2006 com uma rede de 18 Sucursais, servindo aproximadamente 40.000 Clientes, em comunidades de elevado crescimento: New Jersey, Massachusetts e New York.

No final do terceiro trimestre de 2006, o Banco adoptou a marca Millennium e a assinatura “A vida inspira-nos”. Coincidindo com a introdução da nova marca, foi implementado um novo plano de desenvolvimento para o mercado norte-americano. O Banco pretende reforçar as suas plataformas organizacionais e de serviço de forma a preparar-se para o futuro. O ano 2007 terá associados novos desafios: um nível mais intenso de concorrência, uma desaceleração do crescimento económico nos EUA, uma crescente exigência no plano regulamentar, comunicação e reconhecimento da nova marca, sinergias geográficas, resultantes da presença em três estados, bem como a retenção de talentos e o aumento da eficiência organizacional.

O Millennium bcpbank está profundamente comprometido em aumentar a sua eficiência operacional e em caminhar no sentido de agilizar o seu modelo de negócio. O programa “Millennium EXCEL-07”, em implementação e com conclusão prevista para o segundo trimestre de 2007, representa um compromisso para atingir a excelência operacional, através da implementação de iniciativas dirigidas ao aumento das receitas.

O Banco identificou que a celeridade da aprovação de crédito é um dos mais importantes atributos da qualidade de serviço. Em 2005 e 2006, o Millennium bcpbank investiu recursos significativos nesta área, com o objectivo de melhorar os fluxos de decisão de crédito, estando os novos procedimentos em vigor no segundo trimestre de 2007.

No final de 2006, o Banco implementou medidas destinadas a aumentar a segurança e a conveniência na banca *online*, em linha com os padrões de segurança mais avançados da banca *online* nos EUA, com vista a promover a utilização do canal de *Internet banking*.

O lançamento e desenvolvimento de novas alianças estratégicas irá conduzir ao aumento do volume de negócio e ao aumento das receitas, ao mesmo tempo que responde de forma decisiva às exigências de soluções para crédito à habitação, cartões de crédito, serviços de depósitos remotos e serviços de *merchant banking*. A parceria com a Wells Fargo Home Mortgage, uma das instituições líderes norte-americanas, permitirá o desenvolvimento, no decurso de 2007, de uma vasta gama de

soluções de crédito hipotecário, quer para particulares, quer para negócios. Complementarmente, será disponibilizada uma linha de crédito que contribuirá para reforçar a posição competitiva do Millennium bcpbank.

Como parte dos programas de desenvolvimento de produtos em curso, o Millennium bcpbank implementará, em três fases, novas funcionalidades nas ofertas de ATM e de cartões, que permitirão poupanças de custos e aumento das receitas. Paralelamente, irão ser lançados novos serviços de *merchant banking*.

Os volumes de crédito a clientes e dos depósitos de clientes registaram um crescimento em 2006 face ao período homólogo em dólares, embora registando um crescimento menos significativo em euros em virtude da depreciação do dólar face ao euro. Neste contexto, o resultado líquido apresentou uma evolução negativa, condicionada pelo aumento de custos relacionado com a incorporação da sucursal Millennium bcp de Nova Iorque, e pelo reforço das provisões para imparidade de crédito.

Millennium bcpbank

Milhões de euros

	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	625,7	601,2	4,1%
Crédito a clientes	382,1	382,6	-0,1%
Recursos de clientes	548,1	510,9	7,3%
Proveitos	27,7	18,0	54,4%
Resultado líquido	-4,5	1,0	-554,5%
Colaboradores	254	190	33,7%
Sucursais	18	18	--

Canadá

O Banco Comercial Português concretizou, em Dezembro de 2006, a alienação à instituição financeira canadiana BMO Financial Group (ex-Bank of Montreal) de 100% do capital do bcpbank Canada, pelo valor de 40,9 milhões dólares canadianos (26,8 milhões de euros). Esta transacção gerou uma mais-valia, antes de impostos e líquida de custos de transacção, de 7,9 milhões de euros e enquadra-se na estratégia prosseguida pelo Banco Comercial Português de desinvestimento nos mercados não prioritários.



SERVIÇOS BANCÁRIOS

Em 2006, a área de Serviços Bancários assegurou o cumprimento da sua missão, que consiste em servir as unidades de negócio em Portugal e noutras geografias, contribuindo de forma sustentada para a redução de custos e para a melhoria da qualidade de serviço, assegurando um grau de inovação compatível com as aspirações de crescimento do Grupo.

A estratégia delineada traduziu-se essencialmente em três pilares fundamentais: correcto alinhamento das áreas de Serviços Bancários com os objectivos do Millennium bcp, assegurando o funcionamento do Banco com menores custos (Objectivos Financeiros) e melhores níveis de serviço (Objectivo de Níveis de Serviço), numa lógica de transformação que visou otimizar o desempenho global (Objectivo de Iniciativas Estratégicas).

Foi adoptado um modelo de Gestão através de *scorecards* de *Key Performance Indicators* (KPI), os quais, sendo transversais a todas as Direcções, asseguraram o alinhamento com a estratégia de Serviços Bancários e desta com as prioridades dos vários negócios.

Os KPI's foram agrupados em três classes: financeira, qualidade e iniciativas estratégicas, as quais apresentam uma ponderação relativa de 50%, 35% e 15%, respectivamente. Em termos de cada Direcção, considerada de forma individual, os pesos relativos das diferentes classes variam significativamente, de acordo com a natureza da Direcção em análise, missão específica e prioridades estabelecidas para o exercício.

Em 2006, sem menosprezar a importância dos KPI's Financeiros, a ênfase colocou-se na gestão dos níveis de serviço dos Clientes internos consignados nos KPI's constantes do bloco de qualidade, explicitado no *scorecard* de cada Direcção. A qualidade e todas as questões que lhe estão associadas, passaram a ser, nas áreas de Serviços Bancários, uma área de intervenção prioritária, interligada com a industrialização dos serviços, mas sempre numa lógica de parceria com os Clientes internos. Efectivamente, o esforço de gestão na vertente dos níveis de serviço, com uma monitorização dos processos críticos, passou a ser o vector determinante para a progressão do índice de satisfação dos Clientes internos, contribuindo, assim, para o aumento do nível da criação do valor percebido pelos Clientes do Grupo.

Os resultados obtidos em 2006 materializaram-se numa redução dos custos das áreas de Serviços Bancários, sempre com um reforço no alinhamento com os Clientes internos, aumentando a capacidade interna de reengenharia de processos, visando o aumento de produtividade, captando sinergias pela externalização de alguns serviços e melhorando os mecanismos de avaliação da performance.

Na área de Tecnologias, merece destaque o Projecto "Global IT", que se desenrolou conforme planeado, estando concluída a transição para a IBM, em regime de *outsourcing*, da gestão dos centros de dados e serviços de infra-estrutura tecnológica em Lisboa, Varsóvia e Atenas. Estão já centralizados em Lisboa, no TagusPark, os sistemas de desenvolvimento e produção das operações na Turquia e na Grécia. Está em fase de conclusão a transferência dos sistemas de produção da Polónia, estando já centralizados os sistemas de desenvolvimento e uma pequena parte da produção.

Iniciou-se também a implantação do Centro de Competências de desenvolvimento de *software* bancário (ICBS – *software* bancário fornecido pela empresa Fiserve, utilizado pelo Millennium bcp nas suas operações fora de Portugal) para AS-400 em Varsóvia, cuja missão principal consiste na criação de um modelo centralizado de conhecimento do sistema ICBS que permita uma maior capacidade de execução, através de flexibilidade e disponibilidade de recursos, um melhor conhecimento e reutilização dos desenvolvimentos disponibilizados, bem como da utilização das melhores práticas de trabalho. Os objectivos do Centro de Competências passam pelo suporte às operações bancárias fora de Portugal (ICBS), quer no desenvolvimento de novas funcionalidades, quer na manutenção dos sistemas, cobrindo as diversas operações do Grupo, garantindo ainda projectos globais de implementação do ICBS, como é o caso do lançamento de uma operação bancária na Roménia.

Dentro da área de Tecnologias, destacam-se ainda as seguintes iniciativas: lançamento do Projecto CARS (Renovação da Rede de Comunicações e Telefones) e celebração de acordo com a CISCO respeitante à nova solução tecnológica de comunicações para o Millennium bcp, com início da instalação dos novos telefones de tecnologia VOIP; contrato efectuado com a XEROX no âmbito do Projecto "Office Printing", tendo-se procedido à substituição integral dos equipamentos de impressão, fotocópia e fax. No âmbito das infra-estruturas de telecomunicações, realizaram-se as primeiras instalações da tecnologia *wireless*, permitindo o suporte a postos de trabalho móveis; e produção dos primeiros cartões com *chip*, implantados com a nova tecnologia EMV.

Em 2006, avançaram os Projectos "Change the Bank" na Direcção de Transformação Operativa, nomeadamente, Reengenharia dos Processos de Crédito à Habitação, Abertura de Contas, Cartões de Débito e Crédito, Tratamento do Correio e Arquivo, Tratamento de Numerário e o Plano de Continuidade do Negócio.

Ao nível interno, integrou-se no perímetro de consolidação de Serviços Bancários a Direcção de Operações Financeiras da Banca de Investimento e procedeu-se à consolidação das Direcções Operacionais. Foi também consubstanciado o Projecto AVA no universo das oito Direcções de Serviços Bancários com funções corporativas, permitindo a libertação de Colaboradores, tendo sido as Direcções de Crédito e Operações os centros de recepção dos Colaboradores realocados.

Em diferentes Direcções de Serviços Bancários, nomeadamente, nas Direcções de Crédito, Operações e Títulos, apoiaram-se de forma muito activa e participativa todos os trabalhos relacionados com a certificação de diferentes processos em Qualidade. Desenvolveram-se também os trabalhos com vista à avaliação do nível de Segurança da Informação no Millennium bcp e nas operações internacionais, tendo por base o standard de segurança internacional ISO 17799-27001.

O ano 2007 foi eleito pelas áreas de Serviços Bancários como o ano do progresso no cumprimento dos Níveis de Serviço junto dos Clientes internos, mantendo um rigor na gestão dos custos e desenvolvendo projectos estratégicos que possam transformar o Banco numa linha contínua de optimização do desempenho global e de aumento de produtividade.

O objectivo de redução dos custos das áreas de Serviços Bancários para 2007 é de -3% p.a. (taxa de inflação -5%). Existirá uma compatibilização permanente entre a austeridade e rigor na gestão dos custos com a inovação tecnológica e operacional necessárias. Foram estabelecidos objectivos ambiciosos, mas atingíveis, para a classe da qualidade, sempre com a preocupação de melhor servir os Clientes internos e exceder as suas expectativas.



Ao nível do modelo de gestão baseado nos *scorecards* de KPI será incentivada a desagregação dos objectivos fixados para as Direcções de Serviços Bancários, a níveis mais atomizados da organização hierárquica ou funcional. A gestão de níveis de serviço será, pois, a pedra angular de 2007, reforçando-se os mecanismos operacionais e de gestão dos indicadores de qualidade.

São ainda de referir as seguintes metas:

- Atingir um nível de provisões brutas compatíveis com provisões líquidas de 30 p.b.;
- Conclusão do Projecto SWOC (Sistemas de *Workflow* Operacional de Crédito) e entrada em vigor do novo Regulamento de Crédito;
- Conclusão do redesenho dos processos relacionados com o crédito à habitação, abertura de contas, cartões e gestão de numerário, prosseguindo na reengenharia de outros processos;
- Permanente monitorização dos níveis de serviços;
- Conclusão da implantação de Centro de Competências de desenvolvimento de *software* para ICBS, em Varsóvia;
- Renovação dos postos de trabalho (*Desktop* e telefones) e redes de comunicações;
- Desenvolvimento da nova solução de plataforma de Internet;
- Prosseguir a abertura e renovação de Sucursais;
- Finalização do projecto de video-vigilância nas Sucursais e Serviços Centrais, numa perspectiva multidoméstica.



As Áreas Corporativas incluem o Centro Corporativo, a Direcção de Auditoria, o Risk Office, o Compliance Office, a Direcção de Comunicação, a Direcção de Relações com Investidores, a Direcção da Qualidade, a Assessoria Jurídica, o Legal Office, o Secretário da Sociedade, a Secretaria Geral, a Direcção Administrativa de Colaboradores, a Direcção de Formação e Desenvolvimento Profissional, a Direcção de Desinvestimento de Activos e a Fundação Millennium bcp.

Durante este ano, prosseguiu-se o esforço global de melhoria de eficiência, em particular através do Projecto AVA, cujo objectivo principal consiste na redução de 30% dos custos das áreas corporativas, através da eliminação de redundâncias e ineficiências. Os resultados das primeiras etapas do projecto, concluídas em 2006, resultaram em reduções de cerca de 16% dos custos, devendo o projecto ser continuado ao longo de 2007.

As Áreas Corporativas continuaram o esforço de criação e harmonização de plataformas, processos e procedimentos transversais no Grupo, com o objectivo de reforçar a criação de um Banco verdadeiramente multidoméstico. Destaca-se a realização do primeiro CFO Forum e o reforço da coordenação das diferentes unidades em Portugal com os vários países, em especial nas áreas de Risk Office, Compliance Office, Auditoria, Comunicação e Qualidade.

De salientar também o Projecto EPM ("*Enterprise Performance Management*"), iniciado em 2005 e com implementação planeada para 2007, que visa a introdução de um novo *software* de informação de gestão ao nível do Grupo, que se espera venha proporcionar melhorias qualitativas na informação produzida, um maior grau de eficiência ao processo e transversalidade na abordagem à informação de gestão.

Na área de Qualidade, realizou-se o primeiro inquérito de Satisfação a Colaboradores, conduzido a nível global e em simultâneo em todas as operações do Millennium bcp. Continuaram também os esforços de harmonização dos processos de medição da satisfação dos Clientes das várias operações.

De destacar ainda o Processo de Certificação, conduzido, em 2006, tanto ao nível de processos de negócio, como processos de suporte. O Millennium bcp obteve o Certificado de Qualidade pela norma internacional ISO 9001:2000 pela entidade certificadora internacional BVQI-Bureau Veritas Quality International. Em Portugal, através da definição dos diferentes processos e de *process owners*, foi feito um esforço exaustivo de mapeamento, documentação e introdução de melhorias nos diversos processos, em colaboração com as diferentes áreas de negócio e unidades de suporte, destacando-se a conclusão da Certificação de 21 processos, a saber: Desenvolvimento de Produtos, Abertura de Conta, Crédito à Habitação, Crédito Pessoal, Crédito à Construção, Leasing Mobiliário, Financiamento Automóvel, Subscrição de Seguros Não Vida, Subscrição e Resgate de Fundos de Investimento, Limites de Crédito, Factoring, Gestão de Custódia Institucional, Tomada e Cedência de Títulos, Depósitos e Levantamentos em Numerário, Transferências Emitidas para o Estrangeiro, Comunicação Escrita com os Clientes, Venda Pró-Activa, Gestão das Reclamações, Gestão da Qualidade, Gestão da Cadeia de Fornecimento e Gestão das Pessoas. Em 2007, continuar-se-á o esforço de certificação em Portugal, que se estenderá também às operações internacionais.

Ao nível corporativo, a área de Desinvestimento de Activos prosseguiu os esforços de alienação de património imobiliário e mobiliário não nuclear a actividade.

Importa referir, ainda, a preparação do lançamento da Oferta Pública de Aquisição de acções representativas do capital social do Banco BPI, S.A. e o acompanhamento das várias fases do processo ao longo do ano, bem como a preparação e conclusão das diferentes iniciativas estratégicas, destacando-se o processo de mudança de marca e vários processos de desinvestimento em activos não estratégicos no Canadá, França, Luxemburgo e Interbanco em Portugal, bem como os trabalhos de lançamento do Banco em Angola, preparação do lançamento das operações na Roménia e acompanhamento do plano de expansão na Polónia e na Grécia.

Foram também iniciados os trabalhos de preparação para a eventual integração do Banco BPI, num projecto transversal que contou com o apoio de diversas áreas em Portugal e Angola.

As actividades da Fundação Millennium bcp são analisadas no âmbito do Relatório da Sustentabilidade (Volume III do Relatório e Contas).



A Millenniumbcp Fortis, detida a 51% pela Fortis e a 49% pelo Banco Comercial Português, é uma instituição especializada quer na comercialização de seguros dos Ramos Vida (risco e capitalização) e Não Vida (pessoais e patrimoniais), utilizando como canal privilegiado de vendas os balcões do Millennium bcp, quer na actividade de gestão de fundos de pensões, utilizando, neste negócio, tanto o canal de distribuição bancário como o canal tradicional de corretores. Nos seguros de saúde, procedeu-se, ainda, à celebração de parcerias com corretores e acordos de distribuição com outras seguradoras presentes no mercado nacional.

A Millenniumbcp Fortis orientou a sua acção em 2006 no sentido de assegurar a liderança em inovação, excelência operativa e satisfação do Cliente. Três iniciativas merecem destaque no exercício em análise: desenvolvimento de produtos, reformulação de processos e novos canais de negócio.

No que respeita ao desenvolvimento de produtos, foi desenhado um mapa de actuação para o lançamento de produtos inovadores. Alcançaram-se resultados visíveis no imediato na gama de produtos de poupança/investimento, com a comercialização de novas soluções *unit linked* de taxa crescente e dois novos PPR. A oferta de seguros de Saúde Médis foi também objecto de profunda reformulação, acompanhada de um reposicionamento da marca, com vista à captação de Clientes mais jovens. No que concerne a processos de negócio, prosseguiu a integração com as operativas do Millennium bcp, por forma a assegurar aos Clientes um serviço em linha com os *benchmarks* internacionais. Destaque ainda para a comercialização da oferta Médis no segmento de grandes empresas e institucionais, através dos principais *brokers* de seguros em Portugal, que permitiu captar cerca de 26.000 novos Clientes.

Ao longo de 2006, iniciou-se igualmente um conjunto de projectos de natureza estratégica, sendo de realçar a implementação de um *balanced scorecard*, com os objectivos de alinhar a organização e as suas actividades com a estratégia traçada, melhorar a comunicação estratégica e envolver todos os Colaboradores na prossecução dos objectivos estratégicos definidos.

Em 2006, a Millenniumbcp Fortis posicionou-se, uma vez mais, como o maior grupo segurador português no negócio de bancassurance, com um volume de prémios de seguro directo de 1.626 milhões de euros. No ramo Não Vida, é de destacar um acréscimo dos prémios de seguro directo de 14% face ao ano anterior, facto assinalável dado que o crescimento do mercado neste segmento fixou-se apenas em 0,9%, o que significa um decréscimo em termos reais, descontado o efeito da inflação.

Em 2006, o resultado líquido consolidado do exercício, após ajustes de consolidação, IFRS e antes do VOBA (*Value Of Business Acquired*), ascendeu a 111,9 milhões de euros, atingindo os objectivos que haviam sido fixados para o período, sendo de destacar a manutenção de um rácio de sinistralidade em Não Vida historicamente baixo, 51,1%, e nos Ramos Vida a obtenção de um rácio de despesas de 0,8%, aliado a um crescimento significativo da margem técnica dos produtos de risco.

Em 2007, a Millenniumbcp Fortis procurará manter elevados níveis de qualidade e inovação, aumentar a motivação e produtividade dos Colaboradores, assim como implementar um programa de redução de custos administrativos tendente a melhorar, de forma ainda mais significativa, o rácio de despesas no segmento Não Vida.



	2006	2005	Var. % 06/05
Prémios de seguro directo			
Vida	1.458	1.997	-27,0%
Não Vida	168	148	13,1%
Total	1.626	2.146	-24,2%
Quota de Mercado			
Vida	16,6%	21,9%	
Não Vida	3,8%	3,4%	
Total	12,4%	16,0%	
Margem técnica ⁽¹⁾	205	177	16,0%
Margem técnica líquida de custos administrativos	71	38	87,3%
Resultados líquidos ⁽²⁾	112	86	30,7%
Rácio de sinistralidade Não Vida	51,5%	49,3%	
Rácio de despesas Não Vida	26,5%	25,2%	
Rácio combinado Não Vida	78,0%	74,5%	
Custos de exploração líquidos Vida / Investimentos Vida	0,78%	0,79%	

(1) Antes de imputação de custos administrativos.

(2) Após ajustes de consolidação, IFRS e antes de VOBA



ANÁLISE FINANCEIRA

90	Síntese Financeira
91	Análise Financeira
116	Gestão dos Riscos

SÍNTESE FINANCEIRA

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Balço				
Activo total	79.259	76.850	71.320	3,1%
Créditos a clientes (líquido)	56.660	52.696	48.687	7,5%
Recursos totais de clientes	57.239	56.135	51.390	2,0%
Situação líquida e Passivos subordinados	7.775	7.208	6.990	7,9%
Demonstração de resultados				
Margem financeira	1.405,8	1.291,6	1.164,8	8,8%
Outros proveitos líquidos	1.297,9	1.111,3	1.230,5	16,8%
Custos operacionais	1.543,7	1.555,7	1.624,5	-0,8%
Imparidade				
Do crédito (líq. de recuperações)	127,6	23,0	107,1	--
De outros riscos	35,4	56,0	87,4	-36,8%
Impostos sobre lucros	164,7	119,0	47,6	38,4%
Interesses minoritários	52,0	39,0	0,4	33,4%
Resultado recorrente	780,3	610,2	528,2	27,9%
Resultado de operações não recorrentes	(0,4)	143,3	78,3	--
Lucro líquido atribuível ao Banco	779,9	753,5	606,5	3,5%
Produto bancário	2.703,7	2.402,9	2.242,4	12,5%
Cash flow	1.398,9	1.412,3	1.332,2	-0,9%
Número médio de acções (milhares)	3.604.741	3.258.153	3.256.109	
Resultado líquido recorrente por acção básico (euros)	0,20	0,18	0,16	
Resultado líquido recorrente por acção diluído (euros)	0,20	0,16	0,14	
Rendibilidade				
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	20,6%	24,1%	24,0%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) recorrente	20,8%	19,5%	21,0%	
Resultados antes de impostos e interesses minoritários / Capitais próprios médios	25,5%	28,3%	25,0%	
Produto bancário / Activo líquido médio	3,5%	3,2%	2,9%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	1,0%	1,0%	0,8%	
Resultados antes de impostos e interesses minoritários / Activo líquido médio	1,3%	1,2%	0,9%	
Taxa de margem financeira	2,17%	2,18%	2,21%	
Outros proveitos / Produto bancário	48,0%	46,2%	48,1%	
Eficiência				
Custos operacionais / Produto bancário	57,1%	64,7%	72,4%	
Custos operacionais / Produto bancário – Actividade em Portugal	53,2%	63,0%	68,9%	
Custos com pessoal / Produto bancário	32,1%	37,3%	41,0%	
Solvabilidade				
Rácio de solvabilidade – Banco de Portugal				
Tier I	7,3%	7,4%	8,1%	
Total	11,9%	12,9%	11,9%	
Riscos de crédito				
Crédito a clientes (bruto)	57.912	54.038	49.939	7,2%
Crédito vencido total	498	503	430	-1,0%
Imparidade para crédito	1.252	1.343	1.252	-6,7%
Crédito vencido a mais de 90 dias / Crédito total	0,8%	0,8%	0,8%	
Crédito com incumprimento / Crédito total	1,1%	1,1%	1,1%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq.	-1,1%	-1,4%	-1,4%	
Imparidade para crédito / Crédito vencido a mais de 90 dias	287%	302%	325%	
Imparidade para crédito / Crédito vencido total	251%	267%	292%	
Outros indicadores				
Sucursais				
Portugal	864	909	1.008	-5,0%
Estrangeiro	614	642	632	-4,4%
Colaboradores				
Portugal	10.876	11.510	12.487	-5,5%
Estrangeiro	8.449	8.138	8.079	3,8%

Nota: Informação em base comparável. Exclui os impactos das subsidiárias alienadas e das operações de natureza não recorrente.

Enquadramento

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º 2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

De forma a proporcionar uma melhor leitura sobre a evolução dos resultados e da situação patrimonial do Grupo, a análise financeira foi efectuada em base comparável para os três anos apresentados, isto é, excluindo empresas subsidiárias alienadas e resultados não recorrentes, sendo os montantes afectos a estas operações apresentados isoladamente permitindo a sua reconciliação com as Demonstrações Financeiras apresentadas neste relatório.

As subsidiárias do Grupo alienadas entre 2004 e 2006, anteriormente consolidadas pelo método integral foram, para efeitos desta análise, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

Síntese

A actividade do Millennium bcp no ano 2006 reflecte a concretização das grandes linhas estratégicas a que o Banco se tinha proposto: gestão criteriosa de capital, aumento de rentabilidade em Portugal e desenvolvimento das operações no exterior, nomeadamente, na Polónia, Grécia e Moçambique.

O ano 2006 caracterizou-se pela conclusão do processo de alienação de participações consideradas não estratégicas. Neste âmbito, foram alienadas as participações detidas no Interbanco no primeiro trimestre de 2006 e no bcpbank Canada no quarto trimestre de 2006 e foram reduzidas as participações detidas no Banque BCP França e no Banque BCP Luxemburgo no terceiro trimestre de 2006. Paralelamente, e em linha com a orientação estratégica anteriormente referida, o Banco Comercial Português aumentou a participação no capital social do Bank Millennium na Polónia para 65,51%.

A actividade em Portugal registou níveis acrescidos de rentabilidade, impulsionada não só por um aumento de proveitos mas também por uma redução de custos suportada num conjunto significativo de iniciativas com vista ao reforço da eficiência operacional, desenvolvidas no âmbito do Programa de Melhoria de Eficiência Operativa, destacando-se o impacto do redimensionamento do quadro de Colaboradores que o Grupo tem vindo a implementar.

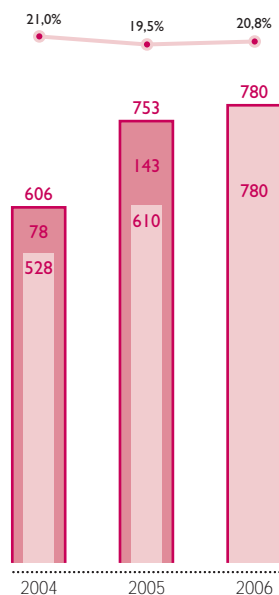
As operações na Polónia e na Grécia prosseguiram os planos de expansão estabelecidos com vista ao aproveitamento de oportunidades de negócio nestes mercados com maior potencial de crescimento e ao reforço da contribuição destas operações para os resultados consolidados.

Sublinhe-se que o Millennium bcp superou os objectivos globais definidos no âmbito do Programa Millennium. Em 2003, foi anunciado um conjunto de iniciativas estratégicas para 2004-2006 com vista ao aumento da rentabilidade do Grupo. Os objectivos definidos foram revistos no final de 2005,



Resultados Líquidos

Milhões de euros



- ROE recorrente
- Total
- Resultados não recorrentes
- Resultados recorrentes

sendo fixadas novas metas para 2006 mais ambiciosas, que foram globalmente excedidas. Merecem especial destaque:

- A Banca de Retalho em Portugal, que ultrapassou os objectivos propostos, registando taxas de execução do Programa de 116%;
- Os resultados da actividade internacional, que ultrapassaram os objectivos propostos, registando uma taxa de execução de 133%.

Os resultados líquidos consolidados situaram-se em 780 milhões de euros em 2006 comparando com 753 milhões de euros em 2005 e 606 milhões de euros em 2004. Esta evolução foi influenciada pela contabilização de resultados não recorrentes no montante de 143 milhões de euros em 2005 e de 78 milhões de euros em 2004. Os resultados líquidos de 2006 não estão praticamente influenciados por resultados não recorrentes, dado que as mais-valias obtidas na alienação de participações em subsidiárias foram compensadas pelos impactos dos custos associados à redução do quadro de Colaboradores em Portugal e da alteração da taxa e método de cálculo da derrama nos activos por impostos diferidos, introduzidos pela nova Lei das Finanças Locais.

Em base comparável, os resultados líquidos aumentaram 27,9% para 780 milhões de euros em 2006 (610 milhões de euros em 2005). A rentabilidade dos capitais próprios médios (ROE), recorrente, ascendeu a 20,8% em 2006 (19,5% em 2005) e a rentabilidade do activo médio atingiu 1,0%, o mesmo valor de 2005.

Os resultados líquidos consolidados beneficiaram do crescimento dos resultados recorrentes em Portugal (+29,5%), na Polónia (+49,4%) e na Grécia (+334,8%). Deve ainda ser referido o contributo do Millennium bim em Moçambique, que registou um aumento expressivo dos resultados líquidos em 2006 (+153,0%).

Os activos totais do Millennium bcp aumentaram durante os exercícios de 2006 e 2005. O total do activo aumentou para 79.259 milhões de euros no final de 2006, suportado pelo crescimento do crédito a clientes, comparando com 76.850 milhões de euros em 2005 e 71.320 milhões de euros em 2004.

O crédito a clientes (líquido) cresceu 7,5% de 52.696 milhões de euros em 2005 para 56.660 milhões de euros em 2006. Este montante foi influenciado pelo desconhecimento, no Balanço, de duas operações de securitização de créditos hipotecários. Em base comparável, o crédito bruto, incluindo o crédito securitizado, aumentou 11,7%, atingindo 61.907 milhões em 2006, impulsionado pelo contributo do maior volume de crédito concedido nas operações internacionais, que representam já 13,0% do crédito a clientes do Grupo, e também da actividade em Portugal, que registou um crescimento de 8,2% face ao ano anterior.

Os recursos totais de clientes aumentaram 2,0% para 57.239 milhões de euros. Os recursos de clientes no balanço situaram-se em 38.413 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, evidenciando uma ligeira quebra face ao final de 2005, mas recuperando face a Setembro de 2006, enquanto que os recursos de clientes captados com registo fora de balanço cresceram 10,6%. A evolução dos recursos fora de balanço foi positivamente influenciada pelos crescimentos obtidos na actividade internacional, com destaque para o acentuado crescimento na Polónia, onde os activos sob gestão mais do que duplicaram.

A evolução do capital em 2006 reflecte o impacto positivo da geração de resultados pelo Grupo, o apuramento de diferenças actuariais positivas e a realização de operações pontuais efectuadas ao longo do ano com impacto na solvabilidade. Entre estas operações estão incluídas a alienação total ou parcial de participações no Interbanco, no Banque BCP França, no Banque BCP Luxemburgo e no bcpbank Canada, bem como o reforço da participação no Bank Millennium.

Adicionalmente, o Banco realizou uma operação de securitização de créditos hipotecários no montante de 1.500 milhões de euros, no terceiro trimestre de 2006, com impacto favorável nos activos ponderados pelo risco, possibilitando a libertação de fundos para o crescimento adicional da actividade.

O impacto global destas iniciativas permitiu que, em 2006, os indicadores de solvabilidade se mantivessem em níveis adequados. O *core tier I* aumentou para 5,5% em Dezembro de 2006 quando em 2005 este mesmo indicador era de 5,3%. O rácio de solvabilidade consolidado atingiu 11,9% em 2006 (12,9% em 2005 e 11,9% em 2004).

Análise da Rendibilidade

Resultados Líquidos

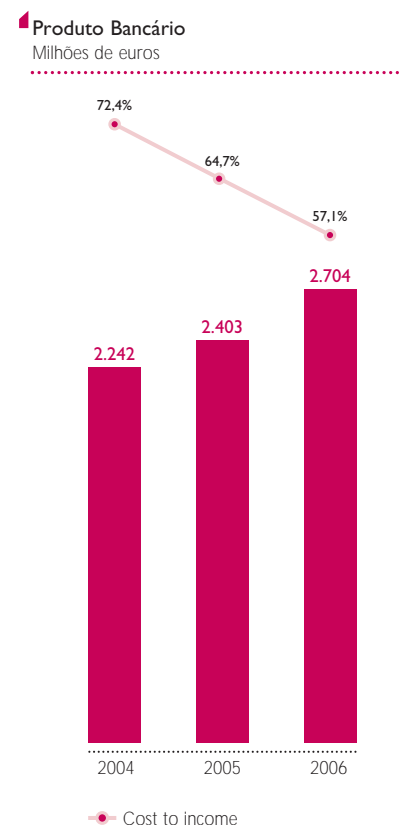
Os resultados líquidos consolidados do Millennium bcp atingiram 779,9 milhões de euros em 2006 (753,5 milhões de euros em 2005). Em base comparável, excluindo resultados não recorrentes, os resultados líquidos registaram um crescimento de 27,9% para 780,3 milhões de euros em 2006, comparando com 610,2 milhões de euros no ano anterior.

Os resultados líquidos da actividade em Portugal contribuíram fortemente para este desempenho, registando um aumento de 29,5% em relação ao ano anterior. O crescimento dos resultados líquidos beneficiou da eficaz concretização dos objectivos fixados no âmbito do Programa Millennium, nomeadamente, do desempenho evidenciado pelo segmento de Banca de Retalho em Portugal, que superou os objectivos revistos para 2006.

Os resultados líquidos das operações no estrangeiro, em particular, o crescimento dos resultados recorrentes na Polónia (+49,4%), na Grécia (+334,8%) e em Moçambique (+153,0%) também contribuíram positivamente para a evolução dos resultados líquidos consolidados.

O crescimento dos resultados líquidos, em base recorrente, deveu-se à evolução muito positiva dos proveitos mas também ao controlo rigoroso dos custos operacionais. A obtenção de níveis superiores de eficiência proporcionou a melhoria sustentada do rácio *cost to income*, que evoluiu de 72,4% em 2004 para 64,7% em 2005, atingindo 57,1% em 2006.

Em relação à evolução dos proveitos, refira-se que o produto bancário consolidado, que exclui proveitos não recorrentes, registou um crescimento de 12,5% para 2.703,7 milhões de euros em 2006, fortemente influenciado pelo aumento da margem financeira, das comissões, bem como dos resultados em operações financeiras. O maior crescimento do produto bancário em 2006 (+12,5%) face ao realizado em 2005 (+7,2%), foi determinado pelos desempenhos das actividades desenvolvidas em Portugal, Polónia, Grécia e Moçambique.





O controlo de custos observado na generalidade das áreas de negócio determinou a diminuição de 0,8% dos custos operacionais consolidados, de 1.555,7 milhões de euros em 2005 para 1.543,7 milhões de euros em 2006, excluindo o impacto de custos não recorrentes. Este bom desempenho tinha sido alcançado também no exercício anterior, registando-se uma redução de 4,2% nos custos operacionais face a 2004.

O processo de reestruturação em curso na actividade em Portugal proporcionou melhorias de eficiência operativa significativas que foram determinantes para a redução dos custos operacionais. Os custos operacionais em Portugal registaram decréscimos expressivos em 2006 e 2005, com reduções de 6,5% e 7,1%, respectivamente.

A redução dos custos operacionais foi fortemente influenciada pela diminuição dos custos com pessoal, o que reflecte o impacto do redimensionamento do quadro de Colaboradores que tem vindo a ser efectuado nos últimos anos em Portugal. Em 2006, o número de Colaboradores da actividade em Portugal diminuiu para 10.876, menos 634 Colaboradores em relação ao ano anterior, quando em 2005 também se tinha registado uma redução de 977 Colaboradores em relação a 2004.

O aumento sustentado do produto bancário, acompanhado pela redução dos custos operacionais, determinou a melhoria do rácio *cost to income* em Portugal para 53,2% em 2006, convergindo para o objectivo estratégico de 50% definido para 2008, já que em 2004 este indicador se situava em 68,9% e em 2005 em 63,0%.

O aumento de custos operacionais na actividade internacional foi influenciado pelo impacto dos custos relacionados com o processo de mudança de marca nestas operações, concluído em 2006, e pelos custos associados à expansão das redes de distribuição na Grécia e na Polónia, sendo este impacto mais que compensado pelo aumento dos proveitos registado nestes mercados.

O maior nível de imparidades para riscos de crédito líquidas de recuperações face ao ano anterior resultou essencialmente de menores recuperações de crédito realizadas em 2006 (151,9 milhões de euros em 2006, face a 229,5 milhões de euros em 2005). Apesar da já esperada redução das recuperações face a 2005, este desempenho proporcionou ao Grupo o cumprimento do objectivo definido no âmbito do Programa Millennium, situando-se o indicador de dotações para imparidades de crédito (líquidas de recuperações) em percentagem do crédito total em 22 p.b. (objectivo fixado no Programa Millennium: menos de 30 p.b.), reflectindo a qualidade dos activos em carteira.

Os resultados considerados não recorrentes em 2004, 2005 e 2006, que incluem, essencialmente, as mais-valias obtidas com o desinvestimento em activos não estratégicos e os custos de reestruturação associados ao redimensionamento do quadro de Colaboradores efectuado em Portugal, ascenderam a 78,3 milhões de euros em 2004 e a 143,3 milhões de euros em 2005. Em 2006, os proveitos não recorrentes foram praticamente compensados por custos não recorrentes, pelo que o resultado líquido não se encontra materialmente influenciado por resultados não recorrentes. Na análise que se segue, estes proveitos e custos encontram-se discriminados em cada rubrica de forma a reflectir mais claramente a evolução do negócio proveniente da actividade corrente do Grupo.

Em 2006, foram contabilizados proveitos não recorrentes relacionados com as mais-valias obtidas na alienação da participação no Interbanco e do bcpbank Canada e na redução da participação no Banque BCP França e no Banque BCP Luxemburgo. O impacto positivo destes proveitos foi compensado pelo registo de custos de reestruturação associados ao redimensionamento do quadro de

Colaboradores em Portugal e pelo custo com impostos diferidos na sequência da alteração da taxa e do método de cálculo da derrama, decorrente da aprovação da nova Lei das Finanças Locais.

Em 2005, foram considerados proveitos não recorrentes as mais-valias na alienação das participações na Friends Provident, EDP, Banca Intesa, na venda da totalidade da participação no Banco Comercial de Macau, a mais-valia obtida na fixação do preço final de venda da participação na companhia de seguros PZU e o ganho obtido na alienação da Seguro Directo. Com impacto negativo nos resultados líquidos foram contabilizados, entre outros, o reforço pontual da imparidade para riscos de crédito e os custos associados a reformas antecipadas de Colaboradores em Portugal.

■ Análise Trimestral da Rendibilidade

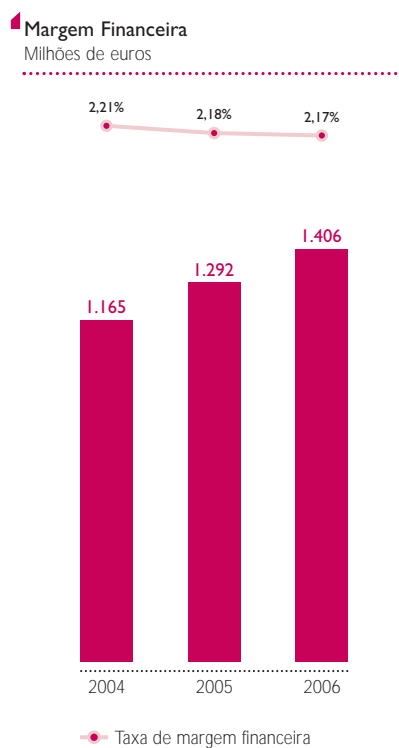
Valores anualizados expressos em percentagem do activo total médio

	2006					2005	2004
	1.º Trim.	2.º Trim.	3.º Trim.	4.º Trim.	Total		
Margem financeira	1,82%	1,81%	1,85%	1,82%	1,83%	1,71%	1,52%
Outros proveitos líquidos							
Rendimentos de instrumentos de capital	0,00%	0,14%	0,00%	0,03%	0,04%	0,08%	0,04%
Comissões líquidas	0,89%	0,92%	0,86%	0,98%	0,92%	0,85%	0,77%
Resultados em operações financeiras	0,51%	0,37%	0,48%	0,68%	0,51%	0,32%	0,46%
Outros proveitos de exploração líquidos	0,13%	0,12%	0,17%	0,21%	0,16%	0,14%	0,23%
Resultados por equivalência patrimonial	0,08%	0,12%	0,02%	0,03%	0,06%	0,08%	0,10%
	1,61%	1,67%	1,53%	1,93%	1,69%	1,47%	1,60%
Custos operacionais							
Custos com o pessoal	1,14%	1,12%	1,12%	1,12%	1,13%	1,19%	1,20%
Outros gastos administrativos	0,73%	0,76%	0,70%	0,77%	0,74%	0,71%	0,72%
Amortizações do exercício	0,15%	0,14%	0,14%	0,13%	0,14%	0,16%	0,20%
	2,02%	2,02%	1,96%	2,02%	2,01%	2,06%	2,12%
Imparidade							
Para crédito (líquido de recuperações)	0,23%	0,15%	0,28%	0,01%	0,17%	0,03%	0,14%
Para outros activos e outras provisões	0,06%	0,02%	0,07%	0,03%	0,04%	0,07%	0,11%
Resultado antes de impostos	1,12%	1,29%	1,07%	1,69%	1,30%	1,02%	0,75%
Impostos sobre lucros	0,18%	0,18%	0,17%	0,33%	0,22%	0,16%	0,06%
Resultado depois de impostos	0,94%	1,11%	0,90%	1,36%	1,08%	0,86%	0,69%
Interesses minoritários	0,06%	0,07%	0,06%	0,07%	0,07%	0,05%	0,00%
Resultado líquido da actividade corrente	0,88%	1,04%	0,84%	1,29%	1,01%	0,81%	0,69%
Resultados de natureza não recorrente	0,18%	0,00%	0,00%	-0,18%	0,00%	0,19%	0,10%
Resultado líquido atribuível ao Banco (ROA)	1,06%	1,04%	0,84%	1,11%	1,01%	1,00%	0,79%

A análise trimestral da rendibilidade, efectuada em base comparável, demonstra a decomposição da rendibilidade dos activos médios, evidenciando a contribuição de cada rubrica da demonstração de resultados para os níveis de rendibilidade alcançados em proporção do activo líquido médio consolidado. A rendibilidade do activo líquido médio aumentou de 0,8% em 2004 para 1,0% em 2005, mantendo o mesmo valor em 2006 (1,0%).

Destacam-se os acréscimos da margem financeira e das comissões líquidas em proporção do activo líquido médio, que atingiram, respectivamente, 1,83% e 0,92% em 2006 (1,71% e 0,85% em 2005). A evolução favorável destes indicadores, que tinha ocorrido também no ano anterior, reflecte o aumento dos negócios com Clientes e a aceitação da proposta de valor do Grupo.





Deve ser igualmente evidenciada a evolução favorável dos custos operacionais, que apresentaram uma redução, em percentagem do activo líquido médio, de 2,06% em 2005 para 2,01% em 2006, fortemente influenciada pela diminuição dos custos com pessoal em percentagem do activo líquido médio de 1,19% em 2005 para 1,13% em 2006 e das amortizações de 0,16% em 2005 para 0,14% em 2006.

Margem Financeira

A margem financeira aumentou 8,8% para 1.405,8 milhões de euros em 2006 (1.291,6 milhões de euros em 2005), em base comparável. Este crescimento foi determinado, simultaneamente, pelo aumento do volume de crédito concedido e pelo efeito taxa de juro do crédito a clientes comparativamente superior ao efeito taxa de juro dos recursos de clientes.

Em relação ao acréscimo do volume de crédito concedido, refira-se que o crédito à habitação continuou a influenciar favoravelmente a evolução da margem financeira consolidada, cuja expansão do volume mais do que compensou o estreitamento de *spreads* de clientes neste negócio face ao ano anterior na actividade em Portugal.

A gestão adequada do *pricing* dos recursos de clientes, a par do impacto positivo do aumento das taxas de referência do mercado em relação ao final do ano anterior, proporcionaram o aumento de *spreads* de depósitos em Portugal e uma melhoria da rentabilidade dos recursos de clientes em 2006, contribuindo positivamente para o aumento da margem financeira.

A margem financeira em Portugal confirmou a tendência de crescimento nos últimos trimestres de 2006, beneficiando dos desempenhos da Banca de Retalho, cuja margem financeira aumentou 16,1% face a 2005, e do segmento de Corporate e Empresas, onde o efeito volume mais que compensou a diminuição dos *spreads*, fruto da intensificação da concorrência neste segmento de negócio.

A evolução da margem financeira da actividade internacional (+53,5%), impulsionada pelo crescimento acentuado do volume de negócios em 2006 e por maiores taxas de margem financeira, revelou-se decisiva para o aumento da margem financeira consolidada. A margem financeira da actividade internacional também foi influenciada pela contabilidade de cobertura (*liquidity swaps*) no Bank Millennium na Polónia. Em 2005, este montante foi registado em resultados em operações financeiras e no exercício de 2006 passou a ser relevado na margem financeira.

No final de 2006, a margem da actividade internacional representava 23,6% do total da margem financeira, enquanto que, em 2005, esta percentagem se situava em 16,7% e em 2004 em 12,0%, o que reflecte o peso crescente das operações internacionais na actividade do Grupo.

A análise ao balanço médio consolidado, além do crescimento do volume de negócios, evidencia o aumento das taxas de juro médias de 2005 para 2006, acompanhando a subida das taxas de juro de mercado ao longo de 2006: o Banco Central Europeu aumentou as taxas directoras em 1,25 p.p., tendo a Euribor a três meses registado uma subida semelhante, situando-se em 3,7% no final de 2006 (2,5% no final de 2005).

	2006		2005		2004	
	Balço médio	Taxa	Balço médio	Taxa	Balço médio	Taxa
Activos Geradores de Juros						
Aplicações em instituições de crédito	6.965	4,29%	7.276	4,65%	3.975	6,80%
Activos financeiros	3.414	5,46%	3.341	5,96%	2.318	7,40%
Crédito a clientes	54.512	5,21%	50.506	4,69%	48.498	4,65%
	64.891	5,13%	61.123	4,76%	54.791	4,92%
Activos não correntes detidos p/ venda	1.025	3,98%	3.352	5,28%	2.831	3,46%
Total de Activos Geradores de Juros	65.916	5,11%	64.475	4,78%	57.622	4,85%
Activos não correntes detidos p/ venda não geradores de juros	49		192		198	
Outros activos não geradores de juros	10.964		10.666		19.210	
Activo Total	76.929		75.333		77.030	
Passivos Geradores de Juros						
Depósitos de instituições de crédito	12.169	3,96%	10.186	4,64%	9.677	4,42%
Depósitos de clientes	33.301	1,89%	33.211	1,71%	29.492	1,50%
Títulos de dívida emitidos	20.105	3,31%	17.845	2,33%	16.647	2,63%
Passivos subordinados	2.784	5,16%	3.703	4,28%	3.920	4,53%
	68.359	2,81%	64.945	2,49%	59.736	2,48%
Passivos não correntes detidos p/ venda	991	1,59%	3.169	1,92%	2.692	1,47%
Total de Passivos Geradores de Juros	69.350	2,79%	68.114	2,46%	62.428	2,44%
Passivos não correntes detidos p/ venda não geradores de juros	82		374		337	
Outros passivos não geradores de juros	2.574		2.874		11.328	
Situação líquida e Interesses minoritários	4.923		3.971		2.937	
Total do Passivo, Situação Líquida e Interesses Minoritários	76.929		75.333		77.030	
Taxa de Margem Financeira (1)		2,17%		2,18%		2,21%

(1) Relação entre os valores da Margem financeira e o saldo médio do Total de activos geradores de juros.

O aumento dos activos, de 75.333 milhões de euros em 2005 para 76.929 milhões de euros em 2006, foi determinado essencialmente pelo crescimento do volume de crédito a clientes, representando 82,7% do total dos activos geradores de juros em 2006 (78,3% em 2005). O saldo médio do crédito a clientes aumentou 7,9% de 50.506 milhões de euros em 2005 para 54.512 milhões de euros em 2006, impulsionado pelo comportamento favorável do crédito à habitação, o que influenciou positivamente a margem financeira.

Em relação aos passivos geradores de juros, os efeitos desfavoráveis de volume e taxa de juro dos débitos representados por títulos foram parcialmente compensados pelo efeito favorável de taxa de juro dos débitos para com instituições de crédito.

A variação da margem financeira, em base comparável, resultou da conjugação do efeito volume positivo no montante de 94,3 milhões de euros e do efeito de taxa de juro favorável de 17,9 milhões de euros.



Factores Determinantes da Variação da Margem Financeira

Milhões de euros

	2006 vs 2005			Variação
	Efeito volume	Efeito taxa	Efeito residual	
Activos Geradores de Juros				
Disponibilidades sobre instituições de crédito	(14,4)	(26,1)	1,1	(39,4)
Titulos	4,4	(16,9)	(0,4)	(12,9)
Crédito a clientes	187,9	263,0	20,9	471,8
	179,2	227,4	14,0	419,5
Passivos Geradores de Juros				
Débitos para com instituições de crédito	92,0	(68,7)	(13,6)	8,7
Débitos para com clientes	1,6	61,1	0,2	62,8
Débitos representados por títulos	52,7	174,2	22,1	248,9
Passivos subordinados	(39,4)	32,5	(8,1)	(15,0)
	84,9	209,5	11,0	305,4
Margem financeira (em base comparável)	94,3	17,9	2,9	114,1
Impacto de subsidiárias alienadas	(80,0)	(34,1)	24,0	(90,0)
Variação total	39,5	(17,0)	0,6	23,1

Outros Proveitos Líquidos

Os outros proveitos líquidos incluem os rendimentos de instrumentos de capital, as comissões líquidas, os resultados em operações financeiras, os outros proveitos de exploração líquidos e os resultados apurados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros proveitos líquidos incluem, também, na rubrica de resultados pela equivalência patrimonial, a apropriação dos resultados associados às subsidiárias alienadas, que, como já foi previamente referido, são discriminados nesta análise.

Em 2006, os outros proveitos líquidos ascenderam a 1.429,3 milhões de euros (1.600,8 milhões de euros em 2005). Em base recorrente, os outros proveitos líquidos aumentaram 16,8% de 1.111,3 milhões de euros em 2005 para 1.297,9 milhões de euros em 2006. O peso dos outros proveitos líquidos no produto bancário, em base recorrente, foi de 48,0% em 2006, quando em 2005 este indicador se situava em 46,2% reflectindo a melhoria sustentada dos indicadores de "cross-selling" registada sobretudo na Banca de Retalho em Portugal e o aproveitamento de oportunidades de negócio na Polónia e na Grécia.

Outros Proveitos Líquidos

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Rendimentos de instrumentos de capital	32,5	58,1	29,4	-44,1%
Comissões líquidas	702,4	643,6	589,5	9,1%
Resultados em operações financeiras	394,8	243,5	354,2	62,1%
Outros proveitos de exploração líquidos	120,8	109,4	181,7	10,4%
Resultados pela equivalência patrimonial	47,4	56,7	75,7	-16,4%
	1.297,9	1.111,3	1.230,5	16,8%
Proveitos não recorrentes	131,4	489,5	413,0	--
	1.429,3	1.600,8	1.643,5	-10,7%

Os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos recebidos dos investimentos em títulos disponíveis para venda, totalizaram 32,5 milhões de euros em 2006 comparando com 58,1 milhões de euros em 2005. Os principais contributos para os dividendos recebidos em 2006 provêm das participações detidas na Eureka, EDP e Banco Sabadell. O menor montante de dividendos recebido em 2006 face ao ano anterior reflecte a alienação total das participações na Friends Provident e Banca Intesa e a alienação parcial da participação na EDP.

As **comissões líquidas** aumentaram 9,1%, atingindo 702,4 milhões de euros em 2006, comparando com 643,6 milhões de euros em 2005. O crescimento das comissões beneficiou do contributo de comissões geradas pela gestão de activos (+25,4%), pela prestação de serviços bancários e outras comissões (+20,0%) e, em menor grau, pelas comissões de cartões (+3,4%) e de crédito (+2,2%).

A evolução das comissões de cartões foi condicionada pelas diminuições da *interchange fee* e das comissões associadas a Clientes institucionais em Portugal. O crescimento das comissões de cartões na actividade internacional, impulsionado pelo desempenho na Polónia e em Moçambique, contribuiu para o aumento de 3,4% das comissões de cartões do Grupo face ao ano anterior.

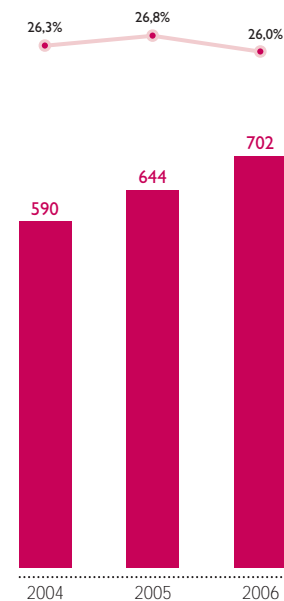
O desempenho das comissões geradas pela gestão de activos foi proporcionado pelos maiores volumes de negócio, impulsionados pelo dinamismo no mercado de capitais e pela oferta inovadora e diversificada de soluções de investimento disponibilizada pelo Grupo. Na actividade em Portugal, deve ser referido o impacto positivo do maior peso dos fundos de maior valor acrescentado e o efeito da revisão das comissões de gestão. Na actividade no estrangeiro, deve ser realçado o dinamismo evidenciado pelo Bank Millennium na Polónia na gestão de fundos, que impulsionou o crescimento do total de activos geridos e o reforço da quota de mercado na Polónia, proporcionando um incremento nas comissões associadas a estes produtos.

O contributo da actividade em Portugal influenciou o desempenho das comissões de crédito, suportadas pelos negócios de leasing e factoring, actividades em que se estima que o Millennium bcp tenha reforçado, em 2006, a liderança de mercado. Na actividade internacional, o crescimento das comissões de crédito beneficiou de maiores comissões associadas a garantias prestadas.

O acréscimo de outras comissões foi influenciado por maiores comissões na banca de investimento, que no último trimestre de 2006 protagonizou uma maior dinâmica de negócio consubstanciado num número superior de operações concretizadas.

Comissões Líquidas

(em base comparável)
Milhões de euros

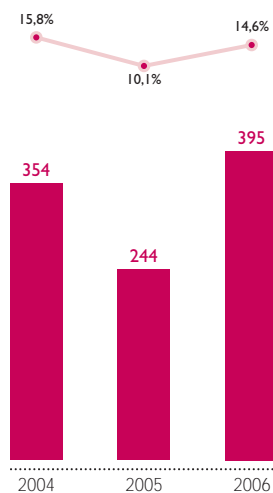


Comissões líquidas/Produto bancário



Resultados em Operações Financeiras

(em base comparável)
Milhões de euros



● Resultados em operações financeiras/Produto bancário

As comissões da actividade internacional têm vindo a representar uma proporção crescente no total das comissões líquidas, atingindo, em 2006, 20,1% do total das comissões líquidas do Grupo, quando em 2005 e 2004 representavam 16,4% e 12,8%, respectivamente. Esta tendência reflecte a estratégia de diversificação geográfica do negócio para mercados de maior potencial de crescimento encetada pelo Grupo. O crescimento das comissões líquidas da actividade no estrangeiro foi de 34,2%, beneficiando sobretudo do maior nível de comissões de títulos e gestão de activos e de comissões associadas à prestação de serviços bancários.

Comissões Líquidas

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Cartões	150,3	145,3	137,9	3,4%
Operações sobre títulos	96,5	102,6	76,1	-5,9%
Gestão de activos	101,9	81,2	84,3	25,4%
Operações relacionadas com crédito	136,2	133,2	129,1	2,2%
Outras comissões	217,5	181,3	162,1	20,0%
	702,4	643,6	589,5	9,1%
Comissões associadas às subsidiárias alienadas	11,1	15,1	26,9	--
	713,5	658,7	616,4	--
Resultados recorrentes:				
Em Portugal	560,9	538,1	513,9	4,2%
No estrangeiro	141,5	105,5	75,6	34,2%

Os resultados em operações financeiras totalizaram 394,8 milhões de euros em 2006, comparando com 243,5 milhões de euros em 2005. Este aumento foi suportado pela maior dinâmica evidenciada nos mercados de capitais que proporcionou o aproveitamento de oportunidades de negócio pelo Grupo. Os maiores ganhos obtidos em operações de *trading*, nomeadamente, em operações sobre títulos e operações cambiais, associados à expansão das actividades em Portugal, na Polónia, na Grécia e em Moçambique, a par do impacto positivo derivado de macro-coberturas e de outras posições de âmbito corporativo, impulsionaram o desempenho dos resultados em operações financeiras em 2006.

Os resultados em operações financeiras representaram 14,6% do produto bancário em 2006, comparando com 10,1% em 2005 e 15,8% em 2004.

Em 2005, foram registadas operações de natureza não recorrente no montante de 354,5 milhões de euros, destacando-se as mais-valias apuradas nas alienações das participações na Friends Provident e na Banca Intesa e a mais-valia obtida na fixação do preço final de venda da participação de 10% no capital da companhia de seguros polaca PZU (176,1 milhões de euros).

Resultados em Operações Financeiras e em Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Operações cambiais	178,7	89,8	36,3	99,0%
Operações sobre títulos e outros	216,1	153,7	317,9	40,6%
	394,8	243,5	354,2	62,1%
Result. em op. financ. subsidiárias alienadas	0,1	3,1	3,4	--
	394,9	246,6	357,6	
Resultados não recorrentes	--	354,5	(37,5)	--
	394,9	601,1	320,1	--
Resultados recorrentes:				
Em Portugal	290,4	97,2	220,4	198,7%
No estrangeiro	104,4	146,3	133,8	-28,6%

Os **outros proveitos de exploração líquidos** aumentaram 10,4%, de 109,4 milhões de euros em 2005 para 120,8 milhões de euros em 2006, em base comparável.

A evolução favorável desta rubrica foi determinada pela actividade desenvolvida em Portugal e está relacionada com os maiores proveitos obtidos na colocação de produtos de seguros da Millenniumbcp Fortis, não obstante o impacto da evolução desfavorável dos outros proveitos gerados pelo negócio de banca de investimento.

Em 2006, foram contabilizados nesta rubrica resultados não recorrentes associados a mais-valias obtidas na alienação da participação de 50% detida no Interbanco (82,2 milhões de euros), de 80,1% no capital social dos bancos Banque BCP França e Banque BCP Luxemburgo (41,3 milhões de euros) e de 100% no capital do bcpbank Canada (7,9 milhões de euros).

Em 2005, os resultados não recorrentes incluem, entre outros, a mais-valia obtida na alienação da Crédilar (50,8 milhões de euros) e a mais-valia obtida na venda da totalidade do capital social do Banco Comercial de Macau (122,6 milhões de euros).

Outros Proveitos de Exploração Líquidos (1)

	2006	2005	2004	Milhões de euros Var. % 06/05
Prestação de serviços e fees	103,7	91,5	162,8	13,4%
Reembolso de despesas	17,1	17,9	18,9	-4,7%
	120,8	109,4	181,7	10,4%
Outros prov. de expl. liq. de subsidiárias alienadas	8,8	19,2	(1,4)	--
	129,6	128,6	180,3	--
Resultados de natureza não recorrente	131,4	135,0	84,1	--
	261,0	263,6	264,4	--
Resultados recorrentes:				
Em Portugal	111,2	103,8	181,2	7,1%
No estrangeiro	9,6	5,6	0,5	71,3%

(1) Inclui "Outros Proveitos de Exploração", "Outros resultados de actividades não bancárias" e "Resultados na alienação de outros activos".

Os **resultados registados por equivalência patrimonial** totalizaram 42,0 milhões de euros em 2006, revelando um crescimento, em base comparável, de 55,7% face a 27,0 milhões de euros contabilizados em 2005. Esta evolução foi suportada por maiores resultados obtidos pela actividade da Millenniumbcp Fortis, determinados essencialmente pelo acréscimo dos prémios de seguro directo e pela baixa sinistralidade no ramo Não Vida.

O montante relacionado com a apropriação de **resultados de subsidiárias alienadas**, conforme referido anteriormente, é apresentado separadamente, para efeitos de comparação da informação prestada no âmbito desta análise. Este montante reflecte a apropriação efectuada pelo Grupo do lucro líquido obtido pelas subsidiárias alienadas, considerando a percentagem da participação detida pelo Grupo, e que anteriormente eram consolidadas pelo método de consolidação integral, nomeadamente, Banco Comercial de Macau, Interbanco, Banque BCP França, Banque BCP Luxemburgo e bcpbank Canada.

Em 2006, a apropriação de resultados de subsidiárias alienadas totalizou 5,4 milhões de euros, em 2005 29,7 milhões de euros e, em 2004, 16,4 milhões de euros. Em 2004, foi também discriminado o montante contabilizado na mais-valia obtida na alienação das empresas seguradoras (366,5 milhões de euros).



Resultados pela Equivalência Patrimonial e de Activos Não Correntes Detidos para Venda

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Millenniumbcp Fortis	34,8	21,8	--	59,8%
Seguros e Pensões	--	--	42,2	--
Outros	7,2	5,2	17,1	38,8%
	42,0	27,0	59,3	55,7%
Venda de empresas seguradoras	--	--	366,5	--
	42,0	27,0	425,8	--
Apropriação de resultados de subsidiárias alienadas				
Banco Comercial de Macau	--	9,4	6,6	--
Interbanco	--	8,3	5,2	--
Banque BCP França	4,4	8,5	3,4	--
Banque BCP Luxemburgo	0,9	1,8	0,9	--
bcpbank Canada	0,1	1,7	0,3	--
	5,4	29,7	16,4	--
	47,4	56,7	442,2	--

Custos Operacionais

Os custos operacionais, que incluem os custos com pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, diminuíram de 1.809,3 milhões de euros em 2005 para 1.689,8 milhões de euros em 2006, incluindo custos associados a operações não recorrentes.

Os **custos operacionais** evidenciaram, em base comparável, um decréscimo de 0,8% para 1.543,7 milhões de euros em 2006 (1.555,7 milhões de euros em 2005), suportado pela diminuição significativa dos custos operacionais em Portugal (-6,5%). Os custos operacionais da actividade internacional, que registaram um aumento de 18,8%, incorporam os custos relacionados com o processo de mudança de marca efectuado em todas as operações do Grupo, e com a expansão da rede de Sucursais em curso em várias operações no estrangeiro, nomeadamente, na Polónia e na Grécia.

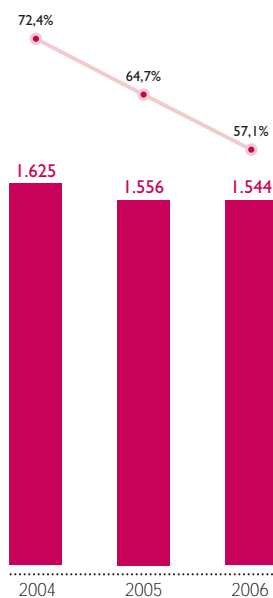
O rácio *cost to income* consolidado confirmou a tendência de melhoria, atingindo 57,1% em 2006, face a 64,7% apurado em 2005 e a 72,4% em 2004. Sublinhe-se a melhoria expressiva do rácio *cost to income* de 63,0% em 2005 para 53,2% em 2006 na actividade em Portugal (menos 9,8 p.p.), suportada por iniciativas desenvolvidas no âmbito do Programa de Melhoria de Eficiência Operativa e do redimensionamento do quadro de Colaboradores. Estas medidas proporcionaram poupanças efectivas e notórias, determinadas por uma gestão mais eficiente de processos, pelo recurso ao *outsourcing* e pelo aproveitamento de sinergias nas diversas operações do Grupo. A evolução muito positiva destes rácios demonstra o cumprimento dos objectivos de rigoroso controlo de custos e melhoria de eficiência assumidos pelo Millennium bcp.

Em relação à maior eficiência de processos, refira-se que o Millennium bcp iniciou em 2006 um projecto que visa obter a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a norma internacional ISO 9001:2000, tendo obtido já este certificado para vários processos operativos na actividade em Portugal. Este projecto confirma o empenho do Banco em melhorar a eficiência operativa, conjugando o impacto favorável nos custos operacionais e também a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao Cliente com vista ao aumento da satisfação e à fidelização da sua base de Clientes.

Enquadrado na estratégia de racionalização de investimentos e de gestão integrada de estruturas de IT nas operações multidomésticas, entrou em vigor, em Janeiro de 2006, em Portugal, o novo contrato de *outsourcing* com a IBM, com a extensão de serviços à Polónia em Março de 2006, permitindo a redução efectiva de custos associados aos sistemas de informação.

Custos Operacionais

(em base comparável)
Milhões de euros



● Cost to income

Custos Operacionais

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Portugal				
Custos com pessoal	665,5	735,5	778,9	-9,5%
Outros gastos administrativos	386,1	383,1	413,9	0,8%
Amortizações do exercício	72,0	83,5	101,1	-13,7%
	1.123,6	1.202,1	1.293,9	-6,5%
Não recorrentes	146,1	248,1	240,1	--
Custos de subsidiárias alienadas	--	20,8	21,7	--
	1.269,7	1.471,0	1.555,7	--
Estrangeiro				
Custos com pessoal	201,1	160,2	140,3	25,6%
Outros gastos administrativos	183,9	153,0	138,2	20,1%
Amortizações do exercício	35,1	40,4	52,1	-13,1%
	420,1	353,6	330,6	18,8%
Não recorrentes	--	5,5	48,6	--
Custos de subsidiárias alienadas	35,7	78,2	74,6	--
	455,8	437,3	453,8	--
Total				
Custos com pessoal	866,6	895,7	919,2	-3,3%
Outros gastos administrativos	570,0	536,2	552,1	6,3%
Amortizações do exercício	107,1	123,8	153,2	-13,5%
	1.543,7	1.555,7	1.624,5	-0,8%
Não recorrentes	146,1	253,6	288,7	--
	1.689,8	1.809,3	1.913,2	-6,6%
Custos de subsidiárias alienadas	35,7	98,9	96,3	--
	1.725,5	1.908,2	2.009,5	--

Adicionalmente, em 2006, o Grupo iniciou a centralização num único local do *hardware* de sistemas centrais, tendo concluído este processo nas operações da Grécia e da Turquia, no âmbito da implementação de uma infra-estrutura global de tecnologias localizada em Portugal, o que permitirá a captura de ganhos de eficiência adicionais e potenciará a redução de custos.

Os **custos com pessoal** diminuíram 3,3% de 895,7 milhões de euros em 2005 para 866,6 milhões de euros em 2006 (em base comparável), determinados pela redução dos custos com pessoal em Portugal (-9,5%). Os menores custos com pessoal em Portugal resultam da redução do quadro de Colaboradores que tem vindo a ser efectuada nos últimos anos. O número total de Colaboradores em Portugal diminuiu de 12.487 em 2004, para 11.510 em 2005, e para 10.876 Colaboradores em 2006, ou seja uma redução de 1.611 Colaboradores nos últimos dois anos. A actividade no estrangeiro registou um aumento dos custos com pessoal determinado essencialmente pelos já mencionados planos de expansão da Grécia e da Polónia.

Os **custos com reformas antecipadas** ascenderam a 240,1 milhões de euros em 2004, a 235,5 milhões de euros em 2005 e a 146,1 milhões de euros em 2006. Estes montantes traduzem o esforço que o Banco tem dedicado à reestruturação das suas operações em Portugal, com vista à melhoria da eficiência operativa, e determinaram a redução do número de Colaboradores da actividade em Portugal de 977 Colaboradores em 2005 e de 634 Colaboradores em 2006.

Os **outros gastos administrativos** situaram-se em 570,0 milhões de euros em 2006, comparando com 536,2 milhões de euros em 2005. A evolução dos outros gastos administrativos foi condicionada



pelo aumento dos gastos administrativos na actividade internacional, determinados essencialmente por custos associados ao processo de mudança de marca e pela expansão das redes de Sucursais na Grécia e na Polónia, materializados essencialmente nas rubricas de publicidade e rendas.

Na actividade em Portugal, os outros gastos administrativos reflectem o prosseguimento da política de contenção já verificada no ano anterior, situando-se em 386,1 milhões de euros em 2006 (383,1 milhões de euros em 2005 e 413,9 milhões de euros em 2004). O impacto da redução do número de Sucursais em Portugal, de 1.008 Sucursais em 2004 para 864 em 2006, também influenciou favoravelmente a evolução dos outros gastos administrativos. A constante melhoria de processos tendo em vista o alinhamento com as melhores práticas e a obtenção de vantagens competitivas, a flexibilização da estrutura organizacional e o recurso ao *outsourcing* das actividades de suporte operativo permitiram alcançar níveis superiores de eficiência operativa em 2006. O controlo dos gastos administrativos em Portugal foi determinado pela descida dos custos na generalidade das rubricas, destacando-se, pelo montante que representam, as poupanças obtidas em comunicações, custos com trabalho independente e rendas.

Outros Gastos Administrativos – Portugal (em base comparável)

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Economato	7,4	9,9	10,3	-25,3%
Rendas	68,2	71,0	81,5	-3,9%
Comunicações	32,6	37,7	38,6	-13,5%
Despesas de deslocação	19,4	20,1	18,4	-3,7%
Publicidade e patrocínios	25,3	22,4	22,8	13,1%
Custos com trabalho independente	15,8	19,0	18,9	-16,8%
Manutenção	27,3	31,9	37,2	-14,3%
Seguros	10,4	12,3	13,5	-15,4%
Serviços especializados	129,0	105,9	100,7	21,8%
Outros	50,7	52,9	72,0	-4,3%
	386,1	383,1	413,9	0,8%

As **amortizações do exercício** diminuíram para 107,1 milhões de euros em 2006, menos 13,5% em relação a 123,8 milhões de euros contabilizados no ano anterior. A criteriosa selecção de investimentos realizados nos últimos anos e o recurso ao *outsourcing* informático tem permitido a diminuição sustentada destes custos.

Imparidades para Riscos de Crédito

As imparidades para crédito líquidas de recuperações situaram-se em 127,6 milhões de euros em 2006 comparando com 23,0 milhões de euros em 2005, excluindo as imparidades não recorrentes relevadas em 2005. Esta evolução é explicada por se ter verificado em 2005, simultaneamente, um baixo nível de dotações para perdas por imparidade de crédito e montantes elevados de recuperações de crédito.

As dotações para perdas por imparidade de crédito aumentaram de 252,5 milhões de euros em 2005 para 279,5 milhões de euros em 2006. Este montante representava 48 p.b. do total de crédito em 2006, comparando favoravelmente com o objectivo definido no âmbito do Programa Millennium de 75 p.b. As maiores dotações para imparidades para crédito em 2006 estão relacionadas com o crescimento do volume de créditos concedidos a clientes, reflectindo a política de prudência na adequada cobertura dos riscos de crédito.

As recuperações de crédito situaram-se em 151,9 milhões de euros em 2006, registando um decréscimo face aos 229,5 milhões de euros apurados em 2005. Destaque-se que nos últimos exercícios foi desenvolvido um intenso esforço de recuperação de créditos vencidos, conduzindo a um progressivo menor volume de crédito suscetível de recuperação.

As dotações para imparidades para crédito (líquidas de recuperações) em percentagem do total de crédito situaram-se em 22 pontos base em 2006, superando assim o objectivo de um rácio inferior a 30 p.b. definido no Programa Millennium.

Imparidades para Riscos de Crédito

	Milhões de euros			
	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Dotações para imparidades para riscos de crédito	279,5	252,5	358,9	10,7%
Recuperações de crédito	151,9	229,5	251,8	-33,8%
	127,6	23,0	107,1	--
Imparidades para riscos de crédito (líq. recuperações)				
de subsidiárias alienadas	2,1	4,7	14,5	--
Não recorrentes	--	85,8	12,7	--
	129,7	113,5	134,3	14,3%
Dotações em % do crédito bruto	48 p.b.	47 p.b.	72 p.b.	
Dotações líquidas em % do crédito bruto	22 p.b.	4 p.b.	21 p.b.	

Outras Provisões

As outras provisões totalizaram 35,4 milhões de euros em 2006, registando uma diminuição de 36,8% face a 56,0 milhões de euros apurados em 2005.

O ligeiro decréscimo das imparidades para outros activos associadas aos activos recebidos em dação não totalmente cobertos por garantias, em relação ao exercício anterior, a par da diminuição das necessidades de provisionamento para riscos e encargos diversos, contribuíram para esta evolução.

Impostos sobre Lucros

O imposto sobre lucros ascendeu a 152,2 milhões de euros em 2006, montante que compara com 97,4 milhões de euros em 2005, a que corresponde uma taxa efectiva de imposto de 15,5% (em 2005 foi de 10,4%).

O imposto corrente do Grupo registou um incremento de 15,0 milhões de euros, tendo passado de 72,9 milhões de euros em 2005 para 87,9 milhões de euros em 2006. Este aumento encontra a sua justificação, no fundamental, no incremento do imposto corrente do Banco Comercial Português, S.A. decorrente do crescimento dos seus resultados antes de imposto, do consumo pelo Banco no exercício de 2006 da totalidade do reporte de prejuízos remanescente e da aplicação do artigo 86.º do CIRC.

Quanto ao custo com imposto diferido do Grupo, verificou-se um incremento de 39,8 milhões de euros, passando o mesmo de 24,5 milhões de euros em 2005 para 64,3 milhões de euros em 2006. A maior contribuição para aquele aumento tem origem no custo com aquele imposto verificado no Banco Comercial Português, S.A., o qual aumentou de 14,4 milhões de euros em 2005 para 39,4 milhões de euros em 2006, explicado, no fundamental, pelo encargo decorrente da utilização de reporte de prejuízos fiscais.



Por outro lado, a acrescer ao referido imposto diferido, o Grupo registou um encargo no valor de 18,3 milhões de euros relativo ao impacto da aprovação da Lei das Finanças Locais nos impostos diferidos registados pelas sociedades do Grupo sediadas em território português. Assim, com efeitos a 31 de Dezembro de 2006, o cálculo dos activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis passou a considerar uma taxa de 25%, e não de 27,5%, sendo certo que, para as diferenças temporárias, passou a ser utilizada uma taxa de imposto de 26,5%.

O facto da taxa de tributação efectiva ser inferior à taxa marginal de imposto em 2006 está relacionado com os dividendos pagos pelas empresas em que o Grupo detém participações minoritárias dedutíveis para efeitos de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, de mais-valias realizadas na alienação de participações sociais, da apropriação pela equivalência patrimonial dos resultados já líquidos de impostos sobre lucros na Millenniumbcp Fortis e, ainda, aos resultados obtidos nas Sucursais financeiras no exterior.

Excluindo os impactos da alteração da taxa de imposto diferido na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais e de outras operações consideradas não recorrentes, os impostos sobre lucros situaram-se em 164,7 milhões de euros em 2006, comparando com 119,0 milhões de euros contabilizados em 2005.

Interesses Minoritários

Os interesses minoritários reflectem a parte atribuível a terceiros dos resultados não totalmente apropriados pelo Grupo, e estão associados às participações detidas no Bank Millennium na Polónia e no Millennium bim em Moçambique. Em base comparável, o maior montante apurado de interesses minoritários em 2006, de 52,0 milhões de euros face aos 39,0 milhões de euros em 2005, reflecte o crescimento dos resultados líquidos destes dois Bancos. Os interesses minoritários referentes à participação detida na operação da Polónia consideram a percentagem de 50% do resultado líquido, dado que o aumento da participação para 65,51% foi efectuado apenas no final do ano 2006.

Análise da Estrutura Patrimonial

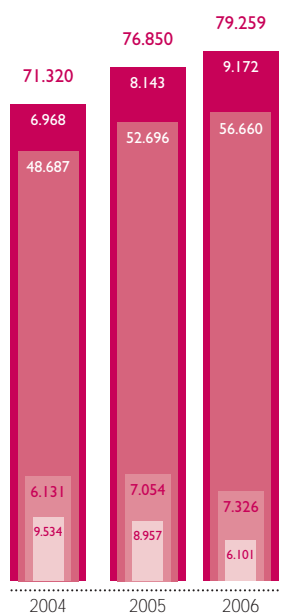
O activo total do Grupo ascendeu a 79.259 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, o que representou um crescimento de 3,1% em relação aos 76.850 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005.

Os acréscimos no activo total de 71.320 milhões de euros em 2004 para 76.850 em 2005 e para 79.259 em 2006 foram determinados essencialmente pelo crescimento dos créditos líquidos a clientes (+7,5% em 2006 e +8,2% em 2005). O peso dos créditos a clientes no total do activo aumentou nos últimos dois anos, de 68,3% em 2004 para 71,5% em 2006.

A diminuição dos outros activos de 2005 para 2006 reflecte sobretudo a alienação de participações em empresas do Grupo, nomeadamente, as participações no Interbanco, no Banque BCP França, Banque BCP Luxemburgo e bcpbank Canada. Estima-se que em 31 de Dezembro de 2006 a quota de mercado do activo se situasse em 21%, mantendo o Millennium bcp uma posição destacada no sector bancário português.

As operações no estrangeiro representavam 15,5% do total do activo do Grupo em 31 de Dezembro de 2006, representando as operações na Grécia e na Polónia a proporção mais significativa.

Activo Total
Milhões de euros



- Activos tangíveis, intangíveis e Outros
- Activos financeiros detidos para venda e negociação
- Crédito a Clientes
- Disponibilidades e créditos sobre ICs

Activo Total

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Disponibilidades monetárias e sobre instituições de crédito	9.172	8.143	6.968	12,6%
Crédito a clientes	56.660	52.696	48.687	7,5%
Activos financeiros detidos para venda e para negociação	7.326	7.054	6.131	3,9%
Activos tangíveis e intangíveis	1.274	1.212	925	5,1%
Outros	4.827	7.745	8.609	-37,7%
	<u>79.259</u>	<u>76.850</u>	<u>71.320</u>	3,1%

Crédito a Clientes

O crédito concedido a clientes (incluindo o crédito securitizado) atingiu 61.907 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, o que representou um crescimento em relação aos 55.439 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005 e aos 51.528 milhões de euros no final de 2004.

O crescimento do crédito a clientes foi suportado pelo desempenho observado na actividade em Portugal (+8,2% em relação a 2005). O menor ritmo de crescimento do crédito a empresas, condicionado pelo ainda reduzido dinamismo da economia portuguesa e pelo baixo nível do investimento, foi mais do que compensado pelo forte crescimento do crédito à habitação.

O crédito nas operações internacionais também registou uma evolução positiva, aumentando inclusivamente o peso no total do crédito consolidado. O crédito concedido a clientes nas operações internacionais representava 13,0% do total do crédito sob gestão consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (10,2% na mesma data de 2005 e 7,1% em 2004).

Crédito sob Gestão ⁽¹⁾

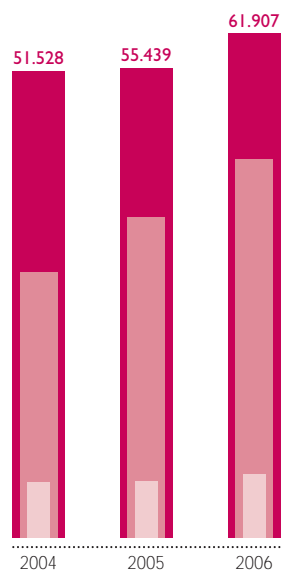
Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Hipotecário				
Portugal	21.107	18.718	16.192	12,8%
Estrangeiro	3.636	2.231	1.179	63,0%
	<u>24.743</u>	<u>20.949</u>	<u>17.371</u>	18,1%
Consumo				
Portugal	3.099	2.994	3.138	3,5%
Estrangeiro	1.067	734	499	45,4%
	<u>4.166</u>	<u>3.728</u>	<u>3.637</u>	11,8%
Empresas				
Portugal	29.636	28.065	28.536	5,6%
Estrangeiro	3.362	2.697	1.984	24,6%
	<u>32.998</u>	<u>30.762</u>	<u>30.520</u>	7,3%
Total				
Portugal	53.842	49.777	47.866	8,2%
Estrangeiro	8.065	5.662	3.662	42,5%
	<u>61.907</u>	<u>55.439</u>	<u>51.528</u>	11,7%
Créditos relacionados com subsidiárias alienadas (bruto)	--	215	2.208	--
	<u>61.907</u>	<u>55.654</u>	<u>53.736</u>	--

(1) Inclui crédito securitizado.



Crédito sob Gestão (inclui securitização)
Milhões de euros



■ Empresas
■ Hipotecário
■ Consumo

O comportamento do crédito a clientes foi determinado pelo aumento do crédito à habitação para 24.743 milhões de euros no final de 2006, mais 18,1% em relação ao ano anterior. Note-se que o peso do crédito à habitação no total do crédito sob gestão tem vindo a aumentar, representando 40,0% do total do crédito sob gestão do Grupo no final de 2006, face a 37,8% em 2005 e 33,7% em 2004, reflectindo o esforço de aumento do peso dos créditos com menor perfil de risco no total da carteira de crédito consolidada.

O crescimento de 12,8% do crédito à habitação em Portugal foi impulsionado por acções de marketing efectuadas ao longo de 2006 visando a dinamização do negócio, das quais se destacam as campanhas “Crédito Mill Opções” e “Aqui vou ser feliz”. Em 2006, o Millennium bcp foi líder de mercado em Portugal no crédito à habitação (produção), o que reflecte não só a eficácia das campanhas promocionais dirigidas aos segmentos-alvo e a abordagem dinâmica aos Clientes por parte das equipas comerciais, mas também o reconhecimento pelos Clientes da proposta de valor do produto.

O crédito à habitação das operações no estrangeiro registou um crescimento expressivo (+63,0%), devendo ser referido o desempenho na Polónia e na Grécia, cujas operações reconhecidamente oferecem produtos inovadores e atractivos e uma elevada qualidade de serviço. Sublinhe-se ainda que, na Polónia, o Bank Millennium alcançou a segunda posição no mercado, em termos de concessão de novos empréstimos à habitação.

O crescimento de 11,8% do crédito ao consumo em relação ao final do ano anterior beneficiou do comportamento do crédito pessoal dirigido aos mais jovens. A aposta neste segmento de mercado, materializada na campanha “Jovens com Asas” e no desenvolvimento de oferta específica de produtos de crédito para este segmento, visa a captação de novos Clientes e o rejuvenescimento da base de Clientes com o objectivo de gerar no futuro novas oportunidades de negócio. O aumento expressivo do crédito ao consumo na actividade internacional (+45,4%), impulsionado pelos desempenhos na Polónia e na Grécia, também contribuiu para o crescimento do crédito ao consumo.

O crédito concedido a empresas situou-se em 32.998 milhões de euros em 2006, comparando com 30.762 milhões de euros em 2005. Esta evolução reflecte, por um lado, a rigorosa política de selecção de créditos concedidos e, por outro lado, os sinais de redinamização deste segmento de negócio na segunda metade do exercício.

Crédito sob Gestão (1)

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Milhões de euros				
Particulares				
Crédito hipotecário	24.743	20.949	17.371	18,1%
Crédito ao consumo	4.166	3.728	3.637	11,8%
	28.909	24.677	21.008	17,2%
Empresas				
Serviços	10.301	9.547	9.307	7,9%
Comércio	4.719	4.520	4.250	4,4%
Outras act. internacionais	3.501	3.009	3.515	16,4%
Outros	14.477	13.686	13.448	5,8%
	32.998	30.762	30.520	7,3%
	61.907	55.439	51.528	11,7%
Imparidade para riscos de crédito	(1.252)	(1.343)	(1.252)	-6,7%
Créditos relacionados com subsidiárias alienadas (liq.)	--	213	2.183	--
Total	60.655	54.309	52.459	--

(1) Inclui crédito securitizado.

Em 2006, o Banco realizou uma operação de securitização de créditos hipotecários, Magellan Mortgages N.º 4, no montante de 1.500 milhões de euros, tendo sido objecto de desreconhecimento no balanço em 31 de Dezembro de 2006.

De referir ainda, que foram desreconhecidos no balanço, em 31 de Dezembro de 2006, os activos associados à operação de securitização Magellan Mortgages N.º 3, realizada no ano anterior, devido à alienação das *residual notes* detidas pelo Grupo e consequentes riscos associados.

A qualidade da carteira de crédito manteve os bons níveis evidenciados já em anos anteriores. A diminuição do crédito vencido, de 503 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005 para 498 milhões de euros no final de 2006, reflecte a melhoria do perfil da carteira de crédito trazida na maior proporção dos créditos de menor risco no total da carteira de crédito. O rácio de crédito vencido em percentagem do total da carteira de crédito situou-se em 0,9% no final de 2006, o mesmo valor apurado em Dezembro de 2005, tendo o respectivo rácio de cobertura atingido 251,2% em 2006 (266,8% em 2005).

O crédito com incumprimento, que, de acordo com o normativo do Banco de Portugal, inclui o crédito de cobrança duvidosa, totalizou 627 milhões de euros no final de 2006. O rácio de crédito com incumprimento em percentagem do crédito total era de 1,1% em 31 de Dezembro de 2006, mantendo-se estável face a 2005 e 2004. O rácio de cobertura do crédito com incumprimento situou-se em 199,8% no final de 2006, comparando com 216,1% em 2005.

Qualidade do Crédito (1)

	Milhões de euros			
	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Crédito bruto (2)	57.912	54.038	49.939	7,2%
Crédito vencido (> 90 dias)	436	445	385	-2,0%
Crédito vencido	498	503	430	-1,0%
Crédito com incumprimento	627	621	574	0,9%
Imparidade para crédito (balanço)	1.252	1.343	1.252	-6,7%
Crédito vencido (> 90 dias) / Crédito bruto (2)	0,8%	0,8%	0,8%	
Crédito vencido / Crédito bruto (2)	0,9%	0,9%	0,9%	
Cobertura do crédito vencido (> 90 dias)	287,0%	301,6%	325,4%	
Cobertura do crédito vencido	251,2%	266,8%	291,5%	
Cobertura do crédito com incumprimento	199,8%	216,1%	218,2%	

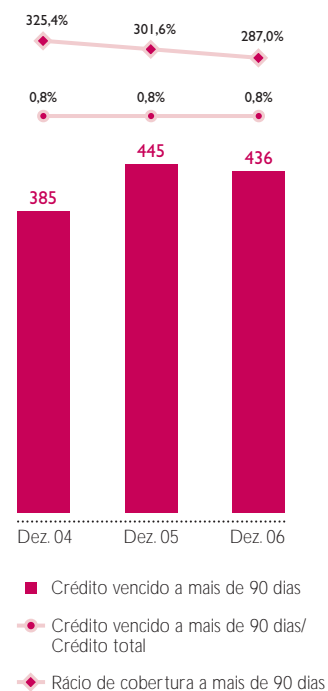
(1) Em base comparável, exclui impacto de subsidiárias alienadas.

(2) Não inclui crédito securitizado.

O crédito a particulares apresentava no final de 2006 um rácio de crédito vencido de 0,6%, mantendo níveis de cobertura por imparidades bastante confortáveis com o correspondente rácio a situar-se em 221,9%. O rácio de crédito vencido do crédito a empresas era de 1,1% em 31 de Dezembro de 2006, enquanto que o grau de cobertura do crédito vencido ascendia a 263,4%, mantendo igualmente níveis de cobertura adequados.

Qualidade do Crédito

Milhões de euros



Crédito Vencido e Imparidade em 31 de Dezembro de 2006

Milhões de euros

	Crédito Vencido	Imparidade para riscos de crédito	Crédito Vencido/ Crédito Total	Grau de cobertura
Particulares				
Crédito hipotecário	68	200	0,3%	293,5%
Crédito ao consumo	78	124	1,9%	159,3%
	146	324	0,6%	221,9%
Empresas				
Serviços	44	202	0,4%	461,2%
Comércio	55	175	1,2%	317,8%
Construção	144	177	2,5%	122,6%
Outras actividades internacionais	8	63	0,2%	767,8%
Outros	101	311	1,2%	308,0%
	352	928	1,1%	263,4%
Total	498	1.252	0,9%	251,2%

Recursos de Clientes

Os recursos totais de clientes aumentaram 2,0%, de 56.135 milhões de euros em 2005 para 57.239 milhões de euros em 2006.

Os recursos totais de clientes da actividade em Portugal aumentaram ligeiramente, situando-se em 47.833 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006. Na actividade no estrangeiro, os recursos totais registaram um acréscimo de 11,4% face ao ano anterior, atingindo 9.406 milhões de euros no final de 2006. O contributo das operações na Europa, em especial na Polónia, explica este desempenho.

Os recursos no balanço registaram um ligeiro decréscimo situando-se em 38.413 milhões de euros no final de 2006 (39.119 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005).

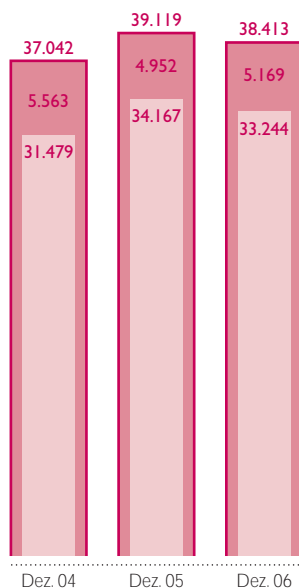
A evolução dos depósitos, de 34.167 milhões de euros em Dezembro de 2005 para 33.244 milhões de euros no final de 2006, foi determinada pela redução registada em Portugal e associada à desmobilização de fundos de Clientes institucionais. Os depósitos de clientes da actividade internacional aumentaram 6,3%, impulsionados pelo maior volume de depósitos na área de negócio de European Banking.

Os débitos representados por títulos colocados em clientes aumentaram 4,4%, de 4.952 milhões de euros em 2005 para 5.169 milhões de euros em 2006. A dinâmica evidenciada pelas equipas comerciais no final de 2006 gerou bons resultados, promovendo a colocação de produtos estruturados na Banca de Retalho em Portugal, o que determinou o aumento registado nesta rubrica.

O desempenho dos recursos fora de balanço foi determinante para o aumento dos recursos totais de clientes ao atingirem 18.826 milhões de euros em Dezembro de 2006 (+10,6% face ao ano anterior), devendo ser destacado o crescimento de 12,3% dos activos sob gestão. A partir do terceiro trimestre de 2006, o Millennium bcp passou a disponibilizar aos seus Clientes uma oferta acrescida de fundos de investimento através da comercialização de fundos em arquitectura aberta geridos pelas mais prestigiadas instituições internacionais. Estes fundos tiveram uma contribuição positiva para os proveitos do Grupo, mas os respectivos volumes captados não estão relevados nos recursos de clientes por serem geridos por terceiros.

Recursos de Clientes de Balanço

Milhões de euros



■ Total
■ Débitos para com clientes titulados
■ Depósitos

O aumento dos activos sob gestão na actividade no estrangeiro foi determinado pelo forte crescimento na Polónia, cuja oferta diversificada de fundos de investimento proporcionou, em 2006, taxas de crescimento dos activos sob gestão acima do mercado.

Os seguros de capitalização aumentaram 8,8%, evidenciando a experiência e a capacidade de distribuição do Banco na colocação de produtos e soluções de investimento alternativas aos tradicionais depósitos a prazo.

Recursos Totais de Clientes

	Milhões de euros			
	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Recursos de clientes de balanço				
Depósitos de clientes	33.244	34.167	31.479	-2,7%
Débitos para com clientes titulados	5.169	4.952	5.563	4,4%
	38.413	39.119	37.042	-1,8%
Recursos de clientes fora do balanço				
Patrimónios sob gestão	10.069	8.969	7.779	12,3%
Seguros de capitalização	8.757	8.047	6.569	8,8%
	18.826	17.016	14.348	10,6%
Total	57.239	56.135	51.390	2,0%
Dos quais:				
Actividade em Portugal	47.833	47.694	44.982	0,3%
Actividade no estrangeiro	9.406	8.441	6.408	11,4%
Recursos relacionados com subsidiárias alienadas	-	228	1.914	--
Total	57.239	56.363	53.304	--

Aplicações e Recursos de Instituições de Crédito

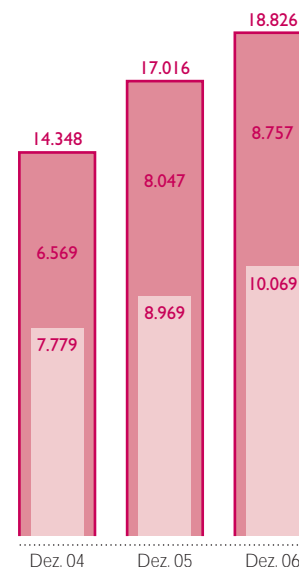
Os débitos para com instituições de crédito deduzidos das aplicações em instituições de crédito totalizaram 5.172 milhões de euros em 2006, comparando com 4.353 milhões de euros em 2005. Esta evolução reflecte o impacto do maior ritmo de crescimento do crédito a clientes face aos recursos de clientes. O maior nível de financiamento implicou o recurso a linhas de crédito negociadas com outras instituições de crédito, e foi efectuado no âmbito da gestão criteriosa da liquidez do Grupo.

Carteira de Títulos

A carteira de títulos consolidada do Millennium bcp atingiu 7.144 milhões de euros em 2006, comparando com 6.978 milhões de euros em 2005, e representava 9,0% do total do activo em 31 de Dezembro de 2006 (9,1% em 2005).

Recursos de Clientes fora do Balanço

Milhões de euros



■ Total
■ Seguros de capitalização
■ Activos sob gestão



	2006		2005		2004		Var. % 06/05
	Montante	% no total	Montante	% no total	Montante	% no total	
Títulos de rendimento fixo							
Obrigações de emissores públicos							
Nacionais	465	6,5%	520	7,4%	393	6,4%	-10,5%
Estrangeiros	1.819	25,5%	1.682	24,1%	1.406	22,8%	8,1%
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	377	5,3%	488	7,0%	322	5,2%	-22,6%
Estrangeiros	331	4,6%	532	7,6%	1.048	17,0%	-37,8%
Bilhetes do Tesouro e outros títulos de Dívida Pública	506	7,1%	877	12,6%	640	10,3%	-42,3%
Papel comercial	1.512	21,2%	607	8,7%	365	5,9%	148,8%
Outros títulos de rendimento fixo	1		--		16	0,2%	--
	<u>5.011</u>	<u>70,1%</u>	<u>4.706</u>	<u>67,4%</u>	<u>4.190</u>	<u>67,8%</u>	<u>6,5%</u>
Títulos de rendimento variável							
Acções de empresas							
Nacionais	766	10,7%	644	9,2%	660	10,7%	19,0%
Estrangeiras	224	3,1%	223	3,2%	829	13,4%	0,5%
Unidades de participação	403	5,6%	352	5,0%	175	2,8%	14,6%
Outros títulos de rendimento variável	--		--		5	0,1%	--
	<u>1.393</u>	<u>19,5%</u>	<u>1.219</u>	<u>17,5%</u>	<u>1.669</u>	<u>27,0%</u>	<u>14,3%</u>
Imparidades para títulos vencidos	(5)		(6)		(6)		--
Derivados de negociação	745	10,4%	1.034	14,8%	316	5,1%	-27,9%
	<u>7.144</u>		<u>6.953</u>		<u>6.169</u>		<u>2,7%</u>
Títulos de subsidiárias alienadas	--	--	24	0,3%	6	0,1%	--
	<u>7.144</u>	<u>100,0%</u>	<u>6.977</u>	<u>100,0%</u>	<u>6.175</u>	<u>100,0%</u>	<u>--</u>

Os títulos de rendimento fixo continuaram a predominar, ao representarem 70,1% do total da carteira (67,4% em 2005 e 67,8% em 2004). A estrutura desta componente da carteira foi afectada pelo expressivo crescimento do papel comercial que, em 2006, se cifrou em 1.512 milhões de euros (608 milhões de euros em 2005) e que contrariou a redução das posições nos outros títulos à excepção das obrigações de emissores públicos estrangeiros, que reforçaram o seu peso para 25,5%.

A evolução dos títulos de rendimento variável, cujo peso no total da carteira evoluiu de 17,5% para 19,5%, deveu-se fundamentalmente ao aumento das acções de empresas nacionais em carteira.

Situação Líquida

A situação líquida aumentou de 4.247 milhões de euros em 2005 para 4.842 milhões de euros em 2006, reflectindo essencialmente os resultados líquidos do exercício de 2006 atribuíveis aos Accionistas do Banco, no montante de 780 milhões de euros, deduzidos dos dividendos antecipados referentes ao exercício de 2006 distribuídos em Novembro de 2006 e dos dividendos pagos em 2006 referentes ao exercício de 2005, no montante total de 266 milhões de euros.

As reservas de justo valor, correspondentes às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda ("available for sale") no total de 117 milhões de euros, influenciaram favoravelmente a evolução da situação líquida.

Em Março de 2006, o Banco Comercial Português realizou um aumento do capital social para 3.611.329.567 acções. Este aumento de capital deveu-se apenas à execução do Programa de "Stock Options" atribuído aos Colaboradores. Note-se ainda que, com o exercício deste Programa, o Banco não tem em vigor qualquer Programa de "Stock Options".

Solvabilidade

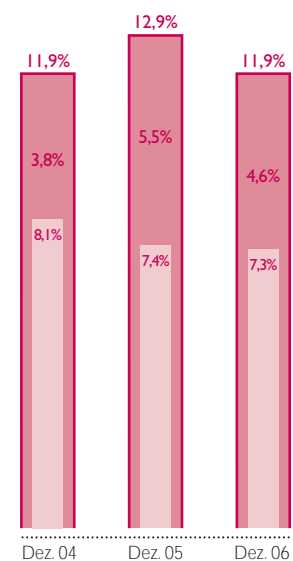
O rácio de solvabilidade, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, situou-se em 11,9% em 2006, tendo o *core tier I* atingido 5,5% (12,9% e 5,3% em 2005, respectivamente).

Em 2006, mantiveram-se como prioridades estratégicas o desinvestimento em activos considerados não estratégicos, enquadrado numa disciplina estrita na alocação da base de capital, e uma gestão eficiente dos activos ponderados pelo risco.

Para a evolução do rácio de solvabilidade contribuíram maioritariamente os resultados gerados e retidos no exercício, atendendo a que as mais-valias obtidas com a alienação total ou parcial de operações consideradas não estratégicas foram compensadas por custos com pessoal de natureza não recorrente relacionados com reformas antecipadas efectivadas em Portugal e pela alteração da taxa e do método de cálculo da derrama na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais.

Os fundos próprios de base aumentaram de 4.011 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005 para 4.074 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, em resultado do maior nível de fundos próprios *core tier I* apurados em 2006 (3.056 milhões de euros) em relação ao montante registado em 2005 (2.894 milhões de euros). Os impactos do apuramento de diferenças actuariais positivas em 2006 e do alargamento do corredor do fundo de pensões contribuíram para esta evolução favorável, sendo parcialmente compensados pelo investimento efectuado no quarto trimestre de 2006 no reforço da participação financeira detida no capital social do Bank Millennium na Polónia de 50% para 65,51%. Além deste, releva ainda o efeito decorrente do tratamento adoptado pelo Banco de Portugal relativamente aos ajustamentos de transição para as IFRS.

■ Rácio de Solvabilidade



■ Total
■ Fundos Próprios Complementares
■ Fundos Próprios de Base

	Milhões de euros		
	2006	2005	2004
Fundos Próprios			
Base	4.074	4.011	4.245
dos quais: Acções preferenciais	1.018	1.117	1.192
Complementares	2.764	3.289	2.735
(Interesses em instituições financeiras e excedentes dedutíveis)	(181)	(323)	(730)
Total	6.657	6.977	6.250
Requisitos de Fundos Próprios			
Exigidos pelo Aviso 1/93 (Solvabilidade)	4.312	4.188	3.971
Carteira de negociação	30	28	24
Operações de titularização	121	118	222
Total	4.463	4.334	4.217
Requisitos de Fundos Próprios x 12,5	55.784	54.171	52.711
Rácio de Solvabilidade			
<i>Tier I</i>	11,9%	12,9%	11,9%
<i>Core tier I</i>	7,3%	7,4%	8,1%
<i>Tier II</i>	5,5%	5,3%	5,8%
<i>Tier II</i>	4,6%	5,5%	3,8%

O aumento dos activos ponderados pelo risco face ao final do exercício anterior resultou do aumento da actividade global, ficando a dever-se ao crescimento do crédito a clientes.



A gestão eficiente dos riscos limitou o aumento dos riscos ponderados, devendo referir-se o crescimento selectivo do crédito, designadamente, ao nível do risco de crédito, onde se evidencia o acentuado aumento do crédito à habitação nos mercados na Europa e o crescimento selectivo do crédito concedido a empresas e corporate em Portugal.

A evolução dos activos ponderados pelo risco foi positivamente influenciada pelo programa de securitização e pela redução de riscos associados à alienação das operações não estratégicas efectuadas em 2006.

No terceiro trimestre de 2006, foi concretizada uma nova operação de securitização de crédito hipotecário denominada Magellan Mortgages N.º 4 no montante de 1.500 milhões de euros. No decurso de 2006, o Grupo procedeu à alienação da totalidade dos títulos subordinados (*residual notes*) que detinha em carteira relacionados com esta operação e também com a Magellan Mortgages N.º 3, com a conseqüente transferência dos riscos.

Os desinvestimentos efectuados no decurso de 2006 – alienação da totalidade da participação no Interbanco, alienação de 80,1% do capital social do Banque BCP França e do Banque BCP Luxemburgo e da totalidade do capital social do bcpsbank Canada – contribuíram favoravelmente para a evolução dos activos e extrapatrimoniais ponderados pelo risco.

Activos Ponderados

	Milhões de euros		
	2006	2005	2004
Activos ponderados			
Caixa e Instituições de Crédito	1.312	1.206	1.019
Créditos a clientes (liquido)	38.761	37.570	35.126
Títulos (acções e obrigações)	3.201	3.062	1.151
Participações financeiras	1.139	851	2.108
Outros activos	3.076	2.468	3.996
Total	47.489	45.157	43.400
Elementos extrapatrimoniais ponderados e outros	6.407	7.193	6.232
Carteira de negociação (*)	373	343	305
Operações de titularização (*)	1.515	1.478	2.774
Riscos e extrapatrimoniais ponderados	55.784	54.171	52.711

(*) Requisitos de capital x 12,5.

Fundo de Pensões

As responsabilidades com pensões de reforma assumidas pelo Banco com os seus Colaboradores evoluíram de 5.440 milhões de euros em Dezembro de 2005 para 5.715 milhões de euros no final de 2006 e encontravam-se, em 31 de Dezembro de 2006, totalmente financiadas.

Para financiar o acréscimo de responsabilidades associado às reformas antecipadas e o custo com pensões referente ao exercício de 2006, o Banco e as empresas do Grupo efectuaram, no decurso de 2006, contribuições para o Fundo de Pensões que ascenderam a 291 milhões de euros.

A rentabilidade dos activos do Fundo de Pensões de 11% em 2006, superior à taxa de 5,5% considerada nos pressupostos actuariais para o rendimento do Fundo, contribuiu para o apuramento de diferenças actuariais positivas e, conseqüentemente, proporcionou uma redução das diferenças actuariais acima do corredor.

O valor da amortização das diferenças actuariais acima do corredor efectuado em 2006 situou-se em 45,4 milhões de euros, prevendo-se uma redução deste montante em 2007 na ordem dos 12,0 milhões de euros, na seqüência do menor montante de diferenças actuariais relevadas no final de 2006.

Em 2006, o Conselho de Administração Executivo deliberou que o complemento de reforma dos Colaboradores passará a ser financiado com um plano de Contribuição Definida, mantendo, no entanto, os Colaboradores admitidos até à data da deliberação, os direitos que decorriam do plano de Benefício Definido até então em vigor. Desta medida decorrerá uma gradual redução do risco financeiro do Fundo de Pensões em exercícios futuros.

A nota 48 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, incluída no Volume II deste Relatório e Contas, complementa a informação sobre o Fundo de Pensões.



GESTÃO DOS RISCOS

A gestão integrada dos riscos – Crédito, Mercados, Liquidez, Operacional e outros – decorrentes do exercício da actividade do Grupo constitui um dos vectores primordiais de suporte a uma estratégia de crescimento sustentada e à manutenção de uma adequada relação entre o nível de fundos próprios e a actividade desenvolvida, assim como uma correcta avaliação do perfil de risco/retorno das diferentes linhas de negócio.

De forma a garantir uma gestão eficiente dos riscos e a universalidade de práticas, o Grupo instituiu um modelo transversal de gestão de risco, concentrando no Risk Office a responsabilidade pela implementação dos modelos de gestão e controlo de riscos aprovados.

Por outro lado, o Grupo tem vindo a reforçar a função de gestão de risco ao nível de cada um dos mercados domésticos e ao nível global, através da implementação de um conjunto de iniciativas de alcance estratégico, nas quais se enquadra a aprovação em 2006 de uma revisão ao Manual de Princípios de Gestão e Controlo de Risco.

O novo manual visa assegurar a estabilidade financeira do Grupo e a de cada uma das entidades individualmente, encontrando-se em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor em cada jurisdição onde opera.

Ao nível dos princípios, o manual i) define a total segregação entre as funções de originação e de gestão e controlo de risco; ii) adopta o capital económico como métrica global de gestão de risco; iii) concentra os riscos de crédito e de mercado em áreas de gestão específicas e iv) preconiza a utilização de metodologias e sistemas informáticos uniformes em todas as entidades do Grupo.

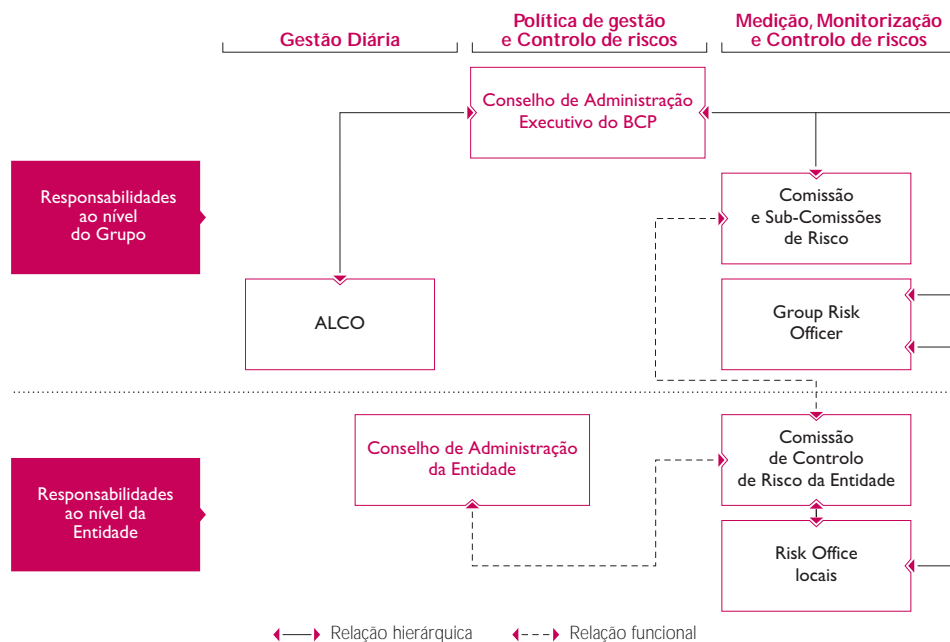
Organização Interna

Compete ao Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português a definição da política de risco, incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser adoptadas na gestão dos riscos, assim como as linhas de orientação que deverão determinar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

O Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Auditoria e Risco, garante a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar, por proposta do Conselho de Administração Executivo, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

A Comissão de Auditoria e Risco reuniu regularmente durante o ano 2006 tendo acompanhado a evolução do perfil de risco do Grupo, conforme reportado pelo Risk Office.

Modelo de gestão e controlo do risco



A diversidade dos mercados de actuação e de tipologias de riscos envolvidos conferem uma complexidade acrescida à sua gestão, legitimando um modelo de organização suportado por uma Comissão de Risco e quatro Sub-Comissões de Risco específicas (Crédito, Mercados e Liquidez, Operacional e Acompanhamento do Fundo de Pensões) presididas por um membro do Conselho de Administração Executivo e onde se encontram representados os responsáveis das principais áreas envolvidas nos processos de originação, decisão e gestão de riscos nas diversas entidades do Grupo. O funcionamento da Comissão e das Sub-Comissões de Risco é apoiado pelo Risk Office.

O Group Risk Officer é o responsável pela função de controlo de risco em todas as entidades do Grupo, por forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objectivos. Deve também informar a Comissão de Risco sobre o nível de risco do Grupo, propondo medidas para reforçar o seu controlo e implementando os limites aprovados.

Ao Group Risk Officer competem adicionalmente as seguintes funções:

- Desenvolver, propor, implementar e controlar a aplicação de um conjunto de metodologias e métricas de avaliação capazes de permitir a correcta avaliação dos riscos incorridos;
- Garantir a consistência de princípios, conceitos, metodologias e ferramentas de avaliação dos riscos de todas as unidades de negócio, incluindo as filiais e Sucursais no exterior;





- Assegurar a existência de uma infra-estrutura tecnológica de suporte ao processo de avaliação e monitorização de riscos capaz de permitir, simultaneamente, uma visão consolidada dos riscos e uma análise individual por linha de negócio e/ou empresa participada.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português subordinam a sua actuação aos princípios e decisões tomadas centralmente ao nível das Sub-Comissões de Risco, encontrando-se dotadas de estruturas do Risk Office dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respectiva actividade.

No âmbito da entidade local, constitui responsabilidade do Risk Officer do Grupo:

- Garantir a execução de todas as tarefas e projectos atribuídos à estrutura local;
- Assegurar a qualidade, credibilidade e aptidão dos serviços prestados aos Clientes internos;
- Preparar o orçamento anual em matéria de gestão e controlo de risco decorrente dos planos estratégicos e de investimentos, em conjunto com a gestão local;
- Dotar a gestão local de informação suficientemente detalhada e actualizada.

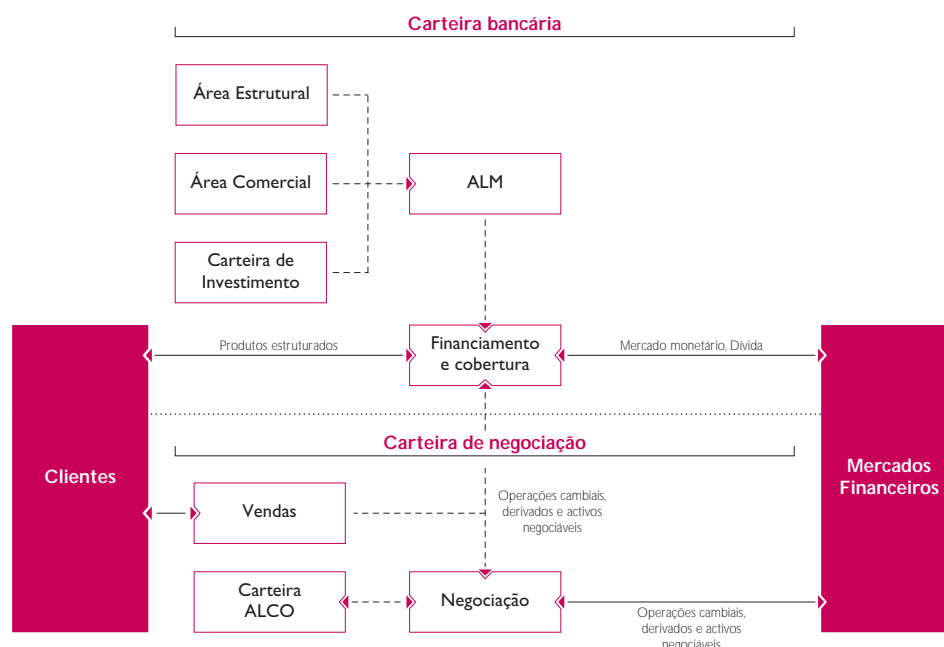
Durante 2006, promoveu-se a consolidação deste modelo de gestão, nomeadamente no que diz respeito ao funcionamento das Comissões de Controlo de Risco de cada uma das entidades do Grupo, com a participação do Group Risk Officer.

Para efeitos de análise de rentabilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de gestão:

- Negociação: contempla as posições cujo objectivo é a obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são activamente geridas, transaccionáveis sem restrições e podem ser avaliadas com frequência e exactidão, incluindo os títulos e derivados de actividades de vendas e as carteiras específicas do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO);
- Financiamento e cobertura: agrupa os financiamentos institucionais do Banco e actua como intermediário nas operações de cobertura efectuadas na área de Negociação, incluindo as que suportam emissões de dívida estruturada;
- Investimento: engloba todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade ou durante um período alargado de tempo ou que não sejam transaccionáveis em mercados líquidos;
- Comercial: assume a actividade comercial com Clientes;
- Estrutural: gere elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são directamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas.

O relacionamento entre as áreas de gestão e as regras de acesso ao mercado estão descritos no diagrama seguinte.

Áreas de Gestão



Capital Económico

Os critérios de convergência de capital de Basileia II, em fase de transposição para o quadro jurídico nacional, proporcionam um incentivo ao uso de metodologias internas de avaliação dos riscos por parte dos bancos e dão uma maior ênfase ao diálogo com os reguladores na aprovação e supervisão dessas metodologias.

Em relação aos critérios actuais, os princípios preconizados por Basileia II tendem a reflectir uma maior sensibilidade ao risco inerente ao negócio bancário no apuramento dos requisitos de capital.

O Pilar II de Basileia II – Processo de Supervisão – tem por objectivo melhorar a ligação entre o perfil de risco dos bancos, os sistemas de gestão e controlo de riscos e a gestão do capital. Neste âmbito, no decurso de 2006, o Grupo desenvolveu um modelo interno de avaliação das necessidades e de afectação de capital – *"Internal Capital Assessment Model"* (ICAM) –, o qual passará a constituir um elemento essencial do planeamento estratégico do Grupo.

Este modelo permitirá apurar o capital económico necessário para cobrir os riscos incorridos, desde o nível das unidades de negócios até ao nível global, quer para a actividade consolidada, quer para as instituições financeiras que integram o perímetro de consolidação, sendo possível utilizá-lo por forma a actuar nas seguintes vertentes:



Gestão e controlo do risco

- Estabelecer limites de risco por unidade de negócio.

Avaliação da solvabilidade

- Determinar os fundos próprios do Banco com o objectivo de os comparar com os riscos existentes tendo em consideração a tolerância ao risco estabelecida.

Alocação de capital

- Alocar o capital às unidades de acordo com o risco assumido;
- Alocar capital como um suplemento (*buffer*) para assumir riscos em futuras actividades.

Avaliação da performance

- Apurar a rentabilidade do Grupo e suas unidades de acordo com métodos RoRAC (*Return on Risk Adjusted Capital*) ou SVA (*Shareholder Value Added*) na base do capital económico alocado.

Incentivo aos Colaboradores

- Alinhar os incentivos com os objectivos de rentabilidade ajustados aos riscos definidos.

Assim, foram identificados os seguintes riscos materiais inerentes à actividade do Grupo: de Crédito, de Mercado, Operacional, de Liquidez e de Negócio e Estratégico.

Para o apuramento do capital económico associado a estes riscos, foram estabelecidas metodologias adequadas a cada tipo de risco, sendo que o nível de tolerância reflecte a notação de "rating" objectivo do Grupo. Deste modo, os valores calculados contemplam a realidade económica dos riscos em vez das restrições regulamentares e contabilísticas.

Tipologia dos riscos de maior materialidade no Millennium bcp e respectivas métricas de avaliação

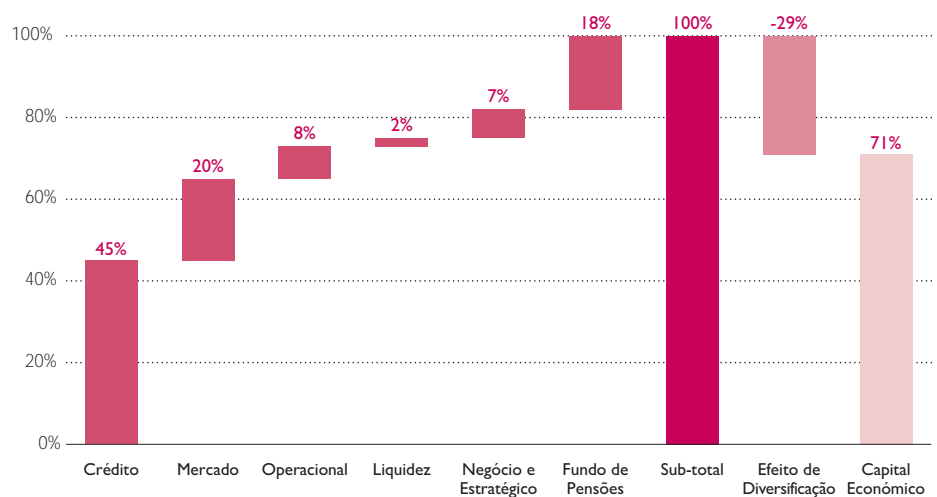
Tipos de Risco	Sub-categoria	Métricas
Risco de Crédito		Modelo da carteira de crédito ("CreditRisk+")
Risco de Mercado	Carteira de negociação	Modelo VaR ("RiskMetrics")
	Risco de taxa de juro na carteira bancária	
	Risco de acções na carteira bancária	Abordagem VaR com análise comparativa
	Risco imobiliário	Abordagem VaR com índice imobiliário
	Riscos do Fundo de Pensões	Modelo de simulação
Risco Operacional		Abordagem padrão
Risco de Liquidez		Modelo de "Stress Test" sobre os custos de funding
Risco de Negócio e Estratégico		Modelo baseado na volatilidade específica da acção BCP

A agregação dos riscos nos diferentes níveis da estrutura organizacional do Grupo inclui o cálculo dos benefícios de diversificação, o que se traduz no facto do capital económico total ser inferior à soma dos valores de capital apurados individualmente. Verifica-se que os diversos tipos de risco não são perfeitamente correlacionados, sendo improvável a ocorrência simultânea dos piores cenários.

O modelo de cálculo do capital económico integra também a aplicação de "stress tests". As situações desfavoráveis associadas especificamente aos "stress tests" são as relativas às limitações dos modelos e seus parâmetros. O resultado global do "stress test" é obtido após a identificação do resultado mais adverso que resulta da aplicação individual a cada tipo de risco e aos benefícios de diversificação.

Apresenta-se no gráfico seguinte a distribuição do risco global no Millennium bcp a 31 de Dezembro de 2006, o qual foi aferido no âmbito do ICAM, tendo por base a avaliação individual de cada um dos riscos materiais.

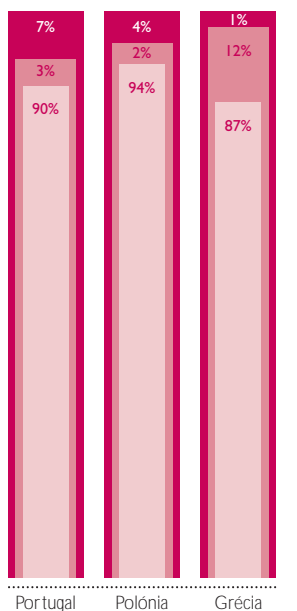
■ Estrutura do capital económico por tipo de risco



Os riscos de crédito, de mercado e do fundo de pensões são os riscos mais significativos em que o Grupo incorre. O capital económico apurado beneficia do impacto positivo decorrente da correlação entre os vários riscos, traduzido no "Efeito de Diversificação".



Estrutura da exposição de crédito por entidade



■ Montante utilizado
■ Montante não utilizado
■ Outros compromissos fora de balanço

Risco de Crédito

O risco de crédito reflecte o grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador de um empréstimo (e seu garante, se existir), quer do emitente de um título ou da contra-partede de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

O gráfico apresenta a exposição de crédito correspondente a Portugal, Polónia e Grécia, considerando também os valores fora de balanço, os quais foram convertidos através de factores de conversão específicos. Para além da quantificação dos riscos do balanço, a avaliação regular das exposições fora de balanço, montantes não utilizados e outro tipo de instrumentos enquadra-se num conjunto de desenvolvimentos visando o cumprimento de requisitos regulamentares no âmbito do Acordo de Basileia. Estes desenvolvimentos permitiram significativas melhorias em termos da identificação, quantificação e mitigação do risco de crédito, introduzindo assim uma maior eficácia no modelo de gestão do risco de crédito.

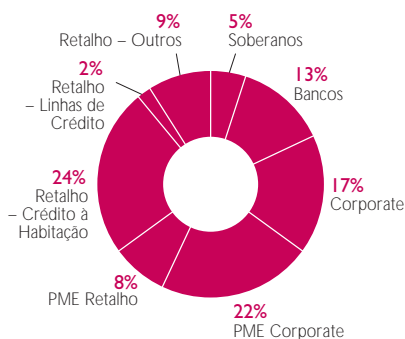
As orientações subjacentes a esta evolução estão descritas numa nova versão do manual de princípios de crédito aplicável a todo o Grupo, resultado em grande parte da adopção dos métodos avançados de crédito no âmbito de Basileia II, estabelecendo e revendo conceitos importantes relativos à gestão do risco de crédito, cálculo dos níveis de protecção, *Rating Master Scale* e factores de conversão de crédito. Além disso, introduz também um conjunto de princípios aplicados às várias fases do processo de crédito.

Segmentação de risco

Considerando a caracterização dos Clientes, bem como a natureza das transações, como um dos aspectos cruciais para a correcta avaliação do risco, foi desenvolvido um modelo de classificação, o qual assegura, de forma clara, que cada exposição individual corresponde exactamente a um único segmento de risco. Contudo, o processo de decisão é diferenciado, acomodando assim as particularidades de cada segmento.

Em 31 de Dezembro de 2006, a exposição de crédito para Portugal, Polónia e Grécia, de acordo com os segmentos de Basileia II, segue a distribuição apresentada no gráfico seguinte. Importa destacar o peso da exposição a Clientes de Retalho, em particular no segmento crédito à habitação e a empresas de média dimensão.

Exposição por segmento de Basileia II (Portugal, Polónia e Grécia)



Rating Master Scale

A introdução de um único sistema de notação de risco, *Rating Master Scale*, constituiu um dos eventos de maior relevância, em matéria de risco de crédito, aprovados em 2006. O novo modelo corresponde à adopção de uma métrica de risco aplicada a todos os Clientes, o qual traduz a probabilidade de incumprimento esperada, acomodando os resultados dos diferentes sistemas de monitorização do crédito: imparidade, sinais de alerta, crédito vencido, entre outros. Para além da uniformização na aferição do risco, independentemente da natureza do Cliente, a *Rating Master Scale* veio potenciar a capacidade discriminante na avaliação dos Clientes, promovendo uma melhor hierarquização do risco associado.

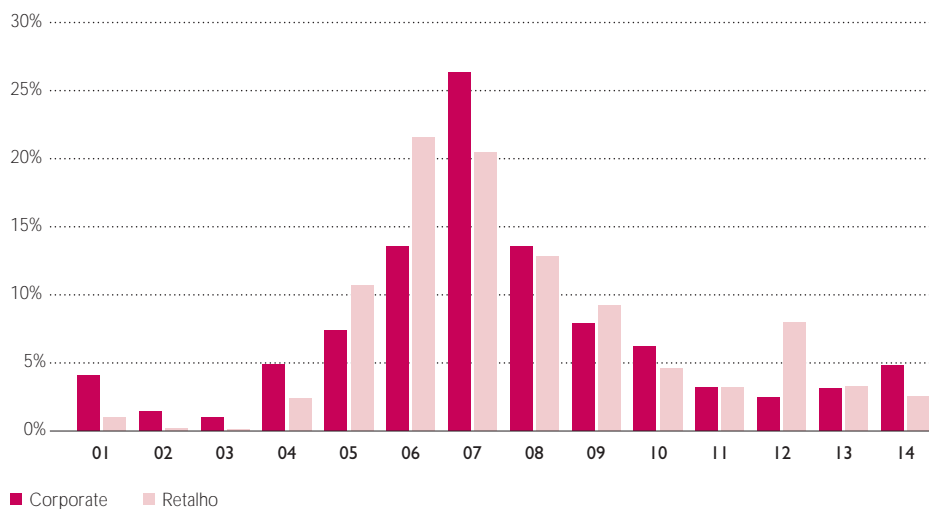
A *Rating Master Scale* traduz o resultado dos modelos de classificação de crédito numa probabilidade de incumprimento esperada. Os piores graus de risco ("13", "14" e "15") reflectem Clientes com sinais de alerta ou em processo de recuperação. Os graus de risco "14" e "15" são obtidos automaticamente com base nos sistemas de gestão de crédito vencido e são objecto de acompanhamento especial a contar da data do acordo de recuperação.

Rating Master Scale

Grau de Risco	Probabilidade de Incumprimento		Definição
	Mínima	Máxima	
1	0,01%	0,03%	Máxima segurança (só para riscos soberanos)
2	0,03%	0,06%	Qualidade superior
3	0,06%	0,12%	Qualidade muito alta
4	0,12%	0,24%	Qualidade alta
5	0,24%	0,44%	Qualidade muito boa
6	0,44%	0,80%	Qualidade boa
7	0,80%	1,40%	Qualidade média alta
8	1,40%	2,40%	Qualidade média
9	2,40%	4,00%	Qualidade média baixa
10	4,00%	6,00%	Qualidade baixa
11	6,00%	9,00%	Qualidade muito baixa
12	9,00%	12,00%	Sem acesso a crédito adicional
13	12,00%	16,00%	Sinais fracos de imparidade
14	16,00%	100,0%	Sinais fortes de imparidade
15	100,0%	100,0%	Incumprimento

O gráfico seguinte ilustra a distribuição da exposição creditícia relativa a Portugal, Polónia e Grécia, pelos graus de risco da *Rating Master Scale*. O perfil de risco apresentado reflecte a natureza das operações de crédito subjacentes, tendo presente o enfoque do Millennium bcp em Clientes Retalho e Médias Empresas.

Distribuição da carteira de crédito pelos graus de risco da *Rating Master Scale* (Portugal, Polónia, Grécia)



Este novo modelo de notação permite melhorias significativas ao nível do conhecimento da probabilidade de incumprimento em todos os segmentos de Clientes e para qualquer tipo de operação de crédito, através da maior granularidade da escala de risco, indo ao encontro das melhores práticas internacionais.



Modelos de *scoring* e *rating*

Dando continuidade aos esforços iniciados em 2005, por forma a cumprir com os requisitos da Abordagem Avançada de Basileia II ao nível da classificação de risco dos Clientes, o Grupo prosseguiu com o desenvolvimento de novos modelos, bem como com a revisão de alguns modelos já utilizados. Alargou-se a abrangência dos modelos de *scoring* e *rating*, reforçando as práticas de avaliação do risco em segmentos como os Pequenos Negócios e procurou-se igualmente melhorar a capacidade discriminante de modelos existentes como o modelo de *rating* usado na notação dos Clientes Empresa.

Destaca-se ainda durante o ano de 2006, a reformulação dos modelos de *scoring* de índole comportamental implementados no modelo TRIAD, ferramenta de gestão dinâmica do risco de Cliente, os quais suportam a gestão pro-activa do risco e da capacidade financeira de Clientes da Rede Retalho, Particulares e Pequenos Negócios, atribuindo mensalmente graus de risco destes Clientes e limites pré-aprovados para vários produtos de crédito.

Todos os modelos usados no Grupo foram devidamente calibrados para a *Rating Master Scale*, assegurando assim uma métrica comum na avaliação do risco de todos os Clientes.

Sistema de gestão de colaterais e níveis de protecção

Ao nível da gestão de colaterais registou-se um reforço do alinhamento da gestão informática dos colaterais com as exigências regulamentares, nomeadamente, ao nível da elegibilidade dos instrumentos de mitigação e da respectiva associação às operações e crédito; e do cálculo adequado do valor da protecção, antecipando flutuações de valor de mercado, cambiais, de taxa de juro, etc.

No quadro das melhorias antecipando a implementação do Acordo de Basileia II, foi introduzido o conceito de nível de protecção como elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais activa e uma melhor adequação do *pricing* ao risco incorrido.

Processos de decisão de crédito

Os desenvolvimentos ao nível da gestão do crédito conduziram a alterações significativas dos processos de decisão, garantindo, informaticamente, uma maior consistência e eficácia nas decisões através, quer da inviabilização de qualquer tipo de discricionariedade no recurso aos modelos de *scoring* e *rating*, quer no cumprimento do corpo normativo vigente. Para além das alterações às plataformas de *workflow* de suporte à decisão de crédito, o Grupo adquiriu em 2006 um motor de decisão a uma empresa internacional de consultoria, o qual assegurará a gestão das estratégias de concessão de crédito a partir de meados de 2007.

Importa, ainda, sublinhar as alterações ocorridas ao nível da recolha de informação sobre as operações de crédito, por forma a garantir a classificação das exposições de acordo com a segmentação de Basileia II.

Imparidade de crédito

Desde a introdução dos IAS em 2004, o Grupo tem vindo a melhorar o processo de cálculo da imparidade de crédito, aproximando esta avaliação da qualidade da carteira de crédito a uma abordagem económica. Neste contexto, os novos desenvolvimentos introduzidos em 2006 focaram-se na revisão e na documentação do processo de cálculo, bem como no estabelecimento de critérios mais objectivos de avaliação das expectativas de perda no caso de Clientes avaliados individualmente.

Risco de Concentração

Em complemento à regulamentação prudencial em matéria de concentração creditícia, o Grupo desenvolveu, no final de 2006, uma metodologia de atribuição de limites máximos de envolvimento, visando a gestão eficiente do risco de concentração e das correlações existentes na carteira de crédito.

O modelo adoptado tem como princípios orientadores a promoção da granularidade e da diversificação da carteira, actuando quer ao nível de exposições individuais, quer ao nível de grupos de devedores (grupo económico, país e área geográfica e sector de actividade), através da definição de limites à exposição creditícia tanto em valor nominal como em termos da perda máxima esperada.

Informação sobre Crédito

Prosseguindo os desenvolvimentos iniciados com a participação do Grupo no 5.º Estudo de Impacto Quantitativo (QIS5), em 2006 foi dada continuidade à finalização do motor de cálculo das exigências de capital à luz das várias opções do Acordo de Basileia II. Paralelamente, tem vindo a ser desenvolvida uma plataforma única de reporte de informação sobre a carteira de crédito, que acomode os requisitos internos, regulamentares e de mercado.

Regulamento de Crédito

Por forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos, foi aprovado um novo Regulamento de Crédito, revendo e integrando num único documento a regulamentação em matéria de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, que entrou em vigor no início de 2007. Deste modo, ficou clarificada a adopção de uma estrutura de decisão única, integrando todos os produtos e tipos de exposição, agilizando o processo de transferência das exposições para as áreas de recuperação.

Avaliação de risco de crédito

Em 2006 e tendo em vista o aperfeiçoamento das métricas utilizadas para a quantificação do risco de crédito, o Grupo desenvolveu um modelo de *portfolio*, de acordo com os requisitos do Pilar II de Basileia II. Trata-se de um modelo actuarial, baseado no facto de um suficientemente grande número dos riscos individuais terem uma baixa probabilidade de ocorrência, que permite, a partir das exposições e características específicas da carteira de crédito, obter a distribuição de probabilidade das perdas totais.

Além da "Probabilidade de Incumprimento" (PD) e do montante da "Perda dado o Incumprimento" (LGD), como pontos centrais, é também considerada a incerteza associada ao desenvolvimento destes parâmetros, concretizada pela introdução da respectiva volatilidade. Os efeitos de diversificação/concentração entre os sectores das carteiras de crédito são quantificados pela introdução das respectivas correlações.

Deste modo, é possível calcular o capital económico associado ao risco de crédito e a contribuição de cada um dos sectores ou das exposições para o risco total. Estas medidas, além de contribuírem para a quantificação do risco de crédito, de acordo com o ICAM enriquecem o processo de análise risco/retorno das transações em relação ao capital económico.

Riscos de Mercado

O conceito de riscos de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada em resultado de alterações adversas de taxas (de juro e de câmbio), de preços de acções, obrigações, *commodity* e/ou imobiliário nas carteiras de negociação, bancária ou na relativa ao fundo de pensões do Grupo.



Revisão das métricas e dos limites de risco

O actual sistema de controlo e gestão dos riscos de mercado é o reflexo de uma cuidada revisão das práticas seguidas, procurando assegurar uma actuação cada vez mais eficaz e o alinhamento com os requisitos regulamentares, nomeadamente, com o Acordo de Basileia.

Em termos organizativos, o Grupo promoveu a reformulação das áreas de gestão de forma a permitir uma efectiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária.

Na quantificação dos riscos incorridos, que se pretende sistemática e completa, várias métricas têm vindo a ser progressivamente desenvolvidas e implementadas. Na carteira de negociação, desenvolveram-se métricas baseadas numa medida de risco que inclui um modelo de "Value at Risk – VaR" paramétrico, a medição dos riscos não lineares e a medição do risco específico e na carteira bancária, métricas baseadas num modelo de VaR paramétrico de longo prazo como medida integrada de risco e em modelos de GAP e posição líquida para o tratamento individual e de transferência dos riscos.

A monitorização dos riscos de mercado, nas carteiras de negociação e bancária, é efectuada através de um conjunto alargado de actividades que envolvem o acompanhamento diário das carteiras, exercícios de *backtesting*, validação complementar dos modelos e pressupostos utilizados, controlo de operações caracterizadas nos sistemas e a atribuição de limites prudenciais sustentados nos fundos próprios do Grupo e baseados em regras de alocação por entidade, áreas de gestão e componentes de risco.

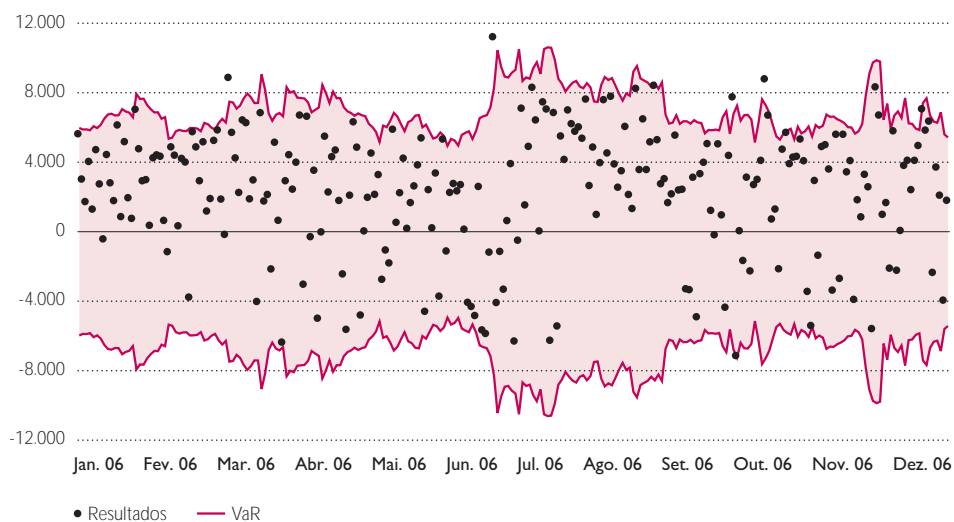
O Grupo utiliza também um conjunto de cenários de "stress", de mercado, históricos e customizados, para simular a perda económica potencial decorrente de variações extremas nos factores de risco de mercado, identificar situações não capturadas pelo modelo de VaR, identificar maiores sensibilidades e limitar exposições consideradas excessivas.

Medidas de avaliação de riscos de mercado

A principal medida utilizada pelo Grupo na avaliação dos riscos de mercado é o VaR.

O cálculo do VaR é efectuada com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela "RiskMetrics", sendo calculado considerando um horizonte temporal de dez dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. No cálculo da volatilidade associada a cada vector de risco, o modelo assume uma ponderação maior para as condições de mercado verificadas nos dias mais recentes, garantindo assim uma mais correcta adequação às condições de mercado. São apurados valores de VaR quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

Por forma a assegurar que o modelo de VaR adoptado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de *backtesting*, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados. Os resultados deste processo ao longo de 2006 demonstram a adequação do modelo na avaliação dos riscos incorridos, conforme apresentado no gráfico seguinte.



Para acompanhar e limitar a tomada de posições em instrumentos em que os riscos de mercado não podem ser correctamente avaliados pela metodologia de VaR adoptada (aproximação paramétrica), tais como a exposição a riscos de opcionalidade, são utilizados outros indicadores de risco. A carteira de posições em aberto neste tipo de instrumentos é muito reduzida, pelo que a aproximação seguida no cálculo de VaR se considera apropriada ao perfil de risco.

O processo de cálculo do VaR é efectuado centralmente para as principais empresas participadas do Grupo com actividade nas áreas de mercado (Millennium bcp, Millennium bcp investimento, Bank Millennium, e Millennium Bank na Grécia e na Turquia), através de um *software* desenvolvido com base numa tecnologia *web*, que permite às áreas de *trading* o acesso *online* aos valores de risco da respectiva carteira.

Evolução dos indicadores de VaR

O VaR é utilizado como medida de avaliação dos riscos incorridos pelas áreas de Negociação e de Financiamento e Cobertura, bem como das posições decididas no âmbito do ALCO.

Os indicadores de VaR reportados no quadro seguinte evidenciam um baixo nível de exposição a riscos de mercado, 7 milhões de euros em termos médios, em resultado do perfil conservador das áreas de mercados, bem como do efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.



Indicadores de VaR para as Carteiras de Negociação e de Financiamento e Cobertura

Milhares de euros

	VaR ⁽¹⁾ (de 1 de Janeiro de 2006 a 29 de Dezembro 2006)				
	Final 2006	Média	Máximo	Mínimo	Final 2005
Valores agregados ⁽²⁾	5.427	7.011	10.611	4.945	6.319
Risco de taxa de juro	5.381	6.910	10.631	4.759	6.304
Risco cambial	370	486	411	819	88
Risco de acções	693	615	566	407	522
Efeito de diversificação	1.018	999	997	1.039	596

⁽¹⁾ Período de detenção de 10 dias e 99% de nível de confiança.

⁽²⁾ Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias do Millennium bcp, Bank Millennium e Millennium bank na Grécia e na Turquia.

As posições são maioritariamente assumidas em instrumentos de taxa de juro, assumindo o risco cambial e o de acções valores inexpressivos.

Apresenta-se no quadro seguinte a informação do VaR para as posições do ALCO.

Indicadores de VaR para as posições do ALCO

Milhares de euros

	VaR ⁽¹⁾ (de 1 de Janeiro de 2006 a 29 de Dezembro 2006)				
	Final 2006	Média	Máximo	Mínimo	Final 2005
Valores agregados ⁽²⁾	1.155	2.515	6.687	161	6.015
Risco de taxa de juro	1.157	2.513	6.688	160	6.016
Risco cambial	13	35	8	7	4
Risco de acções	10	42	7	5	4
Efeito de diversificação	25	75	16	11	9

⁽¹⁾ Período de detenção de 10 dias e 99% de nível de confiança.

⁽²⁾ Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias do Millennium bcp, Bank Millennium e Millennium bank na Grécia e na Turquia.

Considerando os limites definidos e os fundos próprios, o nível de risco assumido pelas posições tomadas pelo ALCO é reduzido.

Análise de Sensibilidade ao Risco de Taxa de Juro

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações contratadas fora do âmbito da actuação nos mercados financeiros é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado mensalmente, para o universo de operações que integram o balanço consolidado do Grupo.

Para esta análise, são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação, com base nos quais é efectuada a respectiva projecção dos *cash flows* esperados, de acordo com as datas de *repricing*.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos *cash flows* esperados em cada um dos intervalos de tempo, permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de *repricing*.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço em cada moeda é calculada pela diferença entre o valor actual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos *cash flows* simulando um deslocamento paralelo da curva de taxa de juro de mercado de +100 pb.

Esta análise, reportada a 31 de Dezembro de 2006, evidencia valores de +74,8 milhões de euros e -13,4 milhões de euros, para as moedas em que o Grupo detém posições mais significativas, respectivamente, euros e dólares:

GAP de taxa de juro para o balanço EUR

Milhares de euros

Mismatch de taxa de juro por prazo de repricing	< 1M	1M - 3M	3M - 6M	6M - 1A	1A - 2A	2A - 3A	3A - 5A	5A - 7A	> 7A	Total
Actividade da Área Comercial	-4.308	-14.168	-8.850	+33.087	+26.891	-4.114	-4.856	-6.622	-10.382	+6.678
Actividade da Área Estrutural	+2.151	+13.014	-6.951	-1.423	+12.195	+6.367	+53.155	+28.741	+116.828	+224.077
Subtotal	-2.157	-1.153	-15.801	+31.664	+39.087	+2.254	+48.298	+22.119	+106.445	+230.756
Cobertura de risco	-2.013	-98	+6.120	-48.110	-39.846	-3.470	-52.593	-20.299	-54.297	-214.606
Total Comercial e Estrutural	-4.170	-1.251	-9.681	-16.446	-759	-1.216	-4.295	+1.820	+52.149	+16.150
Carteira de investimento	+8	+110	-15	+42	-19	-0	+34	-6	-17	+136
Financiamento e cobertura	+4.777	+20.550	+3.098	+30.380	-6.509	+1.537	+3.485	+69	+1.084	+58.470
Total da carteira bancária	+615	+19.408	-6.598	+13.975	-7.287	+320	-776	+1.883	+53.216	+74.755

GAP de taxa de juro para o balanço USD

Milhares de euros

Mismatch de taxa de juro por prazo de repricing	< 1M	1M - 3M	3M - 6M	6M - 1A	1A - 2A	2A - 3A	3A - 5A	5A - 7A	> 7A	Total
Actividade de Área Comercial	+439	+969	-762	+2.250	-1.052	+2.082	+1.923	-2.225	-6.247	-2.622
Actividade da Área Estrutural	+439	+47	-7	+966	-68	-209	-175	+5	-24	+975
Subtotal	+879	+1.017	-769	+3.217	-1.121	+1.874	+1.747	-2.219	-6.271	-1.647
Cobertura de risco	-204	-313	-749	-2.001	-32	-2.685	-4.218	+1.185	+883	-8.135
Total Comercial e Estrutural	+674	+704	-1.518	+1.216	-1.152	-812	-2.471	-1.035	-5.388	-9.782
Carteira de investimento	-30	-169	-107	-289	-299	-624	-1.874	-11	-378	-3.781
Financiamento e cobertura	+149	-155	-80	+236	+4	+44	+13	+0	+0	+213
Total da carteira bancária	+794	+380	-1.705	+1.162	-1.448	-1.392	-4.331	-1.045	-5.766	-13.350

O Grupo realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o *mismatch* de taxa de juro das posições de risco associadas à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

As posições de risco que não sejam objecto de cobertura específica com o mercado são transferidas, através de operações internas, para as áreas de mercados, passando a partir desse momento a fazer parte integrante das respectivas carteiras, sendo como tal avaliadas diariamente com base na metodologia de VaR.

Capital económico

No âmbito do ICAM, os riscos de mercado são avaliados igualmente com base na metodologia VaR aplicando-se os ajustamentos de escala apropriados a cada uma das carteiras.

Para a carteira de negociação é considerado o horizonte temporal de 90 dias e de um ano para a carteira bancária, no que diz respeito ao risco de taxa de juro assim como ao risco de participações financeiras.

No caso das participações financeiras, a volatilidade do retorno é obtida a partir de séries de preços de acções dessas empresas ou a partir de índices construídos para o efeito para as participações que não sejam cotadas.



Risco de Liquidez

O risco de liquidez reflecte a possibilidade de se incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda de activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado) para suprir necessidades de fundos decorrentes das obrigações a que o Grupo se encontra sujeito.

Gestão do Risco de Liquidez

A gestão da posição de liquidez do Grupo é efectuada de uma forma centralizada para as principais moedas de exposição. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez das empresas participadas são, maioritariamente, geridos por via de operações concretizadas com o Banco.

A evolução da carteira de negócios nos últimos anos, em que se verificaram crescimentos significativos da carteira de crédito, quando comparados com a evolução verificada ao nível dos recursos de balanço, implicaram o recurso a fontes alternativas de financiamento. Pela dimensão que actualmente representam no Balanço destacam-se, por ordem de importância, as operações de securitização, as emissões de títulos ao abrigo do Programa de "Euro Medium Term Notes" (EMTN) e as operações de financiamento de médio e longo prazo contratadas junto de instituições financeiras.

A política de financiamento das empresas participadas encontra-se definida ao nível de um regulamento interno que estabelece um conjunto de regras a respeitar em termos de *gaps* máximos de liquidez por intervalo de tempo, visando garantir que a estrutura de financiamento das mesmas se encontra, em base individual, adequada às características da respectiva carteira de activos.

Medidas de Avaliação do Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é efectuada utilizando indicadores regulamentares definidos pelas Autoridades de Supervisão, assim como por via de outras métricas internas para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Grupo, para horizontes temporais de curto prazo (até três meses) é efectuada diariamente, com base em dois indicadores definidos internamente, liquidez imediata e liquidez trimestral, que avaliam as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de *cash flows* para períodos de, respectivamente, três dias e três meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os *cash flows* futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respectivo (três dias ou três meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com Clientes das redes Corporate e Private que, pela sua dimensão, são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de activos considerados altamente líquidos da carteira de títulos detida pelo Banco, determinando-se o *gap* de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise. Estes valores são reportados diariamente às áreas responsáveis pela gestão da posição de liquidez e confrontados com os limites de exposição em vigor.

Paralelamente, é efectuada o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando todos os factores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação

ção da Sub-Comissão de Riscos de Mercados e Liquidez, visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da actividade.

Stress tests

São efectuados, mensalmente, *stress tests* de liquidez de forma a entender o perfil do risco de liquidez no Banco, assegurar que o Millennium bcp e cada uma das suas subsidiárias se encontra em posição de cumprir com as suas obrigações na ocorrência de uma situação de crise de liquidez e contribuir para a preparação do plano de contingência de liquidez e para a tomada de decisões de gestão.

Os *stress tests* em vigor baseiam-se em cenários de crise específica no Banco e em cenários de crises de mercados.

Group Treasurer

A gestão da liquidez é coordenada ao nível consolidado pelo *Group Treasurer*, cabendo-lhe ainda a coordenação, ao nível de cada entidade, das diferentes unidades de gestão de liquidez. É também o *Group Treasurer* que coordena as entidades do Grupo no esforço contínuo de acesso ao mercado, via relacionamento com financiadores, diversificação de passivos e venda de activos e que assegura a conformidade das duas ferramentas principais de gestão da liquidez a nível estrutural, o Plano de Liquidez e o Plano de Contingência de Liquidez.

O Plano de Liquidez, que define a estrutura de financiamento desejada para o Banco, é formulado a nível consolidado e ao nível das principais subsidiárias, é parte integrante do processo de orçamento e estabelece um conjunto de acções para alcançar a estrutura desejada de financiamento, sendo revisto ordinariamente pelo menos uma vez em cada seis meses.

O Plano de Contingência de Liquidez estabelece os conceitos, prioridades, responsabilidades e acções específicas a tomar na ocorrência de uma crise de liquidez. É revisto ordinariamente uma vez por ano, assume a contínua monitorização das condições de mercado e o estabelecimento de níveis de protecção, antecipação e tomada de decisões imediatas, através da activação do Comité de Gestão de Crises de Liquidez.

Capital económico

No âmbito do ICAM, o capital económico relativo ao risco de liquidez representa o acréscimo de custos associado a condições de mercado adversas, que possam envolver, conjuntamente, o aumento dos *spreads* de financiamento, uma eventual degradação do *rating* e o aumento acentuado das necessidades de financiamento, com base em cenários aos quais, no seu conjunto, é atribuída uma probabilidade compatível com o nível de confiança do modelo.

Risco do Fundo de Pensões de Benefício Definido

O risco financeiro inerente ao Fundo de Pensões de Benefício Definido decorre da desvalorização potencial dos activos do fundo ou da diminuição dos retornos esperados. Em qualquer destes casos, o Grupo terá de efectuar contribuições extraordinárias por forma a adequar a carteira de activos às responsabilidades assumidas.

A monitorização da gestão e do risco do Fundo de Pensões de Benefício Definido é efectuada pela Sub-Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões. Neste contexto, o Risk Office procede



ao cálculo do capital económico associado, apoia a definição de estratégias de cobertura e da política de investimento. Durante o ano 2006, o Fundo de Pensões de Benefício Definido adquiriu um conjunto de *put options* por forma a diminuir o risco da carteira ao mercado de acções.

O capital económico, definido e calculado em consonância com o estipulado no ICAM, corresponde à contribuição extraordinária a efectuar pelo Banco, caso o rendimento da carteira de activos seja inferior ao respectivo pressuposto actuarial.

Em 2006, o Conselho de Administração Executivo deliberou que o complemento de reforma dos Colaboradores passará a ser financiado com um Plano de Contribuição Definida, mantendo, no entanto, os Colaboradores admitidos até à data da deliberação, os direitos que decorriam do Plano de Benefício Definido até então em vigor. Desta medida decorrerá uma gradual redução do risco financeiro do Fundo de Pensões em exercícios futuros.

Risco Operacional

Por risco operacional entende-se as perdas potenciais resultantes de falhas ou inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas, ou ainda, de eventos externos.

O Millennium bcp tem adoptado, desde sempre, princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente, através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, os limites de exposição, os códigos deontológicos e de conduta, os indicadores chave, os controlos ao nível informático, os planos de contingência, os acessos físicos e lógicos, as actividades de reconciliação, os relatórios de excepção e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

Modelo de Governo e de Gestão

Sem prejuízo da responsabilização de toda a estrutura na gestão do risco operacional, o Risk Office possui um departamento dedicado em exclusividade à gestão deste risco.

Em 2006, foram concretizadas diversas iniciativas para a implementação de uma estrutura de gestão de risco operacional, englobando para além da definição do modelo de governo, responsabilidades e objectivos, a caracterização dos processos e instrumentos a utilizar na identificação, avaliação, controlo e mitigação dos riscos.

A par de outras iniciativas estratégicas, nomeadamente, nas vertentes da qualidade e da eficiência operativa, também a abordagem à gestão do risco operacional está ancorada na estrutura de processos *end-to-end*. Para esta opção foram decisivas a influência do ambiente de negócio e de controlo interno para a gestão deste risco.

A gestão dos processos é da competência de *process owners*, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da performance no âmbito dos correspondentes processos. Os *process owners* são responsáveis por manter actualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efectiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão directa ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de *risk self assessment*, detectar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as acções de mitigação para as exposições mais significativas.



Competirá à Sub-Comissão de Risco Operacional acompanhar a gestão deste risco garantindo a implementação das políticas definidas. Esta Sub-Comissão deverá ser previamente envolvida no caso de alterações significativas à estrutura dos processos de negócio.

Instrumentos de gestão de risco operacional

Para suportar a gestão do risco operacional foi adquirida uma solução informática de forma a reforçar as competências do Grupo nos seguintes domínios: i) identificação e avaliação dos riscos; ii) monitorização e reporte e iii) gestão de estratégias de mitigação.

Numa primeira fase, será implementado o processo de recolha de perdas operacionais visando a criação de uma base de dados com informação histórica, que possibilitará reforçar o conhecimento deste risco e, a partir da análise da relação causa-efeito, lançar as acções de mitigação para reduzir as exposições críticas. Em fases subsequentes, já no decurso de 2007, serão realizados os exercícios de *self-assessment*, através dos quais será avaliada a exposição de cada processo aos riscos potenciais, mediante duas dimensões, probabilidade de ocorrência e impacto, cuja composição os permitirá posicionar na matriz de tolerância e determinar o nível de exposição. Nesses exercícios serão avaliados os riscos potenciais e o nível de exposição aos riscos residuais, considerando a eficácia dos controlos existentes.

O esforço de investimento será prosseguido tendo em vista a criação das estruturas necessárias à transição para uma abordagem mais avançada baseada no tratamento estatístico das perdas.

Projectos associados

À semelhança da iniciativa já realizada em Portugal, foi lançado em 2006 nas principais operações no exterior um projecto visando a avaliação e o reforço do sistema de controlo interno, em conformidade com as recomendações do Banco de Portugal e com as práticas consagradas na Secção 404 do Sarbanes-Oxley Act. Este projecto, liderado pelo Risk Office e pela Direcção de Auditoria, foi antecedido pela definição da estrutura de processos nessas operações, e irá permitir documentar a informação relevante respeitante a cada processo, incluindo a descrição das actividades, a identificação dos riscos, os procedimentos de controle e os indicadores-chave existentes.

Destaque-se ainda no âmbito dos planos de contingência, o lançamento de um projecto para a elaboração de um Plano de Continuidade de Negócio nas principais operações do Grupo, abarcando, numa primeira fase, os processos mais críticos, que permitirá fazer face a eventuais situações de crise de forma planificada, garantirá a retoma das actividades dentro de prazos definidos e considerados aceitáveis e reduzirá o impacto no caso da ocorrência de riscos catastróficos. Encontra-se igualmente previsto o desenvolvimento deste projecto em todas as operações do exterior.

Risco de Negócio e Estratégico

Este risco é quantificado no âmbito do modelo interno de avaliação das necessidades e de afectação de capital (ICAM) e corresponde à perda potencial nos resultados ou no capital do Grupo devido a decisões estratégicas adversas, implementação inadequada de decisões ou falta de capacidade de resposta às mudanças de mercado.

O capital económico associado a este risco é calculado recorrendo à evolução da acção BCP ajustada de impactos induzidos pela volatilidade do mercado.



Basileia II

No seguimento da publicação do Novo Acordo de Capital, em Junho de 2004, o Grupo decidiu implementar um projecto de avaliação global do nível de adequação face às exigências estabelecidas, incidindo sobre a actividade em Portugal e internacional do Grupo, com os seguintes objectivos:

- i. Revisão das actividades já realizadas pelo Grupo tendo em vista a implementação do novo Acordo;
- ii. Identificação dos desvios existentes face às abordagens pretendidas relativamente ao risco de crédito e ao risco operacional;
- iii. Identificação das medidas a tomar para eliminar os desvios;
- iv. Desenvolvimento de uma estratégia de implementação para métodos, processos, estruturas organizativas, dados e arquitectura de tecnologias da informação;
- v. Definição e planeamento de um projecto para a implementação de Basileia II, tomando em consideração outros projectos em curso ou em vias de serem lançados em domínios convergentes.

Com base nas conclusões desta avaliação, tendo presente os custos, os riscos subjacentes e a materialidade das exposições, o Conselho de Administração Executivo decidiu propor ao Banco de Portugal a adopção das abordagens de Basileia II nos seguintes moldes:

(1) No que respeita ao risco de crédito, o Millennium bcp, e as suas subsidiárias em Portugal, bem como o Bank Millennium e o Millennium bank na Grécia, utilizariam o método avançado das notações internas ("IRB Advanced") e as restantes entidades o método padrão;

(2) Relativamente ao risco operacional, a utilização do método padrão em todas as entidades jurídicas do Grupo. Neste domínio, por forma a acomodar a implementação dos sistemas de gestão em operações com um menor peso na estrutura do Grupo, foi proposta a adopção temporária do método básico para estas entidades;

(3) Relativamente aos riscos de mercado da carteira de negociação, a utilização do método baseado em modelos internos, alavancando no modelo de VaR, que vem sendo utilizado pelas principais entidades do Grupo.

Neste contexto, e de acordo com o definido pelas Directivas 2006/48 e 2006/49, o Grupo deverá apresentar ao Banco de Portugal um processo de candidatura à utilização das metodologias acima referidas, o que deverá ocorrer no terceiro trimestre de 2007, por forma a permitir a sua adopção a partir do início de 2008, conforme o calendário inicial definido para os Bancos que pretendem utilizar o método avançado das notações internas.

A utilização do "IRB Advanced" deverá incidir sobre todas as carteiras de crédito, com excepção dos segmentos de Bancos e Soberanos, para os quais o Grupo pretende fazer apelo à cláusula de "permanent partial use" que permite a utilização do método padrão, essencialmente baseado na informação das agências de *rating* externas, para esta classe de contrapartes.

Com a adopção destas abordagens, o Conselho de Administração Executivo pretende estabelecer um elevado nível de exigência para os sistemas de gestão e controlo de risco, de modo a que a generalidade dos conceitos utilizados continuem a fazer parte dos processos correntes do Grupo.

Em termos da preparação para Basileia II, importa ainda sublinhar o esforço de formação de todos os Colaboradores do Grupo, tendo-se iniciado em 2006 um programa de *e-learning*, o qual prosseguirá durante o ano 2007. Este programa será complementado com sessões presenciais específicas destinadas a Colaboradores com responsabilidades nas áreas comerciais e outras unidades internas com intervenção no ciclo de vida do crédito.

O Banco desenvolveu os sistemas necessários ao cálculo dos requisitos de capital de acordo com as metodologias e exigências dos métodos escolhidos, estando em condições desde o final de 2005 – tal como foi confirmado pela participação no QIS5, desenvolvido pelo Comité de Basileia – para o cálculo paralelo do capital, segundo Basileia I e II.

Durante o ano 2007, o Grupo continuará a aplicar as regras prudenciais em vigor a 31 de Dezembro de 2006, no quadro da opção pelo método avançado (“IRB Advanced”) do cálculo de requisitos de capital para risco de crédito.



O TÍTULO BCP NA BOLSA DE VALORES

O TÍTULO BCP NA BOLSA DE VALORES

O ano 2006 caracterizou-se pela expansão vigorosa da actividade económica mundial e pelo desempenho favorável da generalidade dos mercados de capitais. A manutenção de um nível de taxas de juro historicamente baixo e as numerosas operações de fusão e aquisição, de capital de risco e emissão de dívida contribuíram favoravelmente para um clima de confiança na generalidade dos mercados de capitais. Os principais índices de acções europeus registaram valorizações expressivas em 2006: Eurostoxx50 +15%; Dax +22%; CAC40 +17%; IBEX35 +32%; FTSE +11%.

Tal como noutros mercados, o mercado accionista português registou uma valorização significativa em 2006 (cerca de 30%), tendo beneficiado com o clima global favorável, com as operações de privatização realizadas no segundo semestre, o anúncio de operações públicas de aquisição envolvendo algumas das maiores empresas cotadas e, ainda, com os efeitos colaterais resultantes da reestruturação do sector energético em Espanha.

Comportamento do título BCP em Bolsa

No período compreendido entre 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2006, as acções BCP valorizaram 20,2%, situando-se a cotação no final do ano em 2,80 euros. Considerando o rendimento proveniente da distribuição de dividendos e a valorização da cotação, a acção BCP proporcionou um retorno total de 23,6% aos seus Accionistas em 2006.

	Cotação
Cotação a 30 Dez. 05	2,33 euros
Cotação a 29 Dez. 06	2,80 euros
Cotação média anual	2,44 euros
Cotação mínima (14 Jun. 06)	2,14 euros
Cotação máxima (18 Dez. 06)	2,88 euros
Valorização da cotação de 30 Dez. 05 a 29 Dez. 06	20,2%
Capitalização bolsista em 29 Dez. 06	10,1 mil milhões de euros

Fonte: Euronext

Considerando o ajustamento decorrente do aumento de capital ocorrido em Janeiro de 2006 relativo à conversão obrigatória dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis "Capital BCP 2005", a performance da acção BCP no ano de 2006 fixou-se em 22,9% (valorização da cotação), o que acrescido do dividendo distribuído resulta num retorno de 26,4%.

Durante a primeira metade de 2006, a cotação das acções BCP registou uma evolução negativa de 4,7%, em divergência face aos Índices PSI20 e BEBANKS (Bloomberg European Banks). No segundo semestre, esta tendência inverteu-se, tendo o título BCP apresentado uma valorização superior em 7 pontos percentuais (p.p.) à do PSI20 e em quase 10 p.p. à do índice BEBANKS.

Destaca-se ainda que, globalmente, em 2006, o retorno total proporcionado pelo título BCP (23,62%) excedeu quer o do Índice BEBANKS (+3,03 p.p.), quer o do Euronext 100 (+1,22 p.p.), sendo que a comparação face ao PSI20 se encontra afectada pelas OPA lançadas sobre dois importantes títulos do índice.

Performance comparativa face aos principais índices de referência

Índice	Variação 1.º Semestre 2006	Variação 2.º Semestre 2006	Variação Total 2006	Rendibilidade Total com Dividendo
Acção BCP	-4,72%	+24,44%	+20,17%	+23,62%
PSI20	+10,47%	+17,46%	+29,92%	+34,09%
Bloomberg European Banks Index (BEBANKS)	+4,34%	+14,64%	+20,59%	+20,59%
Euronext 100	+3,76%	+13,16%	+18,82%	+22,40%

Fonte: Bloomberg Euronext

A evolução da cotação da acção BCP no decurso de 2006 pode dividir-se distintamente em três períodos, que cumpre analisar separadamente:

1.º período – Desde o início do ano até à Assembleia Geral de Março de 2006. A acção BCP registou uma clara valorização com base em bons fundamentais.

2.º período – Desde a Assembleia Geral (Março 2006) até meados de Junho. A acção BCP reflectiu a incerteza quanto ao desfecho da Oferta Pública de Aquisição sobre o capital do Banco BPI.

3.º período – Desde meados de Junho até ao final do ano. Assistiu-se a uma forte recuperação da cotação das acções BCP acompanhado por um significativo aumento de liquidez, em linha com a evolução dos mercados bolsistas de acções, tendo a acção BCP superado, desde 14 de Junho até ao final do ano, as performances do PSI20 e do índice de Bancos Europeus BEBANKS (+30,2% vs +21,7% e 21,3%, respectivamente).

A capitalização bolsista do BCP, a 29 de Dezembro de 2006, ascendia a 10,1 mil milhões de euros, o que representa um crescimento de 21% em relação ao final do ano anterior, evidenciando o dinamismo e crescente relevância do título na Euronext Lisbon.

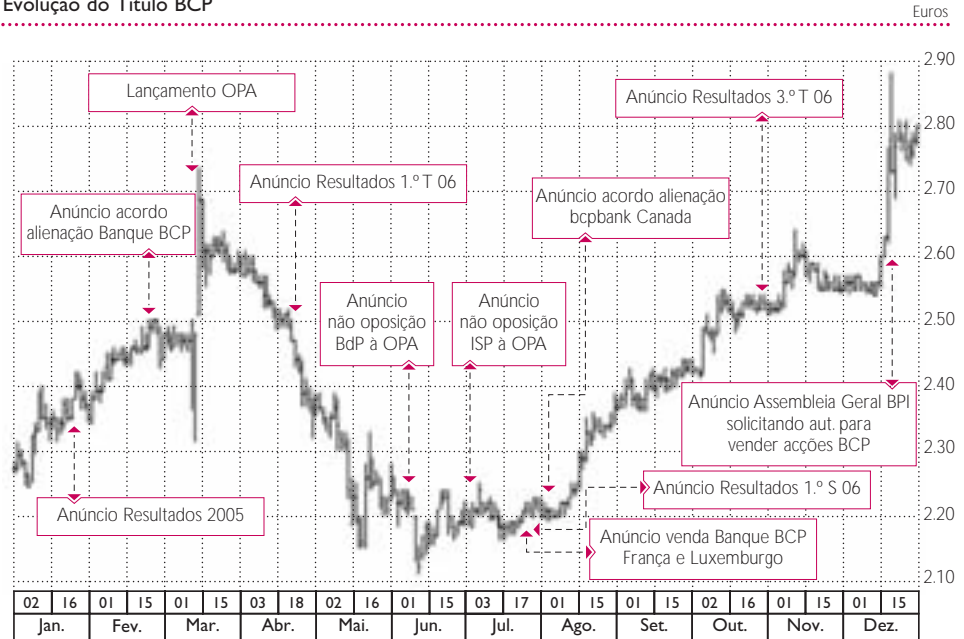
Principais eventos e impacto na cotação do título

Data	Evento	Variação da cotação no dia subsequente	Variação da cotação nos 5 dias subsequentes
24/Jan	Anúncio dos Resultados anuais de 2005	2,07%	0,00%
17/Fev	Anúncio do acordo para a alienação dos bancos Banque BCP França e Luxemburgo	0,00%	1,59%
13/Mar	Anúncio do lançamento de uma OPA sobre o capital do Banco BPI	4,53%	9,47%
24/Abr	Anúncio dos Resultados do 1.º trimestre de 2006	-1,20%	-4,00%
12/Jun	Anúncio da não oposição do Banco de Portugal à OPA sobre o capital do Banco BPI	-3,57%	-1,79%
5/Jul	Anúncio da não oposição do Instituto de Seguros de Portugal à OPA sobre o capital do Banco BPI	0,00%	-0,45%
24/Jul	Anúncio da venda de 80,1% do capital dos bancos Banque BCP França e Luxemburgo	0,45%	1,35%
25/Jul	Anúncio dos Resultados do 1.º semestre de 2006	0,45%	0,00%
3/Ago	Anúncio do acordo para a alienação do bcpbank Canada	0,45%	0,90%
24/Out	Anúncio dos Resultados do 3.º trimestre de 2006	0,00%	0,00%
13/Dez	Anúncio da Assembleia-Geral do Banco BPI solicitando autorização para venda de acções BCP	1,54%	7,72%



A ilustração do comportamento da acção do BCP em 2006 é apresentada no gráfico seguinte:

Evolução do Título BCP



Índices em que o título BCP participa

O título BCP integra mais de 40 índices bolsistas nacionais e internacionais, destacando-se os seguintes:

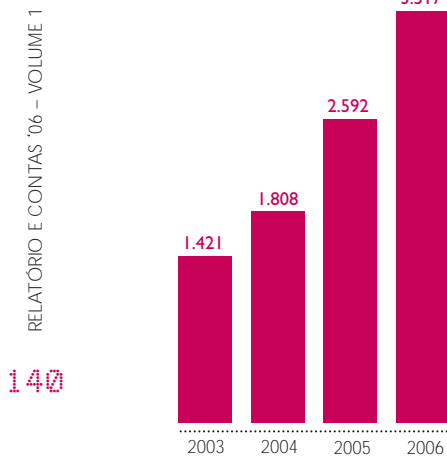
Índice	Peso (%)
Euronext PSI Financial Services	43,2%
PSI 20	17,5%
DJ Eurostoxx Banks	1,1%
Bebanks	0,5%
Euronext 100	0,5%
DJ Eurostoxx	0,3%

Liquidez

A acção BCP continua a ser um dos títulos com maior liquidez no mercado nacional. Durante 2006, foram transaccionadas 3.517 milhões de acções BCP, o que corresponde a um volume médio diário de 13,8 milhões de acções e representa um aumento de 38% face ao número total de acções transaccionados no ano anterior, o que denota o crescente interesse por parte de investidores institucionais. O *turnover* anual da acção BCP equivale a 98% da sua capitalização bolsista média anual, o que compara com 80% em 2005. Em termos de volume de negócios, as acções BCP representaram 16% (8,7 mil milhões de euros) do volume global de transacções no mercado regulamentado de Lisboa.

Evolução da Liquidez

Milhões de acções



Política de distribuição de dividendos

O Banco Comercial Português manteve uma política de criteriosa distribuição de rendimentos, seguindo regras de prudência mas procurando assegurar uma remuneração adequada aos seus Accionistas. Assim, em linha com a prática dos dois anos anteriores, o Banco procedeu à distribuição de um dividendo intercalar em Novembro de 2006, no valor de 0,037 euros por acção (bruto).

Os valores dos dividendos distribuídos pelo Banco Comercial Português desde 2000 encontram-se discriminados no quadro seguinte:

Exercício	Ano de Pagamento	Dividendo Bruto por Acção (euros)	Dividendo Líquido por Acção (euros)		Payout Ratio (1)	Dividend Yield (2)
			Residentes	Não Residentes		
2000 (3)	2001	0,15	n.d.	n.d.	62,4%	2,65%
2001	2002	0,15	0,12	0,105	61,1%	3,30%
2002	2003	0,10	0,08	0,07	49,2% (4)	4,39%
2003	2004	0,06	0,051	0,045	44,7%	3,39%
2004						
Dividendo Antecipado	2004	0,03	0,0255	0,0225		
Dividendo Final	2005	0,035	0,0298	0,0263		
Dividendo Total		0,065	0,0553	0,0488	41,3%	3,44%
2005						
Dividendo Antecipado	2005	0,033	0,02805	0,02475		
Dividendo Final	2006	0,037	0,02960	0,02960		
Dividendo Total		0,070	0,05765	0,05435	39,4% (5)	3,00%
2006						
Dividendo Antecipado	2006	0,037	0,0296	0,0296		
Dividendo Final (6)	2007	0,048	0,0384	0,0384		
Dividendo Total		0,085	0,068	0,068	39,3% (5)	3,04%

(1) Payout Ratio representa a percentagem dos resultados líquidos distribuídos aos Accionistas sob a forma de dividendo.

(2) Dividend Yield representa o rendimento percentual anual expresso pela divisão do valor do dividendo bruto pela cotação da acção no final do ano a que se refere o dividendo.

(3) Pago sob a forma de scrip dividend através da emissão de novas acções e a sua distribuição proporcional pelos Accionistas detentores de acções representativas do capital social do Banco.

(4) Com base no resultado líquido antes da constituição de provisões para riscos bancários gerais no valor de 200 milhões de euros.

(5) Com base nos resultados, excluindo resultados não recorrentes, de 610 milhões de euros, em base IFRS.

(6) Proposta a submeter à Assembleia-Geral de Accionistas.

Criação de valor para o Accionista

O acréscimo do valor de mercado do Banco Comercial Português e os rendimentos distribuídos sob a forma de dividendos permitiram uma significativa criação de valor para os Accionistas em 2006, conforme se comprova no quadro seguinte:

	Milhões de euros
Capitalização bolsista do Banco Comercial Português em 31 Dez. 2005	7.589,7
Novas acções resultantes da conversão do Capital BCP 2005 e stock options	824,7
Total	8.414,4
Capitalização bolsista do Banco Comercial Português em 31 Dez. 2006	10.111,7
Total	10.111,7
Acréscimo no valor da capitalização bolsista	1.697,3
Dividendos distribuídos	
Dividendo remanescente de 2005	132,8
Dividendo antecipado intercalar de 2006	133,6
Total	266,4
Criação de valor para o Accionista em 2006 (valorização da capitalização + dividendos)	1.963,7



Roadshows, conferências e reuniões com investidores institucionais

Ao longo de 2006, o Banco prosseguiu a promoção e intensificação das suas actividades de relação com investidores e de comunicação com o mercado, assegurando o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, nomeadamente, divulgando informações sobre a actividade e resultados do Grupo e difundindo atempadamente os factos relevantes susceptíveis de afectar o valor do título BCP. Em paralelo, preparou também resposta às inúmeras solicitações de informação financeira realizadas pelas autoridades do mercado, Accionistas particulares, investidores e analistas.

No âmbito da divulgação de resultados e da actividade do Banco, foram realizadas, com periodicidade trimestral, conferências de imprensa e *conference calls* com analistas e investidores que contaram com a presença e a participação dos membros do Conselho de Administração Executivo.

Em 2006, o Banco participou em diversos eventos, nomeadamente, promoveu diversos *roadshows* junto de investidores internacionais após a divulgação de resultados nas principais praças financeiras e mundiais – Londres, Paris, Bruxelas, Amesterdão, Nova Iorque e Boston – tendo ainda participado em conferências de investidores organizadas por bancos de investimento internacionais como Morgan Stanley (Londres), UBS (Londres e Nova Iorque) e ING (Praga) onde realizou apresentações institucionais e reuniões “one-to-one” com investidores. Em 2006, foram realizadas cerca de 170 reuniões individuais com investidores e analistas.

Recomendações dos analistas financeiros

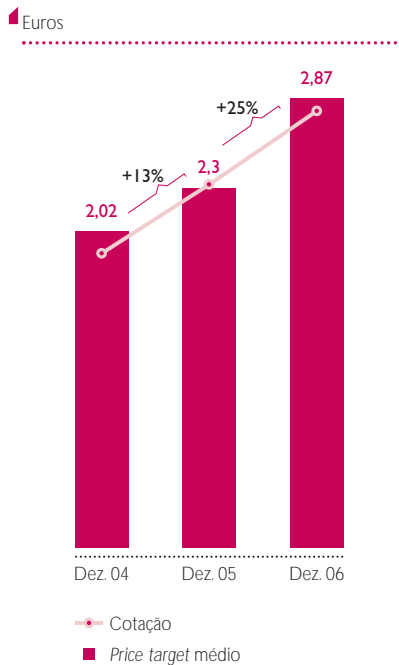
Acompanhando o comportamento favorável da acção BCP durante 2006, verificou-se uma evolução positiva das recomendações e *price targets* dos analistas financeiros. Assim, o *price target* médio das casas de investimento que acompanham com assiduidade o Banco, continuou a evidenciar uma tendência de evolução muito positiva, aumentando 25%, de 2,30 euros em 2005 para 2,87 euros por acção em 2006 (2,02 euros em 2004).

Nenhuma das 17 instituições financeiras que seguem o Banco apresenta actualmente recomendações negativas. Dos oito *brokers* mais destacados que acompanham mais regularmente o título BCP e a actividade do Banco, seis têm recomendações *Buy*, *Strong Buy* ou *Overweight*.

Acções próprias

De acordo com a deliberação aprovada em Assembleia-Geral de Accionistas do Banco Comercial Português, o Banco pode adquirir acções próprias até ao limite correspondente a 10% do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco Comercial Português S.A. não detinha em carteira quaisquer acções próprias. No decurso do exercício de 2006, o Banco não realizou operações de compra ou venda de acções próprias. Em 31 de Dezembro de 2006, o Banco Comercial Português S.A. não detinha em carteira quaisquer acções próprias. No âmbito das respectivas actividades comerciais correntes, que envolvem actuação regular nos mercados accionistas, outras entidades incluídas no perímetro de consolidação eram detentoras de um total de 4.087.916 acções do Banco Comercial Português, representando 0,1% do capital social, em 31 de Dezembro de 2006.



Estrutura Accionista

Segundo o ficheiro recebido pela Central de Valores Mobiliários, no final de 2006 o número de Accionistas do Banco Comercial Português ascendia a 177.820 (189.653 em 2005). A estrutura Accionista do Banco Comercial Português é caracterizada por acentuada dispersão, não havendo nenhum Accionista com mais do 10% do capital social e só 11 Accionistas detêm participações superiores a 2%. Regista-se ainda um peso muito expressivo de Accionistas institucionais (73% em 2006).

Estrutura Accionista	Número de Accionistas	% Capital Social	N.º de Ações por Accionista	Número de Accionistas	% Capital Social
Colaboradores do Grupo	4.276	1,06%	> 5.000.000	89	75,38%
Outros Acc. Individuais	167.880	17,32%	500.000 a 4.999.999	214	8,59%
Empresas	5.107	8,41%	50.000 a 499.999	1.409	4,81%
Institucionais	557	73,21%	5.000 a 49.999	19.202	6,53%
			< 5.000	156.906	4,69%
Total	177.820	100,00%	Total	177.820	100,00%

Do número total de Accionistas, verifica-se que 99,04% são Accionistas nacionais e apenas 0,96% são Accionistas estrangeiros. Contudo, a repartição é muito distinta se analisada em valor, uma vez que os Accionistas nacionais são detentores de 57,8% e os estrangeiros representam 42,2% do capital social do Banco.

N.º de Ações por Accionista	Accionistas			
	Nacionais	% Capital Social	Estrangeiros	% Capital Social
> 5.000.000	43	36,92%	46	38,46%
500.000 a 4.999.999	145	5,52%	69	3,07%
50.000 a 499.999	1.303	4,28%	106	0,54%
5.000 a 49.999	18.955	6,42%	247	0,10%
< 5.000	155.663	4,65%	1.243	0,04%
Total	176.109	57,79%	1.711	42,21%



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

1. Considerando as disposições legais e estatutárias relativas a reserva legal e reservas especiais, e o adiantamento sobre lucros do exercício no montante de 133.619.193,98 euros que correspondeu a um dividendo antecipado ilíquido de 0,037 euros por acção, colocado a pagamento em 14 de Novembro de 2006;

Propõe-se, nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 36.º dos Estatutos do Banco, que aos resultados do exercício no montante de 609.021.656,11 euros, depois de deduzidos 133.619.193,98 euros, correspondentes ao adiantamento sobre lucros do exercício antes referido, seja dada a seguinte aplicação:

- a) 60.902.165,62 euros para reforço da reserva legal;
- b) 19.000.000,00 euros para reforço da reserva para estabilização de dividendos, fixando-se com esta dotação o respectivo limite em 84.000.000,00 euros;
- c) 222.156.477,29 euros para reforço de reservas livres;
- d) 173.343.819,22 euros para atribuição de dividendos.

2. Considerando que a verba para dividendos agora a atribuir de 173.343.819,22 euros, foi calculada na base de um dividendo de 0,048 euros por acção emitida, e que não é possível determinar com exactidão o número de acções próprias que poderão estar em carteira à data do pagamento de dividendos;

Propõe-se que se delibere, relativamente à aplicação de resultados constante dos números anteriores, que:

- a) A cada acção emitida seja agora pago o dividendo de 0,048 euros;
- b) Não seja pago, registando-se em conta de resultados transitados, o quantitativo correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria Sociedade.

PRINCIPAIS EVENTOS DE 2006

Janeiro

- Aumento do capital social do Banco Comercial Português S.A. para 3.588.331.338 euros, tendo sido celebrada escritura pública de aumento de capital, correspondente a 330.930.511 acções ordinárias, na sequência da conversão dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis "Capital BCP 2005", que amortizaram em 30 de Dezembro de 2005.
- Conclusão da alienação da participação de 50,001% no capital social do Interbanco, S.A., ao Santander Consumer Finance, S.A..
- Adesão aos Princípios do Equador, no âmbito da estratégia de Sustentabilidade e dos valores de responsabilidade social desde sempre defendidos pelo Banco.
- Nomeação do Millennium bcp como o "Best Private Banking" em Portugal, pela revista Euromoney.

Fevereiro

- Acordo para a alienação de 80,1% do capital da Banque BCP França e Luxemburgo à instituição financeira francesa Groupe Caisses d'Epargne.
- Aprovação, pelo Conselho de Ministros de Angola, da criação do Banco Millennium Angola, um Banco de direito local integralmente detido pelo Millennium bcp.

Março

- Anúncio preliminar de lançamento de Oferta Pública Geral de Aquisição de acções representativas do capital social do Banco BPI, S.A.. A contrapartida oferecida seria em numerário, sendo constituída pela importância de 5,70 euros por cada acção. A contrapartida relativa à totalidade das acções da sociedade visada será de 4.332 milhões de euros. A oferta ficou subordinada, para além das autorizações e não oposições das autoridades competentes, à verificação, até ao termo da Oferta, das seguintes condições: no caso de existirem, na data de encerramento da Oferta, limitações legais ou estatutárias à contagem de votos ou ao exercício de direitos inerentes às acções detidas pelo Oferente, aquisição pelo Oferente de acções representativas de mais de 90% do capital social e dos direitos de voto; no caso de, na data de encerramento da Oferta, não existirem quaisquer limitações legais ou estatutárias à contagem de votos ou exercício dos direitos inerentes às Acções detidas pelo Oferente, aquisição de mais de 50,01% do capital social e dos direitos de voto correspondentes à totalidade das acções da sociedade visada.
- Aumento do capital social do Banco Comercial Português S.A. para 3.611.329.567 euros, tendo sido celebrada escritura pública de aumento de capital, correspondente a 22.998.229 acções ordinárias, resultante do exercício do Programa de "Stock Options" atribuído em Abril de 2003 aos Colaboradores.
- Eleição da Millennium bcp Fundos de Investimento pelo Diário Económico/Standard & Poor's como a "Melhor Sociedade Gestora Nacional – Fundos Domésticos" e a "Melhor Sociedade Gestora de Acções – Fundos Domésticos" em 2006.

- Anúncio pela Standard & Poor's Ratings Services da melhoria das notações atribuídas às responsabilidades de Longo Prazo e de Curto Prazo do Banco Comercial Português S.A., de "A-" e "A-2", para "A" e "A-1", respectivamente, tendo sido alterado, em simultâneo, o "Outlook" de "Positivo" para "Estável".

Abril

- O Millennium bcp obteve o Certificado de Qualidade pela norma internacional ISO 9001:2000 pela entidade certificadora internacional BVQI-Bureau Veritas Quality International.
- Atribuição ao Millennium bcp dos prémios "Best Bank in Portugal" no âmbito dos prémios "World's Best Bank 2006", "Best Trade Finance Bank" e "Best Foreign Exchange Bank", pela revista Global Finance.

Mai

- Atribuição do prémio "Creditworthy Company 2006" ao Bank Millennium (Polónia) nos "Ratings dos Investidores Institucionais" do Instituto Polaco de Administradores.
- Atribuição ao Millennium bcp do Prémio "Cidadania para Empresas e Organizações" pela AESE e a PricewaterhouseCoopers, distinguindo as boas práticas de responsabilidade social.
- Eleição do Millennium bcp como "Best Sub-Custodian Bank", "Best Investment Bank" e "Best Developed Market Bank" em Portugal, pela revista Global Finance.

Junho

- Notificação do Banco de Portugal ao Banco Comercial Português, S.A. da não oposição à aquisição, através de Oferta Pública de Aquisição, de participação qualificada do Banco Comercial Português, S.A. no Banco BPI, S.A. até 100% do capital social e correspondentes direitos de voto.
- Notificação da Autoridade da Concorrência ao Banco Comercial Português, S.A. de um projecto de decisão segundo o qual a Autoridade determina a passagem do processo a uma investigação aprofundada.

Julho

- Notificação da Autoridade da Concorrência ao Banco Comercial Português, S.A. da decisão de dar início à fase de investigação aprofundada para um conjunto delimitado de mercados e áreas de negócio.
- Deliberação pelo Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal de não oposição ao projecto do Banco Comercial Português, S.A. de adquirir directamente e/ou através de uma sociedade sua filial acções representativas até à totalidade do capital social do Banco BPI.
- Adesão do Millennium bcp à revisão dos Princípios do Equador, reforçando o seu compromisso e o do sector financeiro em dotar a área do "Project Finance" das melhores práticas na gestão de riscos sociais e ambientais relacionados com projectos financiados.
- Concretização da alienação de 80,1% do capital da Banque BCP França e Luxemburgo à instituição financeira francesa Groupe Caisses d'Epargne, pelo montante de 109,5 milhões de euros, mantendo o Banco Comercial Português uma participação de 19,9% em cada uma das instituições.





- Lançamento da operação de securitização de crédito hipotecário “Magellan Mortgages N.º 4” no montante de 1.500 milhões de euros.
- Eleição do Millennium bcp como “Best Corporate/Institutional Internet Bank” e “Best Consumer Internet Bank” em Portugal, “Best Bill Payment and Presentment”, “Best Information Security Initiatives” e “Best Online Deposits Acquisition” a um nível europeu no âmbito dos “World’s Best Internet Bank” em Portugal, pela revista Global Finance. O Bank Millennium, na Polónia, foi também eleito “Best Consumer Internet Banking” nesse país.

Agosto

- Celebração de um acordo entre o Banco Comercial Português e a instituição financeira canadiana BMO Financial Group (ex-Bank of Montreal) para alienação de 100% do capital do bcpbank Canada.

Setembro

- Revisão em alta do *rating* do Bank Millennium, pela Standard & Poor’s, passando de Bbpi para BBBpi.
- Eleição do Millennium bcp como “Best Commercial Bank” em “Real Estate” em Portugal, pela revista Euromoney.

Novembro

- Acordo do Banco Comercial Português e do Fundo de Pensões do Grupo BCP com a EDP – Energias de Portugal, tendo em vista a alienação da totalidade da participação de 1.000 acções da ONI SGPS, representativas de 23,062% do capital social.
- Primeira operação de securitização de crédito hipotecário do NovaBank, no montante de 600 milhões de euros, a primeira do género realizada por uma subsidiária de um banco português.

Dezembro

- Conclusão da oferta pública de aquisição parcial de até 16% do capital social do Bank Millennium, tendo sido adquiridas 131.701.722 acções, representando 15,51% do capital e direitos de voto, ao preço de 7,30 zlotis por acção, a que corresponde um valor total de 253,2 milhões de euros. O Banco Comercial Português elevou assim a sua participação para 556.325.794 acções, correspondentes a 65,51% do capital e direitos de voto.
- Conclusão da alienação à instituição financeira canadiana BMO Financial Group de 100% do capital do bcpbank Canada, pelo valor cerca de 26,8 milhões de euros.
- Conclusão do processo de mudança de marcas das operações internacionais, com a transformação do Bank Millennium na Polónia, do NovaBank, na Grécia e do BankEuropa, na Turquia, em Millennium bank, lançamento do Millennium Angola, transformação do BIM em Millennium bim e do bcpbank em Millennium bcpbank e do Banque Privée BCP em Millennium Banque Privée.

ÓRGÃOS E CORPOS SOCIAIS

■ Mesa da Assembleia Geral

Luis Manuel de Faria Neiva dos Santos, *Presidente*

Miguel Galvão Teles, *Vice-Presidente*

Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral, *Secretária da Sociedade*

■ Conselho Geral e de Supervisão

Jorge Manuel Jardim Gonçalves, *Presidente*

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, *Vice-Presidente*

Gijsbert J. Swalef, *Vice-Presidente*

António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves, *Vice-Presidente*

Keith Satchell, *Vogal*

João Alberto Ferreira Pinto Basto, *Vogal*

Josep Oliu Creus, *Vogal*

Francisco de la Fuente Sánchez, *Vogal*

Luis Francisco Valente de Oliveira, *Vogal*

Luis de Melo Champalimaud, *Vogal*

Mário Augusto de Paiva Neto, *Vogal*

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, *Vogal Suplente*

Vasco Maria Guimarães José de Mello, *Vogal Suplente*

Mário Branco Trindade, *Vogal Suplente*

José Eduardo de Faria Neiva dos Santos, *Vogal Suplente*

■ Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, SROC, S.A., representada

por Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho, *Efectivo*

Ana Cristina Soares Valente Dourado, *Suplente*

■ Conselho de Administração Executivo

Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto, *Presidente*

Filipe de Jesus Pinhal, *Vice-Presidente*

Christopher de Beck, *Vice-Presidente*

António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues, *Vogal*

António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques, *Vogal*

Alípio Barrosa Pereira Dias, *Vogal*

Alexandre Alberto Bastos Gomes, *Vogal*

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda, *Vogal*

Boguslaw Jerzy Kott, *Vogal*

■ Conselho Superior

Jorge Manuel Jardim Gonçalves, *Presidente*
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves, *Vice-Presidente*
João Alberto Ferreira Pinto Basto, *Vice-Presidente*
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, *Vice-Presidente*
Vasco Maria Guimarães José de Mello, *Vice-Presidente*
Gijsbert J. Swalef, *Vice-Presidente*
Ângelo Ludgero da Silva Marques, *Vogal*
António Augusto Serra Campos Dias da Cunha, *Vogal*
Dimitrios Contominas, *Vogal*
E. Alexandre Soares dos Santos, *Vogal*
Francisco de La Fuente Sánchez, *Vogal*
Henrique Jaime Welsh, *Vogal*
Ricardo Herculano Fernandes Freitas, *Vogal*
Hipólito Mendes Pires, *Vogal*
Jaime de Sousa Lima, *Vogal*
Jassim Mohamed Al-Bahar, *Vogal*
Manuel Alfredo da Cunha José de Mello, *Vogal*
José de Sousa Cunhal Melero Sendim, *Vogal*
José Manuel Pita Goes Ferreira, *Vogal*
Josep Oliu Creus, *Vogal*
Keith Satchell, *Vogal*
Manuel Roseta Fino, *Vogal*
Mário Fernandes da Graça Machungo, *Vogal*
Vasco Luís S. Quevedo Pessanha, *Vogal*
Luís de Melo Champalimaud, *Vogal*
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, *Vogal*
António Luís Guerra Nunes Mexia, *Vogal*
Luís Francisco Valente de Oliveira, *Vogal*
Mário Augusto de Paiva Neto, *Vogal*
Mário Branco Trindade, *Vogal*
José Eduardo de Faria Neiva dos Santos, *Vogal*

Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos, *Presidente da Mesa da Assembleia Geral*

Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto, *Presidente do Conselho de Administração Executivo*



PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Posição em 31 de Dezembro de 2006

Accionista	Número de Acções	% Capital Social	% Direitos de Voto
Grupo Eureko			
Eureko BV	124.235.405	3,440%	3,440%
Achmea Holding NV	88.857.339	2,461%	2,461%
Achmea Reinsurance	6.045.977	0,167%	0,167%
Eureko Portugal SGPS	36.312.037	1,006%	1,006%
Eureko Participations II APS	5.953.166	0,165%	0,165%
Império Assurances (France)	100.000	0,003%	0,003%
Total	261.503.924	7,241%	7,241%
Grupo BPI (1)			
BPI Pensões – Fundos de Pensões geridos pelo Banco BPI	93.286.487	2,583%	2,583%
Banco BPI	95.127.631	2,634%	2,634%
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida	69.615.589	1,928%	1,928%
Banco Português de Investimento, S.A.	2.255.006	0,062%	0,062%
Banco Português de Investimento, S.A. (Clientes)	1.088.132	0,030%	0,030%
Total	261.372.845	7,238%	7,238%
Fortis Bank			
Fortis Bank s.a. / n.v.	173.958.145	4,817%	4,817%
Fortis Assurance Belgium (Fusão do Fortis AG s.a. / n.v. com a Fortis Bank Assurances)	2.484.423	0,069%	0,069%
Fortis (carteira de negociação)	33.740	0,001%	0,001%
Millenniumbcp Fortis	1.816.962	0,050%	0,050%
Total	178.293.270	4,937%	4,937%
Grupo Teixeira Duarte			
Teixeira Duarte Soc. Gest. Part. Sociais, S.A.			
Tedal	69.500.000	1,924%	1,924%
C+PA	80.000.000	2,215%	2,215%
Outros (Membros dos Órgãos de Administração)	15.066.950	0,417%	0,417%
Total	164.566.950	4,557%	4,557%
Grupo José de Mello			
José Mello Soc. Gest. Part. Sociais S.A.	107.374.876	2,973%	2,973%
Outros (Membros dos Órgãos Sociais)	273.558	0,008%	0,008%
Total	107.648.434	2,981%	2,981%

■ Posição em 31 de Dezembro de 2006 (continuação)

Accionista	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto
Fundação José Berardo			
Fundação José Berardo	84.207.237	2,332%	2,332%
Metalgest	22.473.874	0,622%	0,622%
Total	106.681.111	2,954%	2,954%
Fundo de Pensões BCP	96.807.383	2,681%	2,681%
Bansabadell Holding SL	89.771.461	2,486%	2,486%
Grupo Caixa Geral de Depósitos			
Caixa Geral de Depósitos	64.635.125	1,790%	1,790%
Caixa Geral de Depósitos (carteira de negociação)	83.277	0,002%	0,002%
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	13.736.153	0,380%	0,380%
Companhia de Seguros Império-Bonança, S.A.	947.901	0,026%	0,026%
Cares	38.134	0,001%	0,001%
Via Directa	36.641	0,001%	0,001%
Fundo de Pensões CGD	6.873.917	0,190%	0,190%
Fundo de Pensões Fidelidade-Mundial	72.494	0,002%	0,002%
Total	86.423.642	2,393%	2,393%
Grupo EDP			
EDP – Imobiliária e Participações, S.A	84.456.072	2,339%	2,339%
Órgãos de Fiscalização e Administração	185.081	0,005%	0,005%
Total	84.641.153	2,344%	2,344%
Grupo JPMorgan			
JPMorgan Securities	63.785.593	1,766%	1,766%
JPMorgan Asset Management (UK) Ltd	17.130.350	0,474%	0,474%
JPMorgan Investment Management Inc.	1.900.919	0,053%	0,053%
Total	82.816.862	2,293%	2,293%
Fundo de Pensões EDP/REN	72.582.315	2,010%	2,010%
Grupo Friends Provident			
Friends Provident Life and Pensions Limited	24.582.128	0,681%	0,681%
Friends Provident Investment Holdings Limited	50.713.986	1,404%	1,404%
Total	75.296.114	2,085%	2,085%
Total Participações Qualificadas	1.668.405.464	46,20%	46,20%

Fonte: Informação recebida dos Accionistas reportada a 31 de Dezembro de 2006

(1) Última informação recebida do Accionista, reportada a 30 de Junho de 2006 (exclui fundos de investimento)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO E CONTAS '06 – VOLUME 1

104

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco Comercial Português Balço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Milhares de euros

	2006	2005
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.679.221	1.255.893
Disponibilidades em outras instituições de crédito	917.279	875.604
Aplicações em instituições de crédito	6.575.060	6.034.211
Créditos a clientes	56.660.052	52.909.115
Activos financeiros detidos para negociação	2.732.724	2.346.212
Activos financeiros disponíveis para venda	4.410.886	4.631.036
Activos com acordo de recompra	4.048	80.603
Derivados de cobertura	182.041	80.835
Investimentos detidos à maturidade	–	20.372
Investimentos em associadas	317.610	277.021
Activos não correntes detidos para venda	–	2.396.211
Outros activos tangíveis	741.297	838.601
Goodwill e activos intangíveis	532.391	380.489
Activos por impostos correntes	23.498	21.927
Activos por impostos diferidos	551.459	676.088
Outros activos	3.931.180	4.025.384
Total do Activo	79.258.746	76.849.602
Passivo		
Depósitos de bancos centrais	539.335	58.861
Depósitos de outras instituições de crédito	12.124.716	11.206.019
Depósitos de clientes	33.244.197	34.395.431
Títulos de dívida emitidos	22.687.354	18.230.381
Passivos financeiros detidos para negociação	873.485	818.045
Derivados de cobertura	121.561	34.957
Passivos não correntes detidos para venda	–	2.263.554
Provisões	211.141	277.425
Passivos subordinados	2.932.922	2.960.069
Passivos por impostos correntes	42.416	13.721
Passivos por impostos diferidos	80	42.698
Outros passivos	1.413.599	1.946.421
Total do Passivo	74.190.806	72.247.582
Situação Líquida		
Capital	3.611.330	3.588.331
Títulos próprios	(22.150)	(31.099)
Prémio de emissão	881.707	870.303
Acções preferenciais	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	442.889	316.711
Reservas e resultados acumulados	(1.851.778)	(2.250.242)
Lucro líquido do exercício atribuível aos Accionistas do Banco	779.894	753.490
Total da Situação Líquida atribuível ao Grupo	4.841.892	4.247.494
Interesses minoritários	226.048	354.526
Total da Situação Líquida	5.067.940	4.602.020
	79.258.746	76.849.602

Demonstração dos Resultados Consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Milhares de euros

	2006	2005
Juros e proveitos equiparados	3.367.101	3.083.733
Juros e custos equiparados	(1.936.341)	(1.676.074)
Margem financeira	1.430.760	1.407.659
Rendimentos de instrumentos de capital	32.494	58.771
Resultados de serviços e comissões	713.508	658.725
Resultados em operações de negociação e de cobertura	191.954	285.171
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	202.964	315.939
Outros proveitos de exploração	118.549	119.915
	2.690.229	2.846.180
Outros resultados de actividades não bancárias	11.773	14.151
Total de proveitos operacionais	2.702.002	2.860.331
Custos com o pessoal	1.034.678	1.187.486
Outros gastos administrativos	579.313	580.961
Amortizações do exercício	111.492	139.789
Total de custos operacionais	1.725.483	1.908.236
	976.519	952.095
Imparidade do crédito	(129.743)	(113.494)
Imparidade de outros activos	(19.413)	(19.717)
Outras provisões	(15.951)	(37.521)
Resultado operacional	811.412	781.363
Resultados por equivalência patrimonial	42.047	27.011
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	130.640	129.562
	984.099	937.936
Resultado antes de impostos	984.099	937.936
Impostos		
Correntes	(87.936)	(72.934)
Diferidos	(64.285)	(24.515)
	831.878	840.487
Resultado após impostos	831.878	840.487
Resultado consolidado do exercício atribuível a:		
Accionistas do Banco	779.894	753.490
Interesses minoritários	51.984	86.997
	831.878	840.487
Lucro do exercício	831.878	840.487
Resultado por acção (em euros)		
Básico	0,20	0,22
Diluído	0,20	0,20



AGENDA DE EVENTOS

■ Janeiro de 2007

Resultados Anuais 2006	Conferência de Imprensa	30
	Conferência de Analistas e Investidores Institucionais	31

■ Abril de 2007

Resultados 1.º Trim. 2007	Conferência de Imprensa	24
	Conferência de Analistas e Investidores Institucionais	24

■ Julho de 2007

Resultados 2.º Trim. 2007	Conferência de Imprensa	24*
	Conferência de Analistas e Investidores Institucionais	25*

■ Outubro de 2007

Resultados 3.º Trim. 2007	Conferência de Imprensa	23*
	Conferência de Analistas e Investidores Institucionais	24*

■ Janeiro de 2008

Resultados Anuais 2007	Conferência de Imprensa	29*
	Conferência de Analistas e Investidores Institucionais	30*

* datas sujeitas a alteração

Handwritten signature or initials in the top right corner.

Banco Comercial Português

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Handwritten signature or initials on the right side of the page.

**31 de Dezembro de
2006**

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006	2005
(Milhares de Euros)			
Juros e proveitos equiparados	3	3.367.101	3.083.733
Juros e custos equiparados	3	(1.936.341)	(1.676.074)
Margem financeira		1.430.760	1.407.659
Rendimentos de instrumentos de capital	4	32.494	58.771
Resultados de serviços e comissões	5	713.508	658.725
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	191.954	285.171
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	202.964	315.939
Outros proveitos de exploração	8	118.549	119.915
		2.690.229	2.846.180
Outros resultados de actividades não bancárias		11.773	14.151
Total de proveitos operacionais		2.702.002	2.860.331
Custos com o pessoal	9	1.034.678	1.187.486
Outros gastos administrativos	10	579.313	580.961
Amortizações do exercício	11	111.492	139.789
Total de custos operacionais		1.725.483	1.908.236
		976.519	952.095
Imparidade do crédito	12	(129.743)	(113.494)
Imparidade de outros activos	29	(19.413)	(19.717)
Outras provisões	13	(15.951)	(37.521)
Resultado operacional		811.412	781.363
Resultados por equivalência patrimonial	14	42.047	27.011
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	15	130.640	129.562
Resultado antes de impostos		984.099	937.936
Impostos			
Correntes	16	(87.936)	(72.934)
Diferidos	16	(64.285)	(24.515)
Resultado após impostos		831.878	840.487
Resultado consolidado do exercício atribuível a:			
Accionistas do Banco		779.894	753.490
Interesses minoritários	41	51.984	86.997
Lucro do exercício		831.878	840.487
Resultado por acção (em euros)	17		
Básico		0,20	0,22
Diluído		0,20	0,20

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elabial

 Francisco de la...

 Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006	2005
(Milhares de Euros)			
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	1.679.221	1.255.893
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	917.279	875.604
Aplicações em instituições de crédito	20	6.575.060	6.034.211
Créditos a clientes	21	56.660.052	52.909.115
Activos financeiros detidos para negociação	22	2.732.724	2.346.212
Activos financeiros disponíveis para venda	22	4.410.886	4.631.036
Activos com acordo de recompra		4.048	80.603
Derivados de cobertura	23	182.041	80.835
Investimentos detidos à maturidade		-	20.372
Investimentos em associadas	24	317.610	277.021
Activos não correntes detidos para venda	25	-	2.396.211
Outros activos tangíveis	26	741.297	838.601
Goodwill e activos intangíveis	27	532.391	380.489
Activos por impostos correntes		23.498	21.927
Activos por impostos diferidos	28	551.459	676.088
Outros activos	29	3.931.180	4.025.384
		<u>79.258.746</u>	<u>76.849.602</u>
Passivo			
Depósitos de bancos centrais		539.335	58.861
Depósitos de outras instituições de crédito	30	12.124.716	11.206.019
Depósitos de clientes	31	33.244.197	34.395.431
Títulos de dívida emitidos	32	22.687.354	18.230.381
Passivos financeiros detidos para negociação	33	873.485	818.045
Derivados de cobertura	23	121.561	34.957
Passivos não correntes detidos para venda	25	-	2.263.554
Provisões	34	211.141	277.425
Passivos subordinados	35	2.932.922	2.960.069
Passivos por impostos correntes		42.416	13.721
Passivos por impostos diferidos	28	80	42.698
Outros passivos	36	1.413.599	1.946.421
		<u>74.190.806</u>	<u>72.247.582</u>
Situação Líquida			
Capital	37	3.611.330	3.588.331
Títulos próprios	40	(22.150)	(31.099)
Prémio de emissão		881.707	870.303
Ações preferenciais	37	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	39	442.889	316.711
Reservas e resultados acumulados	39	(1.851.778)	(2.250.242)
Lucro do exercício atribuível aos accionistas do Banco		779.894	753.490
		<u>4.841.892</u>	<u>4.247.494</u>
Interesses minoritários	41	226.048	354.526
		<u>5.067.940</u>	<u>4.602.020</u>
		<u>79.258.746</u>	<u>76.849.602</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Blabhal

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Al. R. ...

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas

Francisco de ... A. C. + ...

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	2006	2005
	(Milhares de Euros)	
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros recebidos	3.298.501	2.683.018
Comissões recebidas	871.380	783.114
Recebimentos por prestação de serviços	264.110	109.803
Pagamento de juros	(1.876.625)	(1.938.451)
Pagamento de comissões	(59.891)	(150.082)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	151.939	233.756
Prémios de seguros recebidos	25.969	54.013
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(7.807)	(13.247)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(1.716.062)	(1.994.675)
	<u>951.514</u>	<u>(232.751)</u>
<i>Diminuição / (aumento) de activos operacionais:</i>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(528.575)	(807.898)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(287.320)	435.952
Fundos adiantados a clientes	(4.213.864)	(2.343.040)
Títulos negociáveis a curto prazo	(583.960)	(193.850)
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito -- à vista	74.220	(23.014)
Débitos para com instituições de crédito -- a prazo	1.278.672	1.155.496
Débitos para com clientes -- à vista	(85.120)	1.044.317
Débitos para com clientes -- a prazo	(1.032.851)	(132.107)
	<u>(4.427.284)</u>	<u>(1.096.895)</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	27.683	(26.135)
	<u>(4.399.601)</u>	<u>(1.123.030)</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	256.620	1.095.805
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	(253.672)	(463.085)
Dividendos recebidos	50.276	61.576
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	187.158	201.860
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	29.387.475	20.819.135
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(39.351.074)	(36.826.118)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	9.952.624	16.235.542
Compra de imobilizações	(109.711)	(64.513)
Venda de imobilizações	80.633	47.391
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	329.663	(510.904)
	<u>529.992</u>	<u>596.689</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</i>		
Emissão de dívida subordinada	423.413	345.869
Reembolso de dívida subordinada	(444.546)	(1.151.501)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	5.728.436	3.077.394
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(4.898.256)	(2.339.484)
Emissão de papel comercial	17.986.824	9.657.332
Reembolso de papel comercial	(14.189.842)	(8.933.942)
Aumento de capital	22.998	-
Emissão acções preferenciais	-	500.000
Prémio de emissão	5.424	-
Dividendos pagos	(266.387)	(221.502)
Dividendos pagos a interesses minoritários	(58.018)	(31.494)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	(251.164)	(580.611)
	<u>4.058.882</u>	<u>322.061</u>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(11.590)	13.340
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	177.683	(190.940)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.345.722	1.536.662
Caixa (nota 18)	606.126	470.118
Outros investimentos de curto prazo (nota 19)	917.279	875.604
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>1.523.405</u>	<u>1.345.722</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Mapa de Alterações na Situação Líquida Consolidada
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Acções preferenciais	Valores mobiliários convertíveis	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas de justo valor	Reservas livres e resultados acumulados	'Goodwill'	Títulos próprios	Interesses minoritários
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	3.610.767	3.257.401	500.000	528.207	674.435	368.193	327.127	497.488	(2.883.580)	(53.741)	395.237
Constituição de reservas:											
Reserva legal	-	-	-	-	-	50.000	-	(50.000)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	12.000	-	(12.000)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2005	(221.502)	-	-	-	-	-	-	(221.502)	-	-	-
Lucro do exercício atribuível aos accionistas do Banco	753.490	-	-	-	-	-	-	753.490	-	-	-
Lucro do exercício atribuível aos interesses minoritários	86.997	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86.997
Emissão de 10.000 acções preferenciais emitidas pelo BCP Finance Company	500.000	-	500.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(12.073)	-	-	-	-	-	-	(12.073)	-	-	-
Conversão dos valores mobiliários convertíveis	-	330.930	-	(528.207)	197.277	-	-	-	-	-	-
Despesas relativas à conversão dos valores mobiliários convertíveis	(1.409)	-	-	-	(1.409)	-	-	-	-	-	-
Títulos próprios	22.642	-	-	-	-	-	-	-	-	22.642	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	14.094	-	-	-	-	-	-	14.094	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 39)	(10.416)	-	-	-	-	-	(10.416)	-	-	-	-
Interesses minoritários	(127.708)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(127.708)
Outras reservas de consolidação (nota 39)	(12.862)	-	-	-	-	-	-	(12.862)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	4.602.020	3.588.331	1.000.000	-	870.303	430.193	316.711	956.635	(2.883.580)	(31.099)	354.526
Constituição de reservas:											
Reserva legal	-	-	-	-	-	36.033	-	(36.033)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	15.074	-	(15.074)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2006	(266.387)	-	-	-	-	-	-	(266.387)	-	-	-
Lucro do exercício atribuível aos accionistas do Banco	779.894	-	-	-	-	-	-	779.894	-	-	-
Lucro do exercício atribuível aos interesses minoritários	51.984	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.984
Aumento de capital por emissão de 22.998.229 acções (notas 37 e 46)	28.979	22.999	-	-	11.404	-	-	(5.424)	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(48.910)	-	-	-	-	-	-	(48.910)	-	-	-
Títulos próprios	8.949	-	-	-	-	-	-	-	-	8.949	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(11.590)	-	-	-	-	-	-	(11.590)	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 39)											
Activos financeiros disponíveis para venda	116.835	-	-	-	-	-	116.835	-	-	-	-
Outras reservas	-	-	-	-	-	-	9.343	(9.343)	-	-	-
Interesses minoritários	(180.462)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(180.462)
Outras reservas de consolidação (nota 39)	(13.372)	-	-	-	-	-	-	(13.372)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	5.067.940	3.611.330	1.000.000	-	881.707	481.300	442.889	1.330.396	(2.883.580)	(22.150)	226.048

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de Dezembro de 2006

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. (o 'Banco') é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto "Grupo") e a participação do Grupo nas associadas, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Banco no dia 24 de Janeiro de 2007. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme endossadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1 ac).

b) Bases de consolidação

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- intercambio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - 'Goodwill'

O 'goodwill' resultante das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O 'goodwill' resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o 'goodwill' positivo resultante de aquisições passou a ser reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do 'goodwill' é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício.

Caso o 'goodwill' seja negativo este é registado directamente em resultados no exercício em que a concentração de actividades ocorre.

Entidades de finalidade especial ("SPE")

O Grupo consolida pelo método integral determinadas SPEs, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão, para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro, são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, devem ser relevadas por contrapartida de reservas consolidadas. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas de resultados do exercício no processo de consolidação, por contrapartida das diferenças cambiais registadas em relação aquelas participações financeiras nas reservas. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado com as taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura e previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Investimentos em empresas controladas conjuntamente

As entidades controladas conjuntamente, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, receitas e despesas, com itens de natureza similar linha a linha, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que cesse.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como alguns ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nessas entidades.

c) *Crédito sobre clientes*

A rubrica crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no 'rating' do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros esperados de um crédito com garantias reais, corresponde aos cash flows que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos sujeitos à análise individual de imparidade (ver parágrafo (i) anterior);

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como diminuição de perdas de imparidade no exercício em que ocorram.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação

Os instrumentos financeiros de negociação são os instrumentos detidos pelo Grupo com o objectivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. As flutuações no justo valor dos referidos instrumentos são reconhecidas em resultados do exercício. Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros de negociação. Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros de negociação. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

(ii) Data de reconhecimento

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da realização das operações.

(iii) Activos e passivos financeiros de negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) são classificados como de negociação. Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura" da demonstração de resultados.

(iv) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Para as obrigações, o custo é amortizado por contrapartida de resultados com base na taxa de juro efectiva. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda quando se revertem são registadas por contrapartida de reservas.

e) *Contabilidade de cobertura*

i) *Contabilidade de cobertura*

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura e qualquer ganho ou perda associada ao derivado é reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

(ii) *Cobertura de justo valor*

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

(iii) *Cobertura de fluxos de caixa*

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura é reconhecida por contrapartida de resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstrações de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) *Efectividade*

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de inceptão e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira.

(vi) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de derivados de negociação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para o portfolio de activos e passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados são proibidas.

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos activos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos sejam pagos pelo Grupo numa base discricionária.

i) Instrumentos financeiros compostos

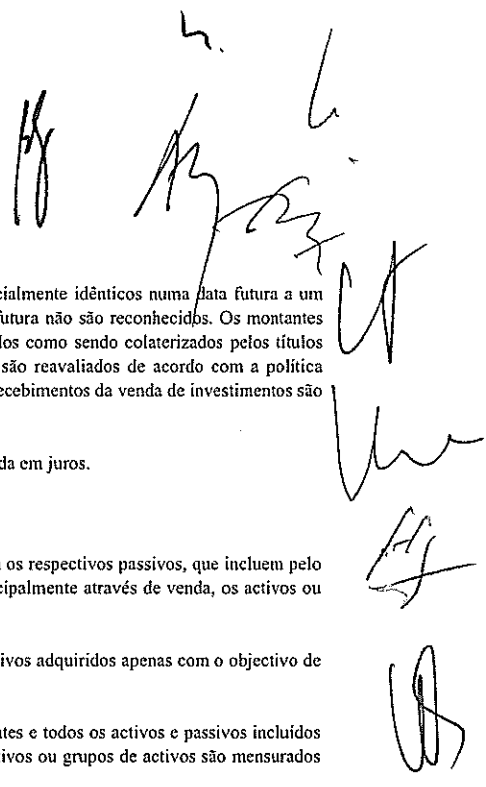
Instrumentos financeiros que contenham um passivo e uma componente de capital (obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado aplicável a passivos similares que não possuam opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo. Os juros reconhecidos são calculados utilizando a taxa de juro efectiva.

j) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006



(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros.

k) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como disponíveis para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

l) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retomo periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como de instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro das alterações no seu justo valor não é autonomizada, sendo classificada como resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juros das variações no seu justo valor é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados na margem financeira pelo método da taxa de juro efectiva.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de Operações Financeiras regista os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação (incluindo derivados e derivados embutidos) e os respectivos juros e dividendos associados a estas carteiras. Inclui igualmente os resultados das operações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

p) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

r) Activos intangíveis

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

s) Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros Activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor e o valor contabilístico do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

1) *Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

11) *Offsetting*

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

12) *Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

13) *Benefícios a empregados*

Plano de benefícios definidos

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo 'ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT)', pelo 'Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros (ACTQ)' e pelo 'Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)'.

O Grupo agregou os diversos fundos de pensões num único fundo denominado de "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", nos termos do qual, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

O Grupo optou na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do 'unwinding' dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de rating AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidas, que excedam 10 % do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo, são registadas por contrapartida de resultados pelo período de 20 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no activo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções ("stock options") permite aos colaboradores do Grupo adquirir acções do Banco. O preço de exercício das opções é igual ao preço de mercado das acções na data de concessão. O justo-valor das opções atribuídas, determinado na "grant date", é reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Durante o primeiro trimestre de 2006 terminou o plano de opções constituído em 2003.

Distribuição de resultados pelos empregados

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador.

Os resultados atribuídos aos colaboradores são registados por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

x) Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

y) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

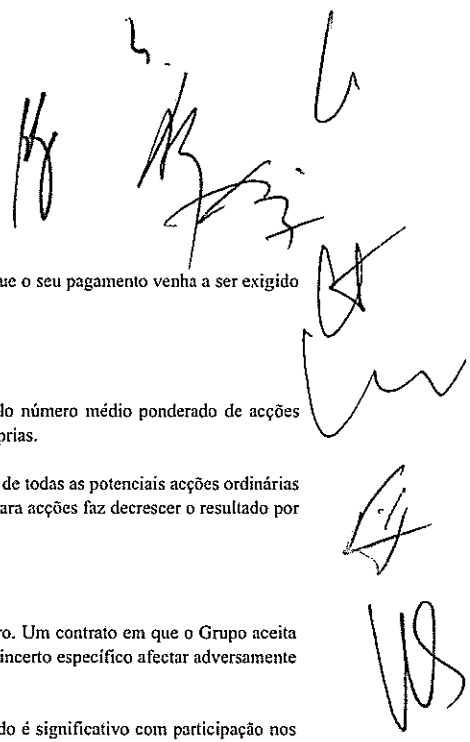
Portugal

- Banca de Retalho;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Empresas e Corporate Banking;
- Banca de Investimento.

Actividade no Estrangeiro

- Europa;
- Overseas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006



z) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

aa) *Resultado por acção*

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

ab) *Contratos de seguro*

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "Pro-rata temporis", por cada recibo em vigor.

ac) *Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas*

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE's)

O Grupo patrocina a constituição de SPE's com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

O Grupo não consolida os SPE's em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (nota 1 b).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do Banco e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda quer na rubrica de juros e proveitos equiparados, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Margem financeira	1.430.760	1.407.659
Resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda	394.918	601.110
	<u>1.825.678</u>	<u>2.008.769</u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	2.851.010	2.500.791
Juros de títulos disponíveis para venda	187.126	201.894
Juros de depósitos e outras aplicações	328.965	381.048
	<u>3.367.101</u>	<u>3.083.733</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	1.086.010	1.064.754
Juros de títulos com acordo de recompra	42.086	30.337
Juros de títulos emitidos	808.245	580.983
	<u>1.936.341</u>	<u>1.676.074</u>
Margem financeira	<u>1.430.760</u>	<u>1.407.659</u>

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	31.833	57.410
Outros	661	1.361
	<u>32.494</u>	<u>58.771</u>

A rubrica Rendimentos de títulos disponíveis para venda corresponde a dividendos recebidos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	77.692	78.303
Por compromissos perante terceiros	347	1.795
Por serviços bancários prestados	489.265	472.558
Por operações realizadas com títulos	73.035	56.640
Comissões da actividade seguradora	2.228	4.781
Outras comissões	200.261	176.396
	<u>842.828</u>	<u>790.473</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	992	591
Por compromissos assumidos perante terceiros	-	467
Por serviços bancários prestados por terceiros	82.563	65.310
Por operações realizadas com títulos	13.471	13.730
Comissões da actividade seguradora	822	2.316
Outras comissões	31.472	49.334
	<u>129.320</u>	<u>131.748</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>713.508</u>	<u>658.725</u>

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
<i>Lucros em operações financeiras</i>		
Operações cambiais	3.984.277	2.132.646
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	1.317.480	1.737.536
Derivados de cobertura	1.128.079	1.046.053
Outras operações	20.957	101.711
	<u>6.450.793</u>	<u>5.017.946</u>
<i>Prejuízos em operações financeiras</i>		
Operações cambiais	3.805.596	2.041.454
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	1.195.043	1.575.295
Derivados de cobertura	1.206.094	1.063.505
Outras operações	52.106	52.521
	<u>6.258.839</u>	<u>4.732.775</u>
Resultados líquidos em operações financeiras	<u>191.954</u>	<u>285.171</u>

Em 2005, a rubrica Resultados líquidos em operações financeiras incluía o montante de Euros 176.100.000 relativo à correcção da mais valia resultante da alienação da participação de 10% no capital social na PZU pelo Bank Millennium. O referido valor resultou da aplicação das cláusulas do acordo estabelecido entre a Eureko e o Bank Millennium (Polónia), que estabelecia a correcção do preço de venda em função da verificação de determinados pressupostos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	220.610	413.630
Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	(17.646)	(97.691)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	202.964	315.939

A rubrica Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda inclui, em 2006, os montantes de Euros 39.714.000 e Euros 69.416.000 relativos a mais valias geradas na alienação de acções detidas na EDP – Electricidade de Portugal e Banco Sabadell ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, respectivamente, conforme referido nas notas 22 e 39.

A referida rubrica inclui ainda, em 2006 os montante de Euros 42.600.000 e Euros 29.500.000 relativos às mais valias geradas na alienação dos títulos residuais associadas às operações de securitização Magellan nº3 e nº4, respectivamente, conforme referido na nota 22.

Em 2005, esta rubrica incluía os montantes de Euros 116.254.000, Euros 32.264.000 e Euros 2.770.000 relativos a mais valias geradas na alienação de acções detidas na Banca Intesa, Friends Provident PLC e EDP – Electricidade de Portugal, respectivamente, que foram alienadas ao Fundo de Pensões, conforme referido nas notas 22 e 39.

A referida rubrica incluía ainda, em 2005, o montante de Euros 34.200.000 relativo à mais valia gerada na concretização do mandato de alienação das acções da Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, S.A..

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Prestação de serviços	71.491	86.252
Venda de cheques e outros	35.582	39.960
Proveitos de locação financeira	3.427	3.782
Outros	82.905	71.557
	193.405	201.551
Impostos	36.695	37.294
Donativos e quotizações	4.229	6.861
Outros custos de exploração	33.932	37.481
	74.856	81.636
	118.549	119.915

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Remunerações	636.619	664.867
Encargos sociais obrigatórios	357.032	465.816
Encargos sociais facultativos	23.255	30.337
Outros custos	17.772	26.466
	<u>1.034.678</u>	<u>1.187.486</u>

Conforme referido na nota 48, a rubrica Remunerações inclui, em 2006, o montante de Euros 146.104.000 (2005: Euros 231.575.000) relativo às responsabilidades dos colaboradores reformados antecipadamente durante o exercício, e Euros 110.524.000 (2005: Euros 125.806.000) relativo ao custo com pensões de reforma do exercício.

O valor total de remunerações atribuídas a todos os membros do Conselho de Administração do Banco, no exercício findo em 2006, registados na rubrica de Custos com o pessoal, foi de Euros 26.955.000 (2005: Euros 31.339.000).

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Grupo, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2006	2005
Portugal		
Direcção	1.186	1.260
Enquadramento	2.065	2.409
Específicas / Técnicas	3.368	3.570
Outras funções	4.506	5.160
	<u>11.125</u>	<u>12.399</u>
Estrangeiro	8.343	8.207
	<u>19.468</u>	<u>20.606</u>

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Água, energia e combustíveis	18.866	17.674
Material de consumo corrente	9.810	11.062
Rendas e alugueres	122.438	120.221
Comunicações	47.717	53.921
Deslocações, estadias e representações	25.386	25.254
Publicidade	49.432	43.860
Conservação e reparação	42.374	46.829
Cartões e crédito imobiliário	11.774	20.078
Estudos e consultas	28.038	28.108
Informática	22.701	19.520
Outsourcing e trabalho independente	86.547	76.358
Outros serviços especializados	24.510	26.675
Formação do pessoal	3.399	3.096
Seguros	16.297	18.212
Contencioso	11.797	13.809
Transportes	11.696	9.862
Outros fornecimentos e serviços	46.531	46.422
	<u>579.313</u>	<u>580.961</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência		
Dotação do exercício	558	390
Reversão do exercício	-	(31)
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do exercício	2.710	16.026
Reversão do exercício	(5.363)	(20.970)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do exercício	28.463	46.792
Reversão do exercício	(10.417)	(4.686)
	<u>15.951</u>	<u>37.521</u>

14. Resultados por equivalência patrimonial

Os principais contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Grupo Millenniumbcp Fortis	52.820	39.840
Amortização do VIF do Grupo Millenniumbcp Fortis	(18.088)	(18.088)
Outras empresas	7.315	5.259
	<u>42.047</u>	<u>27.011</u>

15. Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos

O valor desta rubrica referente ao Grupo é composto por:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Alienação de negócios de subsidiárias	131.382	175.043
Outros activos	(742)	(45.481)
	<u>130.640</u>	<u>129.562</u>

A rubrica Alienação de negócios de subsidiárias inclui, em 2006 os montantes de Euros 82.208.000, Euros 26.484.000, Euros 14.781.000 e Euros 7.909.000 relativos à alienação das participações detidas nas sociedades Interbanco, S.A., Banque BCP S.A.S. (França), S.A., Banque BCP Luxemburgo e Bcp Bank Canadá, respectivamente.

A referida rubrica incluía em 2005 os valores de Euros 50.779.000 e Euros 123.512.000, aproximadamente, relativo à alienação da participação na Credilar e no Banco Comercial de Macau, respectivamente.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

16. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros, com referência a 2006 e 2005, é analisado como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Imposto corrente		
do exercício	83.725	71.244
correção de exercícios anteriores	4.211	1.690
	<u>87.936</u>	<u>72.934</u>
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	(113.878)	141.222
Efeito de alterações de taxa	23.694	1.346
Prejuízos fiscais utilizados / (reconhecidos)	154.469	(118.053)
	<u>64.285</u>	<u>24.515</u>
	<u><u>152.221</u></u>	<u><u>97.449</u></u>

O valor de impostos sobre lucros ascende a Euros 152.221.000 (2005: Euros 97.449.000), o que representa uma taxa média de imposto de 15,5 % do resultado consolidado antes de impostos (2005: 10,3%).

A diferença entre a taxa nominal de impostos sobre o rendimento a que as sociedades se encontram sujeitas e a taxa média acima referida resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria colectável, nos termos previstos na legislação aplicável.

O montante negativo de Euros 113.878.000 (2005: Euros 141.222.000) registado na rubrica de Diferenças temporárias inclui o reconhecimento de impostos diferidos associados a instrumentos financeiros derivados não contratados nem transaccionados em bolsa de valores, cujo reconhecimento para efeitos fiscais apenas ocorre no exercício em que os respectivos resultados se considerem realizados e, bem assim, a provisões tributadas no exercício cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá apenas em exercícios futuros.

A rubrica Efeito de alterações de taxa no montante de Euros 23.694.000 inclui o efeito resultante da alteração da taxa e da forma de cálculo da Derrama a aplicar em resultado da promulgação da nova lei das Finanças Locais.

A análise dos principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável e que assumem natureza temporária é apresentada como segue:

- Variações patrimoniais resultantes do registo em resultados transitados das responsabilidades com fundo de pensões e cuidados médicos pós-emprego no âmbito do período de transição para as NCA, e bem assim do registo em reservas das reavaliações dos activos disponíveis para venda;
- Diferença positiva entre o montante registado como custo e o montante registado como proveito no que respeita ao reconhecimento contabilístico de instrumentos financeiros derivados não contratados nem transaccionados em bolsa de valores, no montante de Euros 336.276.000 (2005: valor negativo de Euros 132.853.000), a qual é objecto de ajustamento no exercício, em virtude do seu reconhecimento para efeitos fiscais apenas ocorrer no exercício em que esses custos ou proveitos se considerem realizados;
- Diferença entre os encargos com reformas antecipadas registados em exercícios anteriores, na parte cujo custo é aceite para efeitos fiscais no exercício e as dotações do exercício cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá nos exercícios seguintes, num montante líquido a acrescer à matéria colectável de Euros 94.360.000 (2005: Euros 102.015.000);
- Imputação de lucros de sociedades não residentes cujo imposto efectivamente pago foi igual ou inferior a 60% do imposto que seria devido se as sociedades fossem residentes em território português, acrescidos para efeitos de determinação do lucro tributável do exercício, mas que serão dedutíveis para os mesmos efeitos no exercício da respectiva distribuição, no montante de Euros 28.907.000 (2005: Euros 49.332.000);
- Encargos com provisões para crédito que, nos termos da legislação aplicável, não foram considerados para efeitos de determinação da matéria colectável no exercício de 2006 e que serão objecto de reconhecimento fiscal em exercícios futuros, no montante de Euros 177.824.000 (2005: Euros 101.473.000).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

Principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável que assumem natureza permanente:

- Dividendos recebidos não considerados para a determinação da matéria colectável em virtude da aplicação do mecanismo de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, nos termos da legislação aplicável, no montante de Euros 32.850.000 (2005: Euros 58.251.000);
- Reconhecimento de mais valias fiscais realizadas na alienação de participações sociais no montante de Euros 225.139.000 (2005: Euros 238.834.000);
- Resultado fiscal apurado pelas Sucursais Financeiras Exteriores instaladas na Zona Franca da Madeira não considerado para a determinação da matéria colectável dentro dos limites previstos na lei, por força da isenção temporária aplicável até 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado de sociedades não residentes em território português, no montante de Euros 162.922.000 (2005: Euros 99.487.000);
- Dedução para efeitos de apuramento da matéria colectável correspondente à anulação de encargos não dedutíveis para efeitos fiscais e que haviam sido tributados em exercícios anteriores, no montante de Euros 24.190.000 (2005: Euros 44.600.000);
- Dedução para efeitos de apuramento do lucro tributável correspondente aos benefícios fiscais concedidos à criação de emprego para jovens, bem como juros de dívida pública do Estado de Moçambique, no montante de Euros 26.477.000 (2005: Euros 21.163.000).

A diferença entre a taxa nominal de impostos sobre o rendimento a que as sociedades se encontram sujeitas e a taxa média resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria colectável, nos termos previstos na legislação aplicável.

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes antes referidos é analisada como segue:

	2006		2005	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		984.099		937.936
Taxa de imposto corrente	27,5%	(270.627)	27,5%	(257.932)
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro (i)	-1,2%	11.851	-1,8%	16.638
Despesas não dedutíveis (ii)	4,4%	(43.147)	1,1%	(10.724)
Receitas isentas de imposto ou não tributáveis (iii)	-20,3%	199.626	-17,0%	159.172
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados (iv)	-0,5%	5.359	-0,4%	4.138
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados	0,1%	(639)	0,0%	-
Efeitos de alteração de taxa nos impostos diferidos (v)	2,4%	(23.694)	0,1%	(1.348)
Correcção de anos anteriores (vi)	1,2%	(12.058)	0,2%	(2.091)
Tributação autónoma e imposto suportado no estrangeiro (vii)	0,1%	(890)	0,6%	(5.302)
Límite de utilização de benefícios fiscais (viii)	1,8%	(18.002)	0,0%	-
	15,5%	(152.221)	10,3%	(97.449)

Referências :

- (i) - Diferença entre a taxa de tributação das sociedades residentes no estrangeiro e a taxa marginal de IRC e Derrama;
- (ii) - Corresponde essencialmente a imposto associado a encargos não dedutíveis de sociedades não residentes em território nacional e a 40% do acréscimo de reintegrações relativas a bens do activo imobilizado não dedutíveis nos termos da legislação aplicável;
- (iii) - Trata-se, essencialmente, do imposto associado aos seguintes proveitos isentos de tributação ou não tributáveis:
 - a) Dividendos recebidos e que são dedutíveis para efeitos de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, no montante de Euros 32.850.000 (Imposto: Euros 8.979.000);
 - b) Mais valias realizadas na alienação de participações sociais no montante de Euros 225.139.000 (Imposto: Euros 61.913.000);
 - c) Resultado apurado pelas Sucursais Financeiras Exteriores da Zona Franca da Madeira isento de IRC e resultado de sociedades não residentes em território português, no montante de Euros 162.922.000 (Imposto: Euros 44.804.000);
 - d) Anulação de encargos não dedutíveis para efeitos fiscais e que haviam sido tributados em exercícios anteriores, no montante de Euros 24.110.000 (Imposto: Euros 6.652.000);
 - e) Resultado de sociedades consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, no montante de Euros 42.011.000 já líquido de imposto (Imposto: Euros 11.553.000);
- (iv) - Inclui benefícios fiscais concedidos à criação de emprego para jovens, bem como juros de dívida pública do Estado de Moçambique no montante de Euros 26.477.000 (Imposto: Euros 5.211.000);
- (v) - Corresponde no fundamental à alteração da taxa de imposto diferido das sociedades sediadas em território nacional relativo a diferenças temporárias e a prejuízos fiscais reportáveis de 27,5% para respectivamente 26,5% e 25%, em resultado da aprovação da Lei das Finanças Locais, que implicou uma alteração da forma de cálculo da Derrama e da taxa a aplicar cujo impacto ascendeu a Euros 18.302.000;
- (vi) - Correcções de impostos sobre o rendimento nomeadamente na sequência da finalização de procedimentos da Administração Fiscal iniciados em exercícios anteriores;
- (vii) - Corresponde, no fundamental, a tributação autónoma, nos termos da lei, de despesas de representação e encargos com viaturas, no montante de Euros 800.000;
- (viii) - Corresponde à aplicação do artigo 86º do Código do IRC.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

O montante de impostos diferidos em resultados em 2006 e 2005 é atribuível às seguintes rubricas:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	334	14.430
Outros activos tangíveis	10.040	(9.731)
Perdas por imparidade	(32.284)	145.153
Pensões de reforma	10.620	(1.840)
Operações de securitização	-	(4.309)
Derivados	(62.542)	26.632
Prejuízos fiscais reportáveis	159.748	(118.053)
Outros	(21.631)	(27.767)
Impostos diferidos	64.285	24.515

17. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido	779.894	753.490
Dividendos de acções preferenciais	(48.910)	(32.360)
Resultado líquido ajustado	730.984	721.130
Nº médio de acções	3.604.741.280	3.258.152.954
Resultado por acção básico (euros)	0,20	0,22
Resultado líquido ajustado	730.984	721.130
Nº médio de acções		
Acções Ordinárias	3.604.741.280	3.258.152.954
VMOC's	-	329.117.193
Stock Options - programa 2003	2.535.329	9.360.932
Total	3.607.276.609	3.596.631.079
Resultado por acção diluído (euros)	0,20	0,20

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. O Grupo tem duas categorias de emissões de acções ordinárias diluidoras: (i) dívida convertível e (ii) opções de acções para colaboradores. A dívida convertível deverá ser convertida em acções ordinárias e o lucro ou o prejuízo é ajustado para eliminar o juro líquido de impostos. Para as opções de acções, as acções deverão ser adquiridas ao preço de mercado (determinado pela cotação média anual das acções do Grupo) baseado no valor monetário dos direitos de subscrição associados às opções de acções vivas / existentes. O valor residual das acções será adicionado ao valor das acções ordinárias, não existindo nenhum ajustamento em resultados.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

Em 31 de Dezembro de 2005, os Valores mobiliários de conversão obrigatória foram tratados como instrumentos compostos (de capital e dívida), os quais, de acordo com os critérios aplicáveis, foram separados nas suas duas componentes e contabilizados em capital próprio, na parte considerada instrumento de capital, no montante de Euros 528.207.000 e na rubrica Componente de dívida de valores convertíveis, na parte considerada como instrumento de dívida. De acordo com o previsto na ficha técnica, os referidos instrumentos tiveram o seu vencimento em 30 de Dezembro de 2005. Considerando a cotação na data da conversão, a referida conversão resultou num aumento de capital de Euros 330.930.511. As novas acções foram admitidas à cotação no mercado de cotações oficial da Euronext Lisboa no dia 6 de Janeiro de 2006.

Em 2006 o programa de Stock Options de 2003 foi exercido conforme previsto, pelo que em Março de 2006 foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do programa de Stock Options e que correspondeu à emissão de 22.998.229 acções, conforme referido na nota 46.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

18. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	<u>Euros '000</u>	<u>Euros '000</u>
Caixa	606.126	470.118
Bancos centrais	<u>1.073.095</u>	<u>785.775</u>
	<u>1.679.221</u>	<u>1.255.893</u>

A rubrica de Bancos centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

19. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	<u>Euros '000</u>	<u>Euros '000</u>
Em instituições de crédito no país	8.710	6.641
Em instituições de crédito no estrangeiro	164.492	207.522
Valores a cobrar	<u>744.077</u>	<u>661.441</u>
	<u>917.279</u>	<u>875.604</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	<u>Euros '000</u>	<u>Euros '000</u>
Aplicações em outras instituições de crédito no país	620.445	1.054.690
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	<u>5.954.707</u>	<u>4.990.489</u>
	6.575.152	6.045.179
Crédito vencido - menos de 90 dias	121	-
Crédito vencido - mais de 90 dias	<u>74</u>	<u>3.179</u>
	6.575.347	6.048.358
Imparidade para riscos de crédito	<u>(287)</u>	<u>(14.147)</u>
	<u>6.575.060</u>	<u>6.034.211</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Até 3 meses	6.133.596	4.805.831
3 meses até 6 meses	95.783	293.685
6 meses até 1 ano	56.367	105.768
1 ano até 5 anos	169.831	621.639
Mais de 5 anos	119.575	218.256
Duração indeterminada	195	3.179
	<u>6.575.347</u>	<u>6.048.358</u>

Os movimentos da Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito no Grupo, são analisados como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	14.147	16.524
Outras transferências	(12.412)	2.421
Dotação do exercício	2.530	2.733
Reversão do exercício	(1.178)	(7.430)
Utilização de imparidade	(2.791)	(98)
Diferenças cambiais	(9)	(3)
	<u>287</u>	<u>14.147</u>

21. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Crédito ao sector público	767.982	641.279
Crédito com garantias reais	32.295.178	30.843.605
Crédito com outras garantias	11.535.312	11.068.144
Crédito sem garantias	3.839.085	3.314.518
Crédito sobre o estrangeiro	3.222.763	2.941.029
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.340.170	1.155.482
Capital em locação	4.413.384	3.785.848
	<u>57.413.874</u>	<u>53.749.905</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	62.149	58.114
Crédito vencido - mais de 90 dias	436.265	445.528
	<u>57.912.288</u>	<u>54.253.547</u>
Imparidade para riscos de crédito	(1.252.236)	(1.344.432)
	<u>56.660.052</u>	<u>52.909.115</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Curto prazo</i>		
Crédito descontado titulado por efeitos	1.398.819	1.474.610
Crédito em conta corrente	4.763.343	5.526.755
Descobertos em depósitos à ordem	2.264.212	2.423.430
Empréstimos	8.512.369	6.562.594
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.340.170	1.155.482
	<u>18.278.913</u>	<u>17.142.871</u>
<i>Médio e longo prazo</i>		
Crédito descontado titulado por efeitos	175.067	167.927
Empréstimos	11.391.071	12.948.893
Crédito imobiliário	23.155.439	19.704.366
Capital em locação	4.413.384	3.785.848
	<u>39.134.961</u>	<u>36.607.034</u>
	57.413.874	53.749.905
Crédito vencido - menos de 90 dias	62.149	58.114
Crédito vencido - mais de 90 dias	436.265	445.528
	57.912.288	54.253.547
Imparidade para riscos de crédito	<u>(1.252.236)</u>	<u>(1.344.432)</u>
	<u>56.660.052</u>	<u>52.909.115</u>

A rubrica de Crédito vencido inclui os valores que na data de balanço se encontravam efectivamente em mora, pelo que não consideram o valor do crédito vincendo total de clientes do Banco não sujeitos à imparidade colectiva e que registavam crédito vencido, que em 31 de Dezembro de 2006 ascendia a Euros 983.132.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 850.486.000).

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Agricultura e silvicultura	446.411	396.312
Indústrias extractivas	158.331	165.116
Alimentação, bebidas e tabaco	593.105	623.776
Têxteis	700.896	761.688
Madeira e cortiça	306.629	293.131
Papel, artes gráficas e editoras	284.544	235.173
Químicas	1.040.093	1.022.475
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.076.317	1.051.839
Electricidade, água e gás	560.690	545.784
Construção	5.878.559	5.587.546
Comércio a retalho	2.028.646	1.852.717
Comércio por grosso	2.690.710	2.671.973
Restaurantes e hotéis	997.247	845.208
Transportes e comunicações	1.502.572	1.389.667
Serviços	10.300.999	9.572.772
Crédito ao consumo	4.166.350	3.747.188
Crédito hipotecário	20.748.158	19.693.976
Outras actividades nacionais	930.797	788.348
Outras actividades internacionais	3.501.234	3.008.858
	57.912.288	54.253.547
Imparidade para riscos de crédito	<u>(1.252.236)</u>	<u>(1.344.432)</u>
	<u>56.660.052</u>	<u>52.909.115</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A análise do crédito sobre clientes, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o período findo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Crédito sobre clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Agricultura e silvicultura	225.187	146.162	70.414	4.648	446.411
Indústrias extractivas	86.041	37.404	30.843	4.043	158.331
Alimentação, bebidas e tabaco	330.313	144.716	108.438	9.638	593.105
Têxteis	404.820	127.301	144.313	24.462	700.896
Madeira e cortiça	230.768	47.226	24.173	4.462	306.629
Papel, artes gráficas e editoras	147.332	85.469	49.273	2.470	284.544
Químicas	574.049	255.646	203.071	7.327	1.040.093
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	590.091	255.254	211.241	19.731	1.076.317
Electricidade, água e gás	139.393	65.486	355.089	722	560.690
Construção	3.137.769	1.678.705	917.823	144.262	5.878.559
Comércio a retalho	1.067.873	458.049	483.338	19.386	2.028.646
Comércio por grosso	1.666.169	442.868	545.898	35.775	2.690.710
Restaurantes e hotéis	281.954	232.616	476.358	6.319	997.247
Transportes e comunicações	527.201	494.482	467.356	13.533	1.502.572
Serviços	4.347.789	3.309.473	2.599.901	43.836	10.300.999
Crédito ao consumo	1.508.229	1.729.343	850.913	77.865	4.166.350
Crédito hipotecário	66.088	294.947	20.319.019	68.104	20.748.158
Outras actividades nacionais	497.370	131.585	298.199	3.643	930.797
Outras actividades internacionais	1.975.884	453.354	1.063.808	8.188	3.501.234
	17.804.320	10.390.086	29.219.468	498.414	57.912.288

A análise do crédito sobre clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o período findo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Crédito sobre clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito ao sector público	691.247	50.357	26.378	977	768.959
Crédito com garantias reais	3.653.373	6.417.918	22.223.887	276.988	32.572.166
Crédito com outras garantias	6.740.699	352.461	4.442.152	80.016	11.615.328
Crédito sem garantias	3.495.313	342.711	1.061	106.669	3.945.754
Crédito sobre o estrangeiro	1.682.098	1.360.488	180.177	1.651	3.224.414
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.340.170	-	-	2.965	1.343.135
Capital em locação	201.420	1.866.151	2.345.813	29.148	4.442.532
	17.804.320	10.390.086	29.219.468	498.414	57.912.288

A rubrica Crédito a clientes do Grupo inclui o efeito das seguintes operações:

- securitizações tradicionais detidas por SPE's sujeitos a consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b).
- securitizações sintéticas.

As operações de securitização celebradas pelo Grupo BCP respeitam na sua maior parte a créditos hipotecários, empréstimos a empresas e títulos. Para este efeito, as securitizações tradicionais e sintéticas celebradas são concretizadas através de entidades de finalidades especial (SPEs). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, estas SPEs são incluídas na consolidação pelo método integral.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	Tradicionais		Sintéticas		Total	
	2006 Euros '000	2005 Euros '000	2006 Euros '000	2005 Euros '000	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Crédito ao consumo	223.149	455.906	-	-	223.149	455.906
Crédito hipotecário	-	1.448.645	-	-	-	1.448.645
Empréstimos a empresas	-	-	3.049.140	3.016.969	3.049.140	3.016.969
	<u>223.149</u>	<u>1.904.551</u>	<u>3.049.140</u>	<u>3.016.969</u>	<u>3.272.289</u>	<u>4.921.520</u>

No decurso do exercício de 2006, o Grupo procedeu à alienação dos títulos residuais associados às operações de securitização Magellan nº 3 e nº 4 pelo que as respectivas SPE's deixaram de ser consolidados nas contas do Grupo por cumprir com os critérios de desconhecimento referidos na política contabilística 1 g). As alienações dos títulos residuais associadas a estas operações geraram mais valias nas contas consolidadas no montante de Euros 42.600.000 e Euros 29.500.000 respectivamente, conforme referido na nota 7.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Valor bruto	5.510.286	4.501.925
Juros ainda não devidos	<u>(1.096.902)</u>	<u>(716.077)</u>
Valor líquido	<u>4.413.384</u>	<u>3.785.848</u>

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Agricultura e silvicultura	8.925	12.520
Indústrias extractivas	2.760	4.239
Alimentação, bebidas e tabaco	5.895	8.037
Têxteis	14.682	21.802
Madeira e cortiça	951	882
Papel, artes gráficas e editoras	1.830	1.730
Químicas	1.924	2.530
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	8.286	11.553
Electricidade, água e gás	43	64
Construção	15.716	30.083
Comércio a retalho	12.238	16.256
Comércio por grosso	18.007	27.178
Restaurantes e hotéis	8.534	13.365
Transportes e comunicações	5.630	21.082
Serviços	27.339	46.233
Crédito ao consumo	28.165	31.080
Crédito hipotecário	13.204	2.125
Outras actividades nacionais	2.802	4.228
Outras actividades internacionais	<u>2.501</u>	<u>3.495</u>
	<u>179.432</u>	<u>258.482</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.321.284	1.224.032
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	(3.979)	(23.654)
Outras transferências	2.010	59.277
Dotação do exercício	464.373	554.042
Reversão do exercício	(184.043)	(202.095)
Utilização de imparidade	(359.846)	(300.716)
Diferenças cambiais	(10.876)	10.398
Saldo em 31 de Dezembro	1.228.923	1.321.284
<i>Imparidade para crédito reestruturado:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	23.148	53.175
Transferências	165	(30.027)
Saldo em 31 de Dezembro	23.313	23.148
	1.252.236	1.344.432

Em conformidade com a política do Grupo, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2006:

	Classes de incumprimento					Total
	Até 3 meses	3-6 meses	6-12 meses	1-3 anos	Mais 3 anos	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito vencido com garantia	39.941	47.612	168.960	114.287	20.945	391.745
Imparidade existente	889	5.314	57.808	67.701	20.945	152.657
Crédito vencido sem garantia	22.208	21.764	38.555	18.869	5.273	106.669
Imparidade existente	224	5.441	21.129	18.869	5.273	50.936
Total de crédito vencido	62.149	69.376	207.515	133.156	26.218	498.414
Total da imparidade para crédito vencido	1.113	10.755	78.937	86.570	26.218	203.593
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros créditos						1.025.330
Total da imparidade para crédito reestruturado						23.313
Total da imparidade para riscos de crédito						1.252.236

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

O valor do crédito sobre clientes sujeito a imparidade individual é analisado conforme segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Crédito vencido	498.414	503.642
Crédito vincendo associado a vencido	983.132	850.486
Crédito restructurado	179.432	258.482
	<u>1.660.978</u>	<u>1.612.610</u>

A análise da imparidade por sectores de actividade para o Grupo, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Agricultura e silvicultura	11.408	25.248
Indústrias extractivas	23.397	23.006
Alimentação, bebidas e tabaco	26.092	38.339
Têxteis	85.525	71.395
Madeira e cortiça	10.479	8.627
Papel, artes gráficas e editoras	9.338	14.356
Químicas	9.992	10.984
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	74.027	87.976
Electricidade, água e gás	1.435	758
Construção	176.870	172.465
Comércio a retalho	43.541	50.646
Comércio por grosso	131.763	156.792
Restaurantes e hotéis	23.139	27.251
Transportes e comunicações	27.548	30.041
Serviços	202.159	258.919
Crédito ao consumo	124.073	127.376
Crédito hipotecário	199.898	189.916
Outras actividades nacionais	8.664	9.408
Outras actividades internacionais	62.888	40.929
	<u>1.252.236</u>	<u>1.344.432</u>

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Crédito ao sector público	2.124	1.572
Crédito com garantias reais	624.698	745.921
Crédito com outras garantias	176.804	153.934
Crédito sem garantias	412.472	375.457
Crédito sobre o estrangeiro	8.030	30.160
Crédito tomado em operações de 'factoring'	4.016	755
Capital em locação	24.092	36.633
	<u>1.252.236</u>	<u>1.344.432</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

A anulação de crédito por utilização de imparidade, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	8.118	7.147
Indústrias extractivas	4.724	1.187
Alimentação, bebidas e tabaco	8.273	4.239
Têxteis	17.432	33.139
Madeira e cortiça	2.403	8.374
Papel, artes gráficas e editoras	1.304	1.518
Químicas	1.514	2.410
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	13.097	10.107
Electricidade, água e gás	47	153
Construção	27.338	44.558
Comércio a retalho	15.362	15.517
Comércio por grosso	41.482	35.346
Restaurantes e hotéis	6.621	5.836
Transportes e comunicações	7.519	6.349
Serviços	117.533	31.319
Crédito ao consumo	55.223	78.957
Crédito hipotecário	25.550	10.011
Outras actividades nacionais	3.081	2.441
Outras actividades internacionais	3.225	2.108
	<u>359.846</u>	<u>300.716</u>

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização de imparidade, quando esta, de acordo com a política contabilística referida na nota 1e), corresponda a 100% do valor do crédito. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorreram, conforme nota 12.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	108.526	124.475
Crédito com outras garantias	58.610	61.108
Crédito sem garantias	182.988	106.152
Crédito sobre o estrangeiro	5.254	8.336
Crédito tomado em operações de 'factoring'	933	-
Capital em locação	3.535	645
	<u>359.846</u>	<u>300.716</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A recuperação de créditos e de juros anulados, efectuada no decorrer de 2006 e 2005, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Agricultura e silvicultura	4.178	7.777
Indústrias extractivas	2.095	736
Alimentação, bebidas e tabaco	3.117	4.403
Têxteis	9.127	21.165
Madeira e cortiça	1.969	4.792
Papel, artes gráficas e editoras	762	2.360
Químicas	365	2.370
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	10.103	11.475
Electricidade, água e gás	7	-
Construção	15.628	26.526
Comércio a retalho	11.710	12.162
Comércio por grosso	21.419	22.904
Restaurantes e hotéis	5.552	4.096
Transportes e comunicações	3.500	4.502
Serviços	14.053	28.025
Crédito ao consumo	28.861	64.105
Crédito hipotecário	15.957	8.770
Outras actividades nacionais	1.490	2.145
Outras actividades internacionais	2.046	5.443
	<u>151.939</u>	<u>233.756</u>

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer de 2006 e 2005, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Crédito ao sector público	12	-
Crédito com garantias reais	48.671	91.203
Crédito com outras garantias	18.675	66.105
Crédito sem garantias	82.508	61.115
Crédito sobre o estrangeiro	1.580	14.269
Capital em locação	493	1.064
	<u>151.939</u>	<u>233.756</u>

22. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2.789.843	3.092.530
De outros emissores	2.215.605	1.632.160
	5.005.448	4.724.690
Títulos vencidos	5.427	5.733
Imparidade para títulos vencidos	(5.427)	(5.733)
	5.005.448	4.724.690
Ações e outros títulos de rendimento variável	1.392.907	1.218.535
	6.398.355	5.943.225
Derivados de negociação	745.255	1.034.023
	<u>7.143.610</u>	<u>6.977.248</u>

A rubrica Derivados de negociação inclui a valorização dos derivativos embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 e), no montante de Euros 27.798.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 25.751.000).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo, é a seguinte:

	2006			2005		
	Títulos			Títulos		
	Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Total Euros '000	Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	348.840	116.148	464.988	247.265	272.272	519.537
Estrangeiros	1.068.183	750.635	1.818.818	459.285	1.229.341	1.688.626
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	41.231	336.238	377.469	59.397	428.444	487.841
Estrangeiros	193.651	137.023	330.674	59.054	483.338	542.392
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública						
	135.773	370.264	506.037	456.595	427.772	884.367
Papel comercial	-	1.512.132	1.512.132	-	607.660	607.660
Outros títulos	-	757	757	-	-	-
	<u>1.787.678</u>	<u>3.223.197</u>	<u>5.010.875</u>	<u>1.281.596</u>	<u>3.448.827</u>	<u>4.730.423</u>
Cotados	1.708.449	1.148.487	2.856.936	873.853	2.639.915	3.513.768
Não cotados	79.229	2.074.710	2.153.939	407.743	808.912	1.216.655
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	99.470	666.159	765.629	13.052	630.579	643.631
Estrangeiras	16.767	207.572	224.339	9.474	213.741	223.215
Unidades de participação	83.554	319.385	402.939	8.067	343.622	351.689
	<u>199.791</u>	<u>1.193.116</u>	<u>1.392.907</u>	<u>30.593</u>	<u>1.187.942</u>	<u>1.218.535</u>
Cotados	126.168	681.720	807.888	30.299	673.642	703.941
Não cotados	73.623	511.396	585.019	294	514.300	514.594
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)	-	(5.733)	(5.733)
	<u>1.987.469</u>	<u>4.410.886</u>	<u>6.398.355</u>	<u>1.312.189</u>	<u>4.631.036</u>	<u>5.943.225</u>
Derivados de negociação	745.255	-	745.255	1.034.023	-	1.034.023
	<u>2.732.724</u>	<u>4.410.886</u>	<u>7.143.610</u>	<u>2.346.212</u>	<u>4.631.036</u>	<u>6.977.248</u>

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 d) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 39. Este montante no valor de Euros 463.713.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 341.245.000) é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 141.557.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 206.793.000).

No decurso do exercício de 2006 foram alienadas, ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, acções detidas na EDP – Electricidade de Portugal e Banco Sabadell, conforme referido nas notas 7 e 39.

No decurso de 2006 foram igualmente alienadas os títulos residuais associados às operações de securitização Magellan nº3 e nº4, conforme referido na nota 7.

No decurso do segundo semestre de 2005, foram alienadas as participações financeiras detidas na ONI e na Banca Intesa, para as quais existiam perdas por imparidade no montante de Euros 316.607.000 e Euros 100.700.000, respectivamente.

No decurso de 2005, foram alienados as acções detidas na Friends Provident e EDP – Electricidade de Portugal, conforme referido nas notas 7 e 39.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	119	115.542	349.327	-	464.988
Estrangeiros	283	174.232	1.644.303	-	1.818.818
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	27.685	40.942	303.415	5.427	377.469
Estrangeiros	6.528	15.118	309.028	-	330.674
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública					
	128.718	83.041	294.278	-	506.037
Papel comercial	854.482	657.650	-	-	1.512.132
Outros títulos	-	-	757	-	757
	<u>1.017.815</u>	<u>1.086.525</u>	<u>2.901.108</u>	<u>5.427</u>	<u>5.010.875</u>
Cotados	114.040	355.010	2.387.886	-	2.856.936
Não cotados	903.775	731.515	513.222	5.427	2.153.939
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais				765.629	765.629
Estrangeiras				224.339	224.339
Unidades de participação					
				402.939	402.939
				<u>1.392.907</u>	<u>1.392.907</u>
Cotados				807.888	807.888
Não cotados				585.019	585.019
Imparidade para títulos vencidos					
				(5.427)	(5.427)
	<u>1.017.815</u>	<u>1.086.525</u>	<u>2.901.108</u>	<u>1.392.907</u>	<u>6.398.355</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	8.006	147.890	363.641	-	519.537
Estrangeiros	17.976	402.880	1.267.770	-	1.688.626
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	80.419	89.836	311.853	5.733	487.841
Estrangeiros	22.034	255.505	264.853	-	542.392
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública					
	397.841	112.330	374.196	-	884.367
Papel comercial					
	442.978	164.682	-	-	607.660
	<u>969.254</u>	<u>1.173.123</u>	<u>2.582.313</u>	<u>5.733</u>	<u>4.730.423</u>
Cotados					
	454.823	918.065	2.140.880	-	3.513.768
Não cotados					
	514.431	255.058	441.433	5.733	1.216.655
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais				643.631	643.631
Estrangeiras				223.215	223.215
Unidades de participação					
				351.689	351.689
				<u>1.218.535</u>	<u>1.218.535</u>
Cotados					
				703.941	703.941
Não cotados					
				514.594	514.594
Imparidade para títulos vencidos					
				(5.733)	(5.733)
	<u>969.254</u>	<u>1.173.123</u>	<u>2.582.313</u>	<u>1.218.535</u>	<u>5.943.225</u>

A análise da carteira de activos financeiros disponíveis para venda relativa a títulos securitizados, detidos por SPE's, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de outros emissores		
Nacionais	191.948	281.333
Estrangeiros	22.635	120.827
	<u>214.583</u>	<u>402.160</u>
Cotados		
	210.016	91.914
Não cotados		
	4.567	310.246
	<u>214.583</u>	<u>402.160</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Obrigações Euros '000	Ações Euros '000	Outros Activos Financeiros Euros '000	Títulos Vencidos Euros '000	Total Bruto Euros '000
Indústrias extractivas	-	74	-	-	74
Alimentação, bebidas e tabaco	-	1	28.767	-	28.768
Têxteis	-	88	29.978	1.037	31.103
Madeira e cortiça	-	-	2.009	126	2.135
Papel, artes gráficas e editoras	37	4.808	28.063	-	32.908
Químicas	-	22	19.302	-	19.324
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	31	8.389	6.376	187	14.983
Electricidade, água e gás	18.615	284.344	340.176	-	643.135
Construção	40.007	2.498	49.985	645	93.135
Comércio por grosso	-	497	55.501	63	56.061
Restaurantes e hotéis	-	51	18.945	-	18.996
Transportes e comunicações	138.609	9.119	4.507	17	152.252
Serviços	503.810	477.340	1.332.170	3.352	2.316.672
Outras actividades internacionais	1.607	202.737	49	-	204.393
	<u>702.716</u>	<u>989.968</u>	<u>1.915.828</u>	<u>5.427</u>	<u>3.613.939</u>
Títulos Públicos	2.283.806	-	506.037	-	2.789.843
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	<u>2.986.522</u>	<u>989.968</u>	<u>2.421.865</u>	<u>-</u>	<u>6.398.355</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

	Obrigações Euros '000	Ações Euros '000	Outros Activos Financeiros Euros '000	Títulos Vencidos Euros '000	Total Bruto Euros '000
Indústrias extractivas	-	40	-	-	40
Alimentação, bebidas e tabaco	-	1	56.990	-	56.991
Têxteis	-	87	12.005	882	12.974
Madeira e cortiça	-	-	-	998	998
Papel, artes gráficas e editoras	-	4.958	34.294	-	39.252
Químicas	3.085	206	17.356	-	20.647
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	91	609	6.431	399	7.530
Electricidade, água e gás	75.173	284.642	5.318	-	365.133
Construção	59.730	1.406	42.482	1.996	105.614
Comércio a retalho	-	-	-	207	207
Comércio por grosso	-	83	47.352	555	47.990
Restaurantes e hotéis	-	51	33.333	-	33.384
Transportes e comunicações	16.361	6.121	703.788	529	726.799
Serviços	865.582	568.632	-	167	1.434.381
Outras actividades internacionais	4.478	10	-	-	4.488
	<u>1.024.500</u>	<u>866.846</u>	<u>959.349</u>	<u>5.733</u>	<u>2.856.428</u>
Títulos Públicos	2.208.163	-	884.367	-	3.092.530
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.733)	(5.733)
	<u>3.232.663</u>	<u>866.846</u>	<u>1.843.716</u>	<u>-</u>	<u>5.943.225</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2006			Fair values		
	Nocionais com prazo remanescente			Total	Activo	Passivo
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano			
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	10.205.277	12.255.119	17.662.182	40.122.578	433.603	324.075
Opções de taxa de juro (compra)	85.180	219.950	1.019.755	1.324.885	7.001	-
Opções de taxa de juro (venda)	159.640	262.250	1.018.768	1.440.658	-	7.268
	<u>10.450.097</u>	<u>12.737.319</u>	<u>19.700.705</u>	<u>42.888.121</u>	<u>440.604</u>	<u>331.343</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	282.487	270.311	186.150	738.948	-	-
Opções de taxa de juro (compra)	513.932	513.895	-	1.027.827	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	749.801	613.895	-	1.363.696	-	-
	<u>1.546.220</u>	<u>1.398.101</u>	<u>186.150</u>	<u>3.130.471</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	688.564	4.861	3.782	697.207	26.201	3.016
Swaps de moeda	6.275.808	3.609.972	-	9.885.780	134.056	269.206
Opções cambiais (compra)	24.101	7.170	7.310	38.581	691	-
Opções cambiais (venda)	23.119	7.170	7.777	38.066	-	681
	<u>7.011.592</u>	<u>3.629.173</u>	<u>18.869</u>	<u>10.659.634</u>	<u>160.948</u>	<u>272.903</u>
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	45.497	110.624	710.409	866.530	17.294	15.275
Opções acções/índices (compra)	1.579.918	40.000	1.640.218	3.260.136	71.600	-
Opções acções/índices (venda)	1.579.918	-	1.640.218	3.220.136	-	68.625
Futuros de acções/índices	-	-	50.000	50.000	-	-
	<u>3.205.333</u>	<u>150.624</u>	<u>4.040.845</u>	<u>7.396.802</u>	<u>88.894</u>	<u>83.900</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de acções/índices	52.024	-	-	52.024	-	-
Opções acções/índices (compra)	76.776	-	-	76.776	-	-
Opções acções/índices (venda)	-	78.139	-	78.139	-	-
	<u>128.800</u>	<u>78.139</u>	<u>-</u>	<u>206.939</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
'Credit Default Swaps' (CDS)	31.497	48.099	8.084.473	8.164.069	915	19.258
Outros	71.355	201.419	1.379.263	1.652.037	26.096	50.191
	<u>102.852</u>	<u>249.518</u>	<u>9.463.736</u>	<u>9.816.106</u>	<u>27.011</u>	<u>69.449</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	20.769.874	16.766.634	33.224.155	70.760.663	717.457	757.595
Bolsa	1.675.020	1.476.240	186.150	3.337.410	-	-
Derivados embutidos					27.798	54.890
	<u>22.444.894</u>	<u>18.242.874</u>	<u>33.410.305</u>	<u>74.098.073</u>	<u>745.255</u>	<u>812.485</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

	2005			Fair values		
	Nacionais com prazo remanescente			Activo Euros '000	Passivo Euros '000	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000			Total Euros '000
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	26.374.851	22.118.947	16.061.037	64.554.835	580.048	440.527
Opções de taxa de juro (compra)	14.260	155.752	1.809.034	1.979.046	16.365	-
Opções de taxa de juro (venda)	36.500	180.666	1.272.710	1.489.876	-	17.308
	<u>26.425.611</u>	<u>22.455.365</u>	<u>19.142.781</u>	<u>68.023.757</u>	<u>596.413</u>	<u>457.835</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	534.712	58.090	-	592.802	-	-
Opções de taxa de juro (compra)	115.344	-	-	115.344	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	430.689	-	-	430.689	-	-
	<u>1.080.745</u>	<u>58.090</u>	<u>-</u>	<u>1.138.835</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	921.484	222.640	-	1.144.124	8.930	-
Swaps de moeda	4.482.854	2.550.025	3.931	7.036.810	235.525	136.252
Opções cambiais (compra)	20.871	16.842	12.471	50.184	976	-
Opções cambiais (venda)	17.611	18.377	11.107	47.095	12	1.022
	<u>5.442.820</u>	<u>2.807.884</u>	<u>27.509</u>	<u>8.278.213</u>	<u>245.443</u>	<u>137.274</u>
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	119.394	186.599	399.513	705.506	30.857	6.337
Opções acções/índices (compra)	-	-	1.251.440	1.251.440	99.411	-
Opções acções/índices (venda)	-	-	1.251.450	1.251.450	-	99.737
Outros contratos de acções/índices	-	-	50.000	50.000	-	-
	<u>119.394</u>	<u>186.599</u>	<u>2.952.403</u>	<u>3.258.396</u>	<u>130.268</u>	<u>106.074</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros sobre acções	10.869	-	-	10.869	-	-
Opções acções/índices (venda)	291	-	-	291	-	255
	<u>11.160</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.160</u>	<u>-</u>	<u>255</u>
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
'Credit Default Swaps' (CDS)	-	368.134	8.352.397	8.720.531	11.712	17.900
Outros	2.458	38.575	1.378.720	1.419.753	24.436	29.951
	<u>2.458</u>	<u>406.709</u>	<u>9.731.117</u>	<u>10.140.284</u>	<u>36.148</u>	<u>47.851</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	31.990.283	25.856.557	31.853.810	89.700.650	1.008.272	749.034
Bolsa	1.091.905	58.090	-	1.149.995	-	255
Derivados embuidos						
					25.751	57.809
	<u>33.082.188</u>	<u>25.914.647</u>	<u>31.853.810</u>	<u>90.850.645</u>	<u>1.034.023</u>	<u>807.098</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Activo:		
Swaps	153.843	80.835
Outros	28.198	-
	<u>182.041</u>	<u>80.835</u>
Passivo:		
Swaps	117.775	34.957
Outros	3.786	-
	<u>121.561</u>	<u>34.957</u>

O Grupo contrata instrumentos financeiros para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro e cambial. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de cash-flows ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, o Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da norma IAS 39, passou a adoptar a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de justo valor e apresenta na sua carteira de derivados, principalmente swaps de taxa de juro, que estão a cobrir variações de justo valor do risco de taxa de juro de Títulos emitidos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o período em análise foi registado por contrapartida de resultados o montante de Euros 15.485.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 19.551.000), correspondendo à parcela inefectiva das referidas coberturas de justo valor. O Grupo também designou um conjunto de créditos concedidos a taxa fixa com prazo superior a um ano, para os quais adoptou uma política de cobertura de carteiras, no que respeita às variações decorrentes da evolução da taxa de juro. As referidas relações de cobertura registaram inefectividade no período em análise no montante de Euros 656.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 3.208.000).

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Crédito	(16.838)	(5.907)
Depósitos / Empréstimos	(7.432)	(1.602)
Títulos emitidos	60.658	(50.915)
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>(185)</u>	<u>(124)</u>
	<u>36.203</u>	<u>(58.548)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 Dezembro 2006, é a seguinte:

	2006					
	Nacionais com prazo remanescente			Fair values		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de cobertura de fair values com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	155.008	1.553.462	7.699.327	9.407.797	153.843	117.775
Opções de taxa de juro (compra)	-	-	674	674	-	-
	<u>155.008</u>	<u>1.553.462</u>	<u>7.700.001</u>	<u>9.408.471</u>	<u>153.843</u>	<u>117.775</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	64.541	320.003	286.882	671.426	28.198	3.786
Opções de taxa de juro (compra)	17.144	-	-	17.144	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	17.144	-	-	17.144	-	-
	<u>98.829</u>	<u>320.003</u>	<u>286.882</u>	<u>705.714</u>	<u>28.198</u>	<u>3.786</u>
	<u>253.837</u>	<u>1.873.465</u>	<u>7.986.883</u>	<u>10.114.185</u>	<u>182.041</u>	<u>121.561</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 Dezembro 2005, é a seguinte:

	2005					
	Nacionais com prazo remanescente			Fair values		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de cobertura de fair values com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	151.000	1.285.509	6.713.086	8.149.595	80.835	34.957
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	135.315	229.588	375.000	739.903	-	-
	<u>286.315</u>	<u>1.515.097</u>	<u>7.088.086</u>	<u>8.889.498</u>	<u>80.835</u>	<u>34.957</u>

24. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Instituições de crédito residentes	11.124	9.766
Instituições de crédito não residentes	17.787	-
Outras empresas residentes	288.573	266.940
Outras empresas não residentes	126	315
	<u>317.610</u>	<u>277.021</u>
Não cotados	317.610	277.021

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Banque BCP, S.A.S.	14.142	-
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	3.645	-
Millenniumpcp Fortis Seguros S.G.P.S., S.A.	268.677	247.799
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	13.657	12.610
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	11.124	9.766
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	6.239	6.530
Outras	126	316
	<u>317.610</u>	<u>277.021</u>
Equivalência patrimonial	317.610	277.021

Os principais indicadores das associadas são analisados como segue:

	Activos	Passivos	Proveitos	Lucro do exercício
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
2006				
Millenniumpcp Fortis Seguros S.G.P.S., S.A.	10.510.565	9.429.623	1.244.839	70.434
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (*)	148.244	86.003	116.380	5.097
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A. (*)	246.624	209.929	266.756	12.818
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	221.290	208.812	67.961	(580)
2005				
Millenniumpcp Fortis Seguros S.G.P.S., S.A.	9.710.691	8.653.226	1.470.621	39.423
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	128.623	66.898	113.701	5.097
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	230.456	196.379	272.200	12.818
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	227.966	214.907	67.296	687

(*) - valores estimados.

Os valores de investimento na Millenniumcp Fortis corresponde à participação de 49% na sociedade pelo método da equivalência patrimonial. A relação das empresas do Grupo é apresentada na nota 54.

O Grupo limita a sua exposição em investimentos no estrangeiro, através do financiamento do seu investimento líquido em operações no estrangeiro principalmente com empréstimos nas mesmas moedas em que efectua esses investimentos, de modo a mitigar o risco de taxas de câmbio. A informação dos investimentos líquidos, devidos pelo Grupo, em instituições estrangeiras e dos financiamentos utilizados na cobertura dos mesmos, é apresentado como se segue:

Participada	Moeda	Investimento líquido	Financiamento de cobertura	Investimento líquido	Financiamento de cobertura
		Moeda '000	Moeda '000	Euros '000	Euros '000
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	CHF	96.487	110.000	60.045	68.454
BCP Capital Finance Limited	USD	90	90	68	68
BCP Bank & Trust Company Ltd.	USD	340.000	340.000	258.162	258.162
BCP Finance Bank Ltd	USD	337.000	337.000	255.885	255.885
BCP Finance Company, Ltd	USD	1	1	1	1
BCP Bank National Association	USD	86.488	93.661	72.310	78.307
BII Finance Company Limited	USD	25	25	19	19

A informação relativa aos ganhos e perdas em financiamentos utilizados para a cobertura dos investimentos em instituições estrangeiras, reconhecido em reservas cambiais, é apresentado no mapa de alterações na situação líquida.

A inefectividade gerada por estas relações de cobertura é registada em resultados do exercício, conforme descrito na política contabilística I e).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

25. Activos e passivos não correntes detidos para venda

Durante o terceiro trimestre de 2005, o Grupo concluiu as negociações com vista à venda das seguintes subsidiárias:

Interbanco

No decurso do terceiro trimestre de 2005 o Grupo chegou a acordo com vista à alienação da sua participação no capital social do Interbanco, S.A. Em Janeiro de 2006, foi concluído o processo de alienação da participação de 50,001% no capital social do Interbanco. O adquirente foi o Santander Consumer Finance, entidade nomeada pela SAG, Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., no âmbito do exercício de um direito de preferência.

Banque BCP (França e Luxemburgo)

Na sequência das negociações entre o Grupo e a Caisse Nationale des Caisses d'Espargne, com vista ao estabelecimento de uma parceria, com tomada de parte do capital dos bancos Banque BCP S.A.S (França) e Banque BCP Luxemburgo, o Grupo completou no decurso do exercício de 2006, as alienações de uma percentagem de 80,1%.

No âmbito destas operações e de acordo com o definido na IFRS 5, os respectivos activos e passivos das subsidiárias foram apresentados como segue:

- O total de activos, passivos e capitais próprios atribuíveis ao Grupo, passaram a ser apresentados em três linhas separadas de balanço, e os custos e proveitos do período, atribuíveis, são relevados nas demonstrações de resultados consolidados nas linhas referidas;
- Até ao momento da venda, o Grupo continuou a consolidar em reservas e resultados, as variações ocorridas na situação patrimonial das respectivas subsidiárias.

As principais rubricas relativas às subsidiárias classificadas como Activos não correntes disponíveis para venda são analisadas conforme segue:

	2005			Total Euros '000
	Interbanco Euros '000	Banque BCP (França) Euros '000	Banque BCP (Luxemburgo) Euros '000	
<i>Activos</i>				
Aplicações em instituições de crédito	-	393.116	104.413	497.529
Créditos a clientes	833.593	581.863	238.771	1.654.227
Outros activos	59.439	174.428	10.588	244.455
	<u>893.032</u>	<u>1.149.407</u>	<u>353.772</u>	<u>2.396.211</u>
<i>Passivos</i>				
Depósitos em instituições de crédito	664.062	15.592	244.217	923.871
Depósitos de clientes	3.354	1.018.946	83.377	1.105.677
Títulos de dívida emitidos	5.568	-	6.349	11.917
Passivos subordinados	35.106	30.000	-	65.106
Outros passivos	132.141	21.340	3.502	156.983
	<u>840.231</u>	<u>1.085.878</u>	<u>337.445</u>	<u>2.263.554</u>
<i>Situação Líquida (incluindo Interesses minoritários)</i>	<u>52.801</u>	<u>63.529</u>	<u>16.327</u>	<u>132.657</u>
	<u>893.032</u>	<u>1.149.407</u>	<u>353.772</u>	<u>2.396.211</u>

Em 2006, conforme referido na nota 45, estas alienações foram concretizadas tendo os activos e passivos das subsidiárias sido desconhecidos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

26. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Imóveis	1.035.789	1.101.269
Equipamento		
Mobiliário	101.901	93.493
Máquinas	55.886	55.043
Equipamento informático	310.552	315.245
Instalações interiores	141.790	141.042
Viaturas	19.136	15.881
Equipamento de segurança	80.157	79.729
Obras em curso	44.242	45.984
Outros activos tangíveis	43.223	40.633
	<u>1.832.676</u>	<u>1.888.319</u>
<i>Amortizações e imparidade acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(91.154)	(114.667)
Relativas a exercícios anteriores	(1.000.225)	(935.051)
	<u>(1.091.379)</u>	<u>(1.049.718)</u>
	<u>741.297</u>	<u>838.601</u>

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis durante o ano de 2006 são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições / Dotações Euros '000	Alienações / Abates Euros '000	Transferências Euros '000	Diferenças cambiais Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>						
Imóveis	1.101.269	35.818	(72.805)	(17.915)	(10.578)	1.035.789
Equipamento						
Mobiliário	93.493	5.952	(1.834)	6.572	(2.282)	101.901
Máquinas	55.043	4.531	(2.554)	(914)	(220)	55.886
Equipamento informático	315.245	20.779	(20.213)	(2.467)	(2.792)	310.552
Instalações interiores	141.042	3.035	(4.168)	3.361	(1.480)	141.790
Viaturas	15.881	4.233	(578)	554	(954)	19.136
Equipamento de segurança	79.729	920	(29)	98	(561)	80.157
Obras em curso	45.984	15.880	(16.270)	(1.142)	(210)	44.242
Outros activos tangíveis	40.633	3.412	(659)	618	(781)	43.223
	<u>1.888.319</u>	<u>94.560</u>	<u>(119.110)</u>	<u>(11.235)</u>	<u>(19.858)</u>	<u>1.832.676</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>						
Imóveis	434.524	47.519	(10.346)	(2.604)	(766)	468.327
Equipamento						
Mobiliário	71.727	8.188	(1.743)	(986)	(955)	76.231
Máquinas	47.530	3.632	(2.515)	(925)	(146)	47.596
Equipamento informático	290.796	15.108	(18.926)	(1.172)	(2.024)	283.782
Instalações interiores	101.749	9.661	(2.586)	(509)	(657)	107.658
Viaturas	11.023	1.516	(519)	(288)	(703)	11.029
Equipamento de segurança	64.900	3.619	(26)	(15)	(237)	68.241
Outros activos tangíveis	27.469	1.891	(656)	(165)	(24)	28.515
	<u>1.049.718</u>	<u>91.154</u>	<u>(37.317)</u>	<u>(6.664)</u>	<u>(5.512)</u>	<u>1.091.379</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Handwritten notes and signatures, including initials 'AG' and 'L', and a large signature 'Luis'.

27. Goodwill e activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Activos intangíveis</i>		
Despesas de estabelecimento	13.873	15.530
'Software'	129.326	124.230
Outras activos intangíveis	70.513	72.264
	<u>213.712</u>	<u>212.024</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(20.338)	(25.122)
Relativas a exercícios anteriores	(161.815)	(142.729)
	<u>(182.153)</u>	<u>(167.851)</u>
	<u>31.559</u>	<u>44.173</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação ('Goodwill')</i>		
<i>Diferenças de consolidação</i>		
Millennium Bank (Grécia)	294.260	294.020
Millennium Bank (Polónia)	163.987	-
Banco Investimento Imobiliário, S.A.	40.859	40.859
Outros	1.726	1.437
	<u>500.832</u>	<u>336.316</u>
	<u>532.391</u>	<u>380.489</u>

Em Dezembro de 2006, e na sequência do lançamento de oferta pública de aquisição parcial de até 16% do capital social do Bank Millennium, S.A., na Polónia, o Grupo adquiriu 131.701.722 acções do referido Banco, correspondente a 15,51% do capital e dos direitos de voto, no montante de Euros 253.200.000. A aquisição gerou um goodwill no montante de Euros 163.987.000. Após esta aquisição o Grupo passou a deter 65,51% do capital social desta participada.

Em Outubro de 2005, o Grupo adquiriu 30,1% do capital social do Banco de Investimento Imobiliário, S.A., através do estabelecimento de um contrato para a aquisição de 47.250.000 acções pelo montante de Euros 90.500.000, passando a deter 100% do capital social desta participada. A aquisição gerou um goodwill no montante de Euros 40.859.000.

Em Abril de 2005, o Grupo adquiriu 49,9 % do capital social do Millennium Bank (Grécia), através da sua subsidiária, BCP Participações Financeiras, SGPS, S.A., que estabeleceu um contrato para a aquisição de 2.774.999 acções pelo montante Euros 360 milhões, passando a deter 100% do capital social desta participada. A aquisição gerou um goodwill no montante de Euros 294.260.000.

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis, durante o ano de 2006, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições / Dotações Euros '000	Alienações / Abates Euros '000	Transferências Euros '000	Diferenças cambiais Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>						
Despesas de estabelecimento	15.530	2.482	(2.443)	608	(2.304)	13.873
'Software'	124.230	10.797	(891)	(4.391)	(419)	129.326
Outras activos intangíveis	72.264	1.871	(1.834)	(196)	(1.592)	70.513
	<u>212.024</u>	<u>15.150</u>	<u>(5.168)</u>	<u>(3.979)</u>	<u>(4.315)</u>	<u>213.712</u>
Diferenças de consolidação e de reavaliação	336.316	164.227	-	-	289	500.832
	<u>548.340</u>	<u>179.377</u>	<u>(5.168)</u>	<u>(3.979)</u>	<u>(4.026)</u>	<u>714.544</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>						
Despesas de estabelecimento	7.692	2.212	(2)	626	(1.214)	9.314
'Software'	92.012	16.138	(885)	(2.379)	235	105.121
Outras activos intangíveis	68.147	1.988	(965)	(42)	(1.410)	67.718
	<u>167.851</u>	<u>20.338</u>	<u>(1.852)</u>	<u>(1.795)</u>	<u>(2.389)</u>	<u>182.153</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

28. Activos e Passivos por impostos diferidos

Activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	2006		2005	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	2.406	28	2.816	68
Outros activos tangíveis	4.727	4.456	17.804	2.160
Perdas por imparidade	177.169	-	151.151	297
Pensões de reforma	255.789	-	266.933	-
Activos financeiros disponíveis				
para venda (AFS)	3.871	5.098	-	-
Derivados	71.514	36.517	2.054	26.050
Outros	73.975	53.660	51.528	7.657
Prejuízos fiscais reportáveis	61.767	-	220.034	-
	<u>651.218</u>	<u>99.759</u>	<u>712.320</u>	<u>36.232</u>
Activos por impostos diferidos	<u>551.459</u>		<u>676.088</u>	
Outros activos tangíveis	-	-	-	67
Activos financeiros disponíveis				
para venda (AFS)	-	-	-	4.663
Outros	-	80	-	37.968
	<u>-</u>	<u>80</u>	<u>-</u>	<u>42.698</u>
Passivos por impostos diferidos		<u>80</u>		<u>42.698</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>551.379</u>		<u>633.390</u>	

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza da recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Grupo possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do exercício da rubrica de impostos diferidos líquidos:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	633.390	655.781
Transferências resultantes de		
alterações na estrutura do Grupo	(452)	9.808
Encargos do exercício	(64.285)	(24.515)
Movimentos em reservas	(17.772)	(14.348)
Diferenças cambiais	498	6.664
Saldo em 31 de Dezembro	<u>551.379</u>	<u>633.390</u>

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos não corresponde aos encargos de impostos diferidos do período devido à existência de um conjunto de situações que implica o reconhecimento do imposto em capitais próprios: (i) ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda; (ii) diferenças cambiais da conversão de impostos diferidos activos e passivos de subsidiárias no estrangeiro e (iii) aquisições e alienações de subsidiárias.

Em 31 de Dezembro de 2006 existiam diferenças temporárias não reconhecidas respeitantes, essencialmente, a prejuízos fiscais reportáveis cujo valor ascendia a Euros 102.243.000 (31 de Dezembro de 2005: 155.029.000). Os referidos montantes não foram reconhecidos tendo em consideração o grau e o período da sua eventual recuperabilidade.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

29. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Devedores	437.688	477.288
Aplicações por recuperação de crédito e outros activos	1.139.664	856.501
Valores a cobrar	25.606	65.400
Outros impostos a recuperar	70.827	80.189
Bonificações a receber	202.871	308.207
Associadas	5.944	54.693
Juros e outros proveitos a receber	64.086	102.536
Despesas antecipadas	1.160.302	1.588.936
Operações sobre títulos a receber	164.889	172.285
Valores a debitar a clientes	229.679	154.876
Provisões técnicas de resseguro cedido	822	242
Contas diversas	535.933	284.488
	<u>4.038.311</u>	<u>4.145.641</u>
Imparidade para outros activos	<u>(107.131)</u>	<u>(120.257)</u>
	<u>3.931.180</u>	<u>4.025.384</u>

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito e outros activos inclui o montante de Euros 167.284.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 215.071.000) relativos a imóveis registados no Fundo de Investimento Imobiliário Imosoftto Acumulação e no Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária que, de acordo com a SIC 12, são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

No âmbito do financiamento necessário para a concretização da OPA o Banco celebrou um contrato de underwriting agreement com a UBS, cujo montante suportado pelo Grupo, com referência a 31 de Dezembro de 2006, ascende a Euros 58,8 milhões e encontra-se registado no activo na rubrica Contas diversas. Em conformidade com a IFRS 3, as referidas despesas devem manter-se registadas no activo e posteriormente adicionadas ao custo de aquisição e consequentemente integradas na determinação do goodwill.

Em 31 de Dezembro de 2006, as rubricas relativas às responsabilidades do Grupo com pensões de reforma, incluídas em Despesas antecipadas, são analisadas como segue:

	2006 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	(5.715.359)
Valor do fundo	<u>5.578.010</u>
	(137.349)
Perdas actuariais	
Corredor	571.536
Acima do Corredor	<u>668.353</u>
	<u>1.239.889</u>
	<u>1.102.540</u>

O valor do corredor e perdas actuariais diferidas foram determinados em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 w).

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	120.257	134.859
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	(2.108)
Outras transferências	6.732	62.719
Dotação do exercício	20.185	23.281
Reversão do exercício	(1.281)	(4.306)
Utilização de imparidade	(37.992)	(93.897)
Diferenças cambiais	<u>(770)</u>	<u>(291)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>107.131</u>	<u>120.257</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

30. Depósitos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006			2005		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Mercado Monetário Interbancário	-	-	-	-	581.392	581.392
Recursos de outras instituições de crédito no país	44.937	177.421	222.358	27.899	31.572	59.471
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	185.693	11.716.665	11.902.358	129.034	10.436.122	10.565.156
	<u>230.630</u>	<u>11.894.086</u>	<u>12.124.716</u>	<u>156.933</u>	<u>11.049.086</u>	<u>11.206.019</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Até 3 meses	5.803.399	6.457.493
3 meses até 6 meses	2.057.155	2.742.361
6 meses até 1 ano	2.102.915	1.053.656
1 ano até 5 anos	1.522.301	609.594
Mais de 5 anos	638.946	342.915
	<u>12.124.716</u>	<u>11.206.019</u>

31. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006			2005		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Depósitos para com clientes						
Depósitos à ordem	12.140.772	2.315.148	14.455.920	12.501.599	2.039.507	14.541.106
Depósitos a prazo	-	13.917.668	13.917.668	-	13.902.223	13.902.223
Depósitos de poupança	-	4.433.864	4.433.864	-	5.226.113	5.226.113
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordo de recompra	-	111.742	111.742	-	448.962	448.962
Outros débitos	-	325.003	325.003	-	277.027	277.027
	<u>12.140.772</u>	<u>21.103.425</u>	<u>33.244.197</u>	<u>12.501.599</u>	<u>21.893.832</u>	<u>34.395.431</u>

Nos termos da Portaria 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso nº 11/94 do Banco de Portugal.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Depósitos à ordem:</i>	14.455.920	14.541.106
<i>Depósitos a prazo e de poupança:</i>		
Até 3 meses	13.877.259	18.490.621
3 meses até 6 meses	2.225.627	98.962
6 meses até 1 ano	1.870.361	86.616
1 ano até 5 anos	378.285	452.137
	<u>18.351.532</u>	<u>19.128.336</u>
<i>Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordos de recompra:</i>		
Até 3 meses	111.742	434.335
3 meses até 6 meses	-	9.907
6 meses até 1 ano	-	4.720
	<u>111.742</u>	<u>448.962</u>
<i>Outros débitos:</i>		
Até 3 meses	5.791	101.030
3 meses até 6 meses	-	9.891
6 meses até 1 ano	-	40.976
1 ano até 5 anos	-	125.130
Mais de 5 anos	319.212	-
	<u>325.003</u>	<u>277.027</u>
	<u><u>33.244.197</u></u>	<u><u>34.395.431</u></u>

32. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Empréstimos obrigacionistas	15.481.070	14.775.903
Papel comercial	7.114.227	3.394.164
Outros	92.057	60.314
	<u>22.687.354</u>	<u>18.230.381</u>

A rubrica empréstimos obrigacionistas inclui emissões para as quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 22 e na política contabilística 1 e).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Em 31 de Dezembro de 2006, as emissões do Grupo, são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>					
Banco Comercial Português:					
EMTN BCP-SFE 21ª Em.	Maio, 2000	Maio, 2010	Taxa fixa de 5,2%	65.000	63.361
BCP 4,9% Nov 01/11-2ª Em.	Novembro, 2001	Novembro, 2011	Taxa fixa de 4,9%	25.000	24.247
BCP 5,4% Nov 01/11-1ª Em.	Novembro, 2001	Novembro, 2011	Taxa fixa de 5,4%	175.000	171.372
BCP 5,34% Março-02/Mar-12	Março, 2002	Março, 2012	Taxa fixa de 5,34%	163.972	165.755
BCP 4,83% Agosto 2007	Agosto, 2002	Agosto, 2007	Taxa fixa de 4,83%	136.700	134.747
BCP SFE Poup. Cresc. 2007	Fevereiro, 2003	Fevereiro, 2007	1º cupão 4%; no vencimento 8,25%	12.373	12.288
BCP SFI Poup. Cresc. 2007	Fevereiro, 2003	Fevereiro, 2007	1º cupão 4%; no vencimento 8,25%	26.512	26.342
BCP Ob Cx Set 2003/2011	Setembro, 2003	Setembro, 2011	Taxa fixa de 4,37%	125.000	120.106
BCP 3,78% Dez 2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Taxa fixa de 3,78%	15.500	15.072
BCP 3,85% Dez 2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Taxa fixa de 3,85%	5.000	4.862
BCP Dez 2003-2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Euribor 360 6 meses + 0,21%	15.000	15.000
BCP SFE Rend. Cr. Jan 04/08	Janeiro, 2004	Janeiro, 2008	Tx crescente: 1º ano 2,125%; 2º ano 2,5%; 3º ano 3%; 4º ano 5%	4.776	4.683
BCP SFI Rend. Cr. Jan 04/08	Janeiro, 2004	Janeiro, 2008	Tx crescente: 1º ano 2,125%; 2º ano 2,5%; 3º ano 3%; 4º ano 5%	11.425	11.221
BCP SFI Glo.Eq.Inc.Bui.Strat.	Janeiro, 2004	Janeiro, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	3.750	3.792
BCP SFI Tx Cresc. Fev 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,75% 3º ano 3,1%	9.161	9.126
BCP SFE Tx Cresc. Fev 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,75%; 3º ano 3,1%	3.250	3.238
BCP SFE Rend. Cr. Mar 04/07	Março, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º e 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3,65%	2.050	2.022
BCP SFI Rend. Cr. Mar 04/07	Março, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º e 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3,65%	8.294	8.211
BCP SFE Tx Cresc. Mai 04/07	Maio, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º e 6º Sem. 2,4%; 7º Sem. 3%	2.780	2.770
BCP SFI Tx Cresc. 04/07	Maio, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º e 6º Sem. 2,4%; 7º Sem. 3%	6.997	6.940
BCP SFE Glob.Target Red.	Maio, 2004	Maio, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	2.140	2.140
BCP SFI Glob.Target Red.	Maio, 2004	Maio, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	2.325	2.325
BCP SFE Rend. Cr. Jun 04/07	Junho, 2004	Junho, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,45%; 5º e 6º Sem. 3%	4.160	4.138
BCP SFI Rend. Cr. Jun 04/07	Junho, 2004	Junho, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,45%; 5º e 6º Sem. 3%	5.325	5.288
BCP Rend. Cresc. Jul 04/07	Julho, 2004	Julho, 2007	Tx crescente: 1º ano 2,15%; 2º ano 2,5%; 3º ano 3,5%	2.000	1.986
BCP SFE Rend. Cr. Set 04/07	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	29.265	29.106
BCP SFI Rend. Cr. Set 04/07	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	94.914	94.413
BCP SFE R. Cr. Set 04/07 2ª Em.	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 1,75%; 3º e 4º Sem. 2%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	29.165	29.032
BCP SFI R. Cr. Set 04/07 2ª Em.	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	116.112	115.663
BCP Rend.Cresc. Out 04/07	Outubro, 2004	Outubro, 2007	Tx crescente: 1º Trim. 1,6%; 2º Trim. 1,8%; 3º Trim. 2%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 3%; 6º Trim. 4,5%	73.064	72.739
BCP Esc. Mund. 18% Out 04/07	Outubro, 2004	Outubro, 2007	Indexada a cabaz de índices	14.155	14.155
BCP SFE Rend. Cr. 04/07	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,125%; 3º e 4º Sem. 2,5%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 3,5%	20.150	19.928
BCP SFI Rend. Cr. Nov 04/07	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,125%; 3º e 4º Sem. 2,5%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 3,5%	70.679	70.062

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Super Inv.Mill.Nov 04/09	Novembro, 2004	Novembro, 2009	Indexada a um cabaz de fundos	50.264	50.264
BCP Aforro Millen. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Tx crescente: 1º Sem. 1,7%; 2º Sem. 1,8%; 3º Sem. 1,9%; 4º Sem. 2%; 5º Sem. 2,9%; 6º Sem. 5%	167.176	167.272
BCP SFE Rend. Cr. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,15%	27.071	26.876
BCP SFI Rend. Cr. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,15%	33.445	33.232
BCP Rend.Cr.Fev 05/09	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2009	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 3º ano 2,5%; 4º ano 3,125%	40.407	39.713
BCP SFI Rend.Cr.Fev 05/08	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3,1%	51.465	51.035
BCP SFE Rend.Cr.Fev 05/08	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3,1%	12.703	12.595
BCP Rend. Cr. Set 08	Março, 2005	Setembro, 2008	Tx crescente: 1º Sem. 2%; 2º Sem. 2,125%; 3º Sem. 2,25%; 4º Sem. 2,5%; 5º Sem. 2,75%; 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3,25%	96.782	95.522
BCP Rend. 8 Março 10	Março, 2005	Março, 2010	1º ano 4%; 2º ano e seguintes Max (9,3% - 2 * Euribor 12 meses)	27.496	27.496
BCP SFI Rend.Cr. Março 05/08	Março, 2005	Março, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3%	20.462	20.258
BCP Mill. Ind. Mun. Mar 05/10	Março, 2005	Março, 2010	Indexada a cabaz de índices	13.191	13.191
BCP SFE Rend.Cr. Março 05/08	Março, 2005	Março, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3%	5.056	5.009
BCP Super Inv.Mill. 05/10	Abril, 2005	Dezembro, 2010	Indexada a um cabaz de fundos	44.306	38.746
BCP Rend.Cr. Nov 08	Maió, 2005	Novembro, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Trim. 2%; 3º e 4º Trim. 2,15%; 5º e 6º Trim. 2,3%; 7º e 8º Trim. 2,4%; 9º e 10º Trim. 2,5%; 11º e 12º Trim. 3%; 13º e 14º Trim. 3,15%	32.787	32.327
BCP Rend. Cr. Maio 08	Maió, 2005	Maió, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,4%; 6º Sem. 2,65%	14.076	13.916
BCP Rend. 8 Maio 10	Maió, 2005	Maió, 2010	1º ano 4%; 2º ano e seguintes Max (10,17% - 2 * Euribor 12 meses)	18.611	17.413
BCP Rend. 8 Maio 10 2ª em.	Maió, 2005	Maió, 2010	1º ano 4%; 2º ano e seguintes Max (9,15% - 2 * Euribor 12 meses)	9.562	9.036
BCP SFI Rend. Cr. Maio 05/08	Maió, 2005	Maió, 2008	Tx crescente: 1º Sem. 2%; 2º Sem. 2,1%; 3º Sem. 2,25%; 4º Sem. 2,4%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,25%	16.581	16.404
BCP SFE Rend. Cr. Maio 05/08	Maió, 2005	Maió, 2008	Tx crescente: 1º Sem. 2%; 2º Sem. 2,1%; 3º Sem. 2,25%; 4º Sem. 2,4%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,25%	4.363	4.317
BCP Rend. Cr. Junho 08	Junho, 2005	Junho, 2008	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,1%; 3º ano 2,2%	26.671	26.202
BCP SFI 5% Junho 05/08	Junho, 2005	Junho, 2008	Taxa fixa de 5%	32.653	31.140
BCP Activo 4 Junho 05/09	Junho, 2005	Junho, 2009	Indexada a um cabaz de açõdes	5.273	4.986
BCP SFE 5% Junho 05/08	Junho, 2005	Junho, 2008	Taxa fixa de 5%	12.424	11.845
BCP Ob Cx Aex Ago 05/10	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Aex	10.000	9.470
BCP Ob Cx Sp/Mib Ago 05/10	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Mib	10.000	9.470
BCP Ob Cx Dj euroxx50	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Dj euroxx50	10.000	9.470
BCP Ob Cx Cac 40	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Cac 40	10.000	9.470
BCP Ob Cx Ibex 35	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Ibex 35	10.000	9.470
BCP Ob Cx Rend. 7 - Ago 2010	Agosto, 2005	Agosto, 2010	1º ano 3,25%; 2º ano e seguintes Max(8,1% - 2 * Euribor 12 meses)	27.651	25.718
BCP Ob Cx R. Cr. Set 08 2ª em.	Setembro, 2005	Setembro, 2008	1º Sem. 1,7%; 2º Sem. 1,85%; 3º Sem. 2%; 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,4%; 6º Sem. 2,7%	22.998	22.649
BCP SFI Ob Cx B Eq. S. Set 07	Setembro, 2005	Setembro, 2007	Ind. Índice Down Jones EuroStoxx 50	1.226	1.224

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Ob Cx Triplo R. Set 05/10	Setembro, 2005	Setembro, 2010	Ind. Índice Down Jones Global Titans 50	9.286	8.746
BCP Ob Cx Rend. Cr. Out 2008	Outubro, 2005	Outubro, 2008	1º Sem. 1,7%; 2º Sem. 1,8%; 3º Sem. 1,9%; 4º Sem. 2%; 5º Sem. 2,1%; 6º Sem. 2,5%	14.214	13.992
BCP Ob Cx Rend. 7 Out 2010	Outubro, 2005	Outubro, 2010	1º ano 3,5%; 2º ano e seguintes Max(8,31% - 2 * Euribor 12 meses)	9.718	8.898
BCP Ob Cx R. C. Nov 08 2ª em.	Novembro, 2005	Novembro, 2008	1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 6º Sem. 2,6%	20.101	19.822
BCP Ob Cx Mill. 7Pc Nov 05/10	Novembro, 2005	Novembro, 2010	Indexada ao índice Nikkei 225	15.031	15.031
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Nov 08	Novembro, 2005	Novembro, 2008	1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 6º Sem. 2,6%	3.334	3.287
BCP SFI Ob Cx S. Eq. S. Nov 10	Novembro, 2005	Novembro, 2010	Indexada ao índice Nikkei 225	8.025	8.025
BCP Ob Cx Rend. Real Nov 10	Novembro, 2005	Novembro, 2010	Indexada ao índice IPC	15.000	13.660
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Nov 08	Novembro, 2005	Novembro, 2008	1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 6º Sem. 2,6%	766	756
BCP Ob Cx E. Gr. S. Dez 05/15	Dezembro, 2005	Dezembro, 2015	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	2.427	2.228
BCP SFI Ob Cx W. G. I. Dez 08	Dezembro, 2005	Dezembro, 2008	Indexada a cabaz de índices	5.190	4.863
BCP Ob Cx R. Cr. Jan 2009	Janeiro, 2006	Janeiro, 2009	1º Sem. 2,125%; 2º Sem. 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 4º Sem. 2,65%; 5º Sem. 2,85%; 6º Sem. 3,1%	43.704	43.090
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Jan 2009	Janeiro, 2006	Janeiro, 2009	1º Sem. 2,125%; 2º Sem. 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 4º Sem. 2,65%; 5º Sem. 2,85%; 6º Sem. 3,1%	7.231	7.128
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Jan 2009	Janeiro, 2006	Janeiro, 2009	1º Sem. 2,125%; 2º Sem. 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 4º Sem. 2,65%; 5º Sem. 2,85%; 6º Sem. 3,1%	1.860	1.835
BCP Ob Cx M.S. Act. Jan 05/ 11	Janeiro, 2006	Janeiro, 2011	Indexada a cabaz de índices	10.090	9.850
BCP Ob Cx R. Cr. Fev 06/08	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2008	1º Sem. 2,15%; 2º Sem. 2,45%; 3º Sem. 2,7%; 4º Sem. 3%	66.267	65.895
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Fev 06/08	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2008	1º Sem. 2,15%; 2º Sem. 2,45%; 3º Sem. 2,7%; 4º Sem. 3%	11.491	11.426
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Fev 06/08	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2008	1º Sem. 2,15%; 2º Sem. 2,45%; 3º Sem. 2,7%; 4º Sem. 3%	4.298	4.274
BCP Ob Cx I. Glob. 12 Fev 06/11	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2011	Indexada a cabaz de índices	18.630	18.630
BCP Ob Cx E. I. S. Mar 06/16	Março, 2006	Março, 2016	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	1.100	1.013
BCP Ob Cx R. Cr. Mar 06/08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2,25%; 2º Sem. 2,5%; 3º Sem. 2,75%; 4º Sem. 3%	72.072	71.736
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Mar 06/08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2,25%; 2º Sem. 2,5%; 3º Sem. 2,75%; 4º Sem. 3%	11.415	11.358
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Mar 06/08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2,25%; 2º Sem. 2,5%; 3º Sem. 2,75%; 4º Sem. 3%	3.755	3.737
BCP Ob Cx Top 5 Mar 06/08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; Após 3º Sem. indexado a um cabaz de ações	48.431	48.053
BCP Ob Cx M. Oport Mar 06/10	Março, 2006	Março, 2010	Indexada a cabaz de índices	10.065	9.382
BCP Ob Cx. 3.84% Abr 2016	Abril, 2006	Abril, 2016	Taxa fixa de 3,84 %	1.000	994
BCP Ob Cx R. Cr. Mai 06/08	Mai, 2006	Mai, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,5%	77.499	77.188
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Mai 06/08	Mai, 2006	Mai, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,5%	10.923	10.878
BCP Ob Cx Top 6 Mai 06/08	Mai, 2006	Mai, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; Após 3º Sem. indexado a um cabaz de ações	43.637	43.273
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Mai 06/08	Mai, 2006	Mai, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,5%	2.430	2.420
BCP Ob Cx R. Cr. Jun 06/08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3,25%; 4º Sem. 4%	87.344	87.089
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Jun 06/08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3,25%; 4º Sem. 4%	9.046	9.019
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Jun 06/08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3,25%; 4º Sem. 4%	3.023	3.015
BCP Ob Cx Top 6 2Em Jun 06/08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; Após 3º Sem. indexado a um cabaz de ações	39.065	38.918
BCP Ob Cx Cab. W. Eq. Jul 06/09	Julho, 2006	Julho, 2009	Indexada a cabaz de 3 índices	2.425	2.239
BCP Ob Cx Cab. Mfund. Jul 06/09	Julho, 2006	Julho, 2009	Indexada a cabaz de 3 índices	3.750	3.451

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Ob Cx Af. Cr. 6% 06/08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	1º Trim. 2%; 2º Trim. 2,125%; 3º Trim. 2,25%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 2,75%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	98.144	97.930
BCP SFI Ob Cx AC.6% 06/08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	1º Trim. 2%; 2º Trim. 2,125%; 3º Trim. 2,25%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 2,75%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	17.894	17.855
BCP SFE Ob Cx AC.6% 06/08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	1º Trim. 2%; 2º Trim. 2,125%; 3º Trim. 2,25%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 2,75%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	3.908	3.899
BCP Ob Cx N. D. 4% Ago 06/08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	Taxa fixa de 4%	19.486	19.486
BCP Ob Cx N. D. Var Ago 06/09	Agosto, 2006	Agosto, 2009	Indexada a cabaz de acções	19.562	19.242
BCP Ob Cx A.C. 6% Set 06/08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	261.321	260.843
BCP SFI Ob Cx A. Pt. Set 06/08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	107.565	107.369
BCP Ob Cx Top 8 Set 06/08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; 4º Sem. indexado a um cabaz de 4 acções	34.761	34.492
BCP SFE Ob Cx A. Pt. Set 06/08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	23.387	23.344
BCP Ob Cx A. Cr. 6% Out 06/08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	171.239	170.838
BCP Ob Cx M. A. 7% Out 06/08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 2,75%; 5º Trim. 3%; 6º Trim. 3,125%; 7º Trim. 4%; 8º Trim. 7%	55.020	54.901
BCP SFI Ob Cx A. Pt. Out 06/08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	56.481	56.349
BCP Ob Cx Top 9 Out 06/08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; 4º Sem. indexado a um cabaz de 4 acções	44.600	44.221
BCP SFE Ob Cx A. Pt. Out 06/08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	16.119	16.081
BCP Ob Cx Rend. Trim. 2008	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,5%; 2º Trim. 2,5%; 3º Trim. 2,75%; 4º Trim. 2,75%; 5º Trim. 3%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,5%; 8º Trim. 3,5%	1.103	1.100
BCP Ob Cx Top 10 Nov 06/08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; 4º Sem. indexado a um cabaz de acções	30.279	29.973
BCP Ob Cx Eur. P. P. Nov 06/08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	1.600	1.508
BCP Ob Cx R. 24 Nov 06/08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	87.634	85.721
BCP SFI Ob Cx R. 24 Nov 06/08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	23.021	22.519
BCP Ob Cx R. Global 06/11	Novembro, 2006	Novembro, 2011	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	8.333	7.720
BCP SFE Ob Cx R. 24 Nov 06/08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	7.242	7.085
BCP Ob Cx R. 24 Dez 06/08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	34.419	34.419
BCP SFI Ob Cx R. 24 Dez 06/08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	9.077	9.077
BCP Ob Cx Eurosto50 Dez 06/08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	45.497	42.863
BCP Ob Cx R. Global II 06/11	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	10.000	9.525
BCP Ob Cx R. Global II 2E 06/11	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	2.000	1.905
BCP SFE Ob Cx R. 24 Dez 06/08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	1.367	1.367

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Investimento:					
Rend. Seguro Set00/08	Setembro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 3%	27.890	27.890
Rend. Seguro 2º Em-Out00/08	Outubro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 3%	1.250	1.250
5,72% - Nov00/08 1ª Série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,72%	27.650	27.221
5,72% - Nov00/08 2ª Série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,72%	15.940	15.689
5,825% - Nov00/08 1ª Série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,825%	59.250	58.337
5,825% - Nov00/08-2ª Série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,825%	49.820	49.048
5,65% - Nov08 3ª Série	Dezembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,65%	4.000	3.935
5,32% - 2001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,32%	50.000	49.013
5,34% - 2001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,34%	15.000	14.705
5,35% - 2001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,35%	12.700	12.452
5,36% - 2001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,36%	37.000	36.276
6,522% - Março 2001/2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 6,522%	7.500	7.405
Rendimento Seguro 2001/2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 1,95%	7.500	7.500
BCP Inv. Taxa Crescente 2007	Fevereiro, 2002	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1º ano 3,37%; 2º ano 3,62%; 3º ano 3,87%; 4º ano 4,12%; 5º ano 4,37%	47.297	46.972
Rend. Crescente Fev 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 3%; 3º ano 3,5%	19.824	19.744
Rend. Cresc. Fev 04/07 2º Em.	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,5%; 3º ano 3%	12.111	12.072
Invest. 5% Ja Fev 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Indexada a um cabaz de 6 índices	20.432	20.385
Rend. Crescente Mar 04/07	Março, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º e 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3,65%	25.231	24.997
Rend. Cresc. Mar 04/07 2º Em.	Março, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º e 6º Sem. 2,5%; 7º Sem. 3%	12.190	12.107
3 Mais Março 04/07	Março, 2004	Março, 2007	Indexada a um cabaz de 10 ações	22.457	22.457
Rend. Crescente Maio 04/07	Maio, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º e 6º Sem. 2,4%; 7º Sem. 3%	42.874	42.586
Rend. Crescente Jun 04/07	Junho, 2004	Junho, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,45%; 5º e 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3%	29.638	29.480
Invest. Mundial 5% Jun 04/09	Junho, 2004	Junho, 2007	Indexada a um cabaz de índices	11.507	11.507
Rend. Cresc. Jun 04/07 2º Em.	Junho, 2004	Junho, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,125%; 3º e 4º Sem. 2,5%; 5º e 6º Sem. 3,5%	21.261	21.081
Bank Millennium:					
National Bank of Poland	Novembro, 2006	Novembro, 2007	Taxa fixa de 1%	1.489	1.489
Banco de Investimento Imobiliário:					
FRN's BII Finance Company	Setembro, 1996	Setembro, 2011	Euribor 3 meses + 1,75%	15.962	15.962
BCP Finance Bank:					
BCP Fin.Bank - Euros 25 m	Agosto, 1999	Setembro, 2007	Taxa fixa de 4,85%	24.550	24.550
BCP Fin.Bank - Euros 110,538 m	Outubro, 1999	Outubro, 2007	Taxa fixa de 5,697429%	109.462	107.605
BCP Fin.Bank - Euros 37,5 m	Março, 2000	Março, 2008	Taxa fixa de 5,83%	37.500	37.075
BCP Fin.Bank - Euros 50 m	Março, 2000	Março, 2008	Taxa fixa de 5,6625%	50.000	49.306
BCP Fin.Bank - Euros 25 m	Abril, 2000	Abril, 2008	Taxa fixa de 5,615%	25.000	24.553
BCP Fin.Bank - Euros 42,5 m	Abril, 2000	Abril, 2008	Taxa fixa de 5,86%	42.500	41.743
BCP Fin.Bank - Euros 21,781 m	Maio, 2000	Maio, 2008	Taxa fixa de 6,1619%	21.781	19.747
BCP Fin.Bank - Euros 25 m	Maio, 2000	Maio, 2008	Taxa fixa de 5,618%	25.000	24.524
BCP Fin.Bank - Euros 75 m	Maio, 2000	Maio, 2008	Taxa fixa de 5,68167%	75.000	73.609
BCP Fin.Bank - Euros 80 m	Junho, 2000	Junho, 2008	Tx cresc (1º ano 4,86%; aumenta 25bp no fim 1º, 2º, 3 e 4º anos; 50bp no 5º ano e 100bp no 6º e 7º anos)	80.000	78.867
BCP Fin.Bank - Euros 20 m	Junho, 2000	Junho, 2008	Tx cresc (1º ano 4,87%; aumenta 25bp no fim 1º, 2º, 3º e 4º anos; 50bp no 5º ano e 100bp no 6º e 7º anos)	20.000	19.791
BCP Fin.Bank - Euros 20 m	Julho, 2000	Junho, 2008	Tx cresc (1º ano 4,66%; aumenta 25bp no fim 1º, 2º, 3º e 4º anos; 50bp no 5º ano e 100bp no 6º e 7º anos)	20.000	19.938

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Fin.Bank - Euros 19,5 m	Julho, 2000	Junho, 2008	Tx cresc (1º ano 4,71%; aumenta 25bp no fim 1º, 2º, 3º e 4º anos; 50bp no 5º ano e 100bp no 6º e 7º anos)	19.500	19.423
BCP Fin.Bank - Euros 29 m	Setembro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 6,25%	28.300	28.377
BCP Fin.Bank - Euros 1,25 m	Outubro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 6,25%	1.250	1.283
BCP Fin.Bank - Euros 5 m	Março, 2001	Agosto, 2007	Taxa fixa de 4,25%	5.000	5.019
BCP Fin.Bank - Euros 11,429 m	Novembro, 2001	Novembro, 2009	Indexada a cabaz de acções	3.340	3.340
BCP Fin.Bank - Euros 15 m	Novembro, 2001	Novembro, 2011	Cupão zero	15.000	10.298
BCP Fin.Bank - USD 4,515 m	Novembro, 2001	Novembro, 2009	Indexada a cabaz de acções	1.181	1.181
BCP Fin.Bank - Euros 12 m	Dezembro, 2001	Dezembro, 2011	Cupão zero	12.000	9.495
BCP Fin.Bank - Euros 500 m	Fevereiro, 2002	Fevereiro, 2007	Euribor 3 meses + 0,2%	500.000	499.972
BCP Fin.Bank - Euros 5 m	Fevereiro, 2002	Dezembro, 2011	Tx.Dset.<=> 6,8540559%	5.000	3.837
BCP Fin.Bank - Euros 5 m	Maio, 2002	Dezembro, 2011	Tx.Dset.<=> 7,0821486%	5.000	3.851
BCP Fin.Bank - Euros 500 m	Maio, 2002	Fevereiro, 2007	Euribor 3 meses + 0,2%	500.000	499.972
BCP Fin.Bank - Euros 10 m	Julho, 2002	Julho, 2009	Tx.Dset.5,22741% <=> 6,0338566%	10.000	8.567
BCP Fin.Bank - Euros 6,1 m	Maio, 2003	Maio, 2010	Tx fixa de 1,74% + Max (IPC EU; 0%)	4.775	4.779
BCP Fin.Bank - Euros 300 m	Junho, 2003	Junho, 2008	Taxa fixa de 3,1%	300.000	300.000
BCP Fin.Bank - Euros 90 m	Junho, 2003	Junho, 2013	Euribor 360 3 meses + 0,35%	90.000	89.941
BCP Fin.Bank - GBP 18,5 m	Junho, 2003	Junho, 2008	Taxa fixa de 4,178%	27.550	27.165
BCP Fin.Bank - Euros 200 m	Julho, 2003	Julho, 2008	Euribor 3 meses + 0,25%	200.000	199.906
BCP Fin.Bank - CZK 1000 m	Agosto, 2003	Agosto, 2008	Pribor 6 meses + 0,2%	36.383	36.533
BCP Fin.Bank - HKD 100 m	Agosto, 2003	Agosto, 2008	Taxa fixa de 3,95% até ao 3º ano; 4,35% do 4º ao 5º ano	9.765	9.632
BCP Fin.Bank - Euros 8,82 m	Novembro, 2003	Novembro, 2008	1º ano 6% ; 2º ano e seguintes indexada a um cabaz de acções	7.274	7.273
BCP Fin.Bank - Euros 20 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2023	Taxa fixa de 5,31%	20.000	18.776
BCP Fin.Bank - USD 3,53 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	1º ano 5% ; 2º ano e seguintes indexada a USD Libor 6 meses	2.680	2.680
BCP Fin.Bank - Euros 50 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Taxa fixa de 4,1355%	50.000	48.710
BCP Fin.Bank - EUR 500 m	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2009	Euribor 3 meses + 0,15%	500.000	499.685
BCP Fin.Bank - USD 5 m	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 2,65%	3.682	3.704
BCP Fin.Bank - EUR 10 m	Março, 2004	Março, 2007	Indexada ao Índice S&P5000	3.977	3.977
BCP Fin.Bank - USD 5 m	Março, 2004	Março, 2007	Indexada ao Índice S&P5000	144	144
BCP Fin.Bank - EUR 10 m	Março, 2004	Março, 2024	Taxa fixa de 5,01%	10.000	10.229
BCP Fin.Bank - USD 8 m	Abril, 2004	Abril, 2007	Taxa fixa de 2,68%	4.824	4.858
BCP Fin.Bank - CAD 9 m	Abril, 2004	Abril, 2007	Tx crescente: 1º ano 2,25%; 2º ano 2,5%; 3º ano 3%	5.730	5.743
BCP Fin.Bank - USD 50 m	Abril, 2004	Abril, 2009	USD Libor 6 meses + 2,25% *n/N; (n: num. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	29.954	29.971
BCP Fin.Bank - USD 5,5 m	Maio, 2004	Maio, 2009	1º ano 5% ; 2º ano Max(Min(8%; 4*(4,75% - USD Libor 3 meses)); 0%); 3º ano Max(Min(8%; 4*(5,75% - USD Libor 3 meses)); 0%); 4º ano Max(Min(8%; 4*(6,75% - USD Libor 3 meses)); 0%); 5º ano Max(Min(8%; 4*(7,75% - USD Libor 3 meses)); 0%)	326	376
BCP Fin.Bank - USD 18 m	Maio, 2004	Maio, 2008	Taxa fixa de 2,695%	11.081	11.154
BCP Fin.Bank - EUR 250 m	Maio, 2004	Maio, 2008	Euribor 3 meses + 0,175%	250.000	249.871
BCP Fin.Bank - USD 5 m	Maio, 2004	Maio, 2009	Tx crescente: 1º ano 3,47%; 2º ano 3,72%; 3º ano 3,97%; 4º ano 4,22% 5º ano 4,47%	3.220	3.257
BCP Fin.Bank - EUR 100 m	Maio, 2004	Maio, 2009	Euribor 3 meses + 0,2%	99.851	99.851
BCP Fin.Bank - CAD 9 m	Maio, 2004	Maio, 2007	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,125%; 3º ano 3%	4.748	4.766
BCP Fin.Bank - USD 11 m	Junho, 2004	Junho, 2009	1º ano 5% ; 2º ano Max(Min(8%; 4*(5,25% - USD Libor 3 meses)); 0%); 3º ano Max(Min(8%; 4*(6,25% - USD Libor 3 meses)); 0%); 4º ano Max(Min(8%; 4*(7,25% - USD Libor 3 meses)); 0%); 5º ano Max(Min(8%; 4*(8,25% - USD Libor 3 meses)); 0%)	243	254
BCP Fin.Bank - EUR 15 m	Junho, 2004	Maio, 2008	Tx crescente: 1º ano 2,55%; 2º ano 2,75%; 3º ano 3,75%; 4º ano 7,25%	3.913	3.913
BCP Fin.Bank - CAD 10 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Tx crescente: 1º Sem. 2,25%; 2º Sem. 2,5%; 3º Sem. 2,75%; 4º Sem. 3%; 5º Sem. 3,5%; 6º Sem. 4,5%	5.880	5.875

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Fin.Bank - USD 13 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Tx crescente: 1º ano 2,75%; 2º ano 3%; 3º ano 3,25%	9.550	9.582
BCP Fin.Bank - EUR 500 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Euribor 3 meses + 0,15%	500.000	500.000
BCP Fin.Bank - EUR 80 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Euribor 3 meses + 0,14%	80.000	80.000
BCP Fin.Bank - USD 10 m	Agosto, 2004	Agosto, 2007	Tx crescente: 1º ano 3%; 2º ano 3,2%; 3º ano 3,6%	6.826	6.836
BCP Fin.Bank - HKD 156 m	Agosto, 2004	Agosto, 2009	HKD Hibor 3 meses + 0,23%	15.233	15.307
BCP Fin.Bank - CAD 7 m	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º Sem. 2,75%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 3,25%; 4º Sem. 3,5%; 5º Sem. 3,75%; 6º Sem. 4,75%	4.472	4.441
BCP Fin.Bank - USD 12 m	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º ano 3%; 2º ano 3,25%; 3º ano 3,5%	8.046	8.049
BCP Fin.Bank - EUR 50 m	Setembro, 2004	Setembro, 2014	Euribor 3 meses + 0,2%	50.000	50.000
BCP Fin.Bank - CAD 8 m	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,25%; 5º Sem. 3,5%; 6º Sem. 4%	4.996	4.984
BCP Fin.Bank - EUR 50 m	Setembro, 2004	Setembro, 2009	Euribor 3 meses + 0,15%	50.000	50.000
BCP Fin.Bank - EUR 500 m	Outubro, 2004	Outubro, 2009	Euribor 3 meses + 0,15%	500.000	500.000
BCP Fin.Bank - USD 10 m	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,25%; 3º e 4º Sem. 2,75%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 3,4%	6.467	6.503
BCP Fin.Bank - CAD 7 m	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,25%; 5º Sem. 3,5%; 6º Sem. 4,5%	4.303	4.305
BCP Fin.Bank - USD 39,54 m	Novembro, 2004	Novembro, 2009	(USD Libor 6 meses + 2%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier (1º ano 3,85%; 2º ano 4,6%; 3º ano 5,35%; 4º ano 6,1%; 5º ano 6,85%;))	3.439	4.211
BCP Fin.Bank - USD 29 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2009	(USD Libor 6 meses + 2%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	16.044	16.136
BCP Fin.Bank - EUR 20 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2014	Euribor 6 meses + 0,22%	20.000	20.000
BCP Fin.Bank - EUR 2,26 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Indexada a cabaz de índices	350	348
BCP Fin.Bank - USD 5 m	Janeiro, 2005	Janeiro, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,5%; 3º e 4º Sem. 3%; 5º Sem. 3,5%; 6º Sem. 3,9%;	2.548	1.779
BCP Fin.Bank - USD 7,845 m	Janeiro, 2005	Janeiro, 2010	(USD Libor 6 meses + 2%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	1.902	1.906
BCP Fin.Bank - USD 33,788 m	Janeiro, 2005	Janeiro, 2010	1º ano 5% * n/N; 2º ano e seguintes (USD Libor 6 meses + 2%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	24.317	24.351
BCP Fin.Bank - EUR 9,7 m	Janeiro, 2005	Janeiro, 2012	1º ano 7,5%; 2º ano Max (cupão anterior + 1,75% - Euribor 3 meses); 3º ano Max (cupão anterior + 2,25% - Euribor 3 meses); 4º ano Max (cupão anterior + 2,75% - Euribor 3 meses); 5º ano Max (cupão anterior + 3,25% - Euribor 3 meses); 6º ano Max (cupão anterior + 3,75% - Euribor 3 meses); 7º ano Max (cupão anterior + 4,25% - Euribor 3 meses)	8.935	8.937
BCP Fin.Bank - EUR 650 m	Janeiro, 2005	Janeiro, 2010	Euribor 6 meses + 0,15%	650.000	650.000
BCP Fin.Bank - USD 6,875 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2007	1º Trim. 3,5%; 2º Trim. Max (cupão anterior + 3,2% - USD Libor 3 meses); 3º Trim. Max (cupão anterior + 3,45% - USD Libor 3 meses); 4º Trim. Max (cupão anterior + 3,7% - USD Libor 3 meses); 5º Trim. Max (cupão anterior + 3,95% - USD Libor 3 meses); 6º Trim. Max (cupão anterior + 4,2% - USD Libor 3 meses); 7º Trim. Max (cupão anterior + 4,45% - USD Libor 3 meses); 8º Trim. Max (cupão anterior + 4,7% - USD Libor 3 meses)	5.034	5.034
BCP Fin.Bank - USD 34,1 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2010	1º ano 5%; 2º ano e seguintes (USD Libor 3 meses + 2%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	22.976	22.979

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Fin.Bank - EUR 3 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2015	1º ano 6,6%; do 2º ao 4º ano cupão anterior *n/N; 5º ano 6,6%; do 6º ao 10º ano cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias Euribor 3 meses <= Barrier)	3.000	3.000
BCP Fin.Bank - EUR 100 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2008	Euribor 3 meses + 0,11%	100.000	100.000
BCP Fin.Bank - USD 2,9 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2015	1º ano 9,7%; 2º ano e seguintes Cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	2.202	2.202
BCP Fin.Bank - EUR 50 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2008	Euribor 3 meses + 0,11%	50.000	50.000
BCP Fin.Bank - CAD 3 m	Março, 2005	Março, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,25%; 3º e 4º Sem. 3%; 5º Sem. 3,25%; 6º Sem. 3,75%	1.963	1.963
BCP Fin.Bank - EUR 40 m	Abril, 2005	Março, 2008	Euribor 12 meses + 0,09%	40.000	40.000
BCP Fin.Bank - EUR 20 m	Abril, 2005	Abril, 2015	Euribor 3 meses + 0,18%	20.000	19.970
BCP Fin.Bank - EUR 300 m	Abril, 2005	Abril, 2010	Euribor 3 meses + 0,125%	300.000	300.000
BCP Fin.Bank - EUR 3,5 m	Abril, 2005	Abril, 2015	1º ano 6% *n/N; 2º ano e seguintes Cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias Euribor 3 meses <= Barrier)	3.500	2.658
BCP Fin.Bank - USD 6,065 m	Abril, 2005	Abril, 2010	(USD Libor 6 meses + 3,15%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	4.491	3.948
BCP Fin.Bank - USD 6,55 m	Abril, 2005	Abril, 2012	1º Sem. 9,5%; 2º Sem. e seguintes Cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	4.723	4.054
BCP Fin.Bank - USD 5,4 m	Junho, 2005	Junho, 2010	1º Sem. 6,25% *n/N; 2º Sem. e seguintes Cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	4.024	3.624
BCP Fin.Bank - USD 4,65 m	Julho, 2005	Janeiro, 2007	Indexada a cabaz de índices	2.735	2.732
BCP Fin.Bank - CAD 7,4 m	Julho, 2005	Julho, 2008	1º ano 2,98%; 2º ano 3,23%; 3º ano 3,48%	4.843	4.849
BCP Fin.Bank - EUR 3,5 m	Julho, 2005	Julho, 2010	(Euribor 3 meses + 1%) *n/N; (n: número de dias Euribor 3 meses <= Barrier)	3.500	3.248
BCP Fin.Bank - USD 55 m	Julho, 2005	Julho, 2010	1º ano 6,25%; 2º ano e seguintes Cupão anterior *n/N (n: número de dias USD Libor 3 meses <= Barrier)	27.479	22.673
BCP Fin.Bank - EUR 2,3 m	Julho, 2005	Julho, 2010	(Euribor 6 meses + 1%) *n/N; (n: número de dias Euribor 3 meses <= Barrier)	2.145	1.969
BCP Fin.Bank - USD 36 m	Agosto, 2005	Agosto, 2010	1º ano 6,25%; 2º ano e seguintes Cupão anterior *n/N (n: número de dias USD Libor 3 meses <= Barrier)	22.806	20.607
BCP Fin.Bank - CAD 5 m	Agosto, 2005	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,8%	2.631	2.640
BCP Fin.Bank - USD 20 m	Agosto, 2005	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,6%	14.667	14.703
BCP Fin.Bank - EUR 3 m	Agosto, 2005	Agosto, 2008	(Euribor 6 meses + 0,9%) *n/N; (n: número de dias Euribor 6 meses <= Barrier)	3.000	2.893
BCP Fin.Bank - EUR 3,335 m	Agosto, 2005	Agosto, 2010	(Euribor 6 meses + 1%) *n/N; (n: número de dias Euribor 6 meses <= Barrier)	3.335	3.071
BCP Fin.Bank - EUR 3 m	Agosto, 2005	Agosto, 2015	1º ano 6,25%; 2º ano e seguintes Max(8,25% - 2 * Euribor 12 meses)	2.960	2.497
BCP Fin.Bank - EUR 3,5 m	Agosto, 2005	Agosto, 2010	(Euribor 3 meses + 0,9%) *n/N; (n: número de dias Euribor 3 meses <= Barrier)	2.200	1.950
BCP Fin.Bank - CAD 4 m	Setembro, 2005	Março, 2007	Taxa fixa de 4,2%	2.557	2.563
BCP Fin.Bank - USD 7 m	Setembro, 2005	Setembro, 2007	1º Sem. 3,25%; 2º Sem. 3,75%; 3º Sem. 4%; 4º Sem. 5%	5.199	5.207
BCP Fin.Bank - CAD 3,5 m	Outubro, 2005	Abril, 2007	Taxa fixa de 4,1%	2.287	2.291
BCP Fin.Bank - USD 7 m	Outubro, 2005	Abril, 2007	Taxa fixa de 5,7%	4.862	4.871
BCP Fin.Bank - CAD 4 m	Novembro, 2005	Maió, 2007	Taxa fixa de 4,64%	2.618	2.620
BCP Fin.Bank - USD 8,5 m	Novembro, 2005	Maió, 2007	Taxa fixa de 6,36%	6.360	6.366
BCP Fin.Bank - EUR 3,28 m	Novembro, 2005	Novembro, 2012	1º ano 3%; 2º ano 3,125%; 3º ano 3,25%; 4º ano 3,375%; 5º ano 3,5%; 6º ano 3,625%; 7º ano 3,75%	2.956	2.902
BCP Fin.Bank - USD 1,025 m	Dezembro, 2005	Dezembro, 2010	Indexada ao Índice Dow Jones Global Titans 50 Index	778	661
BCP Fin.Bank - EUR 222 m	Dezembro, 2005	Dezembro, 2013	Euribor 3 meses + 50 bp	220.300	220.301
BCP Fin.Bank - USD 15 m	Janeiro, 2006	Julho, 2007	Taxa fixa de 6,77%	11.045	11.047
BCP Fin.Bank - CAD 5 m	Janeiro, 2006	Julho, 2007	Taxa fixa de 5,24%	3.252	3.254

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Fin.Bank - EUR 3,725 m	Janeiro, 2006	Julho, 2007	Indexada ao índice Nikkei 225	3.725	3.599
BCP Fin.Bank - EUR 4 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Indexada ao índice Nikkei 225	3.505	3.503
BCP Fin.Bank - EUR 500 m	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2011	Euribor 3 meses + 0,1%	500.000	500.000
BCP Fin.Bank - GBP 50 m	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2009	GBP Libor - BBA 3 meses + 0,04%	74.460	74.332
BCP Fin.Bank - CAD 8 m	Fevereiro, 2006	Agosto, 2007	Taxa fixa de 5,34%	4.984	4.985
BCP Fin.Bank - USD 8 m	Fevereiro, 2006	Agosto, 2007	Taxa fixa de 6,57%	5.344	5.342
BCP Fin.Bank - USD 7,27 m	Março, 2006	Março, 2011	1º ano 7,5% ; 2º ano e seguintes Max (14,35% - 2 * USD Libor 6 meses; 0)	5.520	5.290
BCP Fin.Bank - EUR 1000 m	Março, 2006	Março, 2009	Euribor 3 meses + 0,1%	1.000.000	1.000.000
BCP Fin.Bank - EUR 8 m	Março, 2006	Março, 2009	1º ano 8,5% se "Commodities" na data de observação < Barrier, caso contrário 1º ano 0%; 2º ano 17% se Commodities na data de observação < Barrier, caso contrário 2º ano 0%; 3º ano 25,5% se "Commodities" na data de observação < Barrier, caso contrário 3º ano 0%	7.980	7.508
BCP Fin.Bank - CAD 5 m	Março, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 5,6%	3.251	3.252
BCP Fin.Bank - USD 8 m	Março, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 6,85%	5.989	5.986
BCP Fin.Bank - EUR 2,5 m	Abril, 2006	Março, 2008	Indexada ao índice GSCI Agriculture	2.500	2.408
BCP Fin.Bank - EUR 200 m	Abril, 2006	Abril, 2010	Euribor 3 meses + 0,125%	200.000	200.000
BCP Fin.Bank - EUR 10 m	Abril, 2006	Setembro, 2007	Indexada ao índice Nikkei 225	10.000	9.797
BCP Fin.Bank - EUR 2,75 m	Abril, 2006	Março, 2008	Indexada a cabaz de 4 índices	2.750	2.750
BCP Fin.Bank - EUR 2,5 m	Abril, 2006	Março, 2008	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx Technology	2.500	2.409
BCP Fin.Bank - EUR 5,335 m	Abril, 2006	Abril, 2009	Indexada ao índice GSCI Sugar Excess Return	5.175	4.837
BCP Fin.Bank - EUR 13,45 m	Maió, 2006	Maió, 2014	Euribor 6 meses + 37 bp por ano	13.450	13.450
BCP Fin.Bank - EUR 5,65 m	Maió, 2006	Maió, 2014	Euribor 6 meses + 32 bp por ano	5.650	5.650
BCP Fin.Bank - CAD 3 m	Maió, 2006	Novembro, 2007	Taxa fixa de 3,8333%	1.936	1.938
BCP Fin.Bank - USD 10 m	Maió, 2006	Novembro, 2007	Taxa fixa de 4,8333%	6.921	6.920
BCP Fin.Bank - EUR 1,844 m	Maió, 2006	Maió, 2009	Indexada a cabaz de 3 índices	1.844	1.721
BCP Fin.Bank - USD 5,25 m	Maió, 2006	Maió, 2009	(USD Libor 6 mese + 0,5%) * n/N; (n: nº de dias USD CMS 10Y < Barrier)	2.124	1.727
BCP Fin.Bank - EUR 3,175 m	Junho, 2006	Junho, 2008	1º ano 2,5%; 2º ano, indexado a cabaz de acções	3.175	3.128
BCP Fin.Bank - EUR 11 m	Junho, 2006	Junho, 2014	Euribor 6 meses + 35 bp por ano	11.000	11.000
BCP Fin.Bank - CAD 2 m	Junho, 2006	Dezembro, 2007	Taxa fixa de 4%	1.261	1.265
BCP Fin.Bank - USD 4 m	Junho, 2006	Dezembro, 2007	Taxa fixa de 5%	2.928	2.933
BCP Fin.Bank - EUR 4 m	Junho, 2006	Junho, 2008	1º ano 3%; 2º ano, indexado a cabaz de acções	3.708	3.637
BCP Fin.Bank - GBP 14,6 m	Julho, 2006	Julho, 2011	Taxa Fixa de 5,3525%	21.742	21.504
BCP Fin.Bank - EUR 80,21 m	Julho, 2006	Fevereiro, 2011	Euribor 10 meses + 25 bp por ano até 07 Mai 2007 (inclusivé); Euribor 3 meses + 25 bp por ano de 07 Mai 2007 (exclusivé) até maturidade	79.365	79.365
BCP Fin.Bank - USD 3 m	Julho, 2006	Julho, 2016	USD Libor 6 meses + 0,75% * n/N; (n: nº de dias USD Libor 6 meses < Barrier)	2.278	1.529
BCP Fin.Bank - EUR 10,2 m	Julho, 2006	Julho, 2009	Indexado a cabaz de índices	10.175	9.533
BCP Fin.Bank - USD 1,15 m	Julho, 2006	Julho, 2009	Indexado a cabaz de acções	873	873
BCP Fin.Bank - CAD 3 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2008	Taxa fixa de 4,16667%	1.819	1.822
BCP Fin.Bank - USD 9 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2008	Taxa fixa de 5,1%	5.528	5.533
BCP Fin.Bank - EUR 1,225 m	Agosto, 2006	Agosto, 2009	Indexado a cabaz de índices	1.200	1.116
BCP Fin.Bank - EUR 4,7 m	Agosto, 2006	Agosto, 2009	Indexado a cabaz de 3 acções	4.700	4.700
BCP Fin.Bank - EUR 0,885 m	Agosto, 2006	Agosto, 2009	Indexado a cabaz de 3 índices	885	829
BCP Fin.Bank - EUR 1,5 m	Agosto, 2006	Agosto, 2009	Indexado a cabaz de 2 índices	1.500	1.402
BCP Fin.Bank - EUR 2,5 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Indexado ao activo subjacente: acções da "NOKIA OYJ"	2.500	2.458
BCP Fin.Bank - USD 25 m	Setembro, 2006	Setembro, 2009	USD Libor 1 mês + 0,055% por ano	18.983	18.975
BCP Fin.Bank - EUR 1,5 m	Outubro, 2006	Outubro, 2007	Taxa Fixa de 8,591597%	1.500	1.423
BCP Fin.Bank - EUR 1,15 m	Outubro, 2006	Outubro, 2007	Taxa Fixa de 9,076%	1.150	1.087
BCP Fin.Bank - EUR 1500 m	Outubro, 2006	Outubro, 2009	Euribor 3 meses + 0,1% por ano	1.500.000	1.500.000
BCP Fin.Bank - EUR 1,721 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Cupão: 4% * n/N*0,505556; (n: número de dias em que EUR/USD está entre o intervalo [1,2058;1,3048])	1.721	1.705

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Fin.Bank - EUR 2 m	Novembro, 2006	Novembro, 2009	Indexado a cabaz de índices	2.000	1.826
BCP Fin.Bank - USD 2 m	Novembro, 2006	Novembro, 2009	Indexado a cabaz de índices	1.519	1.345
BCP Fin.Bank - CZK 500 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	Pribor 3 meses + 0,09% por ano	18.192	18.165
BCP Fin.Bank - EUR 1,3 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2009	Indexado a cabaz de 3 aççõs	1.300	1.300
BCP Fin.Bank - USD 3,63 m	Dezembro, 2006	Junho, 2008	Indexado ao índice S&P BRIC 40 Index	2.756	2.683
BCP Fin.Bank - EUR 1,4 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2009	Indexado a cabaz de 3 índices	1.400	1.272
BCP Fin.Bank - EUR 70 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	Euribor 3 meses + Margem. Margem: de 18/03/07 a 18/06/08 (inclusivé): 0,02% ao ano; de 18/09/08 a 18/12/08 (inclusivé): 0,07% ao ano; de 18/03/09 a 18/06/09 (inclusivé): 0,11% ao ano; de 18/09/09 a 18/12/09 (inclusivé): 0,13% ao ano; de 18/03/10 a 18/06/10 (inclusivé): 0,15% ao ano; de 18/09/10 a 18/12/10 (inclusivé): 0,17% ao ano; de 18/03/11 a 18/06/11: 0,19% ao ano; de 18/09/11 até à maturidade (inclusivé): 0,19% ao ano.	70.000	69.965
BCP Fin.Bank - EUR 1,28 m	Dezembro, 2006	Junho, 2008	Indexado ao índice S&P BRIC 40 Index	1.280	1.243
BCP Fin.Bank - USD 3,6 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2009	USD Libor 6 meses + 1,2% *n/N; (n: nº de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	2.733	2.378
BCP Fin.Bank - EUR 1,7 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	1º ano: 6% se na data de observação EUR/USD<barreira, 0% caso contrário; 2º ano: 12% se na data de observação EUR/USD<barreira, 0% caso contrário; 3º ano: 18% se na data de observação EUR/USD<barreira, 0% caso contrário; 4º ano: 24% se na data de observação EUR/USD<barreira, 0% caso contrário; 5º ano: 30% se na data de observação EUR/USD<barreira, 0% caso contrário; Barreira: 1,33	1.700	1.418
BCP Fin.Bank - EUR 20 m	Dezembro, 2006	Junho, 2015	Indexado ao índice Nikkei 225	20.000	20.000
BCP Fin.Bank - EUR 2,3 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 7,5%	2.300	2.234
Bank Millennium (Grécia):					
Kion 2006-1 A	Dezembro, 2006	Julho, 2051	Euribor 3 meses + 0,15%	553.800	553.800
Kion 2006-1 B	Dezembro, 2006	Julho, 2051	Euribor 3 meses + 0,27%	28.200	28.200
Kion 2006-1 C	Dezembro, 2006	Julho, 2051	Euribor 3 meses + 0,55%	18.000	18.000
NOVA Nº 2:					
NOVA Nº 2 - Class A Notes	Novembro, 2001	Novembro, 2010	Euribor 3 meses + 0,33%	44.128	44.128
NOVA Nº 2 - Class B Notes	Novembro, 2001	Novembro, 2010	Euribor 3 meses + 0,6%	21.050	21.050
NOVA Nº 2 - Class C Notes	Novembro, 2001	Novembro, 2010	Euribor 3 meses + 0,83%	12.400	12.400
NOVA Nº 3:					
NOVA Nº 3 - Class A Notes	Novembro, 2002	Novembro, 2011	Euribor 3 meses + 0,28%	128.634	128.634
NOVA Nº 3 - Class B Notes	Novembro, 2002	Novembro, 2011	Euribor 3 meses + 0,4%	11.200	11.200
NOVA Nº 3 - Class C Notes	Novembro, 2002	Novembro, 2011	Euribor 3 meses + 0,73%	8.000	8.000
NOVA Nº 3 - Class D Notes	Novembro, 2002	Novembro, 2011	Euribor 3 meses + 1,375%	16.000	16.000
Tagus Global Bond Nº 2:					
Tagus Global Bond Nº 2 - A2	Maio, 2001	Fevereiro, 2011	Euribor 3 meses + 0,45%	31.827	31.826
Tagus Global Bond Nº 2 - B	Maio, 2001	Fevereiro, 2011	Euribor 3 meses + 0,65%	34.000	34.000
Tagus Global Bond Nº 2 - C	Maio, 2001	Fevereiro, 2011	Euribor 3 meses + 1,1%	71.100	71.100
					15.387.614
<i>Periodificações</i>					93.456
					15.481.070

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Papel Comercial:</i>					
BCP Finance Bank:					
BCP Finance Bank - EUR 50 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 2,83%	50.000	49.945
BCP Finance Bank - EUR 45 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 2,81%	45.000	44.940
BCP Finance Bank - USD 50 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 4,82%	37.965	37.849
BCP Finance Bank - GBP 70 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 4,66%	104.244	103.873
BCP Finance Bank - EUR 50 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 2,89%	50.000	49.884
BCP Finance Bank - USD 20 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 4,9%	15.186	15.126
BCP Finance Bank - EUR 30 m	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 2,91%	30.000	29.891
BCP Finance Bank - EUR 20 m	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 2,915%	20.000	19.918
BCP Finance Bank - EUR 45 m	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 2,89%	45.000	44.813
BCP Finance Bank - EUR 5 m	Março, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,06%	5.000	4.972
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Abril, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,23%	10.000	9.919
BCP Finance Bank - JPY 12,5 m	Abril, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,29%	15.931	15.924
BCP Finance Bank - GBP 15 m	Abril, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 4,75%	22.338	22.097
BCP Finance Bank - GBP 10 m	Maio, 2006	Maio, 2007	Taxa fixa de 4,97%	14.892	14.635
BCP Finance Bank - USD 24 m	Maio, 2006	Maio, 2007	Taxa fixa de 5,42%	18.223	17.837
BCP Finance Bank - GBP 25 m	Maio, 2006	Maio, 2007	Taxa fixa de 3,28%	25.000	24.667
BCP Finance Bank - EUR 20 m	Junho, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,37%	20.000	19.838
BCP Finance Bank - USD 20 m	Julho, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,63%	15.186	15.165
BCP Finance Bank - USD 10 m	Julho, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,61%	7.593	7.574
BCP Finance Bank - GBP 10 m	Julho, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 4,77%	14.892	14.863
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Julho, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,3%	10.000	9.981
BCP Finance Bank - EUR 32 m	Julho, 2006	Julho, 2007	Taxa fixa de 3,54%	32.000	31.368
BCP Finance Bank - EUR 121,5 m	Julho, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,3%	121.500	121.378
BCP Finance Bank - JPY 17,5 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,48%	22.303	22.293
BCP Finance Bank - USD 10 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,47%	7.593	7.545
BCP Finance Bank - EUR 100 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,45%	100.000	99.466
BCP Finance Bank - EUR 20 m	Agosto, 2006	Agosto, 2007	Taxa fixa de 3,61%	20.000	19.530
BCP Finance Bank - EUR 30 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,44%	30.000	29.835
BCP Finance Bank - USD 20 m	Setembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,4%	15.186	15.177
BCP Finance Bank - USD 180 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,42%	136.674	135.390
BCP Finance Bank - GBP 20 m	Setembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 5,16%	29.784	29.121
BCP Finance Bank - JPY 4000 m	Setembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,43%	25.489	25.476
BCP Finance Bank - CHF 10 m	Setembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 1,82%	6.223	6.209
BCP Finance Bank - EUR 12 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,53%	12.000	11.916
BCP Finance Bank - EUR 60 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,555%	60.000	59.547
BCP Finance Bank - EUR 50 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,55%	50.000	49.623
BCP Finance Bank - EUR 53 m	Setembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,5%	53.000	52.744
BCP Finance Bank - EUR 30 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,56%	30.000	29.794
BCP Finance Bank - EUR 105 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,56%	105.000	104.278
BCP Finance Bank - EUR 44 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,56%	44.000	43.650
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,57%	10.000	9.917
BCP Finance Bank - USD 6 m	Setembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,36%	4.556	4.539
BCP Finance Bank - EUR 25 m	Setembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,42%	25.000	24.998
BCP Finance Bank - EUR 5 m	Setembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,5%	5.000	4.972
BCP Finance Bank - GBP 10 m	Setembro, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	14.892	14.327
BCP Finance Bank - EUR 49 m	Setembro, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 3,71%	49.000	47.673
BCP Finance Bank - USD 65 m	Setembro, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 5,3%	49.355	47.468
BCP Finance Bank - CHF 20 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 1,795%	12.446	12.445
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,41%	10.000	9.998
BCP Finance Bank - USD 5 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,35%	3.797	3.795
BCP Finance Bank - USD 10 m	Outubro, 2006	Julho, 2007	Taxa fixa de 5,35%	7.593	7.390
BCP Finance Bank - USD 10 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,35%	7.593	7.589
BCP Finance Bank - EUR 15 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,59%	15.000	14.861
BCP Finance Bank - USD 10 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,36%	7.593	7.585
BCP Finance Bank - USD 100 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,36%	75.930	75.851
BCP Finance Bank - EUR 4,5 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,61%	4.500	4.458
BCP Finance Bank - EUR 201 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,62%	201.000	199.118
BCP Finance Bank - EUR 15 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,61%	15.000	14.853
BCP Finance Bank - EUR 114,5 m	Outubro, 2006	Outubro, 2007	Taxa fixa de 3,77%	114.500	111.272
BCP Finance Bank - EUR 20 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,46%	20.000	19.985

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Finance Bank - USD 4 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	3.037	3.033
BCP Finance Bank - EUR 87 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,47%	87.000	86.925
BCP Finance Bank - CHF 10 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 1,83%	6.223	6.220
BCP Finance Bank - EUR 150 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,47%	150.000	149.856
BCP Finance Bank - EUR 15 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,53%	15.000	14.938
BCP Finance Bank - EUR 60 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,625%	60.000	59.455
BCP Finance Bank - EUR 30 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,47%	30.000	29.968
BCP Finance Bank - GBP 35 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,08%	52.122	52.042
BCP Finance Bank - GBP 100 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,085%	148.920	148.692
BCP Finance Bank - EUR 32 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,48%	32.000	31.966
BCP Finance Bank - CHF 5 m	Outubro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 1,88%	3.112	3.100
BCP Finance Bank - GBP 50 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,1%	74.460	74.315
BCP Finance Bank - EUR 25 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,49%	25.000	24.966
BCP Finance Bank - EUR 100 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,56%	100.000	99.547
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	10.000	9.955
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,64%	10.000	9.895
BCP Finance Bank - USD 400 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 5,38%	303.721	298.984
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,63%	10.000	9.894
BCP Finance Bank - JPY 12,5 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,44%	15.931	15.923
BCP Finance Bank - EUR 25 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,47%	31.861	31.841
BCP Finance Bank - GBP 14 m	Outubro, 2006	Outubro, 2007	Taxa fixa de 5,385%	20.849	19.991
BCP Finance Bank - EUR 60 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,532%	60.000	59.894
BCP Finance Bank - EUR 50 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,53%	50.000	49.887
BCP Finance Bank - CHF 20 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 1,85%	12.446	12.432
BCP Finance Bank - JPY 15 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,47%	19.117	19.108
BCP Finance Bank - USD 200 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 5,4025%	151.860	149.328
BCP Finance Bank - GBP 17 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,11%	25.316	25.235
BCP Finance Bank - EUR 70 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,53%	70.000	69.836
BCP Finance Bank - USD 6 m	Outubro, 2006	Julho, 2007	Taxa fixa de 5,39%	4.556	4.420
BCP Finance Bank - EUR 30 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,53%	30.000	29.927
BCP Finance Bank - EUR 50 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	50.000	49.857
BCP Finance Bank - EUR 30 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,545%	30.000	29.915
BCP Finance Bank - EUR 100 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	100.000	99.715
BCP Finance Bank - USD 13 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,35%	9.871	9.826
BCP Finance Bank - USD 50 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,355%	37.965	37.796
BCP Finance Bank - USD 10 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,53%	7.593	7.559
BCP Finance Bank - EUR 43,5 m	Novembro, 2006	Maiço, 2007	Taxa fixa de 3,71%	43.500	42.964
BCP Finance Bank - USD 15 m	Novembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	11.390	11.339
BCP Finance Bank - GBP 30 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,185%	44.676	44.474
BCP Finance Bank - EUR 40 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,56%	40.000	39.874
BCP Finance Bank - EUR 7 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	7.000	6.976
BCP Finance Bank - EUR 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,565%	50.000	49.827
BCP Finance Bank - USD 60 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,34%	45.558	45.316
BCP Finance Bank - EUR 25 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	25.000	24.912
BCP Finance Bank - USD 30 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	22.779	22.658
BCP Finance Bank - EUR 5 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	5.000	4.982
BCP Finance Bank - JPY 15 m	Novembro, 2006	Maiço, 2007	Taxa fixa de 0,515%	19.117	19.082
BCP Finance Bank - USD 10 m	Novembro, 2006	Maiço, 2007	Taxa fixa de 5,38%	7.593	7.452
BCP Finance Bank - GBP 20 m	Novembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,17%	29.784	29.708
BCP Finance Bank - GBP 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,2%	74.460	74.049
BCP Finance Bank - EUR 200 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,58%	200.000	199.227
BCP Finance Bank - GBP 21 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,2%	31.273	31.100
BCP Finance Bank - EUR 25 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,58%	25.000	24.894
BCP Finance Bank - GBP 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,19%	74.460	73.997
BCP Finance Bank - GBP 35 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,19%	52.122	51.798
BCP Finance Bank - EUR 48 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,58%	48.000	47.791
BCP Finance Bank - USD 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,34%	37.965	37.719
BCP Finance Bank - USD 5 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	3.797	3.771
BCP Finance Bank - USD 60 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,35%	45.558	45.255
BCP Finance Bank - USD 100 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,35%	75.930	75.426
BCP Finance Bank - USD 6 m	Novembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,35%	4.556	4.507
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,58%	10.000	9.955
BCP Finance Bank - EUR 25,5 m	Novembro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,71%	25.500	25.222
BCP Finance Bank - GBP 5 m	Novembro, 2006	Novembro, 2007	Taxa fixa de 5,4%	7.446	7.107
BCP Finance Bank - EUR 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,575%	50.000	49.812

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Finance Bank - USD 10 m	Novembro, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 5,345%	7.593	7.308
BCP Finance Bank - EUR 24 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,6%	24.000	23.876
BCP Finance Bank - USD 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	37.965	37.675
BCP Finance Bank - EUR 20 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,6%	20.000	19.895
BCP Finance Bank - GBP 12 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,16%	17.870	17.790
BCP Finance Bank - EUR 13 m	Novembro, 2006	Mai, 2007	Taxa fixa de 3,73%	13.000	12.810
BCP Finance Bank - GBP 25 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,19%	37.230	36.931
BCP Finance Bank - EUR 100 m	Novembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,66%	100.000	99.143
BCP Finance Bank - EUR 10,5 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,62%	10.500	10.439
BCP Finance Bank - CHF 100 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 1,91%	31.116	31.020
BCP Finance Bank - GBP 20 m	Novembro, 2006	Mai, 2007	Taxa fixa de 5,29%	29.784	29.159
BCP Finance Bank - EUR 20 m	Novembro, 2006	Novembro, 2007	Taxa fixa de 3,87%	20.000	19.317
BCP Finance Bank - EUR 8,5 m	Novembro, 2006	Novembro, 2007	Taxa fixa de 3,86%	8.500	8.209
BCP Finance Bank - USD 30 m	Novembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,58%	68.000	67.811
BCP Finance Bank - EUR 20 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,62%	20.000	19.884
BCP Finance Bank - JPY 20 m	Novembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 0,5%	25.489	25.458
BCP Finance Bank - EUR 40 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,58%	40.000	39.877
BCP Finance Bank - USD 100 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,335%	75.930	75.272
BCP Finance Bank - EUR 35 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,62%	35.000	34.794
BCP Finance Bank - EUR 25 m	Dezembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,61%	25.000	24.928
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,61%	10.000	9.965
BCP Finance Bank - USD 30 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,33%	22.779	22.569
BCP Finance Bank - EUR 21,5 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,61%	21.500	21.425
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,63%	10.000	9.937
BCP Finance Bank - EUR 40 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,61%	40.000	39.856
BCP Finance Bank - USD 20 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,33%	15.186	15.043
BCP Finance Bank - GBP 115 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 5,295%	171.258	167.468
BCP Finance Bank - USD 10 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 5,27%	7.593	7.422
BCP Finance Bank - EUR 100 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,63%	100.000	99.618
BCP Finance Bank - EUR 70 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,645%	70.000	69.626
BCP Finance Bank - EUR 150 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 3,75%	150.000	147.571
BCP Finance Bank - EUR 50 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 3,75%	50.000	49.190
BCP Finance Bank - USD 50 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,3%	37.965	37.732
BCP Finance Bank - USD 10 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2007	Taxa fixa de 5,15%	7.593	7.238
BCP Finance Bank - EUR 60 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,665%	60.000	59.575
BCP Finance Bank - EUR 80 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 3,805%	80.000	78.637
BCP Finance Bank - USD 10 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 5,34%	7.593	7.423
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 3,79%	10.000	9.829
BCP Finance Bank - USD 100 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 5,345%	75.930	74.114
BCP Finance Bank - EUR 15 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,7%	15.000	14.881
BCP Finance Bank - EUR 300 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2007	Taxa fixa de 3,95%	300.000	289.119
BCP Finance Bank - EUR 20 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2007	Taxa fixa de 5,51%	11.914	11.311
BCP Finance Bank - EUR 20 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,71%	20.000	19.836
BCP Finance Bank - USD 25 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,34%	18.983	18.746
BCP Finance Bank - GBP 60 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,285%	89.352	88.266
BCP Finance Bank - CHF 10 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 2,04%	6.223	6.193
BCP Finance Bank - CHF 10 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 2,04%	6.223	6.193
BCP Finance Bank - CHF 25 m	Dezembro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 2,08%	15.558	15.452
BCP Finance Bank - EUR 10 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 3,84%	10.000	9.816
				<u>7.114.227</u>	<u>7.114.227</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>		
Até 3 meses	1.214.027	388.000
3 meses até 6 meses	106.948	1.129.882
6 meses até 1 ano	1.747.689	1.459.200
1 ano até 5 anos	11.041.865	8.563.843
Mais de 5 anos	1.277.085	3.210.993
	<u>15.387.614</u>	<u>14.751.918</u>
Periodificações	93.456	23.985
	<u>15.481.070</u>	<u>14.775.903</u>
<i>Papel comercial:</i>		
Até 3 meses	4.900.543	2.617.959
3 meses até 6 meses	1.560.636	378.503
6 meses até 1 ano	653.048	415.114
	<u>7.114.227</u>	<u>3.411.576</u>
Periodificações	-	(17.412)
	<u>7.114.227</u>	<u>3.394.164</u>
<i>Outros:</i>		
Até 3 meses	10	2.000
3 meses até 1 ano	-	15.941
1 ano até 5 anos	92.047	-
Mais de 5 anos	-	44.613
	<u>92.057</u>	<u>62.554</u>
Periodificações	-	(2.240)
	<u>92.057</u>	<u>60.314</u>
	<u>22.687.354</u>	<u>18.230.381</u>

33. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Vendas a descoberto	54.431	2.303
Empréstimos de títulos	6.569	8.644
Swaps	732.895	552.525
Opções	76.574	254.573
Outros	3.016	-
	<u>873.485</u>	<u>818.045</u>

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 e) no montante de Euros 54.890.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 57.809.000). Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 22.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

34. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Provisão para garantias e outros compromissos	75.130	79.825
Provisões técnicas da actividade seguradora:		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	4.110	3.732
Matemática do ramo vida	33.820	37.417
Para participação nos resultados	3.425	4.257
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	2.226	1.747
Outras provisões	92.430	150.447
	<u>211.141</u>	<u>277.425</u>

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	79.825	85.850
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	(979)
Transferências	(629)	(320)
Dotação do exercício	2.710	16.026
Reversão do exercício	(5.363)	(20.970)
Utilização de provisões	(1.068)	-
Diferenças cambiais	(345)	218
Saldo em 31 de Dezembro	<u>75.130</u>	<u>79.825</u>

Os movimentos nas Outras provisões são analisados como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	150.447	139.134
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	(1.912)
Outras transferências	(11.009)	(2.539)
Dotação do exercício	28.463	46.792
Reversão do exercício	(10.417)	(4.686)
Utilização de provisões	(63.917)	(25.740)
Diferenças cambiais	(1.137)	(602)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>92.430</u>	<u>150.447</u>

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade do Grupo.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

35. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Obrigações	2.824.114	2.827.043
Acções preferenciais	98.959	120.504
Outros passivos subordinados	9.849	12.522
	<u>2.932.922</u>	<u>2.960.069</u>

A rubrica Acções preferenciais corresponde a acções emitidas por empresas subsidiárias e associadas do Banco que, de acordo com a política contabilística (h), foram classificadas como Passivos Subordinados.

Em 31 de Dezembro de 2006, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
Banco Comercial Português:					
BCP Março 2011	Junho 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,35%	150.000	147.900
BCP Setembro 2011	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa fixa de 6,15%	120.000	116.146
BPA 1996	Dezembro 1996	Janeiro 2007	Euribor 6 meses + 0,2%	30.000	30.000
Bank Millennium:					
Bank Millennium	Dezembro 2001	Dezembro 2011	Taxa fixa de 4,394%	80.004	80.004
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 1998	Dezembro 1998	Dezembro 2008	Euribor 3 meses + 0,5%	29.928	29.928
BII 2004	Dezembro 2004	Dezembro 2014	Ver referência (i)	15.000	15.000
BCP Finance Bank:					
EMTN 44ª Emissão - 1 Tranche	Março 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	400.000	405.697
EMTN 44ª Emissão - 2 Tranche	Maio 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	200.000	202.848
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -119	Outubro 2003	Outubro 2013	Ver referência (ii)	400.000	397.455
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -295	Dezembro 2006	Dezembro 2016	Ver referência (iii)	400.000	400.000
BCP Fin. Bank Ltd 2005	Maio 2005	Junho 2015	Ver referência (iv)	300.000	300.013
Tagus Global Bond nº 2:					
Tagus Global Bond nº 2 D1 e D2	Maio 2001	Maio 2011	-	20.541	20.541
					2.145.532
<i>Obrigações perpétuas</i>					
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (v)	198.675	186.935
BCP - Euro 175 milhões	Novembro 2002	-	Ver referência (vi)	175.000	165.336
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	199.519	199.521
TOPS's BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6 meses + 0,4%	74.236	75.499
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (vii)	4.986	4.986
					632.277
<i>Acções preferenciais</i>					
Pinto Totta Intenational Finance	Julho 1997	-	Ver referência (viii)	95.887	95.887
<i>Outros passivos subordinados</i>					
Títulos de participação:					
Banco Mello	1987	A partir de 2005	Ver 1º e 2º parágrafos	6.522	6.522
Outros:					
BIM	Dezembro 2000	-	50% Tx Redescuento B.Moçambique	2.900	2.900
					9.422
<i>Periodificações</i>					
					49.804
					2.932.922

Referências :

- (i) - Até 10º cupão Euribor 6 meses + 0,4%; Após 10º cupão Euribor 6 meses + 0,9%
- (ii) - Euribor 3 meses + 0,55% (1,05% a partir de Outubro 2008)
- (iii) - Euribor 3 meses + 0,3% (0,8% a partir de Dezembro 2011)
- (iv) - Euribor 3 meses + 0,35% (0,85% a partir de Junho 2010)
- (v) - Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
- (vi) - Até 40º cupão 5,41%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
- (vii) - Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%
- (viii) - Até Julho 2007 7,77%; a partir de Agosto de 2007, a remuneração corresponderá à taxa USD Libor 6 meses + 2,75%

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

A remuneração dos Títulos de Participação emitidos pelo Banco Mello, S.A. em 1987, tem duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa é determinada aplicando a 70% do valor nominal do título uma taxa de juro igual à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters. A remuneração variável, corresponderá ao produto de 75% do restante valor (30% nominal do título, pelo valor do índice de crescimento anual dos fluxos de caixa e pela taxa de juro igual à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters. É estabelecido um limite mínimo de remuneração equivalente à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters, decrescida de 30 b.p., e um limite máximo de remuneração equivalente à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters.

O reembolso dos Títulos de Participação emitidos pelo Banco Mello, S.A. em 1987 poderá ocorrer a partir de 15 de Abril de 2005, por iniciativa do participante, sendo feito ao valor nominal. Em qualquer dos casos, o reembolso deverá coincidir com a data de pagamento da remuneração.

A análise dos passivos subordinados pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Até 3 meses	30.000	8.527
3 meses a 1 ano	-	26.097
1 ano até 5 anos	1.003.063	58.523
Mais de 5 anos	1.118.990	2.019.497
Indeterminada	731.065	792.872
	<u>2.883.118</u>	<u>2.905.516</u>
Periodificações	49.804	54.553
	<u>2.932.922</u>	<u>2.960.069</u>

36. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	121.347	79.688
Por contratos de 'Factoring'	19.083	33.415
Outros credores	245.851	335.981
Sector Público Administrativo	49.417	101.627
Juros a pagar	270.024	150.431
Receitas antecipadas	8.169	11.536
Férias e subsídios de férias a pagar	154.387	65.201
Outros custos administrativos a pagar	3.526	4.216
Operações sobre títulos a liquidar	180.145	273.667
Contas diversas	361.650	890.659
	<u>1.413.599</u>	<u>1.946.421</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

37. Capital, acções preferenciais e outros instrumentos de capital

Em 27 de Março de 2006, no âmbito do exercício do programa de Stock Options atribuído em Abril de 2003 aos seus colaboradores, foi celebrado por escritura pública o aumento de capital resultante do programa de Stock Options que correspondeu à emissão de 22.998.229 acções ao valor nominal de 1 Euro. Em resultado do referido aumento de capital, o capital social do Banco passou a ser de Euros 3.611.329.567 representado por 3.611.329.567 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company e que de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

Os Valores mobiliários de conversão obrigatória incluídos na rubrica Outros instrumentos de capital em 30 de Junho de 2005, foram tratados como instrumentos compostos (de capital e dívida), os quais, de acordo com os critérios aplicáveis, foram separados nas suas duas componentes e contabilizados em capital próprio, na parte considerada instrumento de capital, no montante de Euros 528.207.000 e na rubrica Componente de dívida de valores convertíveis, na parte considerada como instrumento de dívida.

De acordo com o previsto na ficha técnica, os referidos instrumentos foram convertidos em capital em Dezembro de 2005. Considerando a cotação na data da conversão, a referida conversão resultou num aumento de capital de Euros 330.930.511. As novas acções foram admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext de Lisboa no dia 6 de Janeiro de 2006.

38. Reserva legal

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

39. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Reservas de justo valor	463.713	341.245
Impostos (AFS)	(20.824)	(24.534)
	<u>442.889</u>	<u>316.711</u>

As reservas de justo valor correspondem às variações acunuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Reservas e resultados acumulados:		
Reserva legal	416.300	380.267
Reserva estatutária	65.000	49.926
Dividendos antecipados	(133.619)	(107.474)
Outras reservas e resultados transitados	886.149	478.342
'Goodwill' resultante da consolidação	(2.883.580)	(2.883.580)
Diferença cambial de consolidação	(14.551)	(2.961)
Outras reservas de consolidação	(187.477)	(164.762)
	<u>(1.851.778)</u>	<u>(2.250.242)</u>

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 38.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A movimentação durante o ano de 2006 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienação Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Eureko, B.V.	174.900	13.100	-	188.000
EDP - Electricidade de Portugal	58.891	112.325	(39.714)	131.502
Banco Sabadell, S.A.	105.501	102.847	(69.416)	138.932
Outros	1.953	3.326	-	5.279
	<u>341.245</u>	<u>231.598</u>	<u>(109.130)</u>	<u>463.713</u>

A movimentação durante o ano de 2005 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienação Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Banca Intesa, S.p.A.	70.400	45.854	(116.254)	-
Eureko, B.V.	156.800	18.100	-	174.900
Friends Provident PLC	19.100	13.164	(32.264)	-
EDP - Electricidade de Portugal	35.900	25.761	(2.770)	58.891
Banco Sabadell, S.A.	60.000	45.501	-	105.501
Outros	(4.887)	6.840	-	1.953
	<u>337.313</u>	<u>155.220</u>	<u>(151.288)</u>	<u>341.245</u>

No âmbito das alienações realizadas em 2006 e 2005 os valores relativos às mais valias potenciais associadas, foram reconhecidos por contrapartida de resultados, conforme referido nas notas 7 e 22.

40. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006			2005		
	Valor de balanço Euros '000	Número de títulos	Valor unitário médio Euros	Valor de balanço Euros '000	Número de títulos	Valor unitário médio Euros
Ações do Banco Comercial Português, S.A.	11.433	4.087.916	2,80	31.099	12.284.535	2,53
Outros títulos próprios	<u>10.717</u>	10.038.000		<u>-</u>	<u>-</u>	
	<u>22.150</u>			<u>31.099</u>		

As ações próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

41. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Balança		Demonstração de Resultados	
	2006 Euros '000	2005 Euros '000	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	-	3.637
Bank Millennium, S.A.	199.424	309.668	38.577	70.328
BIM - Banco Internacional de Moçambique	24.289	15.099	13.246	5.125
Interbanco, S.A.	-	26.400	-	8.288
Millennium Bank (Grécia)	18	-	-	(619)
Outras subsidiárias	2.317	3.359	161	238
	<u>226.048</u>	<u>354.526</u>	<u>51.984</u>	<u>86.997</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	354.526	395.237
Conversão de moeda estrangeira	(5.541)	14.250
Lucro atribuível a interesses minoritários	51.984	86.997
Dividendos	(58.018)	(31.494)
Aquisição de capital do Millennium Bank (Grécia)	(89.684)	(66.211)
Aquisição do capital do BII	-	(49.625)
Alienação do capital do Interbanco	(26.400)	-
Outros	(819)	5.372
	<u>226.048</u>	<u>354.526</u>

42. Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Garantias e avales prestados	8.513.334	8.721.428
Garantias e avales recebidos	29.645.865	36.461.227
Compromissos perante terceiros	10.797.340	10.261.063
Compromissos assumidos por terceiros	22.598.588	20.430.345
Valores recebidos em depósito	130.158.525	111.792.421
Valores depositados na Central de Valores	104.147.633	87.343.389
Outras contas extrapatrimoniais	96.044.863	82.274.239

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	7.693.683	7.687.398
Cartas de crédito "stand-by"	159.628	302.772
Créditos documentários abertos	209.767	210.261
Fianças e indemnizações	260.431	309.076
Outros passivos eventuais	189.825	211.921
	<u>8.513.334</u>	<u>8.721.428</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de Depósitos	1.110.244	955.166
Linhas crédito irrevogáveis	1.771.008	1.955.659
Subscrição de títulos	1.067.697	717.610
Outros compromissos irrevogáveis	138.096	200.053
Compromissos revogáveis		
Linhas crédito revogáveis	4.791.573	4.698.809
Facilidades descobertos conta	1.918.722	1.731.814
Outros compromissos revogáveis	-	1.952
	<u>10.797.340</u>	<u>10.261.063</u>

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevenendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

43. Activos sob Gestão

Nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei 252/03, de 17 de Outubro, que regula os organismos de investimento colectivo, as Sociedades Gestoras, em conjunto com o banco depositário dos fundos, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo cumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei portuguesa e nos regulamentos de gestão dos fundos administrados. O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Banco Comercial Português, S.A.	755.111	520.654
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	6.804.025	6.568.260
BII Investimentos Internacional, S.A.	744.925	629.903
Millennium TFI S.A.	924.934	414.407
	<u>9.228.995</u>	<u>8.133.224</u>

O Grupo presta serviços de custódia, gestão de património, gestão de investimentos e serviços de assessoria a terceiras entidades que envolvem a tomada de decisões de compra e venda de diversos tipos de instrumentos financeiros. Estes activos sob gestão não estão incluídos nas demonstrações financeiras. Para determinados serviços prestados são estabelecidos objectivos e níveis de rentabilidade para os activos sob gestão. Os activos sob gestão são analisados como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Fundos de investimento mobiliários	7.391.304	6.954.915
Fundos de investimento imobiliários	1.082.580	657.655
Gestão de Patrimónios	755.111	520.654
Depósito e guarda de valores	117.427.594	101.691.120
	<u>126.656.589</u>	<u>109.824.344</u>

44. Distribuição de resultados

A distribuição de resultados pelos accionistas e empregados é analisada como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Pagamento de dividendos do Banco Comercial Português, S.A.		
Dividendo do ano	132.768	114.028
Dividendo antecipado	133.619	107.474
	<u>266.387</u>	<u>221.502</u>
Distribuição de resultados pelos empregados das empresas do Grupo	49.942	33.365

45. Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2006

Aumento de Capital Resultante do Exercício de Programa de Stock Options – Março de 2006

Em 27 de Março de 2006, no âmbito do programa de Stock Options atribuído em Abril de 2003 aos seus colaboradores, foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do programa de Stock Options, correspondente a 22.998.229 acções. Em resultado do referido aumento de capital o capital social do Banco passou a ser constituído por 3.611.329.567 acções.

Transformação da Sucursal em Angola em banco de direito local

Em Fevereiro de 2006, foi aprovado pelas Autoridades angolanas o pedido de transformação da Sucursal do Banco Comercial Português em Angola em banco de direito local por incorporação dos activos e passivos da mesma, com um capital social equivalente a cerca de 25 milhões de US dólares.

Alienação da participação no capital social do Interbanco, S.A.

Na sequência da obtenção das autorizações regulamentares necessárias, durante o terceiro trimestre foi concluído o processo de alienação da participação de 50,001% no capital social do Interbanco, S.A. O adquirente foi o Santander Consumer Finance, S.A., entidade nomeada pela SAG GEST - Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., no âmbito do exercício de um direito de preferência.

O preço de venda daquela participação foi, conforme previsto, de Euros 110 milhões, resultando numa mais-valia, em base consolidada de Euros 82,2 milhões.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Aquisição de 15,51% do capital do Bank Millennium (Polónia)

Em Dezembro de 2006, e na sequência do lançamento de oferta pública de aquisição parcial de até 16% do capital social do Bank Millennium, S.A., na Polónia, o Grupo adquiriu 131.701.722 acções do referido Banco, correspondente a 15,51% do capital e dos direitos de voto, ao preço de Pln 7,30 por acção elevando assim a sua participação para 556.325.794 acções correspondentes a 65,51% do capital e dos direitos de voto.

A aquisição, no montante de Euros 253.200.000, gerou um goodwill no montante de Euros 163.987.000.

Alienação da participação detida no capital social do Banque BCP França e do Banque BCP Luxemburgo

Na sequência das negociações entre o Grupo e a Caisse Nationale des Caisses d'Épargne, com vista ao estabelecimento de uma parceria, com tomada de parte do capital dos bancos Banque BCP S.A.S. (França) e Banque BCP Luxemburgo, o Grupo completou no decurso do exercício de 2006, as alienações de uma percentagem de 80,1% de cada uma das entidades tendo gerado mais-valias no montante de Euros 26.484.000 e Euros 14.781.000 na alienação do Banque BCP França e Banque BCP Luxemburgo, respectivamente.

Alienação da participação detida no capital social do bcp Bank Canadá

Em Dezembro de 2006, o Grupo procedeu à alienação à instituição financeira canadiana BMO Financial Group (ex- Bank of Montreal) de 100% do capital do bcp bank Canada, pelo valor de CAD 40,9 milhões (Euros 27,4 milhões).

Alienação da participação detida no capital social da ONI SGPS, S.A.

No decurso do mês de Novembro de 2006, o Grupo BCP chegou a acordo com a EDP - Energias de Portugal para a alienação da totalidade da sua participação de 1.000 acções da ONI SGPS, representativas de 0,0002% do capital social da sociedade.

O Fundo de Pensões do Grupo estabeleceu idêntico acordo relativo à alienação integral, em condições semelhantes, da participação de 23,0618% por si detida na ONI SGPS. No âmbito do referido acordo foram igualmente cedidos os créditos sobre o Grupo ONI.

46. Planos de remunerações com acções

De acordo com o estabelecido na IFRS 2, os planos de remuneração com acções cuja data de atribuição ("grant date") é posterior a 7 de Novembro de 2002, foram considerados no âmbito dos ajustamentos de transição em 1 de Janeiro de 2004. Em 2006, a opção dos colaboradores foi exercida pelo que em Março de 2006 foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do exercício do programa de Stock Options que correspondeu a um aumento de capital social do Banco em 22.998.229 acções. As características do referido plano são apresentadas como segue:

Beneficiários:

Colaboradores do Grupo que satisfaziam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Ter-lhes sido atribuída gratificação extraordinária igual ou superior a Euros 6.500 no ano de 2003;
- Terem remuneração mensal superior a Euros 3.500;
- Não terem sido excluídos do plano anual de gratificação extraordinária nos três anos anteriores.

Benefício atribuído:

Atribuição de direitos de subscrição de acções a emitir.

Número de colaboradores abrangidos e quantidade de direitos necessários:

O número de colaboradores abrangidos por este programa ascendeu a 565, correspondendo a 26.269.755 direitos de subscrição de acções.

Resumo do plano:

Data de atribuição ("grant date"): 21 de Abril de 2003
Número de direitos de subscrição de acções: 26.269.755
"Fair value": Euros 0,24
Data de exercício: a partir de 1 de Março de 2006

Valor de mercado:

Data de atribuição ("grant date"): Euros 6.305.000

Em conformidade com o disposto na IFRS 2 o justo-valor das opções atribuídas, determinado na "grant date", foi reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição. Na data do exercício esse valor foi reconhecido como prémio de emissão.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

47. 'Fair value'

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado quer as actuais condições da política de pricing do Grupo.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Grupo.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito:

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pelo Grupo em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

Activos financeiros detidos para negociação, Passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Derivados de cobertura

Os derivados de cobertura encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. Os cálculos efectuados incorporam o spread de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Grupo adopta contabilisticamente uma política de "hedge-accounting", o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco taxa de juro já registado. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

Para os passivos financeiros com derivados embutidos separáveis e para os quais o Grupo procedeu à sua reavaliação, o cálculo do justo valor destes passivos financeiros incidiu sobre a totalidade das componentes destes instrumentos, pelo que a diferença apurada, em 31 de Dezembro de 2006, no montante de Euros 31.995.000 (31 de Dezembro de 2005: aumento de Euros 46.321.000), que correspondem a um aumento do passivo financeiro, inclui um montante a pagar de Euros 27.092.000 (31 de Dezembro de 2005: um montante a pagar de Euros 32.058.000) que se encontram registados em activos e passivos financeiros detidos para negociação e reflectem o justo valor dos derivados embutidos já registados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

[Handwritten signatures and initials]

O quadro seguinte resume os principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Grupo para os quais esses valores não representem o seu justo valor:

2006					
De Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor Contabilístico Euros '000	Fair value Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	1.679.221	1.679.221	1.679.221
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	917.279	917.279	917.279
Aplicações em instituições de crédito	-	6.575.060	-	6.575.060	6.573.962
Crédito a clientes	-	56.660.052	-	56.660.052	57.305.164
Activos financeiros detidos para negociação	2.732.724	-	-	2.732.724	2.732.724
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.410.886	-	4.410.886	4.410.886
Activos com acordo de recompra	-	-	4.048	4.048	4.048
Derivados de cobertura	182.041	-	-	182.041	182.041
Investimentos em associadas	-	-	317.610	317.610	317.610
	<u>2.914.765</u>	<u>4.410.886</u>	<u>63.239.160</u>	<u>73.478.921</u>	<u>74.122.935</u>
Depósitos de bancos centrais	-	539.335	-	539.335	539.335
Depósitos de outras instituições de crédito	-	12.124.716	-	12.124.716	12.130.314
Depósitos de clientes	-	33.244.197	-	33.244.197	33.192.483
Títulos de dívida emitidos	-	22.687.354	-	22.687.354	22.719.349
Passivos financeiros detidos para negociação	873.485	-	-	873.485	873.485
Derivados de cobertura	121.561	-	-	121.561	121.561
Passivos subordinados	-	2.932.922	-	2.932.922	3.074.682
	<u>995.046</u>	<u>71.528.524</u>	<u>-</u>	<u>72.523.570</u>	<u>72.651.209</u>
2005					
De Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor Contabilístico Euros '000	Fair value Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	1.255.893	1.255.893	1.255.893
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	875.604	875.604	875.604
Aplicações em instituições de crédito	-	6.034.211	-	6.034.211	6.035.473
Crédito a clientes	-	52.909.115	-	52.909.115	53.344.539
Activos financeiros detidos para negociação	2.346.212	-	-	2.346.212	2.346.212
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.631.036	-	4.631.036	4.631.036
Activos com acordo de recompra	-	80.603	-	80.603	80.603
Derivados de cobertura	80.835	-	-	80.835	80.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	20.372	20.372	20.372
Investimentos em associadas	-	-	277.021	277.021	277.021
	<u>2.427.047</u>	<u>4.631.036</u>	<u>59.023.929</u>	<u>68.510.902</u>	<u>68.947.588</u>
Depósitos de bancos centrais	-	58.861	-	58.861	58.861
Depósitos de outras instituições de crédito	-	11.206.019	-	11.206.019	11.219.594
Depósitos de clientes	-	34.395.431	-	34.395.431	34.395.843
Títulos de dívida emitidos	-	18.230.381	-	18.230.381	18.276.703
Passivos financeiros detidos para negociação	818.045	-	-	818.045	818.045
Derivados de cobertura	34.957	-	-	34.957	34.957
Passivos subordinados	-	2.960.069	-	2.960.069	3.061.804
	<u>853.002</u>	<u>66.850.761</u>	<u>-</u>	<u>67.703.763</u>	<u>67.865.807</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

48. Pensões de reforma

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades, cumprindo com os termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). As responsabilidades do Grupo são cobertas através do Fundo de Pensões Banco Comercial Português, gerido pela PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2006	2005
<i>Número de participantes</i>		
Reformados e Pensionistas	15.389	14.971
Pessoal no Activo	10.841	11.317
	<u>26.230</u>	<u>26.288</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 w), a evolução histórica das responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e respectivas coberturas, calculadas com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000	2004 Euros '000	2003 Euros '000	2002 Euros '000
<i>Responsabilidade por benefícios projectados</i>					
Reformados e Pensionistas	4.466.823	4.256.913	3.738.983	2.873.493	2.646.388
Pessoal no Activo	1.248.536	1.182.435	811.789	836.070	741.145
	<u>5.715.359</u>	<u>5.439.348</u>	<u>4.550.772</u>	<u>3.709.563</u>	<u>3.387.533</u>
Prémio de antiguidade	51.526	52.670	52.038	-	-
Valor do Fundo	(5.578.010)	(5.015.958)	(3.659.282)	(3.381.528)	(3.007.537)
Responsabilidades não financiadas	188.875	476.060	943.528	328.035	379.996
Responsabilidades não cobertas pelo Fundo de Pensões	(461.376)	(429.796)	(352.098)	(332.758)	(379.996)
(Excesso) / Déficit de cobertura	<u>(272.501)</u>	<u>46.264</u>	<u>591.430</u>	<u>(4.723)</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Responsabilidades por benefícios projectados, inclui o montante de Euros 298.446.000 relativo a responsabilidades com serviços passados com o Plano Complementar, que se encontram integralmente cobertas pelo Valor do Fundo.

No seguimento de deliberação do Conselho de Administração Executivo, datada de 21 de Setembro de 2006, o Regime Complementar de Reforma que estava previsto no Plano de Pensões do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português ("Benefício Definido"), passou a ser financiado através de um sistema de contribuição definida. No entanto, os colaboradores admitidos até à data da referida deliberação mantêm os benefícios a que tinham direito ao abrigo do sistema anterior ("Benefício Definido"), os quais serão assegurados pela empresa do Grupo a que estejam contratualmente vinculados na data da reforma.

Nesta base, as empresas do Grupo procederão, anualmente, à cobertura necessária à garantia daquele benefício. O montante correspondente será determinado de acordo com a avaliação actuarial efectuada em cada ano, sendo o eventual financiamento suplementar assegurado também em base anual.

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados durante o exercício de 2006 é analisada conforme segue:

	2006			2005	
	Responsabilidades de Pensões Euros '000	Extra-Fundo		Total Euros '000	Total Euros '000
		Prémio antiguidade Euros '000	Outros benefícios Euros '000		
Saldo a 1 de Janeiro	5.062.222	52.670	377.126	5.492.018	4.602.810
Custo normal	68.416	3.537	1.918	73.871	62.818
Custo dos juros	234.339	2.379	17.436	254.154	235.079
(Ganhos) e perdas actuariais					
Não decorrentes de alteração de pressupostos	107.874	-	(4.047)	103.827	46.036
Resultantes de alterações de pressupostos					
Alteração da taxa de desconto	-	-	-	-	347.047
Alteração das tábuas de mortalidade	-	-	-	-	247.852
Pagamentos	(260.211)	(6.027)	(21.406)	(287.644)	(257.323)
Programas de reformas antecipadas	83.880	-	37.577	121.457	199.855
Contribuições dos colaboradores	11.464	-	-	11.464	12.543
Outros	(2.475)	(1.033)	1.246	(2.262)	(4.699)
Saldo a 31 de Dezembro	<u>5.305.509</u>	<u>51.526</u>	<u>409.850</u>	<u>5.766.885</u>	<u>5.492.018</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Os elementos que compõem o valor do activo do Fundo de Pensões são analisados como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Títulos de rendimento variável	2.715.273	2.325.421
Títulos de rendimento fixo	1.807.489	1.486.494
Imóveis	639.678	641.725
Outros	415.570	562.318
Saldo a 31 de Dezembro	5.578.010	5.015.958

A evolução do valor dos activos do Fundo durante os exercícios de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Saldo a 1 de Janeiro	5.015.958	3.659.282
Rendimento esperado dos activos	262.055	201.447
Ganhos actuariais	260.347	151.577
Contribuições para o Fundo	290.940	1.234.927
Pagamentos	(260.211)	(234.418)
Contribuições de colaboradores	11.464	12.543
Outros	(2.543)	(9.400)
Saldo a 31 de Dezembro	5.578.010	5.015.958

A rubrica Imóveis inclui os imóveis registados nas demonstrações financeiras do Fundo e utilizados por empresas do Grupo que, em 31 de Dezembro de 2006, ascendiam a Euros 368.370.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 389.062.000).

As rubricas Títulos de rendimento variável e Títulos de rendimento fixo incluem títulos emitidos por empresas do Grupo que são analisados como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Títulos de rendimento fixo	56.098	39.104
Títulos de rendimento variável	269.482	218.051
	325.580	257.155

A evolução dos valores relativos a responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões e Extra-fundo em 2006 e 2005, é analisado como segue:

	Excesso/(déficit) de cobertura				
	2006			2005	
	Responsabilidades de Pensões Euros '000	Extra-fundo		Responsabilidades Totais Euros '000	Total Euros '000
	Prémio antiguidade Euros '000	Outros benefícios Euros '000			
Valores em 1 de Janeiro	46.264	52.670	377.126	476.060	938.309
Custo normal	68.416	3.537	1.918	73.871	62.818
Custo dos juros	234.339	2.379	17.436	254.154	235.177
Custo com programas de reformas antecipadas	83.880	-	37.577	121.457	199.855
Rendimento esperado dos activos (Ganhos) e perdas actuariais	(262.055)	-	-	(262.055)	(201.447)
Não decorrentes de alterações de pressupostos	(152.473)	-	(4.047)	(156.520)	(105.541)
Alteração na taxa de desconto	-	-	-	-	347.047
Alteração das tábuas de mortalidade	-	-	-	-	247.852
Contribuições para o Fundo	(290.940)	-	-	(290.940)	(1.234.927)
Pagamentos efectuados	-	(6.027)	(21.406)	(27.433)	(22.905)
Outros	68	(1.033)	1.246	281	9.822
Valores em 31 de Dezembro	(272.501)	51.526	409.850	188.875	476.060

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
 31 de Dezembro de 2006

A análise das contribuições efectuadas ao Fundo pelas empresas do Grupo é apresentada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Acções	77.248	722.025
Outros títulos	213.671	504.713
Dinheiro	21	8.189
	290.940	1.234.927

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor das pensões pagas pelo Fundo ascendeu a Euros 260.211.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 234.418.000).

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2006, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

	Perdas actuariais	
	Corredor Euros '000	Acima do Corredor Euros '000
Valores em 1 de Janeiro de 2006	549.201	921.620
Ganhos actuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos		
Taxa de crescimento dos salários	-	74.827
Taxa de crescimento das pensões	-	29.000
Rendimento do Fundo	-	(260.347)
Amortização das perdas actuariais acima do corredor	-	(45.411)
Anulação de perdas actuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	-	(29.001)
Variação do corredor	22.335	(22.335)
Valores em 31 de Dezembro de 2006	571.536	668.353

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2006, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a Euros 571.536.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 549.201.000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2006, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 668.353.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 921.620.000) será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 20 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 w).

Em 2006, o Grupo contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de Euros 256.628.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 357.381.000), cuja análise é apresentada como segue:

	2006		2005	
	Custo com pensões e outros benefícios Euros '000	Custo Prémio antiguidade Euros '000	Custos Totais Euros '000	Euros '000
Custo dos serviços correntes	70.334	3.537	73.871	62.818
Custo dos juros	251.775	2.379	254.154	235.079
Rendimento esperado dos activos	(262.055)	-	(262.055)	(201.447)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	45.411	-	45.411	29.356
Custo com programas de reformas antecipadas	121.457	-	121.457	199.855
Anulação de perdas actuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas "curtailment"	24.647	-	24.647	31.720
Outros	-	(857)	(857)	-
Custo do exercício	251.569	5.059	256.628	357.381

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, o Grupo manteve os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2005. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	Fundo Banco Comercial Português	
	2006	2005
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de rendimento do Fundo	5,5%	5,5%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV 73/77 - 1º ano	TV 73/77 - 1º ano
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de invalidez	0%	0%
Taxa de 'turnover'	0%	0%
Taxa dos custos com benefícios de saúde	6,5%	6,5%

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A taxa de retorno esperada em 2005 para 2006 das principais categorias de activos do fundo de pensões é obtida através de um modelo de simulação o qual toma em consideração o valor das responsabilidades assumidas e a evolução futura dos valores de mercado destes activos de acordo com cenários macroeconómicos específicos. Estes cenários, devidamente calibrados para a zona euro, são gerados por um modelo estocástico, desenvolvido por consultores independentes e que tem por base as melhores práticas internacionais.

Os ganhos actuariais líquidos do exercício de 2006 de Euros 156.520.000 são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados e são analisados conforme segue:

	(Ganhos)/Perdas actuariais	
	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Taxa de crescimento dos salários	74.827	23.559
Taxa de crescimento das pensões	29.000	22.500
Rendimento dos Fundos	(260.347)	(151.600)
	<u>(156.520)</u>	<u>(105.541)</u>

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando este impacto procedemos a uma análise de sensibilidade a uma variação de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (passando de 6,5% para 7,5% e passando de 6,5% para 5,5% no exercício de 2006), cujo impacto é analisado como segue:

	Variação positiva de 1%		Variação negativa de 1%	
	(6,5% para 7,5%)		(6,5% para 5,5%)	
	2006	2005	2006	2005
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Impacto no custo com pensões	455	457	(525)	(530)
Impacto nas responsabilidades	38.629	38.653	(44.572)	(44.837)

O valor estimado das contribuições a efectuar em 2007 no âmbito do plano de pensões é de Euros 42.165.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

49. Principais alterações na estrutura do Grupo durante o ano de 2006

Durante o ano de 2006, as principais rubricas relativas às subsidiárias alienadas são analisadas conforme segue:

	Interbanco Euros '000	Banque BCP (França) Euros '000	Banque BCP (Luxemburgo) Euros '000	BCPBank Canada Euros '000
<i>Activos</i>				
Aplicações em instituições de crédito	-	402.483	106.790	18.613
Créditos a clientes	833.593	581.070	252.643	195.758
Outros activos	59.439	175.256	8.956	32.166
	<u>893.032</u>	<u>1.158.809</u>	<u>368.389</u>	<u>246.537</u>
<i>Passivos</i>				
Depósitos em instituições de crédito	664.062	16.976	266.848	9.482
Depósitos de clientes	3.354	1.023.758	75.188	217.457
Títulos de dívida emitidos	5.568	-	5.924	-
Passivos subordinados	35.106	30.000	-	-
Outros passivos	132.141	20.119	3.225	1.856
	<u>840.231</u>	<u>1.090.853</u>	<u>351.185</u>	<u>228.795</u>
<i>Situação Líquida</i>	52.801	67.956	17.204	17.742
Percentagem adquirida / alienada	50,00%	80,10%	80,10%	100,00%
<i>% Situação Líquida</i>	26.400	54.431	13.780	17.742
Mais valia líquida	82.208	26.484	14.781	7.909
Montante recebido da alienação	110.000	91.222	28.561	26.767
Despesas incorridas com a venda e ganhos/perdas cambiais	1.392	10.307	-	1.116

50. Partes relacionadas

O Grupo concede empréstimos no decurso normal das suas actividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV), que engloba substancialmente todos os colaboradores dos bancos que operam em Portugal, o Grupo concede empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas no ACTV para cada tipo de operação com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores. Por outro lado, apesar de a política do Grupo prever a não concessão de empréstimos à Administração, o Grupo concede empréstimos a membros do Conselho de Administração Executivo e todos os empréstimos foram concedidos substancialmente nas mesmas condições a empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades e não apresentaram um risco de incobrabilidade superior ao normal ou outras características desfavoráveis.

Os empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração Executivo à data de 31 de Dezembro de 2006 eram no montante de Euros 240.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 252.000), representando 0,01% da Situação Líquida (31 de Dezembro de 2005: 0,01%). A maior parte destes empréstimos são contra-garantidos por hipoteca e destinam-se à aquisição de habitação.

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital e garantias dos empréstimos (excluindo transacções inter-bancárias e do mercado monetário) que o Grupo concedeu a accionistas que detenham, juntamente com as empresas que detêm, 2% ou mais do capital do Banco (cujo montante agregado, juntamente com as empresas que detêm representam 43,5% do capital social em 31 de Dezembro de 2006 (31 de Dezembro de 2005: 42,7%) descritas no relatório do Conselho de Administração), era de aproximadamente Euros 2.041.803.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 2.764.000.000). Cada um destes empréstimos foi concedido durante o decurso normal dos negócios do Grupo e substancialmente nas mesmas condições que empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades e não apresentaram um risco de incobrabilidade superior ao normal ou outras características desfavoráveis.

Remunerações aos membros da Conselho de Administração

O montante agregado das remunerações pagas a membros do Conselho de Administração Executivo para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 era de Euros 26.955.000 (31 Dezembro de 2005: Euros 31.339.000). Estes montantes não incluem contribuições para o fundo de pensões, no montante de Euros 5.706.000 (31 Dezembro de 2005: Euros 9.077.000) para o exercício de 31 de Dezembro de 2006.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Handwritten signatures and initials

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2006			Preço Unitário Euros
				Aquisições	Alienações	Data	
Membros de Órgãos Sociais							
Paulo Jorge de A. R. Teixeira Pinto	Acções BCP	867.356	53.048	4.923 (a)		02-Jan-06	2,115
				809.385 (b)		20-Mar-06	1,26
	Capital BCP 2005	0	2.083			02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. Bk Conv. 4,75% (01/11)	0	5			5 (d) 03-Jul-06	
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	3.100.000	2.500.000	165.550 (a)		02-Jan-06	2,115
				43.445		10-Jan-06	2,34
				43.445		10-Jan-06	2,31
				43.445		12-Jan-06	2,38
				43.445		12-Jan-06	2,43
				43.445		13-Jan-06	2,44
				43.445		17-Jan-06	2,41
				43.445		17-Jan-06	2,39
				43.445		19-Jan-06	2,41
				86.890		31-Jan-06	2,46
		Capital BCP 2005	0	70.028			02-Jan-06
	Obrigações BCP F. Bk Conv. 4,75% (01/11)	0	10			10 (d) 03-Jul-06	
	Acções Pref. Perp. S. C - BCP Fin. Company	3.500	3.500				
Christopher de Beck	Acções BCP	1.344.415	1.209.491	134.924 (a)		02-Jan-06	2,115
	Acções Bank Millennium (Polónia)	95.000	95.000				
	Capital BCP 2005	0	57.073			57.073 (a) 02-Jan-06	2,115
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues	Acções BCP	2.187.647	2.000.000	187.647 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	79.375			79.375 (a) 02-Jan-06	2,115
António Manuel P. C. de Castro Henriques	Acções BCP	1.414.276	1.250.000	154.276 (a)		02-Jan-06	2,115
				5.000		17-Nov-06	2,580
				5.000		21-Nov-06	2,560
	Capital BCP 2005	0	65.259			65.259 (a) 02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP Finance Perp 4.239 eur	400	0	400 (c)		05-Jan-06	981,5
Alípio Barrosa Pereira Dias	Acções BCP	200.000	170.900	17.215 (a)		02-Jan-06	2,115
				11.885		26-Out-06	2,260
	Capital BCP 2005	0	7.282			7.282 (a) 02-Jan-06	2,115
Alexandre Alberto Bastos Gomes	Acções BCP	755.045	635.918	56.127 (a)		02-Jan-06	2,115
				63.000		25-Ago-06	2,370
	Capital BCP 2005		23.742			23.742 (a) 02-Jan-06	2,115
	Obrigações Caixa Císf Inv. Real (99/06)	0	2.000			2.000 (d) 09-Mai-06	
	Obrigações BCP F. Bk Rend. Top (01/06)	0	75			75 (d) 03-Jul-06	
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Acções BCP	800.000	705.000	49.695 (a)		02-Jan-06	2,115
				305		09-Fev-06	2,51
				10.000		11-Mai-06	2,41
				10.000		22-Mai-06	2,22
				10.000		09-Jun-06	2,26
				10.000		27-Jul-06	2,25
				5.000		31-Out-06	2,56
	Capital BCP 2005	0	21.021			21.021 (a) 02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. Bk Altern. World (01/09)	25	25				
Boguslaw Jerzy Kott	Acções BCP	17.500	17.500				
	Acções Bank Millennium (Polónia)	3.023.174	3.023.174				
	BCP Ob Cx European Prd Perf Nov/06 08	100	0	100 (f)		27-Nov-06	100
Membros do Conselho Geral e de Supervisão							
Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	10.000.000	10.000.000				
	Obrigações BCP F. Bk C. S.-Up N. (06/15)	244	244				
	Obrigações BCP Finance Perp 4.239 Eur	1.000	1.000				
	Obrigações BCP F. Bk Conv 4,75% Jun 2011	0	10			10 (d) 03-Jul-06	
	Acções Bank Millennium (Polónia)	10.000	10.000				
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	Acções BCP	10.000	100.000			90.000 09-Fev-06	2,51
	Obrigações BCP Finance Perp 4.239 eur	0	150			150 05-Mai-06	936

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2006			Preço Unitário Euros
		31-12-2006	31-12-2005	Aquisições	Alienações	Data	
Gijsbert Swalef	Acções BCP	215.871	183.722	14.269 (a)		02-Jan-06	2,115
				6.400		26-Jan-06	2,48
				2.390		20-Abr-06	2,53
				6.630		08-Jun-06	2,26
				2.460		23-Nov-06	2,56
	Capital BCP 2005	0	6.036		6.036 (a)	02-Jan-06	2,115
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves	Acções BCP	4.015.577	3.644.100	371.477 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	157.135		157.135 (a)	02-Jan-06	2,115
	Bcp Obrg Cx Sup Inv Mill II 12/10	2.000	2.000				
João Alberto Pinto Basto	Acções BCP	125.186	113.770	11.416 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	4.829		4.829 (a)	02-Jan-06	2,115
Francisco de La Fuente Sánchez	Acções BCP	1.780	1.582	198 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	84		84 (a)	02-Jan-06	2,115
	BCP Obrigações Cx Rend. Cresc. Fev 06/08	900	0	900 (f)		14-Fev-06	50
	BCP Obrigações Cx TOP 6 Maio 06/08	1.000	0	1.000 (f)		09-Mai-06	50
	Obg Cx Aforro Cresct 6% Set 2006/08	1.600	0	1.600 (f)		07-Set-06	50
	BCP Obg Cx Top 10 Novembro 2006/2008	400	0	400 (f)		27-Nov-06	50
Keith Satchell	Acções BCP	2.900	0	2.900		13-Out-06	2,56
Luis Francisco Valente de Oliveira	Acções BCP	62.659	56.865	5.794 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	2.451		2.451 (a)	02-Jan-06	2,115
Luis de Melo Champalimaud	Acções BCP	5.000	0	5.000		02-Mai-06	2,41
Mário Augusto de Paiva Neto	Acções BCP	46.241	42.000	4.241 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	1.794		1.794 (a)	02-Jan-06	2,115
Oliu Creus	Acções BCP	10.000	0	10.000		26-Jul-06	2,24
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Acções BCP	1.421	1.421				
	Acções BCP (g)	14.000.000	14.000.000				
Vasco Maria Guimarães José de Melo	Acções BCP	180.096	180.096		50.000	11-Jul-06	2,24
				50.000		21-Jul-06	2,21
Mário Branco Trindade	Acções BCP	41.085	41.085				
Cônjuge / Filhos Menores							
Paula Maria Von Hafe T. Cruz	Acções BCP	975	886	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	Acções BCP	2.418	2.329	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
Rita S.G. Castro Henriques	Acções BCP	1.230	1.141	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP Super Invt. Millen. II /12/10	77	77				
Rosa Amélia Moutinho Martins Barbosa	Acções BCP	1.533	1.401	132 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005		56		56 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria D'Assunção Jardim Gonçalves	Acções BCP	1.221.208	444.121	777.087 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005		328.708		328.708 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. CO 5,543 PCT Eur	5.000	5.000				
Alexandra Maria Ferreira C. Gonçalves	Acções BCP	170.000	124	184.413 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	78.007		14.537	03-Mar-06	2,52
					78.007 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BCP	1.974	1.800	174 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	74		74 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria Teresa Galvão M. A. F. José de Mello	Acções BCP	9.851	9.851				
Martim Almeida Fernandes José de Mello	Acções BCP	430	430				

(a) Conversão dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis - Capital BCP 2005.

(b) Subscrição (Stock Options BCP).

(c) Depósito Interno/Transferência Interna.

(d) Reembolso.

(e) Levantamento Interno/Transferência Interna.

(f) Subscrição.

(g) Acções BCP detidas indirectamente através da Sociedade por si dominada "PASIM-Sociedade Imobiliária, S.A."

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

H. M. Silva
OK

À data de 31 de Dezembro de 2006, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, são analisados como segue:

	Aplicações IC's Euros '000	Crédito Clientes Euros '000	Activos Financ. detidos p/ negociação Euros '000	Activos Financ. disp. p/ venda Euros '000	Total Euros '000
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	4.204.979	-	158.157	1.045.565	5.408.701
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	617.695	-	-	-	617.695
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	779.759	-	-	-	779.759
BCP Finance Bank Ltd	545.304	-	4.566	82.269	632.139
BCP Investment, B.V.	-	44.816	-	-	44.816
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	84.041	-	-	84.041
Grupo Millennium bcp Investimento	162.973	-	8.679	466.786	638.438
Grupo Millennium Bank (Grécia)	920.283	-	-	-	920.283
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	125.066	-	-	125.066
Outras	4.548	1.000	-	-	5.548
	<u>7.235.541</u>	<u>254.923</u>	<u>171.402</u>	<u>1.594.620</u>	<u>9.256.486</u>

OK

À data de 31 de Dezembro de 2006, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, totalizam o montante de Euros 135.173.000.

À data de 31 de Dezembro de 2006, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

	Débitos IC's Euros '000	Débitos Clientes Euros '000	Títulos de dívida emitidos Euros '000	Passivos Subordinados Euros '000	Total Euros '000
Banco Actiobank (Portugal), S.A.	171.628	-	-	-	171.628
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	308.470	100	-	-	308.570
Bank Millennium, S.A.	16.207	-	-	-	16.207
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	179.003	-	-	-	179.003
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	2.769.997	-	-	-	2.769.997
BCP Finance Bank Ltd	17.504.569	-	-	2.200.828	19.705.397
BCP Finance Company, Ltd	1.579	-	-	1.020.569	1.022.148
BCP Internacional II, S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda.	-	480	-	-	480
BCP Investment, B.V.	-	452.037	-	-	452.037
BitafPart, B.V.	3.253	-	-	-	3.253
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	89.720	-	-	-	89.720
Grupo Millennium bcp Investimento	454.683	9.914	449.559	2.203	916.359
Grupo Millennium Bank (Grécia)	616.860	-	-	-	616.860
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	-	23.872	-	-	23.872
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	-	34.926	-	-	34.926
Pinto Totta International Finance, Limited	-	-	-	97.985	97.985
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	895.861	-	-	895.861
Banco Millennium Angola, S.A.	19.363	-	-	-	19.363
Millennium Bank (Turquia)	14.046	-	-	-	14.046
Outras	-	2.416	-	-	2.416
	<u>22.149.378</u>	<u>1.419.606</u>	<u>449.559</u>	<u>3.321.585</u>	<u>27.340.128</u>

À data de 31 de Dezembro de 2006, os débitos do Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, totalizam o montante de Euros 94.676.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

51. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos de negócio e geográficos

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Grupo, tanto em termos de volumes como ao nível de contribuição para os resultados. O negócio de Banca Comercial inclui a rede do Banco Comercial Português em Portugal, actuando como canal de marketing e de distribuição orientado para os segmentos da Banca de Retalho e da Banca de Empresas e Corporate, centrando a sua actividade na satisfação das necessidades dos Clientes particulares e empresa, e os segmentos European Banking e Overseas Banking, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade e em países que apresentam perspectivas de crescimento elevadas, tanto na Europa como noutras regiões.

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho em Portugal encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes "retalho", e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes "prestige" e "negócios". No âmbito da estratégia de "cross-selling" funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade dos negócios do Millennium bcp.

O segmento Empresas e Corporate inclui a rede Empresas em Portugal, servindo as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados, e a rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado. Desde o início de 2006, integram também este segmento o negócio de "International Corporate Banking", transferido da rede de "Private Banking", e a actividade da Direcção Internacional do Banco.

O segmento European Banking prossegue o enfoque nos mercados Polaco e Grego, considerados mercados prioritários, onde o Grupo está representado pelo Bank Millennium (Polónia), um banco universal, e pelo Millennium Bank (Grécia), uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, estando também representado na Turquia, embora com uma dimensão mais reduzida, pelo Millennium Bank (Turquia), uma operação vocacionada para o aconselhamento financeiro.

O segmento Overseas Banking inclui a actividade prosseguida pelo Grupo fora da Europa, estendendo-se a mercados de afinidade, sendo assegurada pelo Millennium bcpbank (Estados Unidos), um banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade portuguesa, pelo Millennium bim (Moçambique), um banco universal, direccionado para Clientes particulares e empresas, e pelo banco Millennium Angola.

A actividade de Banca de Investimento é desenvolvida essencialmente pelo Millennium bcp Investimento, instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados - "project finance", "corporate finance", corretagem de valores mobiliários e "equity research" - e na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco.

A actividade de "Private Banking e Asset Management" é assegurada pela rede de "Private Banking" em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de "private banking" de direito suíço, pelo ActivoBank7, um banco de serviço global, especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento de longo prazo, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento. No início de 2006, o negócio de "International Corporate Banking" deixou de integrar este segmento, sendo transferido para o segmento de Empresas e Corporate.

No segmento Outros incluem-se a gestão centralizada de participações financeiras e as restantes actividades e operações de carácter corporativo, as actividades não integradas nos segmentos de negócio, nomeadamente a actividade de "bancassurance", uma "joint-venture" com o Grupo Belga-Holandês Fortis, e outros valores não alocados aos segmentos.

Actividade dos segmentos de negócio em 2006

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando critérios regulamentares de solvabilidade. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

As contribuições líquidas de cada segmento incorporam todos os impactos dos movimentos de fundos descritos anteriormente e reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos relacionados com a realocação de capitais. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo. Os relativos a 2005 foram preparados para efeitos meramente comparativos, tendo em conta as modificações ocorridas no perímetro dos segmentos de negócio.

Segmentos Geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento de uma instituição verdadeiramente multi-doméstica, o Grupo actua com especial enfoque nos mercados Português, Polaco e Grego, considerados mercados prioritários, operando ainda num conjunto restrito de mercados de afinidade. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Grécia e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo Millennium bcp Investimento, pelo ActivoBank7 e pelo Banco de Investimento Imobiliário. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia) e o segmento Grécia encontra-se representado pela actividade do Millennium Bank (Grécia). O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as actividades desenvolvidas em outros países, tais como Turquia, Estados Unidos, Moçambique e Angola.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Handwritten signatures and initials: JF, AB, CA, etc.

Em 31 de Dezembro de 2006 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

	Banca Comercial					Banca de Investimento	Private Banking e Gestão de Activos	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Empresas e Corporate Banking	Europa	Overseas	Total				
Demonstração de Resultados									
Juros e proveitos equiparados	1.403.068	832.657	565.343	123.632	2.924.700	117.529	116.539	208.333	3.367.101
Juros e custos equiparados	(522.021)	(508.975)	(305.795)	(42.973)	(1.379.764)	(140.879)	(74.468)	(341.230)	(1.936.341)
Margem financeira	881.047	323.682	259.548	80.659	1.544.936	(23.350)	42.071	(132.897)	1.430.740
Comissões e outros proveitos	478.816	142.745	193.553	46.031	861.145	52.807	110.356	90.151	1.114.459
Comissões e outros custos	(40.779)	(10.347)	(53.589)	(14.293)	(119.008)	(6.624)	(44.532)	(68.713)	(238.877)
Comissões e outros proveitos líquidos	438.037	132.398	139.964	31.738	742.137	46.183	65.824	21.438	875.582
Resultados em operações financeiras	-	-	85.733	18.751	104.484	120.160	73	170.201	394.918
Custos com pessoal e FST's	780.603	118.338	335.494	80.835	1.315.270	50.638	67.193	180.890	1.613.991
Amortizações	1.485	199	30.438	9.018	41.140	270	508	69.574	111.492
Custos operacionais	782.088	118.537	365.932	89.853	1.356.410	50.908	67.701	250.464	1.725.483
Imparidade e provisões	(58.983)	(22.134)	(22.947)	(4.783)	(108.847)	(1.870)	(3.162)	(51.228)	(165.107)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	302	302	(290)	-	42.035	42.047
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	-	131.382	131.382
Resultado antes de impostos	478.013	315.409	96.366	36.814	926.602	89.925	37.105	(69.533)	984.099
Impostos	(131.453)	(86.737)	(24.565)	(1.503)	(244.258)	(26.190)	(7.197)	125.424	(152.221)
Resultado após impostos	346.560	228.672	71.801	35.311	682.344	63.735	29.908	55.891	831.878
Resultado consolidado do do exercício atribuível a:									
Accionistas do Banco	346.560	228.672	71.801	35.311	682.344	63.735	29.908	3.907	779.894
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	51.984	51.984
Balanço									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.392.170	2.740.391	1.475.255	358.586	7.966.402	3.923.872	659.241	(3.377.955)	9.171.560
Crédito a clientes	26.840.247	16.733.702	7.120.052	741.603	51.435.604	702.026	2.600.177	1.922.245	56.660.052
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	876.826	279.596	1.156.422	2.850.217	2.853	401.394	4.410.886
Outros activos	1.105.052	101.085	1.373.517	112.496	2.692.150	2.281.618	52.396	3.990.084	9.016.248
Total do Activo	31.337.469	19.575.178	10.845.650	1.492.281	63.250.578	9.757.733	3.314.667	2.935.768	79.258.746
Depósitos de instituições de crédito	4.592.473	3.579.511	2.790.662	104.047	11.066.693	4.231.406	971.549	(3.605.597)	12.664.051
Depósitos de clientes	16.160.218	4.886.280	6.415.680	1.225.503	28.687.681	9	1.565.154	2.991.353	33.244.197
Títulos de dívida emitidos	8.083.772	8.812.247	601.489	-	17.497.508	4.172.431	496.610	520.805	22.687.354
Outros passivos	1.492.564	1.147.861	688.620	117.672	3.446.717	1.197.167	162.521	788.799	5.595.204
Total do Passivo	30.329.027	18.425.899	10.496.451	1.447.222	60.698.599	9.601.013	3.195.834	695.360	74.190.806
Capital e Interesses Minoritários	1.008.442	1.149.279	349.199	45.059	2.551.979	156.720	118.833	2.240.408	5.067.940
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	31.337.469	19.575.178	10.845.650	1.492.281	63.250.578	9.757.733	3.314.667	2.935.768	79.258.746

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Em 31 de Dezembro de 2005 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

	Banca Comercial					Banca de Investimento	Private Banking e Gestão de Activos	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Empresas e Corporate Banking	Europa	Overseas	Total				
Demonstração de Resultados									
Juros e proveitos equiparados	1.120.991	606.984	459.437	121.760	2.309.172	90.224	154.157	530.180	3.083.733
Juros e custos equiparados	(362.095)	(327.034)	(276.579)	(45.641)	(1.011.349)	(90.006)	(93.218)	(481.501)	(1.676.074)
Margem financeira	758.896	279.950	182.858	76.119	1.297.823	218	60.939	48.679	1.407.659
Comissões e outros proveitos	435.945	144.408	169.604	53.844	803.801	78.271	88.676	178.672	1.149.420
Comissões e outros custos	(34.089)	(12.485)	(48.737)	(21.784)	(117.095)	(6.739)	(32.934)	(146.799)	(303.567)
Comissões e outros proveitos líquidos	401.856	131.923	120.867	32.060	686.706	71.532	55.742	31.873	845.853
Resultados em operações financeiras	-	-	124.621	23.170	147.791	97.439	992	(6.699)	239.523
Custos com pessoal e FST's	885.538	119.159	303.483	76.450	1.384.630	55.835	72.838	255.144	1.768.447
Amortizações	1.365	178	45.691	10.089	57.323	441	898	81.127	139.789
Custos operacionais	886.903	119.337	349.174	86.539	1.441.953	56.276	73.736	336.271	1.908.236
Imparidade e provisões	(31.370)	(26.857)	(4.926)	(6.645)	(69.798)	(5.348)	(82.840)	(12.746)	(170.732)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	384	384	333	-	26.294	27.011
Resultados de alienação de outros activos	-	-	103.332	-	103.332	11.000	-	382.526	496.858
Resultado antes de impostos	242.479	265.679	177.578	38.549	724.285	118.898	(38.903)	133.656	937.936
Impostos	(66.681)	(73.059)	(37.453)	(5.416)	(182.609)	(29.769)	(1.914)	116.843	(97.449)
Resultado após impostos	175.798	192.620	140.125	33.133	541.676	89.129	(40.817)	250.499	840.487
Resultado consolidado do exercício atribuível a:									
Accionistas do Banco	175.798	192.620	140.125	33.133	541.676	89.129	(40.817)	163.502	753.490
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	86.997	86.997
Balço									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.874.620	2.305.907	1.492.023	344.656	7.017.206	2.768.854	818.459	(2.438.811)	8.165.708
Crédito a clientes	23.667.243	14.570.214	4.771.351	897.260	43.906.068	424.557	3.722.693	4.855.797	52.909.115
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.404.445	317.367	1.721.812	2.656.484	2.862	249.878	4.631.036
Outros activos	1.470.948	87.718	2.844.353	115.600	4.518.619	1.684.075	62.255	4.878.794	11.143.743
Total do Activo	28.012.811	16.963.839	10.512.172	1.674.883	57.163.705	7.533.970	4.606.269	7.545.658	76.849.602
Depósitos de instituições de crédito	4.309.404	3.419.739	2.119.636	131.701	9.980.480	2.684.571	1.077.391	(2.477.562)	11.264.880
Depósitos de clientes	16.054.794	4.987.183	5.996.072	1.418.338	28.456.387	9	2.292.017	3.647.018	34.395.431
Títulos de dívida emitidos	5.562.282	6.495.889	17.988	2.397	12.078.556	3.518.176	843.773	1.789.876	18.230.381
Outros passivos	1.194.521	1.046.924	2.097.913	73.949	4.413.307	1.190.190	210.553	2.542.840	8.356.890
Total do Passivo	27.121.001	15.949.735	10.231.609	1.626.385	54.928.730	7.392.946	4.423.734	5.502.172	72.247.582
Capital e Interesses Minoritários	891.810	1.014.104	280.563	48.498	2.234.975	141.024	182.535	2.043.486	4.602.020
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	28.012.811	16.963.839	10.512.172	1.674.883	57.163.705	7.533.970	4.606.269	7.545.658	76.849.602

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Em 31 de Dezembro de 2006 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Handwritten signatures and initials: L, M, Z, CA

	Portugal					Total	Polónia	Grécia	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Empresas e Corporate Banking	Private Banking e Gestão de Activos	Banca de Investimento	Outros					
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	1.403.068	832.657	116.539	117.529	208.333	2.678.126	298.727	178.175	212.073	3.367.101
Juros e custos equiparados	(522.021)	(508.975)	(74.468)	(140.879)	(341.230)	(1.587.573)	(175.663)	(81.261)	(91.844)	(1.936.341)
Margem financeira	881.047	323.682	42.071	(23.350)	(132.897)	1.090.553	123.064	96.914	120.229	1.130.760
Comissões e outros proveitos	478.816	142.745	110.356	52.807	90.151	874.875	130.622	36.338	72.624	1.114.459
Comissões e outros custos	(40.779)	(10.347)	(44.532)	(6.624)	(68.713)	(170.995)	(34.388)	(12.658)	(20.836)	(238.877)
Comissões e outros proveitos líquidos	438.037	132.398	65.824	46.183	21.438	703.880	96.234	23.680	51.788	875.582
Resultados em operações financeiras	-	-	73	120.160	170.201	290.434	92.383	6.322	5.779	394.918
Custos com pessoal e FST's	780.603	118.338	67.193	50.638	180.889	1.197.661	201.875	88.413	126.042	1.613.991
Amortizações	1.485	199	508	270	69.574	72.036	15.768	6.978	16.710	111.492
Custos operacionais	782.088	118.537	67.701	50.908	250.463	1.269.697	217.643	95.391	142.752	1.725.483
Imparidade e provisões	(58.983)	(22.134)	(3.162)	(1.870)	(51.228)	(137.377)	(10.165)	(10.624)	(6.941)	(165.107)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	(290)	42.035	41.745	-	-	302	42.047
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	131.382	131.382	-	-	-	131.382
Resultado antes de impostos	478.013	315.409	37.105	89.925	(69.532)	850.920	83.873	20.901	28.405	984.099
Impostos	(131.453)	(86.737)	(7.197)	(26.190)	125.424	(126.153)	(15.824)	(6.867)	(3.377)	(152.221)
Resultado após impostos	346.560	228.672	29.908	63.735	55.892	724.767	68.049	14.034	25.028	831.878
Resultado consolidado do do exercício atribuível a:										
Accionistas do Banco	346.560	228.672	29.908	63.735	50.519	719.394	34.025	14.034	12.441	779.894
Interesses minoritários	-	-	-	-	5.373	5.373	34.024	-	12.587	51.984
Balanço										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.392.170	2.740.391	659.241	3.923.870	(3.377.955)	7.337.717	552.388	832.215	449.240	9.171.560
Crédito a clientes	26.840.247	16.733.702	2.600.177	702.026	1.922.243	48.798.395	3.892.067	2.885.377	1.084.213	56.660.052
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.853	2.850.217	401.394	3.254.464	767.077	29.533	359.812	4.410.886
Outros activos	1.105.052	101.085	52.396	2.281.620	3.990.087	7.530.240	1.207.086	130.779	148.143	9.016.248
Total do Activo	31.337.469	19.575.178	3.314.667	9.757.733	2.935.769	66.920.816	6.418.618	3.877.904	2.041.408	79.258.746
Depósitos de instituições de crédito	4.592.473	3.579.511	971.549	4.231.406	(3.605.598)	9.769.341	1.775.970	988.356	130.384	12.664.051
Depósitos de clientes	16.160.218	4.886.280	1.565.154	9	2.991.353	25.603.014	4.011.099	1.939.809	1.690.275	33.244.197
Títulos de dívida emitidos	8.083.772	8.812.247	496.610	4.172.431	520.805	22.085.865	1.489	600.000	-	22.687.354
Outros passivos	1.492.564	1.147.861	162.521	1.197.167	788.802	4.788.915	431.423	216.771	158.095	5.595.204
Total do Passivo	30.329.027	18.425.899	3.195.834	9.601.013	695.362	62.247.135	6.219.981	3.744.936	1.978.754	74.190.806
Capital e Interesses Minoritários	1.008.442	1.149.279	118.833	156.720	2.240.407	4.673.681	198.637	132.968	62.654	5.067.940
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	31.337.469	19.575.178	3.314.667	9.757.733	2.935.769	66.920.816	6.418.618	3.877.904	2.041.408	79.258.746

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Em 31 de Dezembro de 2005 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

	Portugal									
	Banca de Retailho	Empresas e Corporate Banking	Private Banking e Gestão de Activos	Banca de Investimento	Outros	Total	Polónia	Grécia	Outros	Consolidado
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	1.120.991	606.984	154.157	90.224	530.180	2.502.536	255.635	116.677	208.885	3.083.733
Juros e custos equiparados	(362.095)	(327.034)	(93.218)	(90.006)	(481.501)	(1.353.854)	(187.540)	(44.112)	(90.568)	(1.676.074)
Margem financeira	758.896	279.950	60.939	218	48.679	1.148.682	68.095	72.565	118.317	1.407.659
Comissões e outros proveitos	435.945	144.408	88.676	78.271	178.672	925.972	91.887	31.085	100.476	1.149.420
Comissões e outros custos	(34.089)	(12.485)	(32.934)	(6.739)	(146.799)	(233.046)	(24.534)	(15.235)	(30.752)	(303.567)
Comissões e outros proveitos líquidos	401.856	131.923	55.742	71.532	31.873	692.926	67.353	15.850	69.724	845.853
Resultados em operações financeiras	-	-	992	97.439	(6.699)	91.732	115.992	2.909	28.890	239.523
Custos com pessoal e FST's	885.538	119.159	72.838	55.835	255.144	1.388.514	163.389	73.341	143.203	1.768.447
Amortizações	1.365	178	898	441	81.127	84.009	25.789	7.980	22.011	139.789
Custos operacionais	886.903	119.337	73.736	56.276	336.271	1.472.523	189.178	81.321	165.214	1.908.236
Imparidade e provisões	(31.370)	(26.857)	(82.840)	(5.348)	(12.746)	(159.161)	668	(5.897)	(6.342)	(170.732)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	333	26.294	26.627	-	-	384	27.011
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	11.000	382.526	393.526	103.332	-	-	496.858
Resultado antes de impostos	242.479	265.679	(38.903)	118.898	133.656	721.809	166.262	4.106	45.759	937.936
Impostos	(66.681)	(73.059)	(1.914)	(29.769)	116.843	(54.580)	(32.701)	(1.627)	(8.541)	(97.449)
Resultado após impostos	175.798	192.620	(40.817)	89.129	250.499	667.229	133.561	2.479	37.218	840.487
Resultado consolidado do exercício atribuível a:										
Accionistas do Banco	175.798	192.620	(40.817)	89.129	234.606	651.336	66.780	2.480	32.894	753.490
Interesses minoritários	-	-	-	-	15.893	15.893	66.781	(1)	4.324	86.997
Balanço										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.874.620	2.305.907	818.459	2.768.854	(2.438.811)	6.329.029	810.884	650.940	374.855	8.165.708
Crédito a clientes	23.667.243	14.570.214	3.722.693	424.557	4.855.797	47.240.504	2.480.633	2.081.921	1.106.057	52.909.115
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.862	2.656.484	249.878	2.909.224	1.252.285	30.605	438.922	4.631.036
Outros activos	1.470.948	87.718	62.255	1.684.075	4.878.794	8.183.790	1.210.769	98.918	1.650.266	11.143.743
Total do Activo	28.012.811	16.963.839	4.606.269	7.533.970	7.545.658	64.662.547	5.754.571	2.862.384	3.570.100	76.849.602
Depósitos de instituições de crédito	4.309.404	3.419.739	1.077.391	2.684.571	(2.477.562)	9.013.543	1.215.606	796.913	238.818	11.264.880
Depósitos de clientes	16.054.794	4.987.183	2.292.017	9	3.647.018	26.981.021	3.888.913	1.822.401	1.703.096	34.395.431
Títulos de dívida emitidos	5.562.282	6.495.889	843.773	3.518.176	1.789.876	18.209.996	17.989	-	2.396	18.230.381
Outros passivos	1.194.521	1.046.924	210.553	1.190.190	2.542.840	6.185.028	482.187	151.866	1.537.809	8.356.890
Total do Passivo	27.121.001	15.949.735	4.423.734	7.392.946	5.502.172	60.389.588	5.604.695	2.771.180	3.482.119	72.247.582
Capital e Interesses Minoritários	891.810	1.014.104	182.535	141.024	2.043.486	4.272.959	149.876	91.204	87.981	4.602.020
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	28.012.811	16.963.839	4.606.269	7.533.970	7.545.658	64.662.547	5.754.571	2.862.384	3.570.100	76.849.602

52. Gestão de riscos

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efectuada pelo Grupo de forma centralizada atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Grupo.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercados – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Grupo cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão dos mesmos, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

O Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Auditoria e Risco, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar por proposta do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

A Comissão de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade. Esta Comissão tem quatro sub-comissões, a de Risco de Crédito, a de Mercados e Liquidez, a de Risco Operacional e a de Acompanhamento do Fundo de Pensões.

O Risk-Office é o responsável pela função de controlo de risco em todas as entidades do Grupo por forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objectivos. Deve também informar a Comissão de Risco sobre o nível de risco do Grupo, propondo medidas para melhorar o seu controlo e implementando os limites aprovados.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua actuação pelos princípios e decisões tomadas centralmente ao nível das Sub-Comissões de risco, estando dotadas de estruturas do Risk Office, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respectiva actividade. Em cada subsidiária foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o Risk-Office.

Modelo de gestão e controlo de risco

Para efeitos de análise de rentabilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

- **Negociação:** contempla as posições cujo objectivo é a obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são activamente geridas, transaccionáveis sem restrições e podem ser avaliadas frequente e precisamente, incluindo os títulos e derivados de actividades de vendas e as carteiras específicas do 'Asset and Liability Management Committee (ALCO);
- **Financiamento e cobertura:** agrupa os financiamentos institucionais do Grupo e actua como intermediário nas operações de cobertura efectuadas;
- **Investimento:** inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade ou durante um período alargado de tempo ou que não sejam transaccionáveis em mercados líquidos;
- **Comercial:** assume a actividade comercial com clientes;
- **Estrutural:** trata de elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são directamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas.

A definição das áreas de gestão permite uma efectiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Avaliação de Riscos

Risco de Crédito

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de protecção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Neste sentido foi introduzido um sistema único de notação de risco, Rating Master Scale, baseada na probabilidade de default esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A Rating Master Scale permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados, no âmbito do novo Acordo de Basileia II, na situação de default.

Todos os modelos de rating/scoring usados no Grupo estão a ser devidamente calibrados para a Rating Master Scale.

Foi introduzido o conceito de nível de protecção como elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais activa e uma melhor adequação do pricing ao risco incorrido.

O Grupo tem vindo a proceder a alterações significativas dos processos de decisão, visando uma maior consistência e eficácia nas decisões.

Foi, neste contexto, aprovado um novo Regulamento de Crédito, revendo e integrando num único documento a regulamentação em matéria de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito.

Para a quantificação do risco de crédito ao nível das diferentes carteiras, o Grupo desenvolveu um modelo baseado numa abordagem actuarial, que permite obter a distribuição de probabilidade das perdas totais. Além da Probabilidade de Incumprimento (PD) e do montante da Perda dado o Incumprimento (LGD), como pontos centrais, é também considerada a incerteza associada ao desenvolvimento destes parâmetros, concretizada pela introdução da respectiva volatilidade. Os efeitos de diversificação/concentração entre os sectores das carteiras de crédito são quantificados pela introdução das respectivas correlações.

Riscos de Mercado

A principal medida utilizada pelo Grupo na avaliação dos riscos de mercado é o VaR (Value at Risk). O cálculo do VaR é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. No cálculo da volatilidade associada a cada vector de risco o modelo assume uma ponderação maior para as condições de mercado verificadas nos dias mais recentes, garantindo assim uma mais correcta adequação às condições de mercado.

São apurados valores de capital em risco quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos quer em termos consolidados considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adoptado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de backtesting, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

Para acompanhar e limitar a tomada de posições em instrumentos em que os riscos de mercado não podem ser correctamente medidos pela metodologia de VaR adoptada (aproximação paramétrica), tais como a exposição a riscos de opicionalidade, são utilizados indicadores de risco apropriados.

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço consolidado do Grupo.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efectuada a respectiva projecção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de repricing.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo, permite determinar os gap's de taxa de juro por prazo de repricing.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço em cada moeda é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando um deslocamento paralelo da curva de taxa de juro de mercado de + 100b.p.

O Grupo realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o mismatch de taxa juro das posições de risco associada à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas Autoridades de Supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Grupo, para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses) é efectuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente, liquidez imediata e liquidez trimestral, que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de cash-flows para períodos de, respectivamente, 3 dias e 3 meses.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respectivo (3 dias ou 3 meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes Corporate e Private que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de activos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o "gap" de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando todos os factores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação da Sub-Comissão de Riscos de Mercados e Liquidez, visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da actividade.

São efectuados mensalmente, stress tests de liquidez de forma a entender o perfil do risco de liquidez no Banco, assegurar que o Grupo e cada uma das suas subsidiárias está numa posição de cumprir com as suas obrigações na ocorrência de uma situação de crise de liquidez e para contribuir para a preparação do plano de contingência de liquidez e decisões de gestão. Os stress tests implementados baseiam-se numa análise de sensibilidade a cenários de stress, específicos, que afectam apenas o Banco ou crises de mercado.

Risco Operacional

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte end-to-end. A gestão dos processos é da competência de Process Owners, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da performance no âmbito dos seus processos. Os Process Owners são responsáveis por manter actualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efectiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão directa ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de risk self assessment, detectar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as acções de mitigação para as exposições mais significativas.

Iniciou-se em 2006 o processo sistemático de recolha de perdas operacionais, visando a criação de uma base de dados com informação histórica que permita identificar os processos de maior risco e lançar as acções de mitigação para reduzir as exposições críticas.

53. Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRIC 8 – Âmbito da aplicação da IFRS 2

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 a IFRIC 8 Âmbito da aplicação da IFRS 2 e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual. A IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente que outro benefício foi ou irá ser recebido pelo que se aplica a IFRS 2.

Este IFRIC é mandatário e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Maio de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 8.

IFRIC 9 – Re-avaliação dos derivados embutidos

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Março de 2006 a IFRIC 9 Re-avaliação dos derivados embutidos e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o momento de re-avaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Este IFRIC é mandatário e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Junho de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 9.

IFRIC 10 - Reporte Financeiro Interino e Imparidade

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 a IFRIC 10 Reporte financeiro intercalar e imparidade e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Este IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Este IFRIC é mandatório para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da data primeira data de adopção da IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 10.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007. Este IFRIC aborda dois assuntos distintos:

1. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital, e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer a suas obrigações perante os seus colaboradores;
- b) Contratos onde aos colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.
2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Este IFRIC é mandatório para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto com a adopção do IFRIC 11.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras. A IFRS introduz novos requisitos para melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros. Substitui a IAS 30 Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e de instituições financeiras similares e alguns dos requisitos da IAS 32 Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação. A adenda à IAS 1 introduz novos requisitos para divulgações sobre o capital da entidade.

Actualmente o Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma, não tendo ainda completado a sua análise.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 Segmentos operacionais e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

A IFRS 8 segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

54. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 31 de Dezembro de 2006, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
AF Internacional, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	498.798	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	Lisboa	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	
Interfundos Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliários	100,0	100,0	
BII Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	100,0	-
Banco Millennium BCP Investimento, S.A.	Lisboa	75.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	-
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	-
Soticre - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Lisboa	250.000	EUR	Titularização de Créditos	100,0	100,0	-
CISF Veículos - Sociedade de Aluguer, Lda.	Porto	49.880	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	100,0
Luso Atlântica - Aluguer de Viaturas, S.A.	Porto	1.000.000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	-
BII Finance Company Limited	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	100,0	-
Banco ActivoBank (Portugal), S.A.	Lisboa	23.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	-
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	741.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	-
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	2.008.956.625	AOA	Banca	100,0	100,0	100,0
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	849.181.744	PLN	Banca	65,5	65,5	65,5
Millennium TFI S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliários	65,5	65,5	-
Millennium Dom Maklerski S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	65,5	65,5	-
Millennium Leasing Sp. z o.o.	Varsóvia	43.400.000	PLN	Locação financeira	65,5	65,5	-
Millennium Lease Sp.z o.o.	Varsóvia	86.318.000	PLN	Factoring	65,5	65,5	-
BBG Finance BV	Roterdão	18.000	EUR	Financeira	65,5	65,5	-
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	65,5	65,5	-

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	-
Millennium BCPBank	Newark	2.500.000	USD	Banca	100,0	100,0	-
Millennium Bank, Societe Anonyme	Atenas	162.892.500	EUR	Banca	100,0	100,0	-
Millennium Bank, Anonim Sirketi	Istambul	163.791.316	TRY	Banca	100,0	100,0	-
Millennium Fin, Vehicles, Vessels, Appliances and Equipment Trading, Societé Anonyme	Atenas	199.980	EUR	Financeira	100,0	100,0	-
BCP Internacional II, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	47.000.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BitalPart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	-
BCP Investment, B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	-
BCP Holdings (USA), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	-
BCP Bank & Trust Company Ltd.	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	-
BCP Capital Finance Limited	George Town	16.000.000	USD	Investimento	100,0	100,0	-
BCP Finance Bank Ltd	George Town	218.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	-
BCP Finance Company, Ltd	George Town	1.357.828.000	USD	Financeira	100,0	3,0	-
Millennium bcp - Escritório de Representações e Serviços, S/C Ltda.	São Paulo	11.000.000	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	240.000	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Banpor Consulting S.R.L.	Bucareste	1.750.000	RON	Serviços	100,0	100,0	100,0
Paço da Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Braga	39.905	EUR	Sociedade Agrícola	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	322.000	EUR	Serviços	89,6	90,3	49,3
Servitrust - Trust Management and Services, S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2006

Em 31 de Dezembro de 2006, as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	Luxemburgo	12.500.000	EUR	Banca	19,9	19,9	-
Mozambique Investment Company, Ltd.	Port Louis	9.640	USD	Investimentos	26,3	26,3	26,3
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,5	21,5	21,5
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	30,3	30,3	30,0
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	-

Em 31 de Dezembro de 2006, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Luso Atlântica - Mediadora de Seguros, S.A.	Porto	50.000	EUR	Mediação de seguros	100,0	100,0	-
Millennium Insurance Agent Unipersonal Limited Liability Company	Atenas	18.000	EUR	Seguros	100,0	100,0	-
Millennium Service Sp. z o.o	Varsóvia	1.000.000	PLN	Seguros	65,5	65,5	-
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	380.765.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	89,0
Seguros & Pensões RE Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	-
SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	145.670.383	MZN	Seguros	89,6	59,8	-

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium bcp Fortis, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	1.000.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	-
Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	12.000.000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	-
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	-
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	12.500.000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	-
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	-



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada do exercício findo em 31 Dezembro de 2006 do **Grupo Banco Comercial Português**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 79.258.746 milhares de euros e um total de situação líquida atribuível ao Grupo de 4.841.892 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 779.894 milhares de euros) e nas Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações na situação líquida do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação da informação financeira consolidada, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira, que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto de empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria.



ÂMBITO

5. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se a informação financeira consolidada está isenta de distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:
- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação e do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. A nossa auditoria abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, a referida informação financeira consolidada, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Grupo Banco Comercial Português**, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
representada por

Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC nº 1081)

h
A
A
A
A
A

Parecer do Conselho Geral e de Supervisão

1. O parecer do Conselho Geral e de Supervisão incide sobre a informação financeira, que inclui as demonstrações financeiras em base individual e consolidada e o respectivo relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, S.A., relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2006.

2. O Conselho Geral e de Supervisão reuniu periodicamente com o Presidente do Conselho de Administração Executivo e com o Administrador responsável pelas matérias financeiras, tendo tomado conhecimento oportuno das deliberações do Conselho de Administração Executivo.

3. As Comissões especializadas de Auditoria e Risco e de Sustentabilidade e Governo Societário, prestaram ao Conselho Geral e de Supervisão todas as informações e esclarecimentos relevantes sobre o desempenho das suas funções, as quais incluíram, designadamente, as verificações julgadas oportunas e adequadas sobre o cumprimento dos estatutos e preceitos legais aplicáveis.

4. No âmbito das suas competências, o Conselho Geral e de Supervisão recebeu a recomendação de adopção de parecer favorável sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 2006, emitida pela Comissão de Auditoria e Risco, tendo igualmente apreciado o Relatório dos Auditores, elaborado pela KPMG & Associados - SROC, S.A., sobre as demonstrações financeiras, em base individual e consolidada, e com cujo teor concorda.

5. O Conselho Geral e de Supervisão emite opinião favorável sobre o relatório de gestão e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, recomendando a respectiva aprovação pela Assembleia Geral Anual de Accionistas.

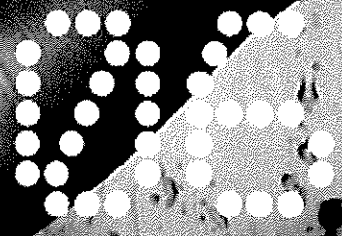
Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

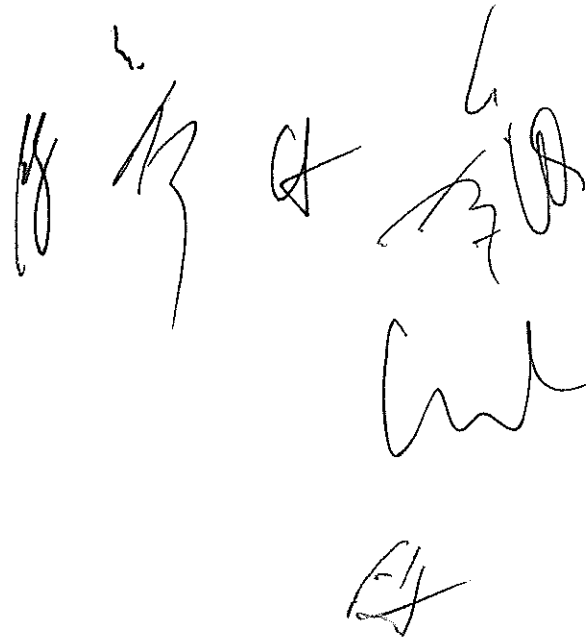
O Conselho Geral e de Supervisão

Handwritten notes:
L. R. W. L.
R. C. R. W.

RELATÓRIO E CONTAS
VOLUME II

Millennium
bcp





Índice

Volume II

Relatório do Conselho Geral e de Supervisão

Contas de 2006

Demonstrações Financeiras
Relatório dos Auditores
Certificação Legal de Contas
Parecer do Conselho Geral e de Supervisão

Relatório do Governo da Sociedade

RELATÓRIO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO 2006



Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

A entrada em vigor das alterações ao Código das Sociedades Comerciais no dia 30 de Junho de 2006 permitiu a adopção plena do novo modelo de governo da sociedade do Banco Comercial Português e dos órgãos sociais nele previstos. O Conselho Geral e de Supervisão foi nessa data convertido num órgão social, encontrando-se materializada a separação das funções de gestão e de supervisão no Banco Comercial Português, em linha com as melhores práticas internacionais.

Neste novo modelo de governo, cabe ao Conselho Geral e de Supervisão, a que presido, a função de supervisão, sendo da sua competência acompanhar, fiscalizar, supervisionar e aconselhar o Conselho de Administração Executivo, a que cabe a função de Gestão, e deliberar, entre outras matérias, sobre a revisão e parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas, a política de Gestão de Riscos, a política de "Compliance" e a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos.

Não obstante o seu curto período de actividade, o Conselho Geral e de Supervisão viu reunidas as condições necessárias à realização das funções que lhe competem. Tendo reunido por quatro vezes, foi possível ao Conselho Geral e de Supervisão informar-se adequada e atempadamente sobre a actividade económica e financeira, os planos de desenvolvimento do negócio e a estratégia corporativa do Banco, num clima de rigor, confiança e transparência na relação com o Conselho de Administração Executivo.

À medida que o Conselho Geral e de Supervisão materializa esforços no sentido da concretização de um modelo superior de governo da sociedade, é devido um agradecimento ao Conselho de Administração Executivo do Banco e aos Colaboradores de todas as empresas do Grupo, bem como a cada Membro do Conselho Geral e de Supervisão e respectivas Comissões Especializadas.

Jorge Jardim Gonçalves

Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Actividade do Conselho Geral e de Supervisão

Apesar de o seu período de actividade não corresponder ao exercício completo, o Conselho Geral e de Supervisão (CGS) e as suas Comissões Especializadas tiveram múltiplas sessões de trabalho e foram asseguradas as condições necessárias à realização das funções que lhes competem. Tendo reunido por quatro vezes durante o ano de 2006, o CGS supervisionou regularmente as actividades do Conselho de Administração Executivo (CAE) e apreciou as decisões estratégicas relevantes, os planos de desenvolvimento do negócio e o desenho da estratégia corporativa do Banco, num clima de rigor, confiança e transparência na relação com o CAE.

De acordo com o previsto no Código das Sociedades, em reunião realizada já em 2007 o CGS, sob proposta da sua Comissão de Auditoria e Risco e tendo em atenção a declaração dos auditores externos e do Revisor Oficial de Contas, emitiu parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2006, bem como e tendo também em atenção o parecer da sua Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário, sobre os relatórios de sustentabilidade e de governo da sociedade de 2006, recomendando a respectiva aprovação pela Assembleia Geral Anual de Accionistas.

Composição e competências do Conselho Geral e de Supervisão

O CGS é composto por onze membros efectivos e quatro suplentes, número que, de acordo com os Estatutos do Banco, deve ser sempre superior ao de membros do CAE, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas, estando o início das respectivas funções dependentes de registo junto do Banco de Portugal. A actual composição do Conselho, eleita na Assembleia Geral de 13 de Março de 2006, e das suas Comissões Especializadas consta na página XX do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

O modelo de governo da sociedade adoptado tem em vista assegurar as condições adequadas à consecução dos objectivos do Banco e do Grupo. Tendo presente o conjunto de estruturas de gestão e fiscalização estabelecidas, compete ao CAE a gestão das actividades e o poder de representação da sociedade. Ao CGS está atribuído o conjunto de competências previstas no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos do Banco.

No âmbito das suas funções de supervisão e aconselhamento do CAE, que realizará de forma integrada e coerente com os outros mecanismos de controlo e fiscalização das actividades de gestão, assegurados por diversos órgãos internos e entidades externas, o CGS exercerá os poderes de decisão próprios e de aprovação prévia das matérias que lhe são obrigatoriamente submetidas, tendo como princípio orientador garantir o cumprimento rigoroso dos objectivos de criação de valor para os accionistas e de desenvolvimento do Banco e do Grupo com base em princípios de sustentabilidade, em total respeito pelo equilíbrio dos diversos interesses envolvidos e das obrigações legais e regulamentares a que está sujeito e de acordo com as melhores práticas de governo das sociedades.

Regimento do Conselho Geral e de Supervisão

O Regimento do CGS foi aprovado na sua reunião de 24 de Julho de 2006 e encontra-se em vigor desde essa data.

O Regimento regula o funcionamento do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, estabelecendo também normas de conduta dos respectivos membros, complementando os estatutos do Banco. No regimento também são definidas com nitidez as competências das Comissões do CGS.

O Conselho Geral e de Supervisão acompanha, fiscaliza, supervisiona e aconselha o CAE e delibera, nomeadamente, nas seguintes matérias: revisão e parecer sobre Relatório de Gestão e Contas, políticas e sistemas de Controlo Interno, política de Gestão de Riscos, política de "Compliance", independência do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos, competências e composição do CGS e do CAE do Banco e das empresas subsidiárias, parecer sobre a designação dos membros dos órgãos e corpos sociais do Banco e das empresas subsidiárias, políticas de Sustentabilidade e políticas de Governo da Sociedade. Compete também ao CGS emitir parecer sobre o voto anual de confiança nos membros dos órgãos de administração e fiscalização, substituir em caso de falta ou impedimento membros do CAE e convocar a Assembleia Geral quando entenda conveniente.

Presidência do Conselho Geral e de Supervisão

Ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, eleito na Assembleia Geral de 13 de Março de 2006, compete em especial representar o CGS, convocar reuniões e determinar as respectivas Ordem de Trabalho, designar o Membro do CGS que nos termos do n.º 5 do artigo 432º do Código das Sociedades Comerciais, deva assistir às reuniões do CAE, presidir ao Conselho Superior do Banco e ao Conselho de Presidentes.

Nas deliberações do CGS o seu Presidente tem voto de qualidade.

Desde a criação do CGS, que, sob a direcção do seu Presidente, o Gabinete da Presidência do Conselho Geral e de Supervisão, presta todo o apoio necessário aos trabalhos do CGS e aos das Comissões Especializadas, tendo o Gabinete garantido o acesso dos membros do CGS à informação prestada pelo CAE e apoiado técnica e administrativamente o Presidente do CGS e o CGS e respectivas Comissões, nomeadamente recolhendo e compilando informação e outros elementos de análise solicitados. A actividade do Gabinete pautou-se, ainda, pela análise, estudos e inquirições com vista à adequação do seu próprio funcionamento, bem como do CGS e respectivas Comissões, às melhores práticas de mercado.

Comissões Especializadas do Conselho Geral e de Supervisão

O Conselho Geral e de Supervisão instituiu três Comissões Especializadas para o exercício de funções específicas. Sem prejuízo de outras que entenda instituir, o CGS nomeou uma Comissão de Auditoria e Risco, uma Comissão de Selecção e uma Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário.

Além dos Membros Conselheiros, que serão os membros efectivos ou suplentes do CGS nomeados para as comissões, estas são ainda constituídas por Membros Peritos, pelo contributo que estes, em função da respectiva formação académica e experiência profissional, trazem ao bom funcionamento e desempenho de cada comissão.

A **Comissão de Auditoria e Risco (CAR)** coadjuva e aconselha o CGS em matérias relativas ao Relatório de Gestão e Contas do Exercício, aos Sistemas de Controlo Interno, à política de Gestão de Riscos, à política de "Compliance", independência do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos.

Competem à CAR as matérias financeiras, nomeadamente as funções referidas nos n.º 5 e 6 do artigo 432º e nas alíneas f) a o) do artigo 441º do Código das Sociedades Comerciais,

A **Comissão de Selecção** coadjuva e aconselha o CGS em matérias relativas à determinação do perfil de competências e composição do CGS e do CAE do Banco e das empresas subsidiárias, e efectua recomendações ao CGS sobre listas de membros para os órgãos e corpos sociais do Banco e das empresas subsidiárias e na formulação de parecer sobre o voto anual de confiança nos membros dos órgãos de administração.

A **Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário** coadjuva e aconselha o CGS em matérias relativas às políticas de Sustentabilidade e de Governo da Sociedade.

Reuniões do Conselho Geral e de Supervisão

Em 2006, realizaram-se quatro reuniões do CGS, realizadas em 24 de Abril, 24 de Julho, 23 de Outubro e 4 de Dezembro de 2006, que contaram com a presença de todos os seus membros, com excepção, na segunda reunião, de um Membro Conselheiro. Às reuniões, para além de outros convidados, assistiu sempre e participou sem direito a voto o Presidente do Conselho de Administração Executivo (CAE).

As primeiras reuniões pautaram-se pela estruturação das bases de funcionamento do CGS em paralelo com o exercício das suas competências. Na primeira reunião de 24 de Abril foram constituídas as Comissões Especializadas e na segunda reunião, logo após a entrada em vigor da alteração legislativa, de 24 de Julho foi aprovado o Regimento do CGS, que engloba o âmbito de actuação e as regras de funcionamento próprias e das respectivas comissões.

Na reunião de 4 de Dezembro, o CGS aprovou o Plano de Actividades para 2007 e o calendário das reuniões, quer do CGS quer das suas Comissões, a efectuar ao longo do ano.

Ainda no âmbito das competências do CGS, foram sujeitos a apreciação e discussão temas como as contas trimestrais, semestrais e anuais do Banco, a estratégia corporativa, incluindo, entre outras, a operação em curso de aquisição do Banco BPI e o lançamento de uma operação de retalho na Roménia, bem como as alterações do Código das Sociedades Comerciais.

Reuniões das Comissões Especializadas do Conselho Geral e de Supervisão

A Comissão de Auditoria e Risco reuniu 5 vezes durante o ano de 2006, destacando-se de entre os trabalhos realizados a apreciação das demonstrações financeiras, em base individual e em base consolidada, o controlo de riscos e acompanhamento de principais indicadores prudenciais, o acompanhamento da actividade dos auditores externos, da auditoria interna e do Risk Office, a apreciação dos princípios e regras

contidos no documento “Risk Management and Control Principles”, a certificação de independência dos auditores externos e a discussão da política de “non-audit services” dos auditores externos e dos termos do acordo entre o Millennium bcpbank (EUA) e o “Office of the Comptroller of the Currency” (OCC) e acompanhando a sua subsequente implementação.

A CAR recebeu e analisou igualmente a informação sobre as acções de supervisão realizadas pelas entidades reguladoras dos diversos mercados onde o Grupo opera.

Na sua primeira reunião, a CAR aprovou um documento denominado “Modus Operandi” contendo regras de funcionamento e de interacção e circulação de informação entre os seus membros. O CGS foi informado regularmente sobre os trabalhos da Comissão de Auditoria e Risco.

Já em 2007 a CAR reviu detalhadamente o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2006 e recomendou ao CGS a sua aprovação.

A Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário (CSGS) reuniu 2 vezes durante ao ano de 2006, destacando-se entre os trabalhos realizados no domínio da Sustentabilidade, a revisão dos princípios de Sustentabilidade do Banco, nomeadamente a adesão do Banco à nova versão Princípios do Equador, e a supervisão e acompanhamento dos trabalhos da Comissão de “Stakeholders” criada no âmbito do CAE.

No domínio do Governo Societário destacam-se, entre outras, a revisão da política de cumprimento das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a política de governo para as sociedades subsidiárias seguidas pelo Banco.

Na sua primeira reunião a CSGS aprovou um documento contendo regras de funcionamento e de interacção e circulação de informação entre os seus membros. O CGS foi informado regularmente sobre os trabalhos da Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário.

Já no início de 2007 a CSGS analisou, reviu e examinou o Relatório de Sustentabilidade e o Relatório sobre o Governo da Sociedade referente ao ano de 2006 e recomendou ao CGS a sua adopção.

Na sua primeira reunião a Comissão de Selecção aprovou as respectivas regras de funcionamento e de interacção e circulação de informação entre os seus membros. Entre os trabalhos realizados destacam-se a revisão dos princípios e critérios da avaliação de desempenho a aplicar ao cálculo e distribuição de remuneração variável a atribuir ao CAE e aos Colaboradores do Grupo relativa a 2006. O CGS foi informado regularmente sobre os trabalhos da Comissão de Selecção.

Princípios gerais sobre o perfil do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A.

Os presentes princípios foram elaborados pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS) e postos à discussão em reunião da Comissão de Selecção com a participação do Presidente do Conselho de Administração Executivo e do Conselho de Remunerações e Previdência. Têm como objectivo fornecer linhas de orientação para a nomeação de membros e composição do CGS.

Competências e responsabilidades

Ao CGS está atribuído o conjunto de competências previstas no Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos do Banco, encontrando-se referidas no artigo 3º do Regimento do CGS.

No âmbito das suas funções de supervisão e aconselhamento do CAE, que realizará de forma integrada e coerente com os outros mecanismos de controlo e fiscalização das actividades de gestão assegurados por diversos órgãos internos e entidades externas, o CGS exercerá os poderes de decisão próprios e de aprovação prévia das matérias que lhe sejam obrigatoriamente submetidas, tendo como princípio orientador garantir o cumprimento rigoroso dos objectivos finais do Banco de criação de valor para os accionistas e de desenvolvimento com base em princípios de sustentabilidade, em total respeito pelo equilíbrio dos diversos interesses envolvidos e das obrigações legais e regulamentares a que está sujeito e de acordo com as melhores práticas de governo das sociedades.

Nos termos dos estatutos do Banco, compete ao CGS nomeadamente (i) acompanhar a definição de critérios e competências necessárias ou convenientes a observar e suas repercussões na composição de estruturas e órgãos internos, bem como a elaboração de planos de sucessão e (ii) emitir, por sua iniciativa ou quando lhe seja solicitado pelo Presidente do CAE, parecer sobre o voto anual de confiança em administradores a que se refere o artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Por estas razões, o CGS e os seus membros individuais não devem representar interesses específicos. O CGS será composto por membros não executivos e, na sua maioria, independentes, que serão orientados pelos interesses do Banco como um todo no desempenho das suas funções. Os membros podem manter determinados interesses em mente, desde que subordinados aos interesses do Banco. Cada membro do CGS deve preencher a sua posição como uma pessoa independente e não como representante do grupo ou organização onde detenha outras funções.

Composição e nomeação de membros do Conselho Geral e de Supervisão

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais (n.º 1 do art.º 434), e não estando o número de membros fixado nos estatutos do Banco, a composição do CGS compreende um número de membros sempre superior ao do CAE, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas.

Os membros do CGS serão seleccionados e propostos de acordo com os seguintes critérios:

- Habilitações académicas e profissionais;

- Experiência nacional e internacional;
- Capacidade profissional;
- Independência; e

Qualidades pessoais, tais como força de carácter, idoneidade, integridade, competência, bom senso, criatividade e exercício de juízo profissional independente.

O CGS como um todo deve ser capaz de desempenhar as seguintes tarefas, que derivam das suas competências e responsabilidades, de forma apropriada:

- Seleccionar candidatos para nomeação para o CAE do Banco e das subsidiárias e promover o funcionamento destes órgãos;
- Avaliar o cumprimento dos objectivos do Banco;
- Avaliar a estratégia e os riscos inerentes à actividade;
- Avaliar a gestão financeira, práticas contabilísticas e sistemas internos de controlo e gestão de risco;
- Avaliar a política de governo da sociedade e a estrutura organizacional do Banco;
- Avaliar a política de sustentabilidade do Banco;
- Avaliar a observância da legislação e normas aplicáveis.

A composição do CGS será tal que a combinação da experiência, conhecimento e independência dos seus membros coloca o CGS na melhor posição para cumprir as suas responsabilidades para com o Banco e os seus stakeholders.

A actual composição do CGS do Banco Comercial Português, que compreende 11 membros efectivos e 4 suplentes, todos não executivos e na sua maioria independentes, reflecte a adopção dos princípios referidos.

Por iniciativa do CGS, o presente perfil será avaliado em base regular.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

O Conselho Geral e de Supervisão

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Banco Comercial Português

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

**31 de Dezembro de
2006**

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Demonstração dos Resultados
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

h
ki
ut
Wm.
af
lu
AS

	Notas	2006	2005
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	2.757.504	2.411.398
Juros e custos equiparados	3	(1.863.223)	(1.500.750)
Margem financeira		894.281	910.648
Rendimentos de instrumentos de capital	4	328.660	255.016
Resultados de serviços e comissões	5	448.143	461.823
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	120.770	129.654
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	125.966	45.507
Outros proveitos de exploração	8	137.941	102.833
Total de proveitos operacionais		2.055.761	1.905.481
Custos com o pessoal	9	754.449	727.722
Outros gastos administrativos	10	400.963	572.346
Amortizações do exercício	11	50.609	55.770
Total de custos operacionais		1.206.021	1.355.838
		849.740	549.643
Imparidade do crédito	12	(72.657)	(105.891)
Imparidade de outros activos	27	(13.293)	(17.432)
Outras provisões	13	(106.236)	(49.432)
Resultado operacional		657.554	376.888
Resultados da alienação de subsidiárias e outros activos	14	24.188	1.927
Resultado antes de impostos		681.742	378.815
Impostos			
Correntes	15	(74.788)	(4.682)
Diferidos	15	2.068	(14.640)
Lucro do exercício		609.022	359.493
Resultado por acção (em euros)	16		
Básico		0,17	0,11
Diluído		0,17	0,10

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Blabial

Rozzi

Wm.
af
lu
AS
Francisco de...

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006	2005
(Milhares de Euros)			
<i>Activo</i>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	1.201.702	965.701
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	1.438.362	630.732
Aplicações em instituições de crédito	19	13.372.888	11.574.138
Créditos a clientes	20	43.300.537	41.799.381
Activos financeiros detidos para negociação	21	1.715.396	1.479.609
Activos financeiros disponíveis para venda	21	4.808.872	3.755.519
Derivados de cobertura	22	43.173	39.093
Investimentos em associadas	23	1.852.698	1.618.231
Outros activos tangíveis	24	482.390	528.163
Activos intangíveis	25	3.254	2.723
Activos por impostos correntes		6.980	8.228
Activos por impostos diferidos	26	366.074	378.889
Outros activos	27	6.164.661	6.437.282
		<u>74.756.987</u>	<u>69.217.689</u>
<i>Passivo</i>			
Depósitos de bancos centrais		537.422	56.032
Depósitos de outras instituições de crédito	28	32.089.701	25.646.162
Depósitos de clientes	29	26.108.534	26.844.346
Títulos de dívida emitidos	30	4.461.396	3.420.211
Passivos financeiros detidos para negociação	31	904.557	877.915
Derivados de cobertura	22	68.422	19.895
Provisões	32	734.745	771.801
Passivos subordinados	33	4.386.698	4.497.625
Passivos por impostos correntes		33.814	4.711
Outros passivos	34	1.093.592	3.054.403
		<u>70.418.881</u>	<u>65.193.101</u>
<i>Situação Líquida</i>			
Capital	35	3.611.330	3.588.331
Prémio de emissão		881.707	870.303
Reservas de justo valor	37	88.898	64.155
Reservas e resultados acumulados	37	(852.851)	(857.694)
Lucro do exercício		609.022	359.493
		<u>4.338.106</u>	<u>4.024.588</u>
		<u>74.756.987</u>	<u>69.217.689</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Albino

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miri

Albino
Albino
Miriam
Ursula

Miri
Albino
Albino
Albino

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras individuais

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	2006	2005
	(Milhares de Euros)	
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros recebidos	2.689.627	2.324.825
Comissões recebidas	587.300	591.666
Recebimentos por prestação de serviços	256.672	99.859
Pagamento de juros	(1.715.598)	(1.497.292)
Pagamento de comissões	(58.714)	(25.648)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	141.635	202.223
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(1.081.244)	(1.763.770)
	<u>819.678</u>	<u>(68.137)</u>
<i>Diminuição / (aumento) de activos operacionais:</i>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(1.792.464)	(1.425.938)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(157.114)	292.678
Fundos adiantados a clientes	(794.758)	(386.970)
Títulos negociáveis a curto prazo	(487.215)	(161.328)
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito - à vista	294.707	385.982
Débitos para com instituições de crédito - a prazo	6.515.543	218.436
Débitos para com clientes - à vista	7.969	2.313.373
Débitos para com clientes - a prazo	(707.457)	(324.818)
	<u>3.698.889</u>	<u>843.278</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(92)	(2.888)
	<u>3.698.797</u>	<u>840.390</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Cedência de investimentos em associadas	91.222	65.000
Aquisição de investimentos em associadas	(253.672)	(103.085)
Rendimentos de instrumentos de capital recebidos	328.660	255.016
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	128.747	125.817
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	3.253.441	1.815.559
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(8.218.160)	(5.049.613)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	4.006.018	2.771.440
Compra de activos tangíveis e intangíveis	(40.162)	(28.087)
Venda de activos tangíveis e intangíveis	26.061	32.008
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	(738.804)	(512.732)
	<u>(1.416.649)</u>	<u>(628.677)</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</i>		
Emissão de dívida subordinada	399.400	822.979
Reembolso de dívida subordinada	(456.928)	(877.351)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	1.872.636	895.834
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(805.331)	(163.645)
Aumento de capital	22.998	-
Prémio de emissão	5.424	-
Dividendos pagos	(266.387)	(221.502)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	(2.167.443)	(569.782)
	<u>(1.395.631)</u>	<u>(113.467)</u>
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	886.517	98.246
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	961.381	863.135
Caixa (nota 17)	409.536	330.649
Outros investimentos de curto prazo (nota 18)	1.438.362	630.732
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>1.847.898</u>	<u>961.381</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Mapa de Alterações na Situação Líquida para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Valores mobiliários convertíveis	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas justo valor	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	3.947.578	3.257.401	528.207	674.435	368.193	47.544	(928.202)
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	-	-	50.000	-	(50.000)
Reserva estatutária	-	-	-	-	12.000	-	(12.000)
Dividendos distribuídos no ano de 2005	(221.502)	-	-	-	-	-	(221.502)
Lucro do exercício	359.493	-	-	-	-	-	359.493
Conversão dos valores mobiliários convertíveis	-	330.930	(528.207)	197.277	-	-	-
Despesas relativas à conversão dos valores mobiliários convertíveis	(1.409)	-	-	(1.409)	-	-	-
Reservas de justo valor	33.604	-	-	-	-	33.604	-
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso nº12/01)	(102.602)	-	-	-	-	-	(102.602)
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de Reservas	8.414	-	-	-	-	(16.993)	25.407
Outras reservas	1.012	-	-	-	-	-	1.012
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	4.024.588	3.588.331	-	870.303	430.193	64.155	(928.394)
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	-	-	36.033	-	(36.033)
Reserva estatutária	-	-	-	-	15.074	-	(15.074)
Dividendos distribuídos no ano de 2006	(266.387)	-	-	-	-	-	(266.387)
Lucro do exercício	609.022	-	-	-	-	-	609.022
Aumento de capital por emissão de 22.998.229 acções (notas 35 e 40)	28.979	22.999	-	11.404	-	-	(5.424)
Reservas de justo valor (nota 37)	18.085	-	-	-	-	18.085	-
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso nº12/01)	(102.602)	-	-	-	-	-	(102.602)
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de Reservas	24.743	-	-	-	-	6.658	18.085
Outras reservas	1.678	-	-	-	-	-	1.678
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	4.338.106	3.611.330	-	881.707	481.300	88.898	(725.129)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

31 de Dezembro de 2006

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. (o 'Banco') é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Banco em 24 de Janeiro de 2007. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nº 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e nº 2 do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ('NCA's'). As NCA's incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram preparadas em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1 aa).

b) Crédito sobre clientes

A rubrica crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Banco expiram; ou (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

Imparidade

Conforme referido na política contabilística 1 a), o Banco aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos nº 2 e 3 do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Banco nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos nº 3/95 de 30 de Junho, nº 7/00 de 27 de Outubro e nº 8/03 de 30 de Janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 de 30 de Junho, Aviso nº 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso nº 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução N.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos ('write-offs')

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de provisões para crédito quando estas, de acordo com os critérios definidos nesta política, correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos no exercício em que ocorram.

c) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação

Os instrumentos financeiros de negociação são os instrumentos detidos pelo Banco com o objectivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. As flutuações no justo valor dos referidos instrumentos são reconhecidas em resultados do exercício. Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros de negociação. Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros de negociação. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

(ii) Data de reconhecimento

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de realização das operações.

(iii) Activos e passivos financeiros de negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) são classificados como de negociação. Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura" da demonstração de resultados.

(iv) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Banco, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Para as obrigações, o custo é amortizado por contrapartida de resultados com base na taxa de juro efectiva. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica " Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda não são revertidas por contrapartida de resultados.

d) Contabilidade de cobertura

i) Contabilidade de cobertura

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Banco. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura e qualquer ganho ou perda associada ao derivado é reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura é reconhecida por contrapartida de resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para as demonstrações de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

(iv) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Banco executa testes prospectivos na data de inceptão e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira.

(vi) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de negociação.

e) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para activos e passivos financeiros de negociação são proibidas.

f) Desreconhecimento

O Banco desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Banco não mantém controlo dos activos.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais são classificadas como capital quando: o reembolso ocorre apenas por opção do Banco e os dividendos sejam pagos pelo Banco numa base discricionária.

h) Instrumentos financeiros compostos

Instrumentos financeiros que contenham um passivo e uma componente de capital (obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado aplicável a passivos similares que não possuam opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo. Os juros reconhecidos são calculados utilizando a taxa de juro efectiva.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

i) *Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra*

(i) *Empréstimo de títulos*

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados.

(ii) *Acordos de recompra*

O Banco realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros.

j) *Activos não correntes detidos para venda*

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como disponíveis para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é actualizada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

k) *Locação financeira*

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

l) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como de instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro das alterações no seu justo valor não é autonomizada, sendo classificada como resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juros das variações no seu justo valor é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados.

m) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados na margem financeira pelo método da taxa de juro efectiva;

n) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de Operações Financeiras regista os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação (incluindo derivados e derivados embutidos) e os respectivos juros e dividendos associados a estas carteiras. Inclui igualmente os resultados das operações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

o) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

p) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Banco procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

q) Activos intangíveis

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Banco não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em 3 anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

- o produto / processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;
- tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;
- o Conselho de Administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;
- exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;
- existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

– existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

r) *Aplicações por recuperação de crédito*

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros Activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor e o valor contabilístico do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

s) *Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

t) *Offsetting*

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Banco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

u) *Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

v) *Benefícios a empregados*

Plano de benefícios definidos

O Banco assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo 'ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT)', pelo 'Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros (ACTQ)' e pelo 'Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)'.

O Banco agregou os diversos fundos de pensões num único fundo denominado de "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", nos termos do qual, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

A responsabilidade do Banco com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

De acordo com o IFRS 1, o Banco optou pela aplicação retrospectiva do IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo IAS 19. De acordo com o disposto no nº 2 do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde e outras responsabilidades	7 anos
Responsabilidades por morte antes da data de reforma	5 anos
Reformas antecipadas	5 anos
Anulação de perdas actuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	5 anos
Aumento do saldo de perdas actuariais diferidas	5 anos
Excesso de amortizações de perdas actuariais de acordo com as normas locais	5 anos

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do 'unwinding' dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Banco relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações de rating AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidas, que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do plano, são registadas por contrapartida de resultados pelo período de 20 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no activo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados pelo Banco de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções ("stock options") permite aos colaboradores do Banco adquirir acções do Banco. O preço de exercício das opções é igual ao preço de mercado das acções na data de concessão. O justo-valor das opções atribuídas, determinado na "grant date", é reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Durante o primeiro trimestre de 2006 terminou o plano de opções constituído em 2003.

Distribuição de resultados pelos empregados

Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador.

Os resultados atribuídos a colaboradores são registados por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

w) *Imposto sobre lucros*

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera vejam a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

x) *Relato por segmentos*

Um segmento de negócio é um componente identificável do Banco que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Banco, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Ao nível do Grupo BCP a sua actividade é controlada através dos seguintes segmentos principais:

Portugal

- Banca de Retalho;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Banca Comercial e Corporate Banking;
- Banca de Investimento.

Actividade no Estrangeiro

- Europa;
- Overseas.

Considerando que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo, à luz do parágrafo 6 da IAS 14, o Banco está dispensado de apresentar informação, em base individual relativa aos segmentos.

y) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

z) *Resultados por acção*

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

aa) *Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas*

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Banco avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

Perdas por imparidade em créditos sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Banco.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Banco patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

O Banco não consolida as SPE em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Banco está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades da SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nessa SPE.

A decisão de que uma SPE tem que ser consolidado pelo Banco requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Banco fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração Executivo do Banco e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda

As NCA's em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda quer na rubrica de juros e proveitos equiparados, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Margem financeira	894.281	910.648
Resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda	246.736	175.161
	<u>1.141.017</u>	<u>1.085.809</u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	2.157.576	1.776.700
Juros de títulos disponíveis para venda	130.781	127.551
Juros de depósitos e outras aplicações	469.147	507.147
	<u>2.757.504</u>	<u>2.411.398</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	1.537.503	1.241.704
Juros de títulos emitidos	325.720	259.046
	<u>1.863.223</u>	<u>1.500.750</u>
Margem financeira	<u>894.281</u>	<u>910.648</u>

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	17.424	24.188
Rendimentos de empresas subsidiárias e associadas	311.236	230.828
	<u>328.660</u>	<u>255.016</u>

A rubrica Rendimentos de títulos disponíveis para venda corresponde a dividendos recebidos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	68.745	71.428
Por compromissos perante terceiros	273	1.553
Por serviços bancários prestados	294.571	279.924
Por operações realizadas com títulos	19.928	25.444
Outras comissões	174.386	165.796
	<u>557.903</u>	<u>544.145</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	150	108
Por compromissos assumidos perante terceiros	-	467
Por serviços bancários prestados por terceiros	88.863	64.563
Por operações realizadas com títulos	13.760	8.244
Outras comissões	6.987	8.940
	<u>109.760</u>	<u>82.322</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>448.143</u>	<u>461.823</u>

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
<i>Lucros em operações de negociação e de cobertura:</i>		
Operações cambiais	977.460	714.390
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	1.413.476	1.378.680
Derivados de cobertura	116.390	877.864
Operações sobre disponibilidades	819	668
Outras operações	2.762	75.081
	<u>2.510.907</u>	<u>3.046.683</u>
<i>Prejuízos em operações de negociação e de cobertura:</i>		
Operações cambiais	858.642	690.309
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	1.355.644	1.338.313
Derivados de cobertura	164.701	879.350
Outras operações	11.150	9.057
	<u>2.390.137</u>	<u>2.917.029</u>
Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura	<u>120.770</u>	<u>129.654</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	140.021	57.148
Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	(14.055)	(11.641)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	125.966	45.507

A rubrica Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda inclui, em 2006, o montante de Euros 39.714.000 relativo a mais valias geradas na alienação de acções detidas na EDP – Electricidade de Portugal ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, conforme notas 21 e 37.

A referida rubrica inclui ainda, em 2006 os montante de Euros 42.600.000 e Euros 29.500.000 relativos às mais valias geradas na alienação das “residual notes” associadas às operações de securitização Magellan nº3 e nº4 respectivamente, conforme referido na nota 21.

Em 2005, esta rubrica incluía os montantes de Euros 32.264.000 e Euros 2.770.000 relativos a mais valias geradas na alienação de acções detidas na Friends Provident PLC e EDP – Electricidade de Portugal, respectivamente, conforme referido na nota 37.

A referida rubrica inclui ainda, em 2005, o montante de Euros 12.500.000 relativo à mais valia atribuível ao Banco, gerada na concretização do mandato de alienação das acções da Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, S.A.

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Prestação de serviços	51.426	32.413
Venda de cheques e outros	32.291	31.828
Proveitos de locação financeira	3.342	2.511
Outros	73.382	56.297
	160.441	123.049
Impostos	2.845	2.991
Donativos e quotizações	3.817	5.118
Outros custos de exploração	15.838	12.107
	22.500	20.216
	137.941	102.833

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Remunerações	423.463	319.517
Encargos sociais obrigatórios	304.317	369.842
Encargos sociais facultativos	18.551	20.636
Outros custos	8.118	17.727
	754.449	727.722

Conforme referido na nota 43, a rubrica Remunerações inclui, em 2006, o montante de Euros 148.310.000 (2005: Euros 230.448.000) relativo às responsabilidades dos colaboradores reformados antecipadamente durante o exercício, e Euros 99.492.000 (2005: Euros 90.209.000) relativo ao custo com pensões de reforma do exercício.

O valor total de remunerações atribuídas a todos os membros do Conselho de Administração do Banco, no exercício findo em 2006, registados na rubrica de Custos com o pessoal, foi de Euros 26.955.000 (2005: Euros 31.339.000).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2006	2005
Portugal		
Direcção	1.066	775
Enquadramento	2.008	2.030
Específicas / Técnicas	3.156	1.996
Outras funções	4.290	3.564
	<u>10.520</u>	<u>8.365</u>

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Água, energia e combustíveis	11.758	9.703
Material de consumo corrente	4.224	3.159
Rendas e alugueres	44.845	40.556
Comunicações	18.429	16.335
Deslocações, estadias e representações	17.741	15.820
Publicidade	23.458	17.917
Conservação e reparação	16.260	16.866
Cartões e crédito imobiliário	3.982	5.891
Estudos e consultas	19.762	21.525
Informática	10.949	6.200
Outsourcing e trabalho independente	17.375	15.389
Outros serviços especializados	170.916	369.007
Formação do pessoal	2.298	913
Seguros	9.741	10.311
Contencioso e Notariado	7.747	8.050
Transportes	8.822	2.067
Outros fornecimentos e serviços	12.656	12.637
	<u>400.963</u>	<u>572.346</u>

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
'Software'	733	1.620
Outros activos intangíveis	127	290
	<u>860</u>	<u>1.910</u>
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	35.324	35.583
Equipamento		
Mobiliário	3.898	4.701
Máquinas	379	620
Equipamento informático	2.521	3.932
Instalações interiores	4.020	4.865
Viaturas	616	515
Equipamento de segurança	2.959	3.470
Outros activos tangíveis	32	174
	<u>49.749</u>	<u>53.860</u>
	<u>50.609</u>	<u>55.770</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

Handwritten signatures and initials:
 J. L.
 J. B.
 J. S.
 J. A.
 J. M.
 J. P.

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito vencido e concedido		
Dotação do exercício	1.233	1.558
	<u>1.233</u>	<u>1.558</u>
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito vencido e concedido		
Dotação do exercício	213.834	306.624
Reversão do exercício	(775)	(68)
Recuperações de crédito e de juros	(141.635)	(202.223)
	<u>71.424</u>	<u>104.333</u>
	<u><u>72.657</u></u>	<u><u>105.891</u></u>

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Provisões para riscos de crédito</i>		
Dotação do exercício	82.722	27.283
Reversão do exercício	(2.664)	(10.914)
<i>Provisões para risco país</i>		
Dotação do exercício	4.659	1.174
Reversão do exercício	(3.545)	(12.210)
<i>Outras provisões para riscos e encargos</i>		
Dotação do exercício	26.474	44.099
Reversão do exercício	(1.410)	-
	<u>106.236</u>	<u>49.432</u>

14. Resultados da alienação de subsidiárias e outros activos

O valor desta rubrica referente ao Banco é composto por:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Resultado líquido resultante da alienação de negócios de subsidiárias	27.567	44.346
outros activos	(3.379)	(42.419)
	<u>24.188</u>	<u>1.927</u>

A rubrica Resultado líquido resultante da alienação de negócios de subsidiárias, em 2006, regista a mais-valia relativa à alienação da participação detida na sociedade Banque BCP, SAS (França), conforme definido na nota 23 e nota 40.

A rubrica resultado líquido resultante da alienação de negócios de subsidiárias incluía em 2005, o montante de Euros 50.000.000, relativo à alienação da participação na Credilar.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

15. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros, em 2006 e 2005, é analisado como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Imposto corrente		
do exercício	74.884	4.660
correção de exercícios anteriores	(96)	22
	<u>74.788</u>	<u>4.682</u>
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	(134.295)	99.470
Efeito de alterações de taxa	13.864	-
Prejuízos fiscais utilizados / (reconhecidos)	118.363	(84.830)
	<u>(2.068)</u>	<u>14.640</u>
	<u>72.720</u>	<u>19.322</u>

O valor de imposto sobre lucros ascende a Euros 72.720.000 (2005: Euros 19.322.000), o que representa uma taxa média de imposto de 10,7 % do resultado antes de impostos (2005: 5,1%).

A diferença entre a taxa nominal de imposto sobre o rendimento a que a sociedade se encontra sujeita e a taxa média acima referida, resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria colectável, nos termos previstos na legislação aplicável.

O montante negativo de Euros 134.295.000 (2005: Euros 99.470.000) registado na rubrica de Diferenças temporárias inclui o reconhecimento de impostos diferidos associados a instrumentos financeiros derivados não contratados nem transaccionados em bolsa de valores ("OTC"), cujo reconhecimento para efeitos fiscais apenas ocorre no exercício em que os respectivos resultados se considerem realizados e, bem assim, as provisões tributadas no exercício cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá apenas em exercícios futuros.

A rubrica Efeito de alterações de taxa no montante de Euros 13.864.000 corresponde ao efeito resultante da alteração da forma de cálculo da Derrama e da taxa a aplicar em resultado da promulgação da nova lei das Finanças Locais.

A análise dos principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável e que assumem natureza temporária é apresentada como segue:

- Variações patrimoniais resultantes do registo em resultados transitados das responsabilidades com fundo de pensões e cuidados médicos pós-emprego no âmbito do período de transição para as NCA, e bem assim do registo em reservas das reavaliações dos activos disponíveis para venda;

- Diferença positiva entre o montante registado como custo e o montante registado como proveito no que respeita ao reconhecimento contabilístico de instrumentos financeiros derivados não contratados nem transaccionados em bolsa de valores, no montante de Euros 320.589.000 (2005: Montante negativo de Euros 141.460.000), a qual é objecto de ajustamento no exercício, em virtude do seu reconhecimento para efeitos fiscais apenas ocorrer no exercício em que esses custos ou proveitos se considerem realizados;

- Diferença entre os encargos com reformas antecipadas registados em resultados em exercícios anteriores, na parte cujo custo é aceite para efeitos fiscais no exercício e as dotações do exercício cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá nos exercícios seguintes, num montante líquido a acrescer à matéria colectável de 90.736.000 (2005: Euros 96.033.000);

- Imputação de lucros de sociedades não residentes cujo imposto efectivamente pago foi igual ou inferior a 60% do imposto que seria devido se as sociedades fossem residentes em território português, acrescidos para efeitos de determinação do lucro tributável do exercício, mas que serão dedutíveis para os mesmos efeitos no exercício da respectiva distribuição, no montante de Euros 28.733.000 (2005: Euros 49.320.000);

- Encargos com provisões para crédito que, nos termos da legislação aplicável, não foram considerados para efeitos de determinação da matéria colectável no exercício de 2006 e que serão objecto de reconhecimento fiscal em exercícios futuros, no montante de Euros 149.390.000 (2005: Euros 149.440.000).

Principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável que assumem natureza permanente:

- Dividendos recebidos não considerados para a determinação da matéria colectável em virtude da aplicação do mecanismo de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, nos termos da legislação aplicável, no montante de Euros 322.209.000 (2005: Euros 251.897.000);

- Reconhecimento de mais valias fiscais realizadas na alienação de participações sociais no montante de Euros 50.825.000;

- Resultado apurado pela sucursal financeira exterior instalada na zona franca da Madeira não considerado para a determinação da matéria colectável dentro dos limites previstos na lei, por força da isenção temporária aplicável até 31 de Dezembro de 2011, no montante de Euros 97.252.000;

- Dedução para efeitos de apuramento da matéria colectável correspondente à anulação de encargos não dedutíveis para efeitos fiscais e que haviam sido tributados em exercícios anteriores, no montante de Euros 24.000.000 (2005: Euros 44.600.000);

- Dedução para efeitos de apuramento do lucro tributável correspondente aos benefícios fiscais concedidos à criação de emprego para jovens, no montante de Euros 8.138.000 (2005: Euros 6.014.000).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes antes referidos:

	2006		2005	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		681.742		378.815
Taxa de imposto corrente	27,5%	(187.479)	27,5%	(104.174)
Despesas não dedutíveis (i)	4,8%	(32.433)	1,1%	(4.067)
Receitas isentas de imposto ou não tributáveis (ii)	-26,9%	183.715	-24,3%	91.947
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados (iii)	-0,3%	2.238	-0,4%	1.654
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados	0,7%	(5.042)	0,0%	-
Efeitos de alteração de taxa nos impostos diferidos (iv)	2,0%	(13.864)	0,0%	-
Correcção de anos anteriores (v)	0,1%	(748)	0,0%	(22)
Limite de utilização de benefícios fiscais (Art.º 86.º) (vi)	2,6%	(18.003)	0,0%	-
Tributação autónoma e imposto suportado no estrangeiro (vii)	0,2%	(1.104)	1,2%	(4.660)
	<u>10,7%</u>	<u>(72.720)</u>	<u>5,1%</u>	<u>(19.322)</u>

Referências :

- (i) - Corresponde essencialmente a imposto associado, entre outros, a provisões e perdas extraordinárias não aceites para efeitos fiscais e a 40% do acréscimo de reintegrações relativas a bens do activo immobilizado não dedutíveis nos termos da legislação aplicável;
- (ii) - Trata-se, essencialmente, do imposto associado aos seguintes proveitos isentos de tributação ou não tributáveis:
- a) Dividendos recebidos e que são dedutíveis para efeitos de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, no montante de Euros 322.209.000 (Imposto: Euros 88.607.000);
- b) Mais valias realizadas na alienação de participações sociais no montante de Euros 50.825.000 (Imposto: Euros 13.977.000);
- c) Resultado apurado pela Sucursal Financeira Exterior da Zona Franca da Madeira isento de IRC, no montante de Euros 97.252.000 (Imposto: Euros 26.744.000);
- d) Anulação de encargos não dedutíveis para efeitos fiscais e que haviam sido tributados em exercícios anteriores, no montante de Euros 24.000.000 (Imposto: 6.600.000)
- (iii) - Benefícios fiscais concedidos à criação de emprego para jovens, no montante de Euros 8.138.000 (Imposto: Euros 2.238.000);
- (iv) - Corresponde à alteração da taxa de imposto diferido relativo a diferenças temporárias e a prejuízos fiscais reportáveis de 27,5% para, respectivamente, 26,5% e 25%, em resultado da aprovação da Lei das Finanças Locais, cujo impacto ascendeu a € 13.864.000;
- (v) - Correcções de impostos sobre o rendimento, nomeadamente, na sequência da finalização de procedimentos da Administração Fiscal iniciados em exercícios anteriores;
- (vi) - Corresponde à aplicação do artigo 86º do Código do IRC.
- (vii) - Corresponde a tributação autónoma, nos termos da lei, de despesas de representação e encargos com viaturas e imposto angolano suportado pela sucursal de Angola.

O montante de impostos diferidos em resultados em 2006 e 2005 é atribuível às seguintes rubricas:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	1.508	(9.396)
Outros activos tangíveis	(1.413)	(1.135)
Provisões para riscos de crédito	29.581	(76.155)
Pensões de reforma	24.081	20.315
Operações de securitização	-	4.316
Derivados	58.667	(24.380)
Prejuízos fiscais reportáveis	(118.363)	84.830
Outros	8.007	(13.035)
Impostos diferidos	<u>2.068</u>	<u>(14.640)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

16. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Resultado líquido	609.022	359.493
Nº médio de acções	3.604.741.280	3.258.152.954
Resultado por acção básico (euros)	0,17	0,11
Resultado líquido ajustado	609.022	359.493
Nº médio de acções		
Acções Ordinárias	3.604.741.280	3.258.152.954
VMOC's	-	329.117.193
Stock Options - programa 2003	2.535.329	9.360.932
Total	3.607.276.609	3.596.631.079
Resultado por acção diluído (euros)	0,17	0,10

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. O Banco tem duas categorias de emissões de acções ordinárias diluidoras: (i) dívida convertível e (ii) opções de acções para colaboradores. A dívida convertível deverá ser convertida em acções ordinárias e o lucro ou o prejuízo é ajustado para eliminar o juro líquido de impostos. Para as opções de acções, as acções deverão ser adquiridas ao preço de mercado (determinado pela cotação média anual das acções do Banco) baseado no valor monetário dos direitos de subscrição associados às opções de acções vivas / existentes. O valor residual das acções será adicionado ao valor das acções ordinárias, não existindo nenhum ajustamento em resultados.

Durante o exercício de 2005, os Valores mobiliários de conversão obrigatória foram tratados como instrumentos compostos (de capital e dívida), os quais, de acordo com os critérios aplicáveis, foram separados nas suas duas componentes e contabilizados em capital próprio, na parte considerada instrumento de capital, no montante de Euros 528.207.000 e na rubrica Componente de dívida de valores convertíveis, na parte considerada como instrumento de dívida. De acordo com o previsto na ficha técnica, os referidos instrumentos tiveram o seu vencimento em 30 de Dezembro de 2005. Considerando a cotação na data da conversão, a referida conversão resultou num aumento de capital de Euros 330.930.511. As novas acções foram admitidas à cotação no mercado de cotações oficial da Euronext Lisboa no dia 6 de Janeiro de 2006.

Em 2006 o programa de Stock Options de 2003 foi exercido conforme previsto, pelo que em Março de 2006 foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do programa de Stock Options e que correspondeu à emissão de 22.998.229 acções, conforme referido na nota 41.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

17. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Caixa	409.536	330.649
Bancos centrais	792.166	635.052
	<u>1.201.702</u>	<u>965.701</u>

A rubrica de Bancos centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

18. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Em instituições de crédito no país	943	2.016
Em instituições de crédito no estrangeiro	760.472	31.763
Valores a cobrar	676.947	596.953
	<u>1.438.362</u>	<u>630.732</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Mercado Monetário Interbancário	2.413	9.150
Aplicações em outras instituições de crédito no país	5.043.735	4.994.075
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	8.326.740	6.569.355
	13.372.888	11.572.580
Crédito vencido - mais de 90 dias	-	3.116
	13.372.888	11.575.696
Imparidade para riscos de crédito	-	(1.558)
	<u>13.372.888</u>	<u>11.574.138</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Até 3 meses	8.447.999	6.137.930
3 meses até 6 meses	416.624	1.420.824
6 meses até 1 ano	1.776.693	1.050.627
1 ano até 5 anos	1.369.709	2.019.236
Mais de 5 anos	1.361.863	943.963
Duração indeterminada	-	3.116
	<u>13.372.888</u>	<u>11.575.696</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

Os movimentos da Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito no Banco, são analisados como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.558	-
Dotação do exercício	1.233	1.558
Utilização de imparidade	(2.791)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>1.558</u>

20. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	656.077	542.018
Crédito com garantias reais	21.510.683	22.000.489
Crédito com outras garantias	10.901.198	10.434.222
Crédito sem garantias	2.798.609	2.492.080
Crédito sobre o estrangeiro	2.476.178	2.151.489
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.274.502	1.125.575
Capital em locação	<u>3.852.510</u>	<u>3.253.948</u>
	43.469.757	41.999.821
Crédito vencido - menos de 90 dias	47.811	43.474
Crédito vencido - mais de 90 dias	<u>209.059</u>	<u>215.286</u>
	43.726.627	42.258.581
Imparidade para riscos de crédito	<u>(426.090)</u>	<u>(459.200)</u>
	<u>43.300.537</u>	<u>41.799.381</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Crédito com outras garantias incluía o montante de Euros 165.426.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 1,8 mil milhões), aproximadamente, relativo a créditos que foram objecto de securitização durante o primeiro semestre de 2006, e que de acordo com a política contabilística 1 c) não foram objecto de desreconhecimento. Este montante encontrava-se igualmente registado nas contas de passivo, na rubrica de contas diversas, conforme referido na nota 34.

No decurso de 2006, no âmbito da alienação das "residual notes" associadas às operações de securitização Magellan nº3 e nº4, conforme referido na nota 7, o Banco procedeu ao desreconhecimento contabilístico dos créditos securitizados associados a estas operações.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Curto prazo</i>		
Crédito descontado titulado por efeitos	1.392.532	1.470.522
Crédito em conta corrente	4.302.543	5.056.139
Descobertos em depósitos à ordem	2.040.075	2.091.487
Empréstimos	1.829.985	1.966.792
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.274.502	1.125.575
	<u>10.839.637</u>	<u>11.710.515</u>
<i>Médio e longo prazo</i>		
Crédito descontado titulado por efeitos	175.082	167.967
Empréstimos	13.333.946	12.460.899
Crédito imobiliário	15.268.582	14.406.492
Capital em locação	3.852.510	3.253.948
	<u>32.630.120</u>	<u>30.289.306</u>
	43.469.757	41.999.821
Crédito vencido - menos de 90 dias	47.811	43.474
Crédito vencido - mais de 90 dias	209.059	215.286
	<u>43.726.627</u>	<u>42.258.581</u>
Imparidade para riscos de crédito	(426.090)	(459.200)
	<u>43.300.537</u>	<u>41.799.381</u>

A rubrica de Crédito vencido inclui os valores que na data de balanço se encontravam efectivamente em mora, pelo que não consideram o valor do crédito vincendo total de clientes do Banco não sujeitos à imparidade colectiva e que registavam crédito vencido, que em 31 de Dezembro de 2006 ascendia a Euros 983.132.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 850.486.000).

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Agricultura e silvicultura	410.250	361.082
Indústrias extractivas	143.543	155.833
Alimentação, bebidas e tabaco	499.755	534.597
Têxteis	671.957	727.569
Madeira e cortiça	278.424	272.293
Papel, artes gráficas e editoras	258.476	216.871
Químicas	935.339	922.689
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	919.809	914.127
Electricidade, água e gás	433.780	388.219
Construção	3.541.099	3.409.656
Comércio a retalho	1.768.033	1.642.491
Comércio por grosso	2.412.501	2.438.033
Restaurantes e hotéis	926.233	785.236
Transportes e comunicações	1.042.661	1.056.700
Serviços	9.290.003	8.345.117
Crédito ao consumo	3.018.227	2.817.401
Crédito hipotecário	14.088.763	14.437.455
Outras actividades nacionais	882.620	732.627
Outras actividades internacionais	2.205.154	2.100.585
	<u>43.726.627</u>	<u>42.258.581</u>
Imparidade para riscos de crédito	(426.090)	(459.200)
	<u>43.300.537</u>	<u>41.799.381</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A análise do crédito sobre clientes, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o período findo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Crédito sobre clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Agricultura e silvicultura	203.244	138.005	65.973	3.028	410.250
Indústrias extractivas	74.383	36.282	30.843	2.035	143.543
Alimentação, bebidas e tabaco	279.756	122.332	91.728	5.939	499.755
Têxteis	382.317	123.405	144.072	22.163	671.957
Madeira e cortiça	214.619	38.229	21.622	3.954	278.424
Papel, artes gráficas e editoras	134.158	77.753	44.452	2.113	258.476
Químicas	519.872	224.617	187.163	3.687	935.339
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	504.266	214.343	187.853	13.347	919.809
Electricidade, água e gás	127.987	18.760	286.413	620	433.780
Construção	2.060.471	743.136	691.524	45.968	3.541.099
Comércio a retalho	897.400	404.551	455.506	10.576	1.768.033
Comércio por grosso	1.468.005	406.218	507.686	30.592	2.412.501
Restaurantes e hotéis	257.891	212.572	450.433	5.337	926.233
Transportes e comunicações	316.713	346.463	368.524	10.961	1.042.661
Serviços	3.750.623	3.105.585	2.407.516	26.279	9.290.003
Crédito ao consumo	1.064.963	1.226.343	698.758	28.163	3.018.227
Crédito hipotecário	36.981	164.872	13.848.311	38.599	14.088.763
Outras actividades nacionais	497.265	129.890	251.956	3.509	882.620
Outras actividades internacionais	1.104.060	208.389	892.705	-	2.205.154
	13.894.974	7.941.745	21.633.038	256.870	43.726.627

A análise do crédito sobre clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o período findo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Crédito sobre clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito ao sector público	656.077	-	-	-	656.077
Crédito com garantias reais	1.365.746	4.923.882	15.221.055	128.240	21.638.923
Crédito com outras garantias	6.637.533	159.739	4.103.926	65.300	10.966.498
Crédito sem garantias	2.798.609	-	-	63.330	2.861.939
Crédito sobre o estrangeiro	1.152.319	1.300.905	22.954	-	2.476.178
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.274.502	-	-	-	1.274.502
Capital em locação	10.188	1.557.219	2.285.103	-	3.852.510
	13.894.974	7.941.745	21.633.038	256.870	43.726.627

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	Sintéticas	
	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Empréstimos a empresas	3.049.140	3.016.969

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Valor bruto	4.876.861	3.910.603
Juros ainda não devidos	(1.024.351)	(656.655)
Valor líquido	<u>3.852.510</u>	<u>3.253.948</u>

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Agricultura e silvicultura	8.781	10.956
Indústrias extractivas	2.760	4.239
Alimentação, bebidas e tabaco	1.730	2.344
Têxteis	12.971	14.099
Madeira e cortiça	658	830
Papel, artes gráficas e editoras	793	847
Químicas	157	1.308
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	6.108	7.583
Construção	10.502	20.827
Comércio a retalho	10.549	13.581
Comércio por grosso	12.285	16.041
Restaurantes e hotéis	4.237	7.641
Transportes e comunicações	640	6.093
Serviços	24.438	32.947
Crédito ao consumo	22.935	29.317
Outras actividades nacionais	1.068	2.174
	<u>120.612</u>	<u>170.827</u>

A análise do crédito vencido por sectores de actividade para o Banco, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Agricultura e silvicultura	3.028	2.365
Indústrias extractivas	2.035	3.302
Alimentação, bebidas e tabaco	5.939	1.322
Têxteis	22.163	20.038
Madeira e cortiça	3.954	2.226
Papel, artes gráficas e editoras	2.113	1.508
Químicas	3.687	2.936
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	13.347	12.205
Electricidade, água e gás	620	100
Construção	45.968	32.343
Comércio a retalho	10.576	11.326
Comércio por grosso	30.592	35.135
Restaurantes e hotéis	5.337	4.240
Transportes e comunicações	10.961	6.611
Serviços	26.279	51.227
Crédito ao consumo	28.163	34.577
Crédito hipotecário	38.599	34.583
Outras actividades nacionais	3.509	2.665
Outras actividades internacionais	-	51
	<u>256.870</u>	<u>258.760</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A análise do crédito vencido por tipo de crédito para o Banco, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Crédito com garantias reais	128.240	146.583
Crédito com outras garantias	65.300	44.115
Crédito sem garantias	63.330	67.577
Crédito sobre o estrangeiro	-	485
	<u>256.870</u>	<u>258.760</u>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	459.200	253.243
Transferências	59.111	154.999
Dotação do exercício	213.834	306.624
Reversão do exercício	(775)	(68)
Utilização de imparidade	(305.592)	(255.788)
Diferenças cambiais	312	190
Saldo em 31 de Dezembro	<u>426.090</u>	<u>459.200</u>

Em conformidade com a política do Banco, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento definidas pelo Banco de Portugal, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2006:

	Classes de incumprimento					Total Euros '000
	Até 3 meses Euros '000	3-6 meses Euros '000	6-12 meses Euros '000	1-3 anos Euros '000	Mais 3 anos Euros '000	
Crédito vencido com garantia	27.592	17.751	57.985	82.181	8.031	<u>193.540</u>
Imparidade existente	253	3.809	14.496	46.878	8.031	<u>73.467</u>
Crédito vencido sem garantia	20.219	14.509	23.915	4.687	-	<u>63.330</u>
Imparidade existente	214	3.675	14.047	4.687	-	<u>22.623</u>
Total de crédito vencido	47.811	32.260	81.900	86.868	8.031	<u>256.870</u>
Total da imparidade para crédito vencido	467	7.484	28.543	51.565	8.031	96.090
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros créditos						<u>330.000</u>
Total da imparidade para riscos de crédito						<u>426.090</u>

O valor do crédito sobre clientes sujeito a imparidade individual é analisado conforme segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Crédito vencido	256.870	258.760
Crédito vincendo associado a vencido	983.132	850.486
Crédito reestruturado	120.612	170.827
	<u>1.360.614</u>	<u>1.280.073</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: A large signature, possibly "L. L.", with other scribbles.
 - Middle right: A signature that looks like "W".
 - Bottom right: A signature that looks like "C. M.", with another signature below it that looks like "P. J."

A análise da imparidade por sectores de actividade para o Banco, é a seguinte:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	4.205	5.434
Indústrias extractivas	2.665	9.845
Alimentação, bebidas e tabaco	2.080	13.090
Têxteis	9.709	30.281
Madeira e cortiça	2.045	3.599
Papel, artes gráficas e editoras	2.022	6.157
Químicas	930	3.946
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	8.131	29.906
Electricidade, água e gás	434	215
Construção	25.123	47.533
Comércio a retalho	8.075	19.357
Comércio por grosso	22.384	61.915
Restaurantes e hotéis	2.781	11.157
Transportes e comunicações	4.932	10.184
Serviços	21.699	106.306
Crédito ao consumo	248.435	40.009
Crédito hipotecário	57.520	56.716
Outras actividades nacionais	2.920	3.548
Outras actividades internacionais	-	2
	426.090	459.200

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	107.214	228.388
Crédito com outras garantias	49.113	61.399
Crédito sem garantias	269.251	157.055
Crédito sobre o estrangeiro	512	12.358
	426.090	459.200

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A anulação de crédito por utilização de imparidade, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	4.052	3.940
Indústrias extractivas	4.437	1.186
Alimentação, bebidas e tabaco	1.662	2.465
Têxteis	17.084	33.065
Madeira e cortiça	2.401	7.474
Papel, artes gráficas e editoras	1.298	1.498
Químicas	1.265	2.119
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	8.311	9.208
Electricidade, água e gás	47	152
Construção	24.165	28.521
Comércio a retalho	14.836	13.491
Comércio por grosso	37.092	31.919
Restaurantes e hotéis	6.590	4.838
Transportes e comunicações	6.971	6.096
Serviços	109.168	27.648
Crédito ao consumo	43.210	72.019
Crédito hipotecário	21.211	7.828
Outras actividades nacionais	1.792	2.321
	<u>305.592</u>	<u>255.788</u>

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização de imparidade, quando esta, de acordo com a política contabilística referida na nota 1b), corresponda a 100% do valor do crédito. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorreram, conforme nota 12.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	87.025	103.796
Crédito com outras garantias	45.731	59.179
Crédito sem garantias	168.427	85.939
Crédito sobre o estrangeiro	4.409	6.874
	<u>305.592</u>	<u>255.788</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

A recuperação de créditos e de juros anulados, efectuada no decorrer de 2006 e 2005, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Agricultura e silvicultura	3.994	7.628
Indústrias extractivas	2.089	730
Alimentação, bebidas e tabaco	2.973	4.366
Têxteis	9.121	21.090
Madeira e cortiça	1.895	2.655
Papel, artes gráficas e editoras	762	2.355
Químicas	310	2.327
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	9.447	8.835
Electricidade, água e gás	7	-
Construção	15.300	19.277
Comércio a retalho	11.582	11.987
Comércio por grosso	20.566	21.262
Restaurantes e hotéis	5.551	4.004
Transportes e comunicações	3.431	4.347
Serviços	12.492	26.134
Crédito ao consumo	28.055	57.568
Crédito hipotecário	12.570	5.787
Outras actividades nacionais	1.490	1.871
	<u>141.635</u>	<u>202.223</u>

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer de 2006 e 2005, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Crédito com garantias reais	43.626	82.633
Crédito com outras garantias	18.671	51.099
Crédito sem garantias	79.291	55.901
Crédito sobre o estrangeiro	47	12.590
	<u>141.635</u>	<u>202.223</u>

21. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	708.763	566.396
De outros emissores	<u>3.852.292</u>	<u>2.738.735</u>
	4.561.055	3.305.131
Títulos vencidos	5.427	5.684
Imparidade para títulos vencidos	<u>(5.427)</u>	<u>(5.684)</u>
	4.561.055	3.305.131
Acções e outros títulos de rendimento variável	<u>1.177.246</u>	<u>890.763</u>
	5.738.301	4.195.894
Derivados de negociação	<u>785.967</u>	<u>1.039.234</u>
	<u>6.524.268</u>	<u>5.235.128</u>

A rubrica Derivados de negociação inclui, a valorização dos derivativos embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 d) no montante de Euros 1.926.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 2.722.000).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Títulos		Total Euros '000
	Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	335.642	114.644	450.286
Estrangeiros	202.609	55.868	258.477
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	7.950	1.572.738	1.580.688
Estrangeiros	309.439	455.460	764.899
Papel comercial	-	1.512.132	1.512.132
	<u>855.640</u>	<u>3.710.842</u>	<u>4.566.482</u>
Cotados	817.988	653.438	1.471.426
Não cotados	37.652	3.057.404	3.095.056
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	71.607	315.888	387.495
Estrangeiras	-	732	732
Unidades de participação	1.453	786.835	788.288
Outros títulos	729	2	731
	<u>73.789</u>	<u>1.103.457</u>	<u>1.177.246</u>
Cotados	72.273	470.427	542.700
Não cotados	1.516	633.030	634.546
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)
	<u>929.429</u>	<u>4.808.872</u>	<u>5.738.301</u>
Derivados de negociação	785.967	-	785.967
	<u>1.715.396</u>	<u>4.808.872</u>	<u>6.524.268</u>

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 c) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 37. Este montante no valor de Euros 82.133.000 é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 135.364.000.

No decurso do exercício de 2006 foram alienadas, ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, acções detidas na EDP – Electricidade de Portugal, conforme referido nas notas 7 e 37.

No decurso de 2006 foram igualmente alienadas as "residual notes" associadas às operações de securitização Magellan nº3 e nº4, conforme referido na nota 7.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

	Títulos		Total Euros '000
	Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	242.328	261.913	504.241
Estrangeiros	-	36.208	36.208
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	38.172	1.255.298	1.293.470
Estrangeiros	130.420	715.374	845.794
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	25.947	-	25.947
Papel comercial	-	605.155	605.155
	<u>436.867</u>	<u>2.873.948</u>	<u>3.310.815</u>
Cotados	403.911	2.403.828	2.807.739
Não cotados	32.956	470.120	503.076
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	-	296.869	296.869
Estrangeiras	-	614	614
Unidades de participação	2.827	589.770	592.597
Outros títulos	681	2	683
	<u>3.508</u>	<u>887.255</u>	<u>890.763</u>
Cotados	3.508	679.440	682.948
Não cotados	-	207.815	207.815
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.684)	(5.684)
	440.375	3.755.519	4.195.894
Derivados de negociação	1.039.234	-	1.039.234
	<u>1.479.609</u>	<u>3.755.519</u>	<u>5.235.128</u>

A carteira de negociação é valorizada ao valor de mercado.

Conforme descrito na política contabilística 1 c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 37. Este montante no valor de Euros 341.245.000 é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 173.903.000.

No decurso do exercício de 2005, foram alienadas as participações financeiras detidas na ONI, a que correspondeu uma utilização de provisões de Euros 316.607.000. Durante 2005 foram igualmente alienadas acções detidas na Friends Provident e EDP – Electricidade de Portugal.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	68	114.266	335.952	-	450.286
Estrangeiros	-	1.954	256.523	-	258.477
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	330.341	29.722	1.215.198	5.427	1.580.688
Estrangeiros	9.942	-	754.957	-	764.899
Papel comercial	854.481	657.651	-	-	1.512.132
	<u>1.194.832</u>	<u>803.593</u>	<u>2.562.630</u>	<u>5.427</u>	<u>4.566.482</u>
Cotados	68	117.201	1.354.157	-	1.471.426
Não cotados	1.194.764	686.392	1.208.473	5.427	3.095.056
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais				387.495	387.495
Estrangeiras				732	732
Unidades de participação				788.288	788.288
Outros títulos				731	731
				<u>1.177.246</u>	<u>1.177.246</u>
Cotados				542.700	542.700
Não cotados				634.546	634.546
Imparidade para títulos vencidos				(5.427)	(5.427)
	<u>1.194.832</u>	<u>803.593</u>	<u>2.562.630</u>	<u>1.177.246</u>	<u>5.738.301</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

[Handwritten signatures and initials]

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	5.519	147.886	350.836	-	504.241
Estrangeiros	11.701	2	24.505	-	36.208
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	28.373	95.493	1.163.920	5.684	1.293.470
Estrangeiros	1.618	193.028	651.148	-	845.794
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	25.947	-	-	-	25.947
Papel comercial	440.473	164.682	-	-	605.155
	<u>513.631</u>	<u>601.091</u>	<u>2.190.409</u>	<u>5.684</u>	<u>3.310.815</u>
Cotados	475.984	453.205	1.878.550	-	2.807.739
Não cotados	37.647	147.886	311.859	5.684	503.076
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais				296.869	296.869
Estrangeiras				614	614
Unidades de participação				592.597	592.597
Outros títulos				683	683
				<u>890.763</u>	<u>890.763</u>
Cotados				682.948	682.948
Não cotados				207.815	207.815
Imparidade para títulos vencidos				(5.684)	(5.684)
	<u>513.631</u>	<u>601.091</u>	<u>2.190.409</u>	<u>890.763</u>	<u>4.195.894</u>

[Handwritten signatures and initials]

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Obrigações Euros '000	Ações Euros '000	Outros Activos Financeiros Euros '000	Títulos Vencidos Euros '000	Total Bruto Euros '000
Indústrias extractivas	-	74	-	-	74
Alimentação, bebidas e tabaco	-	1	28.767	-	28.768
Têxteis	-	81	29.978	1.037	31.096
Madeira e cortiça	-	-	2.009	126	2.135
Papel, artes gráficas e editoras	-	4.678	28.063	-	32.741
Químicas	-	-	19.302	-	19.302
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	7.677	6.376	187	14.240
Electricidade, água e gás	-	281.306	340.176	-	621.482
Construção	-	158	49.985	645	50.788
Comércio por grosso	-	-	55.501	63	55.564
Restaurantes e hotéis	-	51	18.945	-	18.996
Transportes e comunicações	2.236.289	91.056	844.670	1.150	3.173.165
Serviços	103.871	3.145	877.379	2.219	986.614
	<u>2.340.160</u>	<u>388.227</u>	<u>2.301.151</u>	<u>5.427</u>	<u>5.034.965</u>
Titulos Públicos	708.763	-	-	-	708.763
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	<u>3.048.923</u>	<u>388.227</u>	<u>2.301.151</u>	<u>-</u>	<u>5.738.301</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

	Obrigações Euros '000	Ações Euros '000	Outros Activos Financeiros Euros '000	Títulos Vencidos Euros '000	Total Bruto Euros '000
Indústrias extractivas	-	40	-	-	40
Alimentação, bebidas e tabaco	-	1	56.990	-	56.991
Têxteis	-	81	12.005	882	12.968
Madeira e cortiça	-	-	-	998	998
Papel, artes gráficas e editoras	-	4.958	34.294	-	39.252
Químicas	-	-	17.356	-	17.356
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	2	6.431	399	6.832
Electricidade, água e gás	-	275.704	5.318	-	281.022
Construção	-	158	42.482	1.996	44.636
Comércio a retalho	-	-	-	207	207
Comércio por grosso	-	-	44.847	506	45.353
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	1.948.236	13.456	677.119	529	2.639.340
Serviços	182.591	3.032	301.593	167	487.383
Outras actividades internacionais	2.753	-	-	-	2.753
	<u>2.133.580</u>	<u>297.483</u>	<u>1.198.435</u>	<u>5.684</u>	<u>3.635.182</u>
Titulos Públicos	540.449	-	25.947	-	566.396
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.684)	(5.684)
	<u>2.674.029</u>	<u>297.483</u>	<u>1.224.382</u>	<u>-</u>	<u>4.195.894</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

A análise da carteira de derivados de negociação em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2006					
	Nacionais com prazo remanescente			Fair values		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	10.408.822	12.820.626	20.464.338	43.693.786	548.914	493.761
Opções de taxa de juro (compra)	85.180	219.950	1.019.755	1.324.885	7.001	-
Opções de taxa de juro (venda)	159.640	262.250	1.019.755	1.441.645	-	7.101
	<u>10.653.642</u>	<u>13.302.826</u>	<u>22.503.848</u>	<u>46.460.316</u>	<u>555.915</u>	<u>500.862</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	73.300	-	-	73.300	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	366.302	179.461	3.782	549.545	26.201	3.016
Swaps de moeda	5.877.010	3.566.519	-	9.443.529	39.764	191.970
Opções cambiais (compra)	24.101	7.170	7.310	38.581	691	-
Opções cambiais (venda)	23.119	7.170	7.777	38.066	-	681
	<u>6.290.532</u>	<u>3.760.320</u>	<u>18.869</u>	<u>10.069.721</u>	<u>66.656</u>	<u>195.667</u>
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	93.073	159.487	844.991	1.097.551	20.575	23.984
Opções acções/índices (compra)	1.579.918	-	1.640.218	3.220.136	68.625	-
Opções acções/índices (venda)	1.579.918	-	1.640.218	3.220.136	-	68.625
	<u>3.252.909</u>	<u>159.487</u>	<u>4.125.427</u>	<u>7.537.823</u>	<u>89.200</u>	<u>92.609</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de acções/índices	710	-	-	710	-	-
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
'Credit Default Swaps' (CDS)	31.497	60.569	8.541.097	8.633.163	16.913	20.942
Outros	84.884	227.400	2.132.564	2.444.848	55.357	61.066
	<u>116.381</u>	<u>287.969</u>	<u>10.673.661</u>	<u>11.078.011</u>	<u>72.270</u>	<u>82.008</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	20.313.464	17.510.602	37.321.805	75.145.871	784.041	871.146
Bolsa	74.010	-	-	74.010	-	-
Derivados embutidos					1.926	33.164
	<u>20.387.474</u>	<u>17.510.602</u>	<u>37.321.805</u>	<u>75.219.881</u>	<u>785.967</u>	<u>904.310</u>

Handwritten signatures and initials on the right side of the table.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A análise da carteira de derivados de negociação em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

	2005					
	Nacionais com prazo remanescente			Fair values		
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Activo	Passivo
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	26.705.391	22.503.694	20.450.872	69.659.957	672.775	640.928
Opções de taxa de juro (compra)	36.500	180.666	792.320	1.009.486	9.610	-
Opções de taxa de juro (venda)	36.500	180.666	792.320	1.009.486	-	10.179
	<u>26.778.391</u>	<u>22.865.026</u>	<u>22.035.512</u>	<u>71.678.929</u>	<u>682.385</u>	<u>651.107</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	273.829	-	-	273.829	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	433.131	222.628	-	655.759	8.913	-
Swaps de moeda	3.701.335	2.344.827	-	6.046.162	151.249	-
Opções cambiais (compra)	17.402	16.842	12.471	46.715	975	-
Opções cambiais (venda)	14.142	18.377	11.107	43.626	-	1.009
	<u>4.166.010</u>	<u>2.602.674</u>	<u>23.578</u>	<u>6.792.262</u>	<u>161.137</u>	<u>1.009</u>
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	234.038	367.971	592.253	1.194.262	34.038	28.014
Opções acções/índices (compra)	-	-	1.251.440	1.251.440	99.411	-
Opções acções/índices (venda)	-	-	1.251.450	1.251.450	-	99.422
	<u>234.038</u>	<u>367.971</u>	<u>3.095.143</u>	<u>3.697.152</u>	<u>133.449</u>	<u>127.436</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de acções/índices	699	-	-	699	-	-
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
'Credit Default Swaps' (CDS)	-	736.267	6.579.590	7.315.857	18.153	17.006
Outros	4.917	83.901	2.000.714	2.089.532	41.388	42.640
	<u>4.917</u>	<u>820.168</u>	<u>8.580.304</u>	<u>9.405.389</u>	<u>59.541</u>	<u>59.646</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	31.183.356	26.655.839	33.734.537	91.573.732	1.036.512	839.198
Bolsa	274.528	-	-	274.528	-	-
Derivados embutidos						
					2.722	30.073
	<u>31.457.884</u>	<u>26.655.839</u>	<u>33.734.537</u>	<u>91.848.260</u>	<u>1.039.234</u>	<u>869.271</u>

22. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Activo:		
Swaps	43.173	39.093
	<u>43.173</u>	<u>39.093</u>
Passivo:		
Swaps	68.422	19.895
	<u>68.422</u>	<u>19.895</u>

O Banco contrata instrumentos financeiros para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro e cambial. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Banco está exposto às variações de justo valor, ou a variações de cash-flows ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

O Banco registou em resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 o montante negativo de Euros 33.433.000, (31 de Dezembro de 2005: Euros 15.460.000) relativo a variações de justo valor de risco de taxa de juro associado aos activos e passivos financeiros acima referidos.

O Banco realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o exercício em análise foi registado por contrapartida de resultados o montante de Euros 17.261.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 17.464.000), correspondendo à parcela inefectiva das referidas coberturas de justo valor. O Grupo também designou um conjunto de créditos concedidos a taxa fixa com prazo superior a um ano, para os quais adoptou uma política de cobertura de carteiras, no que respeita às variações decorrentes da evolução da taxa de juro. As referidas relações de cobertura registaram inefectividade no exercício em análise no montante de Euros 495.000.

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Crédito	(12.920)	(5.907)
Depósitos	(7.348)	(1.424)
Títulos emitidos	53.886	(8.005)
Activos financeiros disponíveis para venda	(185)	(124)
	<u>33.433</u>	<u>(15.460)</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura em 31 Dezembro 2006, é a seguinte:

	2006		
	Nacionais	Fair values	
	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de cobertura de fair values com risco de taxa de juro:			
Mercado de balcão:			
Swaps de taxa de juro	6.631.841	43.173	68.422
	<u>6.631.841</u>	<u>43.173</u>	<u>68.422</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura em 31 Dezembro 2005, é a seguinte:

	2005		
	Nacionais	Fair values	
	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de cobertura de fair values com risco de taxa de juro:			
Mercado de balcão:			
Swaps de taxa de juro	6.183.418	39.093	19.895
	<u>6.183.418</u>	<u>39.093</u>	<u>19.895</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

23. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Instituições de crédito residentes	202.464	202.464
Instituições de crédito não residentes	742.489	508.841
Outras empresas residentes	1.064.634	1.064.634
Outras empresas não residentes	4.891	4.072
	2.014.478	1.780.011
<i>Imparidade para investimentos em associadas:</i>		
Em empresas subsidiárias	(161.780)	(161.780)
	1.852.698	1.618.231
Cotados	696.192	442.521
Não cotados	1.318.286	1.337.490

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	200.235	200.235
Bank Millennium S.A.	696.192	442.521
Banque BCP, S.A.S.	12.949	66.299
Banco Millennium Angola, S.A.	33.329	-
BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, S.G.P.S., Lda.	25	25
BCP Participações Financeiras, SGPS Sociedade Unipessoal, Lda.	119.933	119.933
Banpor Consulting S.R.L.	500	-
Millennium bcp - Escritório de representações e Serviços, S/C Lda.	2.998	2.466
Pinto Totta Internacional Finance, Ltd.	21	21
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	935.993	935.993
Caracas Financial Services, Limited	27	27
CISF Veículos - Sociedade de Aluguer, Lda.	132	132
Luso Atlântica - Aluguer de Viaturas, S.A.	796	796
Millennium bcp - Serviços de Comércio Electrónica, S.A	885	885
Mozambique Investment Company, Ltd.	1.365	1.580
Paço da Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	68	68
Servitrust - Trust Management Services S.A.	100	100
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	6.700	6.700
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	2.230	2.230
	2.014.478	1.780.011
Imparidade para investimentos em associadas	(161.780)	(161.780)
	1.852.698	1.618.231

A relação das empresas do Banco é apresentada na nota 47.

Conforme referido na nota 14, no decurso do exercício de 2006 e após a conclusão das negociações com a Caisse Nationale des Caisses d'Epargne foram alienados 80,1% da participação no Banque BCP, SAS (França), tendo gerado uma mais valia no valor de Euros 27.567.000.

Em Dezembro de 2006, e na sequência do lançamento de oferta pública de aquisição parcial de até 16% do capital social do Bank Millennium, S.A., na Polónia, o Banco adquiriu 131.701.722 acções do referido Banco, correspondente a 15,51% do capital e dos direitos de voto, ao preço de PIn 7,30 por acção elevando assim a sua participação para 556.325.794 acções correspondentes a 65,51% do capital social desta participada.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

24. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Imóveis	825.634	832.377
Equipamento		
Mobiliário	63.963	62.111
Máquinas	18.297	18.556
Equipamento informático	126.795	125.156
Instalações interiores	91.850	92.895
Viaturas	4.864	3.962
Equipamento de segurança	73.236	72.914
Obras em curso	4.445	6.143
Outros activos tangíveis	3.217	3.238
	<u>1.212.301</u>	<u>1.217.352</u>
<i>Amortizações e imparidade acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(49.749)	(53.860)
Relativas a exercícios anteriores	(680.162)	(635.329)
	<u>(729.911)</u>	<u>(689.189)</u>
	<u>482.390</u>	<u>528.163</u>

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis durante o ano de 2006 são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições / Dotações Euros '000	Alienações / Abates Euros '000	Transferências Euros '000	Diferenças cambiais Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>						
Imóveis	832.377	16.757	(21.225)	(2.237)	(38)	825.634
Equipamento						
Mobiliário	62.111	2.236	(304)	(72)	(8)	63.963
Máquinas	18.556	255	(236)	(274)	(4)	18.297
Equipamento informático	125.156	5.774	(3.949)	(181)	(5)	126.795
Instalações interiores	92.895	108	(995)	(154)	(4)	91.850
Viaturas	3.962	1.258	(135)	(215)	(6)	4.864
Equipamento de segurança	72.914	477	(27)	(127)	(1)	73.236
Obras em curso	6.143	10.999	(11.065)	(1.615)	(17)	4.445
Outros activos tangíveis	3.238	-	1	(23)	1	3.217
	<u>1.217.352</u>	<u>37.864</u>	<u>(37.935)</u>	<u>(4.898)</u>	<u>(82)</u>	<u>1.212.301</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>						
Imóveis	353.349	35.324	(3.179)	(138)	(1)	385.355
Equipamento						
Mobiliário	51.297	3.898	(296)	(19)	(6)	54.874
Máquinas	17.547	379	(233)	(32)	(1)	17.660
Equipamento informático	122.333	2.521	(3.936)	(88)	(4)	120.826
Instalações interiores	77.127	4.020	(711)	(86)	(1)	80.349
Viaturas	2.790	616	(116)	(120)	(1)	3.169
Equipamento de segurança	61.552	2.959	(24)	(12)	-	64.475
Outros activos tangíveis	3.194	32	(1)	(22)	-	3.203
	<u>689.189</u>	<u>49.749</u>	<u>(8.496)</u>	<u>(517)</u>	<u>(14)</u>	<u>729.911</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

25. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Activos intangíveis</i>		
'Software'	8.720	6.479
Outras activos intangíveis	3.413	4.295
	12.133	10.774
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(860)	(1.910)
Relativas a exercícios anteriores	(8.019)	(6.141)
	(8.879)	(8.051)
	3.254	2.723

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis, durante o ano de 2006, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições / Dotações Euros '000	Alienações / Abates Euros '000	Transferências Euros '000	Diferenças cambiais Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>						
'Software'	6.479	2.256	-	(15)	-	8.720
Outras activos intangíveis	4.295	42	(865)	(41)	(18)	3.413
	10.774	2.298	(865)	(56)	(18)	12.133
<i>Amortizações acumuladas:</i>						
'Software'	5.362	733	-	(5)	-	6.090
Outras activos intangíveis	2.689	127	-	(27)	-	2.789
	8.051	860	-	(32)	-	8.879

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

Handwritten signatures and initials:
 Top right: *Handwritten initials*
 Middle right: *Handwritten signature*
 Bottom right: *Handwritten signature*

26. Activos por impostos diferidos e Passivos por impostos diferidos

Activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	2006		2005	
	Activo Euros '000	Passivo Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Activos intangíveis	1.508	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	2.548	-	1.135
Provisões para riscos de crédito	120.379	-	90.798	-
Pensões de reforma	188.511	-	164.430	-
Derivados	41.161	-	-	17.506
Outros	37.098	20.035	23.939	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	118.363	-
	<u>388.657</u>	<u>22.583</u>	<u>397.530</u>	<u>18.641</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>366.074</u>		<u>378.889</u>	

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza da recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Banco possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do exercício da rubrica de impostos diferidos líquidos:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	378.889	385.115
Encargos do exercício	2.068	(14.640)
Movimentos em reservas	(14.883)	8.414
Saldo em 31 de Dezembro	<u>366.074</u>	<u>378.889</u>

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos não corresponde aos encargos de impostos diferidos do exercício devido ao facto de os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

27. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Devedores	229.212	305.725
Aplicações por recuperação de crédito e outros activos	581.849	491.449
Suprimentos	326.776	1.215.661
Outras imobilizações financeiras	61.827	72.205
Valores a cobrar	23.490	62.347
Outros impostos a recuperar	55.611	56.318
Bonificações a receber	133.426	202.700
Associadas	14.699	43.951
Outros proveitos a receber	34.761	78.982
Despesas antecipadas	1.628.229	1.941.989
Operações sobre títulos a receber	18.448	29.314
Valores a debitar a clientes	227.592	151.321
Prestações suplementares de capital	4.226.813	3.031.335
Contas diversas	6.417	175.183
	<u>7.569.150</u>	<u>7.858.480</u>
Imparidade para outros activos	(1.404.489)	(1.421.198)
	<u>6.164.661</u>	<u>6.437.282</u>

No âmbito do financiamento necessário para a concretização da OPA o Banco celebrou um contrato de underwriting agreement com a UBS, cujo montante suportado pelo Grupo, com referência a 31 de Dezembro de 2006, ascende a Euros 58,8 milhões e encontra-se registado no activo na rubrica Contas diversas. Em conformidade com a IFRS 3, as referidas despesas devem manter-se registadas no activo e posteriormente adicionadas ao custo de aquisição e consequentemente integradas na determinação do goodwill.

Em 31 de Dezembro de 2006, as rubricas relativas às responsabilidades do Banco com pensões de reforma, incluídas em despesas antecipadas, são analisadas como segue:

	2006
	Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	5.624.581
Valor do fundo	(5.493.903)
	130.678
Perdas actuariais	
Corredor	562.458
Acima do Corredor	645.001
	<u>1.207.459</u>
	<u>1.338.137</u>

O valor do corredor e perdas actuariais diferidas foram determinados em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 v).

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	1.421.198	92.890
Ajustamentos de transição	-	1.320.236
Transferências	5.727	78.709
Dotação do exercício	13.318	17.439
Reversão do exercício	(25)	(7)
Utilização de imparidade	(35.729)	(88.069)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1.404.489</u>	<u>1.421.198</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

28. Depósitos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Mercado Monetário Interbancário	-	581.392
Recursos de outras instituições de crédito no país	1.151.866	753.461
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	30.937.835	24.311.309
	<u>32.089.701</u>	<u>25.646.162</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Até 3 meses	14.119.532	11.189.336
3 meses até 6 meses	4.035.434	4.138.325
6 meses até 1 ano	3.719.491	2.187.533
1 ano até 5 anos	8.907.990	7.237.637
Mais de 5 anos	1.307.254	893.331
	<u>32.089.701</u>	<u>25.646.162</u>

29. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Depósitos para com clientes		
Depósitos à ordem	12.901.017	12.893.050
Depósitos a prazo	8.464.873	8.466.249
Depósitos de poupança	4.423.478	5.212.816
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordo de recompra	-	2.736
Outros débitos	319.166	269.495
	<u>26.108.534</u>	<u>26.844.346</u>

Nos termos da Portaria 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso nº 11/94 do Banco de Portugal.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Depósitos à ordem:</i>	12.901.017	12.893.050
<i>Depósitos a prazo e de poupança:</i>		
Até 3 meses	9.713.350	13.178.716
3 meses até 6 meses	1.802.199	85.548
6 meses até 1 ano	1.224.607	62.582
1 ano até 5 anos	75.049	352.219
Mais de 5 anos	73.146	-
	<u>12.888.351</u>	<u>13.679.065</u>
<i>Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordos de recompra:</i>		
Até 3 meses	-	2.736
	-	<u>2.736</u>
<i>Outros débitos:</i>		
Até 3 meses	-	108.106
6 meses até 1 ano	-	36.263
1 ano até 5 anos	-	125.126
Mais de 5 anos	319.166	-
	<u>319.166</u>	<u>269.495</u>
	<u>26.108.534</u>	<u>26.844.346</u>

30. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Empréstimos obrigacionistas	4.451.084	3.406.465
Outros	10.312	13.746
	<u>4.461.396</u>	<u>3.420.211</u>

A rubrica empréstimos obrigacionistas inclui emissões para as quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 21 e na política contabilística 1 d).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

Em 31 de Dezembro de 2006, as emissões do Banco, são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor Nominal Euros '000	Valor Balanço Euros '000
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>					
Banco Comercial Português :					
EMTN BCP-SFE 21ª Em.	Maio, 2000	Maio, 2010	Taxa fixa de 5,2%	65.000	63.361
BCP 4,9% Nov 01/11-2ª Em.	Novembro, 2001	Novembro, 2011	Taxa fixa de 4,9%	25.000	24.247
BCP 5,4% Nov 01/11-1ª Em.	Novembro, 2001	Novembro, 2011	Taxa fixa de 5,4%	175.000	171.372
BCP 5,34% Março-02/Mar-12	Março, 2002	Março, 2012	Taxa fixa de 5,34%	164.500	166.283
BCP 4,83% Agosto 2007	Agosto, 2002	Agosto, 2007	Taxa fixa de 4,83%	175.000	173.047
BCP SFE Poup. Cresc. 2007	Fevereiro, 2003	Fevereiro, 2007	1º cupão 4%; no vencimento 8,25%	19.069	18.984
BCP SFI Poup. Cresc. 2007	Fevereiro, 2003	Fevereiro, 2007	1º cupão 4%; no vencimento 8,25%	38.314	38.144
BCP Ob Cx Set 2003/2011	Setembro, 2003	Setembro, 2011	Taxa fixa de 4,37%	125.000	120.106
BCP 3,78% Dez 2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Taxa fixa de 3,78%	15.500	15.072
BCP 3,85% Dez 2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Taxa fixa de 3,85%	5.000	4.862
BCP Dez 2003-2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Euribor 360 6 meses + 0,21%	15.000	15.000
BCP SFE Rend. Cr. Jan 04/08	Janeiro, 2004	Janeiro, 2008	Tx crescente: 1º ano 2,125%; 2º ano 2,5%; 3º ano 3%; 4º ano 5%	7.971	7.878
BCP SFI Rend. Cr. Jan 04/08	Janeiro, 2004	Janeiro, 2008	Tx crescente: 1º ano 2,125%; 2º ano 2,5%; 3º ano 3%; 4º ano 5%	18.029	17.825
BCP SFI Glo.Eq.Inc.Bui.Strat.	Janeiro, 2004	Janeiro, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	4.500	4.500
BCP SFI Tx Cresc. Fev 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,75%; 3º ano 3,1%	15.000	14.965
BCP SFE Tx Cresc. Fev 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,75%; 3º ano 3,1%	5.000	4.988
BCP SFE Rend. Cr. Mar 04/07	Março, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º e 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3,65%	2.961	2.932
BCP SFI Rend. Cr. Mar 04/07	Março, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º e 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3,65%	12.039	11.957
BCP SFE Tx Cresc. Mai 04/07	Maio, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º e 6º Sem. 2,4%; 7º Sem. 3%	3.105	3.095
BCP SFI Tx Cresc. 04/07	Maio, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º e 6º Sem. 2,4%; 7º Sem. 3%	9.895	9.838
BCP SFE Glob.Target Red.	Maio, 2004	Maio, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	2.395	2.395
BCP SFI Glob.Target Red.	Maio, 2004	Maio, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	2.605	2.605
BCP SFE Rend. Cr. Jun 04/07	Junho, 2004	Junho, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,45%; 5º e 6º Sem. 3%	5.800	5.778
BCP SFI Rend. Cr. Jun 04/07	Junho, 2004	Junho, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,45%; 5º e 6º Sem. 3%	8.200	8.163
BCP Rend. Cresc. Jul 04/07	Julho, 2004	Julho, 2007	Tx crescente: 1º ano 2,15%; 2º ano 2,5%; 3º ano 3,5%	2.000	1.986
BCP SFE Rend. Cr. Set 04/07	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	46.300	46.140
BCP SFI Rend. Cr. Set 04/07	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	133.700	133.199
BCP SFE R. Cr. Set 04/07 2ª Em.	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 1,75%; 3º e 4º Sem. 2%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	51.659	51.526
BCP SFI R. Cr. Set 04/07 2ª Em.	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	172.799	172.350
BCP Rend.Cresc. Out 04/07	Outubro, 2004	Outubro, 2007	Tx crescente: 1º Trim. 1,6%; 2º Trim. 1,8%; 3º Trim. 2%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 3%; 6º Trim. 4,5%	100.000	99.680
BCP Esc. Mund. 18% Out 04/07	Outubro, 2004	Outubro, 2007	Indexada a cabaz de índices	16.951	16.951
BCP SFE Rend. Cr. 04/07	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,125%; 3º e 4º Sem. 2,5%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 3,5%	30.906	30.685
BCP SFI Rend. Cr. Nov 04/07	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,125%; 3º e 4º Sem. 2,5%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 3,5%	99.094	98.477

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

(continuação)				Valor Nominal Euros '000	Valor Balanço Euros '000
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro		
BCP Super Inv.Mill.Nov 04/09	Novembro, 2004	Novembro, 2009	Indexada a um cabaz de fundos	60.000	60.000
BCP Aforro Millen. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Tx crescente: 1º Sem. 1,7%; 2º Sem. 1,8%; 3º Sem. 1,9%; 4º Sem. 2%; 5º Sem. 2,9%; 6º Sem. 5%	188.717	188.813
BCP SFE Rend. Cr. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,15%	34.204	34.009
BCP SFI Rend. Cr. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,15%	41.261	41.048
BCP Rend.Cr.Fev 05/09	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2009	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 3º ano 2,5%; 4º ano 3,125%	45.000	44.306
BCP SFI Rend.Cr.Fev 05/08	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3,1%	61.612	61.182
BCP SFE Rend.Cr.Fev 05/08	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3,1%	15.478	15.370
BCP Rend. Cr. Set 08	Março, 2005	Setembro, 2008	Tx crescente: 1º Sem. 2%; 2º Sem. 2,125%; 3º Sem. 2,25%; 4º Sem. 2,5%; 5º Sem. 2,75%; 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3,25%	105.500	104.240
BCP Rend. 8 Março 10	Março, 2005	Março, 2010	1º ano 4%; 2º ano e seguintes Max (9,3% - 2 * Euribor 12 meses)	30.000	30.000
BCP SFI Rend.Cr. Março 05/08	Março, 2005	Março, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3%	24.391	24.187
BCP Mib. Ind. Mun. Mar 05/10	Março, 2005	Março, 2010	Indexada a cabaz de índices	15.573	15.573
BCP SFE Rend.Cr. Março 05/08	Março, 2005	Março, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3%	5.609	5.562
BCP Super Inv.Mill. 05/10	Abril, 2005	Dezembro, 2010	Indexada a um cabaz de fundos	50.000	44.683
BCP Rend.Cr. Nov 08	Maio, 2005	Novembro, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Trim. 2%; 3º e 4º Trim. 2,15%; 5º e 6º Trim. 2,3%; 7º e 8º Trim. 2,4%; 9º e 10º Trim. 2,5%; 11º e 12º Trim. 3%; 13º e 14º Trim. 3,15%	35.000	34.540
BCP Rend. Cr. Maio 08	Maio, 2005	Maio, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,4%; 6º Sem. 2,65%	15.000	14.840
BCP Rend. 8 Maio 10	Maio, 2005	Maio, 2010	1º ano 4%; 2º ano e seguintes Max (10,17% - 2 * Euribor 12 meses)	20.000	18.802
BCP Rend. 8 Maio 10 2º em.	Maio, 2005	Maio, 2010	1º ano 4%; 2º ano e seguintes Max (9,15% - 2 * Euribor 12 meses)	10.000	9.474
BCP SFI Rend. Cr. Maio 05/08	Maio, 2005	Maio, 2008	Tx crescente: 1º Sem. 2%; 2º Sem. 2,1%; 3º Sem. 2,25%; 4º Sem. 2,4%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,25%	19.829	19.653
BCP SFE Rend. Cr. Maio 05/08	Maio, 2005	Maio, 2008	Tx crescente: 1º Sem. 2%; 2º Sem. 2,1%; 3º Sem. 2,25%; 4º Sem. 2,4%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,25%	5.171	5.125
BCP Rend. Cr. Junho 08	Junho, 2005	Junho, 2008	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,1%; 3º ano 2,2%	32.000	31.531
BCP SFI 5% Junho 05/08	Junho, 2005	Junho, 2008	Taxa fixa de 5%	32.911	32.214
BCP Activo 4 Junho 05/09	Junho, 2005	Junho, 2009	Indexada a um cabaz de acções	5.322	5.036
BCP SFE 5% Junho 05/08	Junho, 2005	Junho, 2008	Taxa fixa de 5%	12.591	12.324
BCP Ob Cx Aex Ago 05/10	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Aex	10.000	9.470
BCP Ob Cx Sp/Mib Ago 05/10	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Mib	10.000	9.470
BCP Ob Cx Dj euroxx50	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Dj euroxx50	10.000	9.470
BCP Ob Cx Cac 40	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Cac 40	10.000	9.470
BCP Ob Cx Ibex 35	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Ibex 35	10.000	9.470
BCP Ob Cx Rend. 7 - Ago 2010	Agosto, 2005	Agosto, 2010	1º ano 3,25%; 2º ano e seguintes Max(8,1% - 2 * Euribor 12 meses)	32.000	30.067
BCP Ob Cx R. Cr. Set 08 2º em.	Setembro, 2005	Setembro, 2008	1º Sem. 1,7%; 2º Sem. 1,85%; 3º Sem. 2%; 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,4%; 6º Sem. 2,7%	25.000	24.651
BCP SFI Ob Cx B Eq. S. Set 07	Setembro, 2005	Setembro, 2007	Ind. Índice Down Jones EuroStoxx 50	3.000	2.998
BCP Ob Cx Triplo R. Set 05/10	Setembro, 2005	Setembro, 2010	Ind. Índice Down Jones Global Titans 50	9.525	8.985

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

(continuação)				Valor Nominal Euros '000	Valor Balanço Euros '000
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro		
BCP Ob Cx Rend. Cr. Out 2008	Outubro, 2005	Outubro, 2008	1º Sem. 1,7%; 2º Sem. 1,8%; 3º Sem. 1,9%; 4º Sem. 2%; 5º Sem. 2,1%; 6º Sem. 2,5%	15.000	14.778
BCP Ob Cx Rend. 7 Out 2010	Outubro, 2005	Outubro, 2010	1º ano 3,5%; 2º ano e seguintes Max(8,31% - 2 * Euribor 12 meses)	10.224	9.405
BCP Ob Cx R. C. Nov 08 2º em.	Novembro, 2005	Novembro, 2008	1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 6º Sem. 2,6%	20.750	20.471
BCP Ob Cx Mill. 7Pc Nov 05/10	Novembro, 2005	Novembro, 2010	Indexada ao índice Nikkei 225	15.790	15.790
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Nov 08	Novembro, 2005	Novembro, 2008	1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 6º Sem. 2,6%	3.482	3.435
BCP SFI Ob Cx S. Eq. S. Nov 10	Novembro, 2005	Novembro, 2010	Indexada ao índice Nikkei 225	9.000	9.000
BCP Ob Cx Rend. Real Nov 10	Novembro, 2005	Novembro, 2010	Indexada ao índice IPC	15.000	13.660
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Nov 08	Novembro, 2005	Novembro, 2008	1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 6º Sem. 2,6%	768	758
BCP Ob Cx E. Gr. S. Dez 05/15	Dezembro, 2005	Dezembro, 2015	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	2.427	2.228
BCP SFI Ob Cx W. G. I. Dez 08	Dezembro, 2005	Dezembro, 2008	Indexada a cabaz de índices	7.000	6.659
BCP Ob Cx R. Cr. Jan 2009	Janeiro, 2006	Janeiro, 2009	1º Sem. 2,125%; 2º Sem. 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 4º Sem. 2,65%; 5º Sem. 2,85%; 6º Sem. 3,1%	45.500	44.885
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Jan 09	Janeiro, 2006	Janeiro, 2009	1º Sem. 2,125%; 2º Sem. 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 4º Sem. 2,65%; 5º Sem. 2,85%; 6º Sem. 3,1%	7.631	7.528
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Jan 09	Janeiro, 2006	Janeiro, 2009	1º Sem. 2,125%; 2º Sem. 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 4º Sem. 2,65%; 5º Sem. 2,85%; 6º Sem. 3,1%	1.869	1.844
BCP Ob Cx M.S. Act. Jan 11	Janeiro, 2006	Janeiro, 2011	Indexada a cabaz de índices	10.243	10.004
BCP Ob Cx R. Cr. Fev 06/08	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2008	1º Sem. 2,15%; 2º Sem. 2,45%; 3º Sem. 2,7%; 4º Sem. 3%	68.087	67.715
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Fev 08	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2008	1º Sem. 2,15%; 2º Sem. 2,45%; 3º Sem. 2,7%; 4º Sem. 3%	11.997	11.931
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Fev 08	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2008	1º Sem. 2,15%; 2º Sem. 2,45%; 3º Sem. 2,7%; 4º Sem. 3%	4.411	4.387
BCP Ob Cx I. Glob. 12 Fev 11	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2011	Indexada a cabaz de índices	20.000	20.000
BCP Ob Cx E. I. S. Mar 06/16	Março, 2006	Março, 2016	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	1.100	1.013
BCP Ob Cx R. Cr. Mar 06/08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2,25%; 2º Sem. 2,5%; 3º Sem. 2,75%; 4º Sem. 3%	74.276	73.940
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Mar 08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2,25%; 2º Sem. 2,5%; 3º Sem. 2,75%; 4º Sem. 3%	11.880	11.827
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Mar 08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2,25%; 2º Sem. 2,5%; 3º Sem. 2,75%; 4º Sem. 3%	3.843	3.826
BCP Ob Cx Top 5 Mar 06/08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; Após 3º Sem. indexado a um cabaz de ações	50.000	49.623
BCP Ob Cx M. Oport Mar 10	Março, 2006	Março, 2010	Indexada a cabaz de índices	15.000	14.358
BCP Ob Cx. 3.84% Abr 2016	Abril, 2006	Abril, 2016	Taxa fixa de 3,84 %	1.000	994
BCP Ob Cx R. Cr. Mai 06/08	Maió, 2006	Maió, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,5%	80.080	79.769
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Mai 08	Maió, 2006	Maió, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,5%	11.466	11.422
BCP Ob Cx Top 6 Mai 08	Maió, 2006	Maió, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; Após 3º Sem. indexado a um cabaz de ações	45.000	44.636
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Mai 08	Maió, 2006	Maió, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,5%	2.454	2.444
BCP Ob Cx R. Cr. Jun 06/08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3,25%; 4º Sem. 4%	89.201	88.946
BCP SFI Ob Cx R. Cr. Jun 08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3,25%; 4º Sem. 4%	9.205	9.178
BCP SFE Ob Cx R. Cr. Jun 08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3,25%; 4º Sem. 4%	3.075	3.066
BCP Ob Cx Top 6 2Em Jun 08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; Após 3º Sem. indexado a um cabaz de ações	40.000	39.853
BCP Ob Cx Cab. W. Eq. Jul 09	Julho, 2006	Julho, 2009	Indexada a cabaz de 3 índices	2.425	2.239
BCP Ob Cx Cab. Mund. Jul 09	Julho, 2006	Julho, 2009	Indexada a cabaz de 3 índices	3.750	3.451
BCP Ob Cx Af. Cr. 6% Ago 08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	1º Trim. 2%; 2º Trim. 2,125%; 3º Trim. 2,25%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 2,75%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	99.960	99.746

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

(continuação)				Valor Nominal Euros '000	Valor Balanço Euros '000
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro		
BCP SFI Ob Cx A.C.6% Ago 08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	1º Trim. 2%; 2º Trim. 2,125%; 3º Trim. 2,25%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 2,75%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	18.002	17.963
BCP SFE Ob Cx A.C.6% Ago 08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	1º Trim. 2%; 2º Trim. 2,125%; 3º Trim. 2,25%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 2,75%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	3.920	3.912
BCP Ob Cx N. D. 4% Ago 08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	Taxa fixa de 4%	19.679	19.679
BCP Ob Cx N. D. Var Ago 09	Agosto, 2006	Agosto, 2009	Indexada a cabaz de acções	19.679	19.359
BCP Ob Cx A.C. 6% Set 08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	264.759	264.281
BCP SFI Ob Cx A. Pt. Set 08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	108.291	108.095
BCP Ob Cx Top 8 Set 06/08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; 4º Sem. indexado a um cabaz de 4 acções	35.000	34.731
BCP SFE Ob Cx A. Pt. Set 08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	23.544	23.502
BCP Ob Cx A. Cr. 6% Out 08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	172.351	171.951
BCP Ob Cx M. A. 7% Out 08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 2,75%; 5º Trim. 3%; 6º Trim. 3,125%; 7º Trim. 4%; 8º Trim. 7%	55.040	54.921
BCP SFI Ob Cx A. Pt. Out 08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	56.736	56.604
BCP Ob Cx Top 9 Out 06/08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; 4º Sem. indexado a um cabaz de 4 acções	45.000	44.621
BCP SFE Ob Cx A. Pt. Out 08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	16.229	16.191
BCP Ob Cx Rend. Trim. 2008	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,5%; 2º Trim. 2,5%; 3º Trim. 2,75%; 4º Trim. 2,75%; 5º Trim. 3%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,5%; 8º Trim. 3,5%	1.134	1.131
BCP Ob Cx Top 10 Nov 08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; 4º Sem. indexado a um cabaz de acções	30.321	30.015
BCP Ob Cx Eur. P. P. Nov 08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	Ind. ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	1.600	1.508
BCP Ob Cx R. 24 Nov 06/08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	87.882	85.970
BCP SFI Ob Cx R. 24 Nov 08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	23.070	22.568
BCP Ob Cx R. Global 06/11	Novembro, 2006	Novembro, 2011	Ind. ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	10.000	9.375
BCP SFE Ob Cx R. 24 Nov 08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	7.242	7.085
BCP Ob Cx R. 24 Dez 06/08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	34.419	34.419
BCP SFI Ob Cx R. 24 Dez 08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	9.077	9.077
BCP Ob Cx Eurostoxx50 Dez 08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	Ind. ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	45.500	42.866
BCP Ob Cx R. Global II 06/11	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	Ind. ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	10.000	9.525
BCP Ob Cx R. Global II 2E 11	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	Ind. ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	2.000	1.905
BCP SFE Ob Cx R. 24 Dez 08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	1.367	1.364
					4.422.381
<i>Periodificações</i>					28.703
					<u>4.451.084</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

Handwritten notes and signatures:
 - Top right: "18" and "B. L." with a signature.
 - Middle right: "14" with a signature.
 - Bottom right: "L. M." with a signature.
 - Far bottom right: "10" with a signature.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>		
Até 3 meses	77.081	35.774
3 meses até 6 meses	13.941	11.527
6 meses até 1 ano	1.118.731	688.266
1 ano até 5 anos	3.042.110	2.166.144
Mais de 5 anos	170.518	506.354
	<u>4.422.381</u>	<u>3.408.065</u>
Periodificações	28.703	(1.600)
	<u>4.451.084</u>	<u>3.406.465</u>
<i>Outras:</i>		
Até 3 meses	-	2.000
3 meses até 1 ano	-	2.000
1 ano até 5 anos	10.312	11.965
	<u>10.312</u>	<u>15.965</u>
Periodificações	-	(2.219)
	<u>10.312</u>	<u>13.746</u>
	<u>4.461.396</u>	<u>3.420.211</u>

31. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Repos	247	8.644
Swaps	824.887	728.588
Opções	76.407	110.610
Outros	3.016	30.073
	<u>904.557</u>	<u>877.915</u>

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui, a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 d) no montante de Euros 33.164.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 30.073.000). Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 21.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

32. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Provisão para riscos gerais de crédito	646.931	633.475
Provisões para risco país	13.086	15.906
Outras provisões	74.728	122.420
	<u>734.745</u>	<u>771.801</u>

Os movimentos nas Provisões para pensões de reforma e sobrevivência, são analisados como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	-	216.988
Transferências	-	(216.988)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>

Os movimentos das Provisões para riscos país, são analisados como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	15.906	23.865
Transferências	(3.934)	5.443
Dotação do exercício	4.659	1.174
Reversão do exercício	(3.545)	(12.210)
Utilização de provisões	-	(2.368)
Diferenças cambiais	-	2
Saldo em 31 de Dezembro	<u>13.086</u>	<u>15.906</u>

Os movimentos das Provisões para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Provisão genérica para crédito directo</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	415.097	561.465
Transferências	(57.333)	(149.079)
Dotação do exercício	28.525	8.842
Reversão do exercício	(2.664)	(4.288)
Utilização de provisões	(7.318)	(2.001)
Diferenças cambiais	(16)	158
Saldo em 31 de Dezembro	<u>376.291</u>	<u>415.097</u>
<i>Provisão genérica para crédito por assinatura</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	218.378	206.445
Transferências	(860)	113
Dotação do exercício	54.197	18.441
Reversão do exercício	-	(6.626)
Utilização de provisões	(1.068)	-
Diferenças cambiais	(7)	5
Saldo em 31 de Dezembro	<u>270.640</u>	<u>218.378</u>
	<u>646.931</u>	<u>633.475</u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos nº 3/95, nº 2/99 e nº 8/03 do Banco de Portugal, conforme referido na nota 1 b).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

L. B. L.
M. Z. U.

Os movimentos nas Outras provisões são analisados como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	122.420	99.745
Transferências	(9.345)	3.238
Dotação do exercício	26.474	44.099
Reversão do exercício	(1.410)	-
Utilização de provisões	(63.411)	(24.662)
Saldo em 31 de Dezembro	74.728	122.420

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade do Banco.

33. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Obrigações	4.379.751	4.488.689
Outros passivos subordinados	6.947	8.936
	4.386.698	4.497.625

Em 31 de Dezembro de 2006, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações de caixa</i>					
Banco Comercial Português:					
BCP 2001 - Março 2001	Março 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 1,03%	400.000	400.000
BCP 2001 - Maio 2001	Maio 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 0,98%	200.000	200.000
BCP Março 2011	Junho 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,35%	150.000	147.900
BCP Setembro 2011	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa fixa de 6,15%	120.000	116.146
BCP - Euro 400 milhões	Outubro 2003	Outubro 2013	Ver referência (i)	400.000	398.718
BPA 1996	Dezembro 1996	Janeiro 2007	Euribor 6 meses + 0,2%	149.639	149.639
Emp.sub.BCP Finance Bank	Maio 2005	Maio 2015	Ver referência (ii)	300.000	300.000
Emp.sub.BCP Finance Bank	Dezembro 2006	Dezembro 2016	Ver referência (iii)	399.400	399.400
					2.111.803
<i>Obrigações perpétuas</i>					
BCP 2000	Janeiro 2000	-	Euribor 3 meses + 0,2075%	486.949	486.949
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (iv)	200.000	188.260
BCP - Euro 175 milhões	Novembro 2002	-	Ver referência (v)	175.000	165.336
BCP - Euro 500 milhões	Junho 2004	-	Ver referência (vi)	500.000	500.000
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	199.519	199.519
TOPS's BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6 meses + 0,4%	74.836	74.836
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (vii)	4.986	4.986
Emp.sub.BCP Finance Company	Outubro 2005	-	Ver referência (viii)	500.000	500.000
					2.119.886
<i>Outras obrigações</i>					
BPSM - USD 125 milhões	Junho 1997	-	Ver referência (ix)		94.914
<i>Outros passivos subordinados</i>					
Títulos de participação:					
Banco Mello	1987	A partir 2005	Ver 1º e 2º parágrafos		6.790
					101.704
<i>Periodificações</i>					
					53.305
					4.386.698

A. J.

M. Z. U.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

- Referências :
- (i) - Euribor 3 meses + 0,55% (1,05% a partir de Outubro 2008)
 - (ii) - Euribor 3 meses + 0,35% (0,85% a partir de Junho 2010)
 - (iii) - Até Dezembro 2011 Euribor 3 meses + 0,335%; Após Dezembro 2011, Euribor 3 meses + 0,8%
 - (iv) - Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
 - (v) - Até 40º cupão 5,41%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
 - (vi) - Até Junho 2014 taxa fixa de 5,543%; A partir de Julho de 2014 Euribor 6 meses + 2,07%
 - (vii) - Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%
 - (viii) - Até Outubro 2015 taxa fixa de 4,239%; A partir de Novembro de 2015 Euribor 3 meses + 1,95%
 - (ix) - Até Junho 2007 taxa fixa de 7,77%; A partir de Agosto de 2007 taxa USD Libor 6 meses + 2,75%

A remuneração dos Títulos de Participação emitidos pelo Banco Mello, S.A. em 1987, tem duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa é determinada aplicando a 70% do valor nominal do título uma taxa de juro igual à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters. A remuneração variável, corresponderá ao produto de 75% do restante valor (30%) nominal do título, pelo valor do índice de crescimento anual dos "cash-flows" e pela taxa de juro igual à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters. É estabelecido um limite mínimo de remuneração equivalente à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters, decrescida de 30 b.p., e um limite máximo de remuneração equivalente à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters.

O reembolso dos Títulos de Participação emitidos pelo Banco Mello, S.A. em 1987 poderá ocorrer a partir de 15 de Abril de 2005, por iniciativa do participante, sendo feito ao valor nominal. Em qualquer dos casos, o reembolso deverá coincidir com a data de pagamento da remuneração.

A análise dos passivos subordinados pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Até 3 meses	149.639	8.790
3 meses a 1 ano	-	29.928
1 ano até 5 anos	864.046	255.598
Mais de 5 anos	1.104.908	2.498.670
Indeterminada	2.214.800	1.650.845
	<u>4.333.393</u>	<u>4.443.831</u>
Periodificações	53.305	53.794
	<u>4.386.698</u>	<u>4.497.625</u>

34. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	91.359	60.010
Por contratos de 'Factoring'	19.083	33.415
Outros credores	126.832	108.081
Sector Público Administrativo	35.841	41.979
Outros custos a pagar	169.566	78.233
Receitas antecipadas	531	110.041
Férias e subsídios de férias a pagar	141.937	38.385
Outros custos administrativos a pagar	-	24
Operações sobre títulos a liquidar	74.809	120.292
Contas diversas	433.634	2.463.943
	<u>1.093.592</u>	<u>3.054.403</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica contas diversas incluía o montante de Euros 165.426.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 1.758.000), relativo a créditos que foram objecto de securitização e que de acordo com a política contabilística nota 1 b), não foram objecto de desreconhecimento, pelo que este impacto estava igualmente registado no activo, conforme referido na nota 20. No decorrer de 2006, no âmbito da alienação das "residual notes" Magellan nº3, conforme referido na nota 7, o Banco procedeu ao desreconhecimento contabilístico dos créditos securitizados associados a esta operação.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

35. Capital, acções preferenciais e outros instrumentos de capital

Em 27 de Março de 2006, no âmbito do exercício do programa de Stock Options atribuído em Abril de 2003 aos seus colaboradores, foi celebrado por escritura pública o aumento de capital resultante do programa de Stock Options que correspondeu à emissão de 22.998.229 acções ao valor nominal de 1 Euro. Em resultado do referido aumento de capital, o capital social do Banco passou a ser de Euros 3.611.329.567 representado por 3.611.329.567 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Os Valores mobiliários de conversão obrigatória no decurso de 2005, foram tratados como instrumentos compostos (de capital e dívida), e, de acordo com os critérios aplicáveis, foram separados nas suas duas componentes e contabilizados em capital próprio, na parte considerada instrumento de capital, no montante de Euros 528.207.000 e na rubrica Componente de dívida de valores convertíveis, na parte considerada como instrumento de dívida. De acordo com o previsto na ficha técnica, os referidos instrumentos tiveram o seu vencimento em 30 de Dezembro de 2005. Considerando a cotação na data da conversão, a referida conversão resultou num aumento de capital de Euros 330.930.511. As novas acções foram admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext de Lisboa no dia 6 de Janeiro de 2006.

36. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída.

37. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Reservas de justo valor	106.809	81.148
Impostos diferidos (AFS)	(17.911)	(16.993)
	<u>88.898</u>	<u>64.155</u>
Reservas e resultados acumulados:		
Reserva legal	416.300	380.267
Reserva estatutária	65.000	49.926
Dividendos antecipados	(133.619)	(107.474)
Outras reservas e resultados transitados	(1.200.532)	(1.180.413)
	<u>(852.851)</u>	<u>(857.694)</u>

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 36.

A rubrica Outras reservas e resultados transitados inclui, em 31 de Dezembro de 2006, o montante de Euros 205.204.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 102.602.000), relativo à amortização dos ajustamentos de transição resultante da adopção da IAS19, conforme definido na política contabilística descrita na nota 1v).

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c). A movimentação dos principais títulos incluídos nesta rubrica durante o ano de 2006 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienação Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
EDP - Electricidade de Portugal	58.891	112.325	(39.714)	131.502
Magellan nº 3	30.944	-	(30.944)	-
	<u>89.835</u>	<u>112.325</u>	<u>(70.658)</u>	<u>131.502</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2006

A movimentação dos principais títulos incluídos nesta rubrica durante o ano de 2005 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienação Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Friends Provident PLC	19.100	13.164	(32.264)	-
EDP - Electricidade de Portugal	35.900	25.761	(2.770)	58.891
Magellan nº 3	-	30.944	-	30.944
	<u>55.000</u>	<u>69.869</u>	<u>(35.034)</u>	<u>89.835</u>

No âmbito das alienações realizadas em 2006 e 2005 os valores relativos às mais valias potenciais associadas, foram reconhecidas por contrapartida de resultados, conforme referido na nota 7.

38. Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Garantias e avales prestados	28.033.140	22.878.132
Garantias e avales recebidos	27.802.778	25.875.658
Compromissos perante terceiros	10.625.648	8.674.301
Compromissos assumidos por terceiros	21.345.020	19.546.807
Valores recebidos em depósito	116.830.060	99.538.488
Valores depositados na Central de Valores	100.504.098	83.554.061
Outras contas extrapatrimoniais	59.892.861	53.460.358

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

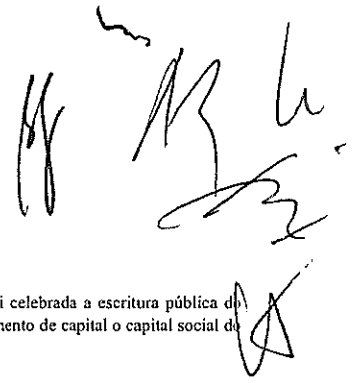
	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	14.716.284	11.087.894
Cartas de crédito "stand-by"	-	2.672
Créditos documentários abertos	159.867	147.766
Fianças e indemnizações	207.266	306.872
Outros passivos eventuais	12.949.723	11.332.928
	<u>28.033.140</u>	<u>22.878.132</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
<i>Compromissos irrevogáveis</i>		
Contractos a prazo de Depósitos	2.918.766	997.663
Linhas crédito irrevogáveis	1.674.702	1.765.955
Outros compromissos irrevogáveis	136.186	183.552
<i>Compromissos revogáveis</i>		
Linhas crédito revogáveis	3.861.013	3.867.238
Facilidades descobertas conta	2.034.981	1.859.875
Outros compromissos revogáveis	-	18
	<u>10.625.648</u>	<u>8.674.301</u>

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

39. Distribuição de resultados

A distribuição de resultados pelos accionistas e empregados é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Pagamento de dividendos do Banco Comercial Português, S.A.</i>		
Dividendo do ano	132.768	114.028
Dividendo antecipado	133.619	107.474
	<u>266.387</u>	<u>221.502</u>
Distribuição de resultados pelos empregados das empresas do Grupo	43.464	17.820



40. Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2006

Aumento de Capital Resultante do Exercício de Programa de Stock Options – Março de 2006

Em 27 de Março de 2006, no âmbito do programa de Stock Options atribuído em Abril de 2003 aos seus colaboradores, foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do programa de Stock Options, correspondente a 22.998.229 acções. Em resultado do referido aumento de capital o capital social do Banco passou a ser constituído por 3.611.329.567 acções.

Transformação da Sucursal em Angola em banco de direito local

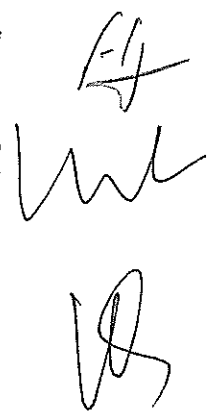
Em Fevereiro de 2006, foi aprovado pelas Autoridades angolanas o pedido de transformação da Sucursal do Banco Comercial Português em Angola em banco de direito local por incorporação dos activos e passivos da mesma, com um capital social equivalente a cerca de 25 milhões de US dólares.

Aquisição de 15,51% do capital do Bank Millennium (Polónia)

Em Dezembro de 2006, e na sequência do lançamento de oferta pública de aquisição parcial de até 16% do capital social do Bank Millennium, S.A., na Polónia, o Grupo adquiriu 131.701.722 acções do referido Banco, correspondente a 15,51% do capital e dos direitos de voto, ao preço de Pln 7,30 por acção elevando assim a sua participação para 556.325.794 acções correspondentes a 65,51% do capital e dos direitos de voto.

Alienação da participação detida no capital social do Banque BCP França

Na sequência das negociações entre o Grupo e a Caisse Nationale des Caisses d'Epargne, com vista ao estabelecimento de uma parceria, com tomada de parte do capital do banco Banque BCP S.A.S. (França), o Banco completou no decurso do exercício de 2006, a alienação de uma percentagem de 80,1% tendo gerado uma mais-valia no montante de Euros 27.567.000 na alienação do Banque BCP S.A.S.(França).



41. Planos de remunerações com acções

De acordo com o estabelecido na IFRS 2, os planos de remuneração com acções cuja data de atribuição ("grant date") é posterior a 7 de Novembro de 2002, foram considerados no âmbito dos ajustamentos de transição em 1 de Janeiro de 2004. Em 2006, a opção dos colaboradores foi exercida pelo que em Março de 2006 foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do exercício do programa de Stock Options que correspondeu a um aumento de capital social do Banco em 22.998.229 acções. As características do referido plano são apresentadas como segue:

Beneficiários:

Colaboradores do Grupo que satisfaziam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Ter-lhes sido atribuída gratificação extraordinária igual ou superior a Euros 6.500 no ano de 2003;
- Terem remuneração mensal superior a Euros 3.500;
- Não terem sido excluídos do plano anual de gratificação extraordinária nos três anos anteriores.

Benefício atribuído:

Atribuição de direitos de subscrição de acções a emitir.

Número de colaboradores abrangidos e quantidade de direitos necessários:

O número de colaboradores abrangidos por este programa ascendeu a 565, correspondendo a 26.269.755 direitos de subscrição de acções.

Resumo do plano:

Data de atribuição ("grant date"): 21 de Abril de 2003
Número de direitos de subscrição de acções: 26.269.755
"Fair value": Euros 0,24
Data de exercício: a partir de 1 de Março de 2006

Valor de mercado:

Data de atribuição ("grant date"): Euros 6.305.000

Em conformidade com o disposto na IFRS 2 o justo-valor das opções atribuídas, determinado na "grant date", foi reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição. Na data do exercício esse valor foi reconhecido como prémio de emissão.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

42. 'Fair value'

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de cash-flows.

A geração de cash-flows dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado quer as actuais condições da política de pricing do Grupo.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Grupo.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito:

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos cash-flows de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pelo Grupo em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

Activos financeiros detidos para negociação, Passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de cash-flows.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Derivados de cobertura

Os derivados de cobertura encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos cash-flows de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. Os cálculos efectuados incorporam o spread de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos cash-flows de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Grupo adopta contabilisticamente uma política de "hedge-accounting", o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco taxa de juro já registado. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de cash-flows.

Para os passivos financeiros com derivados embutidos separáveis e para os quais o Grupo procedeu à sua reavaliação, o cálculo do justo valor destes passivos financeiros incidiu sobre a totalidade das componentes destes instrumentos, pelo que a diferença apurada, em 31 de Dezembro de 2006, no montante negativo de Euros 45.862.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 17.341.000), que corresponde a um aumento do passivo financeiro, inclui um montante a pagar de Euros 31.238.000 (31 de Dezembro de 2005: um montante a pagar de Euros 27.351.000), que se encontra registado em activos e passivos financeiros detidos para negociação e reflecte o justo valor dos derivados embutidos já registados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

O quadro seguinte resume os principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Banco para os quais esses valores não representem o seu justo valor:

	2006					
	De	Disponíveis	Custo	Outros	Valor	Fair
	Negociação	para venda	amortizado		Contabilístico	value
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	1.201.702	1.201.702	1.201.702
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	1.438.362	1.438.362	1.438.362
Aplicações em instituições de crédito	-	-	13.372.888	-	13.372.888	13.407.207
Crédito a clientes	-	-	43.300.537	-	43.300.537	44.085.400
Activos financeiros detidos para negociação	1.715.396	-	-	-	1.715.396	1.715.396
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.808.872	-	-	4.808.872	4.808.872
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	43.173	-	-	-	43.173	43.173
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas	-	-	-	1.852.698	1.852.698	1.852.698
	<u>1.758.569</u>	<u>4.808.872</u>	<u>56.673.425</u>	<u>4.492.762</u>	<u>67.733.628</u>	<u>68.552.810</u>
Depósitos de bancos centrais	-	-	537.422	-	537.422	537.422
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	32.089.701	-	32.089.701	32.094.187
Depósitos de clientes	-	-	26.108.534	-	26.108.534	26.049.936
Títulos de dívida emitidos	-	-	4.461.396	-	4.461.396	4.507.258
Passivos financeiros detidos para negociação	904.557	-	-	-	904.557	904.557
Derivados de cobertura	68.422	-	-	-	68.422	68.422
Passivos subordinados	-	-	4.386.698	-	4.386.698	4.562.144
	<u>972.979</u>	<u>-</u>	<u>67.583.751</u>	<u>-</u>	<u>68.556.730</u>	<u>68.723.926</u>
	2005					
	De	Disponíveis	Custo	Outros	Valor	Fair
	Negociação	para venda	amortizado		Contabilístico	value
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	965.701	965.701	965.701
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	630.732	630.732	630.732
Aplicações em instituições de crédito	-	-	11.574.138	-	11.574.138	11.629.963
Crédito a clientes	-	-	41.799.381	-	41.799.381	42.068.576
Activos financeiros detidos para negociação	1.479.609	-	-	-	1.479.609	1.479.609
Activos financeiros disponíveis para venda	-	3.755.519	-	-	3.755.519	3.755.519
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	39.093	-	-	-	39.093	39.093
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas	-	-	-	1.618.231	1.618.231	1.618.231
	<u>1.518.702</u>	<u>3.755.519</u>	<u>53.373.519</u>	<u>3.214.664</u>	<u>61.862.404</u>	<u>62.187.424</u>
Depósitos de bancos centrais	-	-	56.032	-	56.032	56.032
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	25.646.162	-	25.646.162	25.701.689
Depósitos de clientes	-	-	26.844.346	-	26.844.346	26.844.715
Títulos de dívida emitidos	-	-	3.420.211	-	3.420.211	3.437.552
Passivos financeiros detidos para negociação	877.915	-	-	-	877.915	877.915
Derivados de cobertura	19.895	-	-	-	19.895	19.895
Passivos subordinados	-	-	4.497.625	-	4.497.625	4.576.178
	<u>897.810</u>	<u>-</u>	<u>60.464.376</u>	<u>-</u>	<u>61.362.186</u>	<u>61.513.976</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

43. Pensões de reforma

O Banco assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades, cumprindo com os termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). As responsabilidades do Grupo são cobertas através do Fundo de Pensões Banco Comercial Português, gerido pela PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2006	2005
<i>Número de participantes</i>		
Reformados e Pensionistas	15.300	14.877
Pessoal no Activo	10.335	7.819
	<u>25.635</u>	<u>22.696</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 v), as responsabilidades do Banco por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, calculadas com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
<i>Responsabilidade por benefícios projectados</i>		
Reformados e Pensionistas	4.458.474	4.223.479
Pessoal no Activo	1.166.107	750.031
	5.624.581	4.973.510
Prémio de antiguidade	48.572	49.455
Valor do Fundo	(5.493.903)	(4.654.625)
Responsabilidades não financiadas	179.250	368.340
Responsabilidades não cobertas pelo Fundo de Pensões	(449.817)	(394.094)
(Excesso) / Déficit de cobertura	<u>(270.567)</u>	<u>(25.754)</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Responsabilidades por benefícios projectados, inclui o montante de Euros 281.321.000 relativo a responsabilidades com serviços passados com o Plano Complementar, que se encontram integralmente cobertas pelo Valor do Fundo.

No seguimento de deliberação do Conselho de Administração Executivo, datada de 21 de Setembro de 2006, o Regime Complementar de Reforma que estava previsto no Plano de Pensões do Banco Comercial Português ("Benefício Definido"), passou a ser financiado através de um sistema de contribuição definida. No entanto, os colaboradores admitidos até à data da referida deliberação mantêm os benefícios a que tinham direito ao abrigo do sistema anterior ("Benefício Definido"), os quais serão assegurados pela empresa do Grupo a que estejam contratualmente vinculados na data da reforma.

Nesta base, as empresas do Grupo procederão, anualmente, à cobertura necessária à garantia daquele benefício. O montante correspondente será determinado de acordo com a avaliação actuarial efectuada em cada ano, sendo o eventual financiamento suplementar assegurado também em base anual.

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados durante o exercício de 2006 é analisada conforme segue:

	2006			2005	
	Responsabilidades de Pensões Euros '000	Extra-fundo		Responsabilidades Totais Euros '000	Total Euros '000
		Prémio antiguidade Euros '000	Outros benefícios Euros '000		
Saldo a 1 de Janeiro	4.628.871	49.455	344.639	5.022.965	4.216.524
Custo normal	65.797	3.287	1.832	70.916	39.701
Custo dos juros	230.199	2.229	17.004	249.432	214.865
(Ganhos) e perdas actuariais					
Não decorrentes de alteração de pressupostos	109.855	-	(1.805)	108.050	41.071
Resultantes de alterações de pressupostos					
Alteração da taxa de desconto	-	-	-	-	297.101
Alteração das tábuas de mortalidade	-	-	-	-	223.583
Pagamentos	(258.823)	(5.475)	(20.898)	(285.196)	(253.665)
Programas de reformas antecipadas	82.978	-	36.396	119.374	195.726
Contribuições dos colaboradores	10.841	-	-	10.841	8.554
Movimentos associados a rotações	12.930	-	-	12.930	-
Transferência de colaboradores da Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	345.914	-	23.182	369.096	-
Outros	(5.226)	(924)	895	(5.255)	39.505
Saldo a 31 de Dezembro	<u>5.223.336</u>	<u>48.572</u>	<u>401.245</u>	<u>5.673.153</u>	<u>5.022.965</u>

A rubrica Transferência de colaboradores da Millennium bcp - Prestação de Serviços, ACE corresponde à transferência de colaboradores para o Banco no âmbito da alteração na orientação estratégica do ACE.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

Os elementos que compõem o valor do activo do Fundo de Pensões são analisados como segue:

	2006 Euros '000
Titulos de rendimento variável	2.678.628
Titulos de rendimento fixo	1.808.083
Imóveis	630.449
Outros	376.743
Saldo a 31 de Dezembro	<u>5.493.903</u>

A evolução do valor dos activos do Fundo durante os exercícios de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Saldo a 1 de Janeiro	4.654.625	3.408.921
Rendimento esperado dos activos	257.748	185.898
Ganhos actuariais	259.325	146.631
Contribuições para o Fundo	272.470	1.099.747
Pagamentos	(258.823)	(233.015)
Contribuições de colaboradores	10.841	8.554
Movimentos associados a rotações	12.930	38.399
Transferência de colaboradores da Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	288.221	-
Outros	(3.434)	(510)
Saldo a 31 de Dezembro	<u>5.493.903</u>	<u>4.654.625</u>

A evolução dos valores relativos a responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões e Extra-fundo em 2006 e 2005, é analisado como segue:

	Excesso/(déficit) de cobertura			
	2006			
	Responsabilidades de Pensões Euros '000	Extra-fundo		Responsabilidades Totais Euros '000
	Prémio antiguidade Euros '000	Outros benefícios Euros '000		
Valores em 1 de Janeiro	(25.754)	49.455	344.639	368.340
Custo normal	63.964	3.287	1.832	69.083
Custo dos juros	230.199	2.229	17.004	249.432
Custo com programas de reformas antecipadas	82.978	-	36.396	119.374
Rendimento esperado dos activos (Ganhos) e perdas actuariais	(257.748)	-	-	(257.748)
Não decorrentes de alterações de pressupostos	(149.470)	-	(1.805)	(151.275)
Contribuições para o Fundo	(272.470)	-	-	(272.470)
Pagamentos efectuados	-	(5.475)	(20.898)	(26.373)
Transferência de colaboradores da Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	62.210	-	23.182	85.392
Outros	(4.476)	(924)	895	(4.505)
Valores em 31 de Dezembro	<u>(270.567)</u>	<u>48.572</u>	<u>401.245</u>	<u>179.250</u>

As contribuições efectuadas ao Fundo em 2006 no montante de Euros 272.470.000 foram integralmente efectuadas em acções e outros títulos. Em 31 de Dezembro de 2006, o valor das pensões pagas pelo Fundo ascendeu a Euros 260.211.000 (2005: Euros 234.418.000).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2006, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

	Perdas actuariais	
	Corredor Euros '000	Acima do Corredor Euros '000
Valores em 1 de Janeiro de 2006	512.297	781.850
Ganhos actuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos		
Taxa de crescimento dos salários	-	76.976
Taxa de crescimento das pensões	-	28.832
Rendimento do Fundo	-	(259.325)
Outros	-	2.242
Amortização das perdas actuariais acima do corredor	-	(44.654)
Transferência de colaboradores da Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	145.686
Outras variações	-	(36.444)
Variação do corredor	50.161	(50.161)
Valores em 31 de Dezembro de 2006	<u>562.458</u>	<u>645.002</u>

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2006, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a Euros 562.458.000 (2005: Euros 512.297.000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2006, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 645.002.000 (2005: Euros 781.850.000) será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 20 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 v).

Em 2006, o Grupo contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de Euros 247.802.000 (2005: Euros 320.657.000), incluindo o efeito da anulação de perdas actuariais diferidas relativas às responsabilidades com reformas antecipadas ('curtailment') no montante de Euros 24.436.000 (2005: Euros 30.883.000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	2006			2005
	Custo com pensões e outros benefícios Euros '000	Custo Prémio antiguidade Euros '000	Custos Totais Euros '000	Total Euros '000
Custo dos serviços correntes	65.797	3.287	69.084	39.700
Custo dos juros	247.203	2.229	249.432	214.865
Rendimento esperado dos activos	(257.748)	-	(257.748)	(185.898)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	43.906	-	43.906	25.381
Custo com programas de reformas antecipadas	119.374	-	119.374	195.726
Outros	23.754	-	23.754	30.883
Custo do exercício	<u>242.286</u>	<u>5.516</u>	<u>247.802</u>	<u>320.657</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, o Grupo manteve os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2005. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	Fundo Banco Comercial Português	
	2006	2005
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de rendimento do Fundo	5,5%	5,5%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV 73/77 - 1º ano	TV 73/77 - 1º ano
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de invalidez	0%	0%
Taxa de 'turnover'	0%	0%
Taxa dos custos com benefícios de saúde	6,5%	6,5%

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

44. Partes relacionadas

O Grupo concede empréstimos no decurso normal das suas actividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV), que engloba substancialmente todos os colaboradores dos bancos que operam em Portugal, o Grupo concede empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas no ACTV para cada tipo de operação com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores. Por outro lado, apesar de a política do Grupo prever a não concessão de empréstimos à Administração, o Grupo concede empréstimos a membros do Conselho de Administração Executivo e todos os empréstimos foram concedidos substancialmente nas mesmas condições a empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades e não apresentaram um risco de incobrabilidade superior ao normal ou outras características desfavoráveis.

Os empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração Executivo à data de 31 de Dezembro de 2006 eram no montante de Euros 240.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 252.000), representando 0,01% da Situação Líquida (31 de Dezembro de 2005: 0,01%). A maior parte destes empréstimos são contra-garantidos por hipoteca e destinam-se à aquisição de habitação.

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital e garantias dos empréstimos (excluindo transacções inter-bancárias e do mercado monetário) que o Grupo concedeu a accionistas que detêm, juntamente com as empresas que detêm, 2% ou mais do capital do Banco (cujo montante agregado, juntamente com as empresas que detêm representam 43,5% do capital social em 31 de Dezembro de 2006 (31 de Dezembro de 2005: 42,7%) descritas no relatório do Conselho de Administração), era de aproximadamente Euros 2.041.803.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 2.764.000.000). Cada um destes empréstimos foi concedido durante o decurso normal dos negócios do Grupo e substancialmente nas mesmas condições que empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades e não apresentaram um risco de incobrabilidade superior ao normal ou outras características desfavoráveis.

Remunerações aos membros da Conselho de Administração

O montante agregado das remunerações pagas a membros do Conselho de Administração Executivo para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 era de Euros 26.955.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 31.339.000). Estes montantes não incluem contribuições para o fundo de pensões, no montante de Euros 5.706.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 9.077.000) para o exercício de 31 de Dezembro de 2006.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2006			Preço Unitário Euros
				Aquisições	Alienações	Data	
Membros de Órgãos Sociais							
Paulo Jorge de A. R. Teixeira Pinto	Acções BCP	867.356	53.048	4.923 (a)		02-Jan-06	2,115
				809.385 (b)		20-Mar-06	1,26
	Capital BCP 2005	0	2.083		2.083 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. Bk Conv. 4,75% (01/11)	0	5		5 (d)	03-Jul-06	
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	3.100.000	2.500.000	165.550 (a)		02-Jan-06	2,115
				43.445		10-Jan-06	2,34
				43.445		10-Jan-06	2,31
				43.445		12-Jan-06	2,38
				43.445		12-Jan-06	2,43
				43.445		13-Jan-06	2,44
				43.445		17-Jan-06	2,41
				43.445		17-Jan-06	2,39
				43.445		19-Jan-06	2,41
				86.890		31-Jan-06	2,46
	Capital BCP 2005	0	70.028		70.028 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. Bk Conv. 4,75% (01/11)	0	10		10 (d)	03-Jul-06	
	Acções Pref. Perp. S. C - BCP Fin. Company	3.500	3.500				
Christopher de Beck	Acções BCP	1.344.415	1.209.491	134.924 (a)		02-Jan-06	2,115
	Acções Bank Millennium (Polónia)	95.000	95.000				
	Capital BCP 2005	0	57.073		57.073 (a)	02-Jan-06	2,115
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues	Acções BCP	2.187.647	2.000.000	187.647 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	79.375		79.375 (a)	02-Jan-06	2,115
António Manuel P. C. de Castro Henriques	Acções BCP	1.414.276	1.250.000	154.276 (a)		02-Jan-06	2,115
				5.000		17-Nov-06	2,580
				5.000		21-Nov-06	2,560
	Capital BCP 2005	0	65.259		65.259 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP Finance Perp 4.239 eur	400	0	400 (c)		05-Jan-06	981,5
Alípio Barrosa Pereira Dias	Acções BCP	200.000	170.900	17.215 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	7.282		7.282 (a)	02-Jan-06	2,115
Alexandre Alberto Bastos Gomes	Acções BCP	755.045	635.918	56.127 (a)		02-Jan-06	2,115
				63.000		25-Ago-06	2,370
	Capital BCP 2005		23.742		23.742 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações Caixa Cif Inv. Real (99/06)	0	2.000		2.000 (d)	09-Mai-06	
Obrigações BCP F. Bk Rend. Top (01/06)	0	75		75 (d)	03-Jul-06		
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Acções BCP	800.000	705.000	49.695 (a)		02-Jan-06	2,115
				305		09-Fev-06	2,51
				10.000		11-Mai-06	2,41
				10.000		22-Mai-06	2,22
				10.000		09-Jun-06	2,26
				10.000		27-Jul-06	2,25
				5.000		31-Out-06	2,56
	Capital BCP 2005	0	21.021		21.021 (a)	02-Jan-06	2,115
Obrigações BCP F. Bk Altern. World (01/09)	25	25					
Boguslaw Jerzy Koit	Acções BCP	17.500	17.500				
	Acções Bank Millennium (Polónia)	3.023.174	3.023.174				
	BCP Ob Cx European Prd Perf Nov/06 08	100	0	100 (f)		27-Nov-06	100
Membros do Conselho Geral e de Supervisão							
Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	10.000.000	10.000.000				
	Obrigações BCP F. Bk C. S.-Up N. (06/15)	244	244				
	Obrigações BCP Finance Perp 4.239 Eur	1.000	1.000				
	Obrigações BCP F. Bk Conv 4,75% Jun 2011	0	10		10 (d)	03-Jul-06	
	Acções Bank Millennium (Polónia)	10.000	10.000				
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	Acções BCP	10.000	100.000		90.000	09-Fev-06	2,51
	Obrigações BCP Finance Perp 4.239 eur	0	150		150	05-Mai-06	936

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2006			Preço Unitário Euros
				Aquisições	Alienações	Data	
Gijsbert Swalef	Acções BCP	215.871	183.722	14.269 (a)		02-Jan-06	2,115
				6.400		26-Jan-06	2,48
				2.390		20-Abr-06	2,53
				6.630		08-Jun-06	2,26
				2.460		23-Nov-06	2,56
	Capital BCP 2005	0	6.036		6.036 (a)	02-Jan-06	2,115
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves	Acções BCP	4.015.577	3.644.100	371.477 (a)		02-Jan-06	2,115
		0	157.135		157.135 (a)	02-Jan-06	2,115
		2.000	2.000				
João Alberto Pinto Basto	Acções BCP	125.186	113.770	11.416 (a)		02-Jan-06	2,115
		0	4.829		4.829 (a)	02-Jan-06	2,115
Francisco de La Fuente Sánchez	Acções BCP	1.780	1.582	198 (a)		02-Jan-06	2,115
		0	84		84 (a)	02-Jan-06	2,115
		900	0	900 (f)		14-Fev-06	50
		1.000	0	1.000 (f)		09-Mai-06	50
		1.600	0	1.600 (f)		07-Set-06	50
		400	0	400 (f)		27-Nov-06	50
Keith Satchell	Acções BCP	2.900	0	2.900		13-Out-06	2,56
Luís Francisco Valente de Oliveira	Acções BCP	62.659	56.865	5.794 (a)		02-Jan-06	2,115
		0	2.451		2.451 (a)	02-Jan-06	2,115
Luis de Melo Champalimaud	Acções BCP	5.000	0	5.000		02-Mai-06	2,41
Mário Augusto de Paiva Neto	Acções BCP	46.241	42.000	4.241 (a)		02-Jan-06	2,115
		0	1.794		1.794 (a)	02-Jan-06	2,115
Oliu Creus	Acções BCP	10.000	0	10.000		26-Jul-06	2,24
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Acções BCP	1.421	1.421				
		14.000.000	14.000.000				
Vasco Maria Guimarães José de Melo	Acções BCP	180.096	180.096		50.000	11-Jul-06	2,24
						21-Jul-06	2,21
Cônjuge / Filhos Menores							
Paula Maria Von Hafe T. Cruz	Acções BCP	975	886	89 (a)		02-Jan-06	2,115
		0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	Acções BCP	2.418	2.329	89 (a)		02-Jan-06	2,115
		0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
Rita S.G. Castro Henriques	Acções BCP	1.230	1.141	89 (a)		02-Jan-06	2,115
		0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
		77	77				
Rosa Amélia Moutinho Martins Barbosa	Acções BCP	1.533	1.401	132 (a)		02-Jan-06	2,115
			56		56 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria D'Assunção Jardim Gonçalves	Acções BCP	1.221.208	444.121	777.087 (a)		02-Jan-06	2,115
			328.708		328.708 (a)	02-Jan-06	2,115
		5.000	5.000				
Alexandra Maria Ferreira C. Gonçalves	Acções BCP	170.000	124	184.413 (a)		02-Jan-06	2,115
		0	78.007		14.537	03-Mar-06	2,52
	Capital BCP 2005				78.007 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BCP	1.974	1.800	174 (a)		02-Jan-06	2,115
		0	74		74 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria Teresa Galvão M. A. F. José de Mello	Acções BCP	9.851	9.851				
Martim Almeida Fernandes José de Mello	Acções BCP	430	430				

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the bottom right.

- (a) Conversão dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis - Capital BCP 2005.
- (b) Subscrição (Stock Options BCP).
- (c) Depósito Interno/Transferência Interna.
- (d) Reembolso.
- (e) Levantamento Interno/Transferência Interna.
- (f) Subscrição.
- (g) Acções BCP detidas indirectamente através da Sociedade por si dominada "PASIM-Sociedade Imobiliária, S.A."

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

À data de 31 de Dezembro de 2006, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, são analisados como segue:

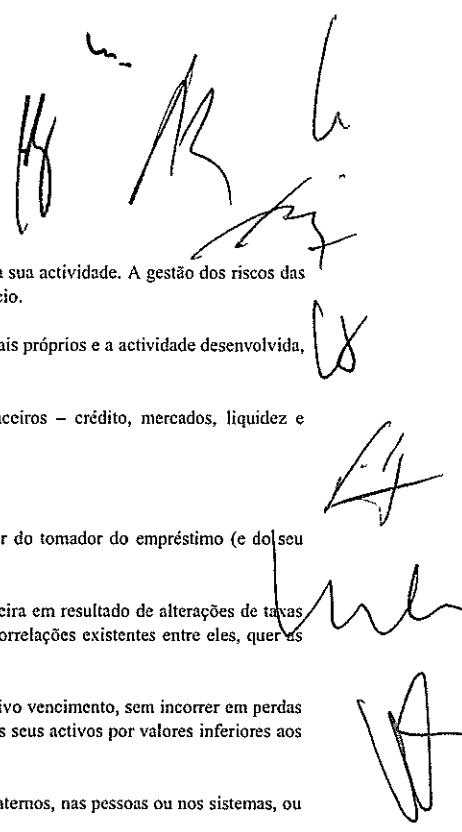
	Aplicações IC's Euros '000	Crédito Clientes Euros '000	Activos Financ. detidos p/ negociação Euros '000	Activos Financ. disp. p/ venda Euros '000	Total Euros '000
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	4.204.979	-	158.157	1.045.565	5.408.701
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	617.695	-	-	-	617.695
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	779.759	-	-	-	779.759
BCP Finance Bank Ltd	545.304	-	4.566	82.269	632.139
BCP Investment, B.V.	-	44.816	-	-	44.816
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	84.041	-	-	84.041
Grupo Millennium bcp Investimento	162.973	-	8.679	466.786	638.438
Grupo Millennium Bank (Grécia)	920.283	-	-	-	920.283
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	125.066	-	-	125.066
Outras	4.548	1.000	-	-	5.548
	<u>7.235.541</u>	<u>254.923</u>	<u>171.402</u>	<u>1.594.620</u>	<u>9.256.486</u>

À data de 31 de Dezembro de 2006, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, totalizam o montante de Euros 135.173.000.

À data de 31 de Dezembro de 2006, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

	Débitos IC's Euros '000	Débitos Clientes Euros '000	Títulos de dívida emitidos Euros '000	Passivos Subordinados Euros '000	Total Euros '000
Banco Activobank (Portugal), S.A.	171.628	-	-	-	171.628
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	308.470	100	-	-	308.570
Bank Millennium, S.A.	16.207	-	-	-	16.207
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	179.003	-	-	-	179.003
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	2.769.997	-	-	-	2.769.997
BCP Finance Bank Ltd	17.504.569	-	-	2.200.828	19.705.397
BCP Finance Company, Ltd	1.579	-	-	1.020.569	1.022.148
BCP Internacional II, S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda.	-	480	-	-	480
BCP Investment, B.V.	-	452.037	-	-	452.037
BitallPart, B.V.	3.253	-	-	-	3.253
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	89.720	-	-	-	89.720
Grupo Millennium bcp Investimento	454.683	9.914	449.559	2.203	916.359
Grupo Millennium Bank (Grécia)	616.860	-	-	-	616.860
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	-	23.872	-	-	23.872
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	-	34.926	-	-	34.926
Pinto Totta International Finance, Limited	-	-	-	97.985	97.985
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	895.861	-	-	895.861
Banco Millennium Angola, S.A.	19.363	-	-	-	19.363
Millennium Bank (Turquia)	14.046	-	-	-	14.046
Outras	-	2.416	-	-	2.416
	<u>22.149.378</u>	<u>1.419.606</u>	<u>449.559</u>	<u>3.321.585</u>	<u>27.340.128</u>

À data de 31 de Dezembro de 2006, os débitos do Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, totalizam o montante de Euros 94.676.000.



45. Gestão de riscos

O Grupo Banco Comercial Português ("Grupo") está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efectuada pelo Grupo de forma centralizada atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Grupo.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercados – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Grupo cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão dos mesmos, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

O Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Auditoria e Risco, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar por proposta do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

A Comissão de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade. Esta Comissão tem quatro sub-comissões, a de Risco de Crédito, a de Mercados e Liquidez, a de Risco Operacional e a de Acompanhamento do Fundo de Pensões.

O Risk-Office do Grupo é o responsável pela função de controlo de risco em todas as entidades do Grupo por forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objectivos. Deve também informar a Comissão de Risco sobre o nível de risco do Grupo, propondo medidas para melhorar o seu controlo e implementando os limites aprovados.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua actuação pelos princípios e decisões tomadas centralmente ao nível das Sub-Comissões de risco, estando dotadas de estruturas do Risk Office, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respectiva actividade. Em cada subsidiária foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o Risk-Officer.

Modelo de Gestão e Controlo de Risco

Para efeitos de análise de rentabilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

Negociação: contempla as posições cujo objectivo é a obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são activamente geridas, transaccionáveis sem restrições e podem ser avaliadas frequente e precisamente, incluindo os títulos e derivados de actividades de vendas e os portfólios específicos do ALCO;

Financiamento e cobertura: agrupa os financiamentos institucionais do Banco e actua como intermediário nas operações de cobertura efectuadas;

Investimento: inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade ou durante um período alargado de tempo ou que não sejam transaccionáveis em mercados líquidos;

Comercial: assume a actividade comercial com clientes;

Estrutural: trata de elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são directamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas;

A reformulação efectuada das áreas de gestão permite uma efectiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

Avaliação de Riscos

Risco de Crédito

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de protecção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Neste sentido foi introduzido um sistema único de notação de risco, Rating Master Scale, baseada na probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A Rating Master Scale permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados, no âmbito do novo Acordo de Basileia II, na situação de incumprimento.

Todos os modelos de rating/scoring usados no Grupo estão a ser devidamente calibrados para a Rating Master Scale.

Foi introduzido o conceito de nível de protecção como elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais activa e uma melhor adequação do pricing ao risco incorrido.

O Grupo tem vindo a proceder a alterações significativas dos processos de decisão, visando uma maior consistência e eficácia nas decisões.

Foi, neste contexto, aprovado um novo Regulamento de Crédito, revendo e integrando num único documento a regulamentação em matéria de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito.

Para a quantificação do risco de crédito ao nível dos diferentes portfólios, o Grupo desenvolveu um modelo baseado numa abordagem actuarial, que permite obter a distribuição de probabilidade das perdas totais. Além da Probabilidade de incumprimento (PD) e do montante da Perda dado o Incumprimento (LGD), como pontos centrais, é também considerada a incerteza associada ao desenvolvimento destes parâmetros, concretizada pela introdução da respectiva volatilidade. Os efeitos de diversificação/concentração entre os sectores das carteiras de crédito são quantificados pela introdução das respectivas correlações.

Riscos de Mercado

A principal medida utilizada pelo Grupo na avaliação dos riscos de mercado é o VaR (Value at Risk). O cálculo do VaR é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. No cálculo da volatilidade associada a cada vector de risco o modelo assume uma ponderação maior para as condições de mercado verificadas nos dias mais recentes, garantindo assim uma mais correcta adequação as condições de mercado.

São apurados valores de capital em risco quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos quer em termos consolidados considerando o efeito de diversificação existentes entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adoptado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de backtesting, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

Para acompanhar e limitar a tomada de posições em instrumentos em que os riscos de mercado não podem ser correctamente medidos pela metodologia de VaR adoptada (aproximação paramétrica), tais como a exposição a riscos de opcionalidade, são utilizados indicadores de risco apropriados.

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço consolidado do Grupo.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efectuada a respectiva projecção dos cash-flows esperados, de acordo com as datas de repricing.

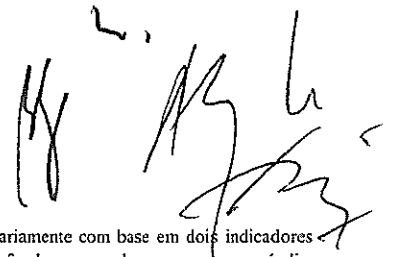
A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos cash flows esperados em cada um dos intervalos de tempo, permite determinar os gap's de taxa de juro por prazo de repricing.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço em cada moeda é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado as taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos cash-flows simulando um deslocamento paralelo da curva de taxa de juro de mercado de + 100b.p.

O Grupo realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o mismatch de taxa juro das posições de risco associada à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas Autoridades de Supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição.



A evolução da situação de liquidez do Grupo, para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses) é efectuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente, liquidez imediata e liquidez trimestral, que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de cash-flows para períodos de, respectivamente, 3 dias e 3 meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os cash-flows futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respectivo (3 dias ou 3 meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes Corporate e Private que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de activos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o "gap" de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando todos factores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação da Sub-Comissão de Riscos de Mercados e Liquidez, visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da actividade.

São efectuados mensalmente, stress tests de liquidez de forma a entender o perfil do risco de liquidez no Banco, assegurar que o Grupo e de uma das suas subsidiárias está numa posição de cumprir com as suas obrigações na ocorrência de uma situação e crise de liquidez e para contribuir para a preparação do plano de contingência de liquidez e decisões de gestão. Os stress tests implementados baseiam-se numa análise de sensibilidade a cenários de stress, específicos, que afectam apenas o Banco ou crises de mercado, afectando a crises de mercado.

Risco Operacional

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte end-to-end. A gestão dos processos é da competência de Process Owners, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da performance no âmbito dos seus processos. Os Process Owners são responsáveis por manter actualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efectiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão directa ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de risk self assessment, detectar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as acções de mitigação para as exposições mais significativas.

Iniciou-se em 2006 o processo sistemático de recolha de perdas operacionais, visando a criação de uma base de dados com informação histórica que permita identificar os processos de maior risco e lançar as acções de mitigação para reduzir as exposições críticas.

46. Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRIC 8 – Âmbito da aplicação da IFRS 2

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 a IFRIC 8 Âmbito da aplicação da IFRS 2 e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual. A IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente que outro benefício foi ou irá ser recebido pelo que se aplica a IFRS 2.

Este IFRIC é mandatário e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Maio de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 8.

IFRIC 9 – Re-avaliação dos derivados embutidos

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Março de 2006 a IFRIC 9 Re-avaliação dos derivados embutidos e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o momento de re-avaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Este IFRIC é mandatário e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Junho de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 9.



BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

IFRIC 10 - Reporte Financeiro Interino e Imparidade

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 a IFRIC 10 Reporte financeiro intercalar e imparidade e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

Este IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Este IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Este IFRIC é mandatório para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da data primeira data de adopção da IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 10.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007. Este IFRIC aborda dois assuntos distintos:

1. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital, e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer a suas obrigações perante os seus colaboradores;
- b) Contratos onde aos colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.
2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Este IFRIC é mandatório para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto com a adopção do IFRIC 11.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras. A IFRS introduz novos requisitos para melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros. Substitui a IAS 30 Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e de instituições financeiras similares e alguns dos requisitos da IAS 32 Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação. A adenda à IAS 1 introduz novos requisitos para divulgações sobre o capital da entidade.

Actualmente o Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma, não tendo ainda completado a sua análise.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 Segmentos operacionais e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

A IFRS 8 segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2006

L.
H. B. C.
M. J. C.

47. Empresas subsidiárias e associadas do Banco Comercial Português S.A.

Em 31 de Dezembro de 2006, as empresas subsidiárias do Banco Comercial Português S.A., consolidadas pelo método de consolidação integral são as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	particip. efectiva
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	849.181.744	PLN	Banca	65,5
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	2.008.956.625	AOA	Banca	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0
BCP Internacional II, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	47.000.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
Banpor Consulting S.R.L.	Bucareste	1.750.000	RON	Consultoria e Serviços	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0
CISF Veículos - Sociedade de Aluguer, Lda.	Porto	49.880	EUR	Aluguer de longa duração	100,0
Luso Atlântica - Aluguer de Viaturas, S.A.	Porto	1.000.000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0
Millennium bcp - Escritório de Representações e Serviços, S/C Ltda.	São Paulo	11.000.000	BRL	Serviços financeiros	100,0
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	322.000	EUR	Serviços	49,3
Millennium bcp - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	1.000.000	EUR	Serviços de videotex	100,0
Paço da Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Braga	39.905	EUR	Sociedade Agrícola	100,0
Servitrust - Trust Management and Services, S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0

A. J.
L. M.
B.

Em 31 de Dezembro de 2006, as empresas associadas do Banco Comercial Português S.A., são as seguintes:

Empresa associada	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	% de particip. efectiva
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	19,9
Mozambique Investment Company, Ltd.	Port Louis	9.640	USD	Investimentos	26,3
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,5
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	30,0



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual do exercício findo em 31 Dezembro de 2006 do **Banco Comercial Português, S.A. (Banco)** incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 74.756.987 milhares de euros e um total de situação líquida de 4.338.106 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 609.022 milhares de euros) e nas Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações na situação líquida do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação da informação financeira individual, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que tem como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira, que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do Banco, a sua posição financeira ou os resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria.



ÂMBITO

5. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. A nossa auditoria abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
7. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, a referida informação financeira individual apresenta, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Comercial Português, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
representada por

Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC nº 1081)



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

Exmo. Conselho de Administração Executivo do
Banco Comercial Português, S.A.

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

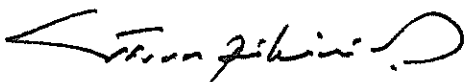
1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.
2. Procedemos à revisão legal do **Banco Comercial Português, S.A.** (Banco), incluindo o exame das suas Contas individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos, nesta data, a respectiva Certificação Legal das Contas, sem reservas.
3. De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:
 - (1) Acompanhamento da gestão do Banco, através da leitura das actas do Conselho de Administração Executivo e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários.
 - (2) Apreciação das políticas contabilísticas do Banco quanto à sua adequação e consistência, nomeadamente quanto a provisões e amortizações, reconhecimento ou diferimento de custos e proveitos.
 - (3) Verificação da conformidade das contas individuais e consolidadas que compreendem as primeiras, o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações dos resultados, fluxos de caixa e alterações dos capitais próprios do ano então findo, bem como das respectivas Notas, preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que tem como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's") e as segundas, o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração dos Resultados Consolidados, os fluxos de caixa consolidados e as alterações dos capitais próprios consolidados para o exercício então findo e os Anexos e que foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia.
 - (4) Verificação da conformidade das Demonstrações Financeiras com os registos contabilísticos de suporte.
 - (5) Apreciação do sistema de controlo interno existente no Banco, tendo sido efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados. Estes testes não revelaram deficiências no sistema de controlo interno.

- (6) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos.
- Revisão analítica da rubrica Créditos sobre clientes.
 - Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Banco.
 - Solicitação de confirmações directas e por escrito junto de Bancos, dos saldos respectivos.
 - Análise dos outros Activos, outros Passivos e Contas de Regularização do Activo e Passivo.
 - Análise de adequação e consistência das políticas de depreciação dos bens do imobilizado, bem como das amortizações do imobilizado incorpóreo.
 - Análise dos encargos a pagar registados nas contas do Passivo.
 - Análise da situação fiscal do Banco e revisão do cálculo do montante estimado a pagar com impostos sobre lucros.
 - Análise das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - Análise das operações e saldos com empresas do Grupo em que o Banco se insere.
 - Análise da informação divulgada no Anexo das Contas.

4. Apreciamos ainda a conformidade do Relatório de Gestão do Conselho de Administração Executivo com as contas examinadas e verificamos que satisfaz os requisitos legais.
5. Solicitamos a Declaração do Órgão de Gestão prevista nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria de Contas.
6. Em consequência do trabalho efectuado, concluímos que não existem aspectos requerendo a atenção do Exmo. Conselho de Administração Executivo.
7. Nesta oportunidade agradecemos a excelente colaboração recebida, no decurso do nosso trabalho, do Conselho de Administração Executivo, Directores e Pessoal do Banco.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
representada por,



Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC n.º 1081)

-----Aos 28 dias do mês de Maio de 2007, pelas 15,30 horas, reuniu na cidade do Porto, no Palácio da Bolsa, a Assembleia Geral Anual dos Accionistas do Banco Comercial Português, S.A., sociedade aberta, com sede na Praça D. João I, 28, no Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e identificação fiscal 501 525 882 e o capital social de 3.611.329.567 Euros -----

-----A respectiva Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Senhor Dr. Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos, que esteve nela acompanhado pelo Vice-Presidente, Senhor Dr. Miguel Galvão Teles, e pela Secretária da Sociedade, Senhora Dra. Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral, que secretariou a reunião.-----

-----Estiveram presentes membros do Conselho Geral e de Supervisão, o Conselho de Administração Executivo e o Revisor Oficial de Contas.-----

-----Após ter cumprimentado todos os membros dos órgãos sociais e accionistas presentes, o Senhor Presidente da Mesa comunicou que a Assembleia se encontrava em condições de validamente reunir e deliberar, estando presentes, devidamente representados, ou exercido o direito de voto por correspondência postal ou com recurso a meios electrónicos, accionistas detentores de 64,94% do capital social. Mais declarou haverem sido respeitadas, como tivera a oportunidade de verificar, as normas relativas à convocação da Assembleia e ao direito dos Senhores Accionistas à informação prévia.-----

-----Antes de dar início aos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa informou que se encontrava presente na sala um Senhor Accionista que cumulava essa qualidade com a de jornalista, tendo, apelando ao seu sentido de responsabilidade, solicitado ao mesmo a prevalência da qualidade de accionista sobre a de jornalista. -----

-----Em seguida e dando início aos trabalhos, procedeu à leitura da respectiva Ordem, que era do seguinte teor: -----

- 1) Deliberar sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, na sequência de renúncia que os anteriores titulares vão efectuar e para completar o mandato dos órgãos sociais em curso (2005/2007); -----
- 2) Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do Banco Comercial Português respeitantes ao exercício de 2006, bem como sobre o relatório de gestão consolidado e contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício, com apresentação de Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão e da Certificação Legal de Contas;-----
- 3) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;-----
- 4) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade com a amplitude prevista na lei;-----
- 5) Proceder à apreciação, com carácter consultivo, da política de remuneração do órgão de administração aprovada pelo Conselho de Remunerações e Previdência; --
- 6) Deliberar sobre a remuneração dos membros do Conselho Geral e de Supervisão; --
- 7) Proceder à ratificação da cooptação de um membro para o Conselho Superior, em preenchimento de vaga ocorrida; -----

- 8) Deliberar sobre alteração do pacto social nos seguintes pontos: modificação dos n.ºs. 1 e 2 do actual art. 5.º, com inversão da ordem, eliminação do actual n.º 3, e aditamento de um novo número ao referido art. 5.º; modificação do n.º 1 do actual art. 6.º; modificação do n.º 4 do actual art. 8.º; modificação do n.º 1, als. b) e c), e do n.º 3 do actual art. 9.º; modificação do actual art. 10.º; modificação do actual art. 11.º; modificação do n.º 1, do n.º 5 e do n.º 7, al. a), do actual art. 12.º; modificação do actual art. 13.º; modificação do actual art 14.º; aditamento de um artigo sobre voto por correspondência entre os actuais arts. 16.º e 17.º; modificação do actual art. 17.º; modificação do actual art. 20.º; modificação do n.º 5 do actual art. 21.º; modificação do actual art. 22.º; modificação da localização do actual Capítulo V; modificação dos actuais arts. 23.º e 24.º; eliminação dos n.ºs 3 e 4 do actual art. 25.º; mudança de localização do actual art. 26.º para o Capítulo sobre Disposições Gerais e Transitórias e aditamento de um novo número e modificação do actual n.º 2 do referido art. 26.º; modificação da epígrafe do actual art. 27.º, modificação do seu n.º 3, do seu actual n.º 4, aditamento de um novo número sobre participação, nas reuniões do Conselho de Administração Executivo, do Presidente ou representante do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão para as Matérias Financeiras, bem como aditamento de dois números no final do artigo; modificação da epígrafe e da localização do actual Capítulo VI e modificação do actual art. 28.º; eliminação do actual art. 30.º; modificação da localização do actual Capítulo VII; modificação da epígrafe, modificação do n.º 2, modificação do n.º 3 e eliminação do n.º 7 do actual art. 31.º; modificação da epígrafe, modificação do n.º 1, eliminação da al. c) do n.º 2, modificação do n.º 3 e aditamento de dois números ao actual art. 32.º; modificação da epígrafe do actual art. 33.º e modificação dos seu n.º 2 e n.º 5; mudança de localização do actual Capítulo VIII; modificação do art. 34.º, com desdobramento em cinco artigos, um sobre a composição do Conselho Geral e de Supervisão, outro sobre competência do Conselho Geral e de Supervisão, outro ainda sobre a Comissão para Matérias Financeiras, um mais sobre funcionamento do Conselho Geral e de Supervisão e outro sobre funcionamento sobre Comissão para as Matérias Financeiras; eliminação do actual art. 35.º, sem prejuízo de ressalva no artigo a seguir referido sobre designação dos titulares de corpos sociais; aditamento de um último artigo sobre designação dos titulares de corpos sociais; renumeração dos artigos, números e alíneas, em consequência das modificações que forem aprovadas; -----
- 9) Deliberar sobre aquisição e alienação de acções próprias; -----
- 10) Deliberar sobre aquisição e alienação de obrigações próprias. -----

(...)

----- Após o recém eleito Presidente da Mesa ter apresentado cumprimentos a todos os Membros dos Corpos Sociais e Accionistas presentes, procedeu à leitura do **ponto dois da ordem de trabalhos**, “Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do Banco Comercial Português respeitantes ao exercício de 2006, bem como sobre o relatório de gestão

consolidado e contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício, com apresentação do Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão e da Certificação Legal de Contas”, tendo informado que a discussão dos documentos em aprovação se processaria em simultâneo, não obstante a votação respectiva se vir a realizar separadamente. -----

-----Antes do início do debate, foi transmitido um documentário relativo aos principais eventos relacionados com a actividade do Grupo, ocorridos em 2006.-----

-----Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração Executivo, que recordou as razões que levaram ao lançamento, no exercício findo, de uma Oferta Pública de Aquisição sobre o Banco BPI e informou sobre a forma como o processo decorreu e chegou ao seu termo. Na sua intervenção, prestou igualmente informação detalhada sobre a actividade do Banco e do Grupo no exercício de 2006, bem como os planos de expansão futura consubstanciados num projecto ao qual se atribuiu a denominação “Programa Millennium 2010”.-----

-----Concluída a sua intervenção, o Senhor Presidente do Conselho de Administração Executivo entregou ao Senhor Presidente da Mesa cópia do documento que servira de suporte à sua intervenção, tendo este ordenado que o mesmo fosse arquivado juntamente com os demais documentos de expediente relativos a esta Assembleia. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Mesa comunicou ter recebido informação de que a Assembleia estaria a ser transmitida online por um Senhor Accionista que acumulava essa qualidade com a função de jornalista, tendo apelado ao mesmo para que pusesse termo à sua actuação. -----

-----Tendo de seguida sido dada a palavra, o Senhor Presidente do Conselho Geral e de Supervisão apresentou aos Senhores Accionistas o Relatório da Actividade Anual do Conselho Geral e de Supervisão e o Parecer do Conselho Geral e de Supervisão sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2006, textos que estiveram à disposição para consulta e fazem parte do expediente relativo a esta Assembleia. Prosseguindo a sua intervenção, teceu breves considerações sobre alguns eventos subsequentes, designadamente, relativas à OPA sobre o Banco BPI que havia sido objecto de comunicação na Assembleia Geral Anual de 2006 e a estrutura dualista adoptada para o Governo do Banco e a intenção de, nesta Assembleia, propor ajustes à mesma.-----

-----Questionado o Senhor Revisor Oficial de Contas sobre se pretendia acrescentar algo à sua Certificação e Relatório, o mesmo afirmou nada mais ter a acrescentar aos documentos em causa que, tal como os restantes documentos de prestação de contas, estiveram à disposição dos Accionistas para consulta.-----

-----Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberto o debate, tendo vários Accionistas usado da palavra para emitir opiniões e solicitar esclarecimentos que foram prestados pelos membros dos órgãos sociais presentes.-----

-----Das intervenções de accionistas ressaltam questões sobre a actuação do Banco relativamente à campanha Accionista de 2000, que qualificaram de lesiva sobretudo para os pequenos accionistas, e ainda sobre a evolução da remuneração do Conselho de Administração desde aquele ano. Foram ainda colocadas questões relacionadas com a

imparidade de crédito nos exercícios de 2005 e 2006 e a contribuição líquida por segmento de negócio. -----

----- A todos os Accionistas que não se consideraram esclarecidos por, dada a especificidade das questões colocadas, não ser possível ao Conselho de Administração Executivo dar uma resposta imediata, foi prometida audiência ou resposta escrita no mais curto espaço de tempo possível.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou que iria submeter à votação, separadamente, primeiro o relatório de gestão e contas individuais do Banco Comercial Português respeitantes ao exercício de 2006 e, depois, o relatório de gestão e contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício, adoptando a forma já utilizada no ponto primeiro para o exercício do direito de voto. -----

----- Ninguém mais desejando usar da palavra, foi realizada a votação do relatório de gestão e contas individuais do Banco Comercial Português e encontrando-se presentes ou representados, ou votado por correspondência postal ou com recurso a meios electrónicos, accionistas com direito a 2.272.854 votos, verificou-se que os documentos em votação haviam sido aprovados por maioria de 99,98% dos votos expressos, com 2.239.258 votos a favor e 352 votos contra, tendo-se absterido de votar accionistas representando 33.244 votos. Concluída a votação, o Senhor Presidente da Mesa proclamou os respectivos resultados. ----

----- Realizada em seguida a votação do relatório de gestão e contas consolidadas do Banco Comercial Português e encontrando-se presentes ou representados, ou votado por correspondência postal ou com recurso a meios electrónicos, accionistas com direito a 2.272.854 votos, verificou-se que os documentos em votação haviam sido aprovados por maioria de 99,50% dos votos expressos, com 2.228.234 votos a favor e 11.260 votos contra, tendo-se absterido de votar accionistas representando 33.360 votos. Concluída a votação, o Senhor Presidente proclamou os respectivos resultados.-----

(...)

----- Da sessão foi elaborada a presente acta que, tendo sido lavrada pela Senhora Dra. Ana Pina Cabral, foi por ela, pelo Senhor Dr. Luís Neiva Santos e pelo Senhor Prof. Germano Marques da Silva aprovada e assinada. -----

